



**Universidade de  
Aveiro**  
Ano 2016

Departamento de Comunicação e Arte

**Vera Lúcia  
Pereira Lino**

**O Arranjo para Orquestra de Guitarras: Temas  
das Novas Gerações**



**Universidade  
de Aveiro**  
Ano 2016

Departamento de Comunicação e Arte

**Vera Lúcia  
Pereira Lino**

## **O Arranjo para Orquestra de Guitarras: Temas das Novas Gerações**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ensino da Música, realizada sob a orientação científica do Dr. Paulo Vaz de Carvalho, Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro e coorientação do Dr. Nuno Peixoto de Pinho, Investigador (Citar) na Universidade Católica Portuguesa.



## **O júri**

Presidente

**Prof. Doutor Pedro João Agostinho Figueiredo Santander Rodrigues**  
Professor Auxiliar convidado, Universidade de Aveiro

**Prof. Doutor Miguel Nuno Marques Carvalhinho**  
Professor Adjunto, Instituto politécnico de Castelo Branco (arguente)

**Prof. Doutor José Paulo Torres Vaz de Carvalho**  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientador).





## **Agradecimentos**

Ao orientador, Professor Doutor Paulo Vaz de Carvalho pelo acompanhamento, disponibilidade, apoio e compreensão durante a realização deste Projeto Educativo.

Ao coorientador Professor Nuno Peixoto de Pinho por todo o auxílio, disponibilidade e interesse por este trabalho.

A todos os alunos da Orquestra de Guitarras da Academia de São João da Madeira pelo esforço, pois sem eles o projeto não se teria realizado.

À Direção Pedagógica da Academia de Música de São João da Madeira pela aceitação da realização deste projeto no âmbito escolar.

À Catarina Lino pela disponibilidade, aconselhamento e apoio.

Ao Richard pela disponibilidade e apoio na gravação e edição de imagem e som.

Ao Gil Ferreira pelas orientações iniciais e aconselhamentos.

Ao Ricardo à Ana e ao Rui pela paciência e apoio.

Ao Ezequiel pela compreensão e aceitação das minhas escolhas e apoio em todas as decisões.



**Palavras-chave**

Música de conjunto, orquestra de guitarras, arranjo musical, música das novas gerações, cultura musical nos adolescentes.

**Resumo**

O trabalho integra-se na disciplina de Projeto Educativo no âmbito do Mestrado em Ensino de Música na Universidade de Aveiro.

Este Projeto Educativo tem como objetivo estimular e analisar o envolvimento entre a sala de aula de Classe de Conjunto – Orquestra de Guitarras e a cultura musical dos jovens adolescentes.

Observar-se-á a eficácia da adaptação de músicas das Novas Gerações, como repertório a ser aplicado no âmbito da Orquestra de Guitarras da Academia de Música de São João da Madeira.

Refletir-se-á acerca das consequências da utilização de repertório das Novas Gerações na sala de aula e sobre a relevância dos arranjos (realizados pela professora da disciplina e autora deste trabalho) adaptados às necessidades dos alunos.

Este documento descreve e contextualiza as diversas fases da investigação e implementação deste projeto na aula de Classe de Conjunto – Orquestra de Guitarras.



**Keywords**

Musical ensemble, guitars orchestra, musical arrangement, music of new generation, musical culture in teenagers

**Abstract**

This dissertation was developed within Educational Project, a subject in the Masters Course in Music Education at Universidade de Aveiro.

The Educational Project aims to stimulate and analyze the involvement between the classroom of Classe de Conjunto – Orquestra de Guitarras and the musical culture of young teenagers.

It will be observed the effectiveness of adaptation of songs from the New Generation for Orchestra of Guitars in Academia de Música de São João da Madeira.

It will be reflected, the consequences of the use of repertoire from the New Generation in classroom and the relevance of the arrangement (performed by the teacher and the author of this work) tailored to student's needs.

This document describes and contextualizes the various stages of the investigation of the implementation of this project in the Classe de Conjunto – Orquestra de Guitarras.



## Índice

Agradecimentos .....	I
Resumo.....	III
Abstract.....	V
Índice .....	VII
Índice de tabelas.....	IX
Índice de Figuras .....	IX
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>5</b>
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO VOCACIONAL DA MÚSICA .....</b>	<b>5</b>
1.1. O ensino vocacional da música no século XXI .....	8
1.2. O regime articulado em 2015/2016 .....	11
1.3. Plano de estudos – ensino articulado.....	14
<b>2. A DISCIPLINA DE CLASSE DE CONJUNTO .....</b>	<b>15</b>
2.1. Programa da disciplina de classe de conjunto .....	15
2.2. Arranjo musical.....	18
2.3. Repertório como fator motivacional .....	20
<b>3. O ENSINO NÃO-TRADICIONAL.....</b>	<b>22</b>
<b>4. MÚSICA DAS NOVAS GERAÇÕES .....</b>	<b>26</b>
4.1. Definição e contextualização da música das novas gerações.....	26
4.2. Fatores de influência musical na adolescência .....	27
<b>PARTE II ENQUADRAMENTO EMPIRICO .....</b>	<b>31</b>
<b>5. CUIDADOS ÉTICOS.....</b>	<b>31</b>
<b>6. METODOLOGIA .....</b>	<b>32</b>
6.1. Objeto de estudo e motivações da investigação .....	32
6.2. Problemática do estudo e questões de investigação .....	33
6.3. Cenário de investigação e caracterização dos participantes .....	34
6.4. Procedimento: técnicas e instrumentos de recolha de dados .....	36
<b>7. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>38</b>
7.1. Análise das entrevistas.....	38
7.2. Análise ao inquérito I .....	42
7.3. Apresentação e método de seleção dos temas.....	47
7.4. Seleção de alunos e organização de naipes da orquestra de guitarras .....	48
7.5. Análise dos arranjos.....	51
7.5.1. Adaptação da formação instrumental original para orquestra de guitarras .....	51
7.5.2. Adaptação dos arranjos face às necessidades dos alunos .....	58
7.5.3. Sugestões/alterações dos alunos nos arranjos .....	63
7.6. Análise ao inquérito II .....	66



<b>8. CONCLUSÃO .....</b>	<b>70</b>
8.1. Respostas às questões de investigação .....	70
8.2. Conclusão geral .....	73
8.3. Recomendações para futuros estudos .....	76
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>77</b>
<b>FONTES CIBERNÉTICAS .....</b>	<b>80</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>81</b>
Anexo 1 – Decreto-Lei nº 5546 .....	81
Anexo 2 – Decreto-Lei nº 18881 .....	89
Anexo 3 – Decreto-Lei nº 310/83 .....	97
Anexo 4 – Vinte medidas para um novo ano letivo .....	106
Anexo 5 – Lista provisória de apoio financeiro relativo ao ano letivo 2015/2016 .....	110
Anexo 6 – Portaria nº 225/2012 .....	113
Anexo 7 – Planificação da disciplina de Classe de Conjunto .....	127
Anexo 8 - Gravação da Orquestra de Guitarras da AMSJM .....	130
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>131</b>
Apêndice 1 – Entrevista - Modelo .....	131
Apêndice 2 – Inquérito I .....	132
Apêndice 3 – Inquérito II .....	134
Apêndice 4 – Entrevista Ana Silva .....	136
Apêndice 5 – Entrevista Paulo Andrade .....	138
Apêndice 6 – Entrevista Rui Rufino .....	141
Apêndice 7 – Arranjo Caixa Negra .....	143
Apêndice 8 – Arranjo Best Day of my Life .....	148
Apêndice 9 – Arranjo Elevation .....	153
Apêndice 10 – Arranjo, Caixa Negra - Alterações dos alunos em sala de aula .....	157
Apêndice 11 – Arranjo, Best Day of my Life - Alterações dos alunos em sala de aula .....	162
Apêndice 12 – Arranjo Elevation - Alterações dos alunos em sala de aula .....	167

## Índice de tabelas

Tabela 1 - Objetivos específicos da disciplina de Classe de Conjunto na AMSJM.....	16
Tabela 2 - Características do ensino formal e informal.....	24
Tabela 3 - Aspetos positivos e negativos dos <i>media</i> .....	27
Tabela 4 - Aspetos considerados importantes durante a realização dos arranjos.....	40
Tabela 5 - Enumeração dos temas abordados em Orquestra de Guitarra pelos entrevistados.....	41
Tabela 6 - Diferenças motivacionais apontadas pelos entrevistados.....	41
Tabela 7 - Descrição dos alunos divididos em cada naípe no arranjo <i>Caixa Negra</i> .....	49
Tabela 8 - Descrição dos alunos divididos em cada naípe nos arranjos <i>Best Day of my Life</i> e <i>Elevation</i> .....	50
Tabela 9 - Divisão da formação instrumental original para Orquestra de Guitarras e Baixo Elétrico.....	52
Tabela 10 – Elementos presentes no arranjo <i>Caixa Negra</i> .....	59
Tabela 11 – Elementos presentes no arranjo <i>Best Day of my Life</i> .....	60
Tabela 12 – Elementos presentes no arranjo <i>Elevation</i> .....	61
Tabela 13 - Alterações/sugestões dos alunos aos arranjos durante a aula de Orquestra de Guitarras.....	64

## Índice de Figuras

Figura 1 - Exemplo da adaptação da voz do tema <i>Elevation</i> .....	53
Figura 2 - Exemplo da adaptação do Banjo para guitarra.....	53
Figura 3 - Exemplo de destaque da melodia feita originalmente pelo Banjo e percussão no tampo da guitarra em <i>Best Day of my Life</i> .....	54
Figura 4 - Exemplo da adaptação da bateria para percussão na Guitarra – <i>Best Day of my Life</i> .....	54
Figura 5 - Exemplo da adaptação da bateria para percussão na Guitarra em <i>Caixa Negra</i> .....	54
Figura 6 - Exemplo da adaptação do ritmo e harmonia da guitarra elétrica para a Guitarra 2 e 3 em <i>Elevation</i> .....	55
Figura 7 - Exemplo da introdução do tema executada pelas Guitarras 1 e 2. No original executado pelo teclado no tema <i>Caixa Negra</i> .....	56
Figura 8 - Exemplo do uso da melodia do teclado em <i>Caixa Negra</i> .....	56
Figura 9 - Exemplo de acompanhamento simples do baixo elétrico no arranjo <i>Best Day of my Life</i> .....	57
Figura 10 - Exemplo de acompanhamento simples do baixo elétrico em <i>Elevation</i> .....	57

## Índice de Quadros

Gráfico 1, Inquérito I - Questão nº 2.....	42
Gráfico 2, Inquérito I – Questão nº 4.....	44
Gráfico 3, Inquérito I - Questão nº 5.....	45
Gráfico 4, Inquérito I - Questão nº 6.....	45
Gráfico 5, Inquérito I - Questão nº 7.....	46
Gráfico 6, Inquérito II - Questão nº 1.....	66
Gráfico 7, Inquérito II - Questão nº 2.....	67
Gráfico 8, Inquérito II - Questão nº 3.....	68



## INTRODUÇÃO

O trabalho de investigação proposto surge no âmbito da disciplina de Projeto Educativo, inserida no curso de Mestrado em Ensino da Música da Universidade de Aveiro.

O tema deste trabalho surge na vontade da investigadora/professora em contribuir para melhorar o ensino da música. Mais concretamente pretende-se que essa contribuição seja junto de uma das disciplinas do plano curricular de ensino - A Classe de Conjunto.

O ano de 2008 foi um marco importante no Ensino Vocacional da Música com a adesão de um grande número de alunos nas escolas oficiais de música em Regime Articulado<sup>1</sup>. Este regime oferece a possibilidade aos alunos que dão início ao 2º Ciclo do Ensino Básico, de estudar música de forma gratuita e articulada com o ensino regular.

Apesar do referido regime estar legislado a partir de 1983, foi a partir do ano de 2008 que a maioria das escolas consideraram a oferta deste regime, devido a alterações de financiamento por parte do Ministério da Educação e a adesão de novos alunos nas escolas oficiais de música aumentou consideravelmente.

Por consequência a esta possibilidade constataram-se diferentes fatores perante este aumento significativo de inscrições, em primeiro lugar, os professores viram o seu horário a aumentar consideravelmente, inclusive grande parte das escolas necessitaram de contratar professores não habilitados, para não perderem os alunos inscritos e em segundo lugar, as escolas estabilizaram a sua situação financeira, visto que os alunos inscritos neste regime eram financiados pelo Ministério de educação, através de contratos de patrocínio com as escolas de Ensino Particular e Cooperativo.

Mas mesmo com todas estas facilidades também se constam aspetos negativos, tais como: a maior parte dos alunos não vinham devidamente informados deste novo regime, sobretudo porque não tinham consciência das exigências que o regime articulado obriga.

No mesmo sentido, e tendo em consideração a minha experiência enquanto docente, verifica-se que o panorama se tornou variado: alunos que se adaptaram ao regime e aproveitaram da melhor forma a oportunidade que tinham de estudar música,

---

<sup>1</sup> Regime Articulado – Regime que possibilita ao aluno o estudo da música em articulação com o ensino regular. “A lecionação das disciplinas da componente de ensino artístico especializado é assegurada por uma escola de ensino artístico especializado e as restantes componentes por uma escola de ensino geral” (Agencia Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP).

enquanto outros, encararam como um mero passatempo, obtendo resultados menos positivos.

Após passarem poucos anos letivos as condições de financiamento para as escolas modificaram-se: o financiamento reduziu e começou a ser distribuído tardiamente pelas mesmas. Inclusive, na atualidade a possibilidade de inscrição dos alunos nas escolas é limitada e as escolas de Ensino Particular e Cooperativo começam a ficar preocupadas com a sua continuidade e os professores a temer pelos seus empregos.

Verifica-se no dia-a-dia, que a preocupação acerca da continuidade do ensino da música é partilhada pelos vários intervenientes. Mas para que serve a estabilidade financeira das escolas se os alunos não estiverem motivados para estudarem música? Enquanto professora, verifico a necessidade de direcionar a atenção para a ampliação de estratégias de ensino, que motivem os alunos ao estudo da música.

Na atualidade as crianças têm ao seu dispor meios de comunicação e tecnologia que propagam a música de uma forma muito vasta. Iniciam-se tendências musicais a partir de canais de televisão, rádio, *sítes* na internet entre outros que, em grande maioria não abrangem o género musical maioritariamente abordado nos cursos oficiais de música (frequentemente denominado de música erudita). Posteriormente vem a partilha dessas tendências nos meios de comunicação como são exemplo os canais de *Youtube* e *Facebook*.

O foco deste trabalho incide numa tentativa de adaptar o Ensino Vocacional da Música às crianças desta Nova Geração. Mais concretamente verificar quais as vantagens na motivação e empenho dos alunos na disciplina de Classe de Conjunto, aquando da utilização em sala de aula de temas que sejam escutados no dia-a-dia dos alunos envolvidos neste projeto. Pretende-se igualmente verificar, se a adequação desse mesmo repertório, com arranjos apropriados aos níveis do grupo em questão, leva a alterações de resultados relativamente a questões técnicas e musicais.

Este trabalho está organizado em duas partes:

A primeira parte - Enquadramento Teórico que inicia com uma contextualização do Ensino Vocacional da Música (Capítulo 1), desde o seu nascimento até aos acontecimentos mais recentes da atualidade. Define e contextualiza o regime articulado por ser a escolha maioritária por parte dos alunos/encarregados de educação, para a aprendizagem musical, referindo vantagens e desvantagens face à sua relação com o ensino regular. O capítulo 2 descreve uma análise ao plano de estudos da disciplina de Classes de Conjunto e é definido o arranjo musical por servir de ferramenta imprescindível à realização deste projeto e define as vantagens do repertório como fator

motivacional. O capítulo 3 insere considerações acerca de práticas de ensino não-tradicional. Por fim no capítulo 4 é definido o que se entende por Música das Novas Gerações apontando alguns fatores de influência musical na adolescência.

A segunda parte – Enquadramento Empírico, diz respeito à implementação do projeto e inicia-se com o capítulo 5 onde são considerados os cuidados éticos para a realização deste projeto. O capítulo 6 refere-se à metodologia de trabalho e apresenta o objeto de estudo, motivações e questões de investigação para este trabalho. É ainda apresentado o cenário de investigação e caracterização dos envolvidos durante o processo. Posteriormente no capítulo 7 – Apresentação de Resultados, é feita uma análise dos resultados obtidos após a realização do projeto, através de inquéritos realizados aos alunos participantes, antes e após a implementação em aula dos arranjos realizados. É descrito o processo de escolha dos temas para a realização dos arranjos e a análise dos mesmos. O último capítulo – Conclusão, visa responder às questões surgidas durante a implementação do projeto e apresentar uma visão geral da investigadora acerca dos resultados obtidos, contribuindo por fim com aspetos considerados pertinentes para futuros estudos nesta área de ensino.



## **PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO VOCACIONAL DA MÚSICA**

Entendo a necessidade de contextualizar historicamente o processo de inovação do ensino da música em Portugal, com a intenção de uma melhor compreensão da problemática deste trabalho.

Início esta contextualização a partir do século XIX, uma época que serve de referência, ao nascimento do Ensino público da música em detrimento da Igreja. Como refere na Dissertação de Rui Sousa “Fatores de abandono escolar no ensino vocacional da música”, é desta forma que nasce o Conservatório de Música em Lisboa que substituiu o Seminário da Patriarcal pela formação de músicos profissionais (2003). Após esta mudança, o mesmo Conservatório “durante pelo menos 80 anos, foi o único lugar onde a música era ensinada de uma forma sistemática, tendo produzido alguns dos mais significativos músicos desse período” (Mota, Cit in Sousa, 2003, p. 6).

Neste capítulo é referido o Conservatório de Música de Lisboa em detrimento das outras instituições por ser considerado “uma referência central na formação da área da música desde meados da 1ª metade do século XIX” (Regulamento interno EMCN<sup>2</sup>), mais concretamente, por constituir “uma base de referência para modelos pedagógicos adotados por todas as outras escolas de música desde então formadas, públicas ou privadas como é exemplo o Conservatório de Música do Porto” (Sousa, 2003, p. 7).

Após poucos anos da fundação do Conservatório de Música de Lisboa, este é integrado em 1839 no Conservatório Geral de Arte Dramática. Em sequência o Conservatório Geral de Arte Dramática é dividido em três escolas: Declamação, música, e dança. Este conjunto de medidas como refere Gomes são “por vezes mais ditadas por imperativos económicos do que pedagógicos” (2000, p. 19).

O ensino da música vê-se sujeito a alterações gerais e específicas com diversas reformas e Decretos-Lei ao longo do século XIX e início de século XX que alteram a estrutura de ensino da música, como são exemplos os “Decretos de 6 de Dezembro de 1888 e de 20 de Março de 1890, que reformam o currículo da escola de música, com referência, pela primeira vez, à duração em anos dos diferentes cursos e disciplinas ministrados” (Sousa, 2003, p. 7).

Até então o ensino era apontado com grandes lacunas, contava com “processos antiquados, uma organização defeituosa e o seu magistério estaria mal retribuído” e

---

<sup>2</sup> EMCN – Escola de Música do Conservatório Nacional



“princiava-se o ensino da música por desinteressar os alunos do que as notas possuem de mais fundamental representativo – o som” (Decreto-Lei, 1919).

No mesmo sentido, mesmo após a implantação da república, é levado a cabo por Viana da Motta e Luís de Freitas Branco o que diziam ser uma das principais reformas do conservatório, “um ideal de educação artística visando a formação de música profissional” (Gomes, Cit in Sousa, 2003, p. 8). Mais concretamente e salientando as alterações mais significativas para os dias de hoje, refere o estabelecimento do ensino individual do instrumento, com um tempo específico para cada aluno, a divisão dos cursos de instrumento, canto e composição em níveis (elementar, complementar e superior) assim como a possibilidade de abertura, no Conservatório, de cursos livres para todos os ramos da música; como é possível verificar em Anexo 1 no decreto nº5546, de 9 de maio.

Estas alterações marcam uma “reforma que embora tentando seguir os exemplos de outros conservatórios europeus, representam uma profunda inovação no ensino artístico no nosso país” (Santos, 2013, p. 23).

Aproximadamente a esta reforma, Portugal sofre em 1926 o Golpe Militar de 28 de Maio assumindo um regime ditatorial, período coincidente com a fusão entre duas instituições: o Conservatório Nacional de Música e o Conservatório Nacional de teatro nomeando-se assim por Conservatório Nacional em 1930 (Sousa, 2003, p. 8). “Nada justificava que se mantivessem numa situação de divórcio e de isolamento” e a união de ambos “impunha-se por motivos de ordem pedagógica, administrativa e disciplinar” (Decreto-Lei, 1930).

Desta forma, é possível perceber o descontentamento com as práticas de ensino e reformulações estipuladas em 1919. Surge então entre 1938 e 1971 algumas tentativas com vista a reformular o ensino da música em Portugal embora nenhuma delas terá sido aprovada pelo governo. Este acontecimento coincide com uma diminuição drástica do número de alunos no Conservatório Nacional entre 1930 e 1950. Estas tentativas de mudança estavam em sentido oposto às intenções de Viana da Motta quanto à evolução deste sistema educativo e demonstravam:

Claramente que a política seguida relativamente ao ensino artístico pelo estado novo, é uma política de estrangulamento, ou mesmo aniquilação deste ensino, não tendo existido nem vontade nem interesse político no seu real desenvolvimento. (Gomes, 2000)

É inevitável referir, a morte de António Oliveira Salazar (1889-1970), que marca o início da década de 70, e uma relevante discussão política sobre o ensino em Portugal, em que um dos assuntos conduz a “uma tentativa de incluir o ensino artístico no sistema de ensino regular” (Sousa, 2003, p. 10).

O ano de 1971 é marcado com aquela que foi a “Experiência Pedagógica” incidindo “na necessidade de promover a gradual adaptação dos planos de estudo, programas, textos, métodos e condições de ensino” aconselhando estas experiências “quando as circunstâncias as possibilitem, como maneira segura de aferir o mérito das inovações projectadas, antes de as pôr em vigor, e como forma também de as tornar conhecidas e lhes proporcionar maiores condições de êxito” (Decreto-Lei, 1967).

Este novo sistema de ensino era autorizado pelo Ministério da Educação Nacional em estabelecimentos de ensino público ou em escolas-piloto, limitando estas “Experiências Pedagógicas” no tempo e a determinados estabelecimentos ou turmas (Decreto-Lei, 1967).

Entre 1971 e 1983 viveram-se tempos de incompreensão face ao sistema legislativo do ensino artístico, verificando-se uma sobreposição da designada “Experiência Pedagógica” com a legislação anterior, (Anexo 2 - Decreto nº18 881 de 1930) e mesmo com a ausência dos planos de estudo, que entretanto acabaram por não ser publicados, o conservatório deu seguimento às devidas alterações arrastando as escolas seguidoras a cumprir o mesmo regime, e apenas em 1983 tornou-se esclarecida esta situação (Santos, 2013, p. 27).

Após a Revolução do 25 de Abril em 1974 suscita a criação de escolas particulares em todo o país na consequência da incapacidade de admissão de mais alunos nos conservatórios nacionais (Santos, 2013, p. 28).

No seguimento do aparecimento de novas escolas particulares juntamente com os conservatórios nacionais, o ensino vocacional da música é pensado para integrar no esquema geral de ensino (Preambulo Decreto-Lei, 1983). Com este decreto haviam nascido novas instituições particulares, enquanto outras se tornavam em estabelecimentos de ensino público (Cf. Anexo 3), embora todas as escolas continuavam a ter como modelo o Conservatório Nacional (Decreto-Lei, 1983).

As alterações mais significativas para a melhor perceção desta contextualização após a inserção no esquema geral de ensino são “quebrar o isolamento e as indefinições em que o ensino artístico tem vivido [...] garantindo que qualquer alteração dos estatutos gerais lhe será por igual aplicável, acompanhando assim a evolução do sistema de

ensino, [...] assim como a integração no ensino superior politécnico com vista a “formar profissionais qualificados, com um alto nível técnico e artístico” (Decreto-Lei, 1983).

Já nesta fase o aluno tem três opções de inserção no ensino da música:

O ensino integrado com o ensino regular, articulado com o ensino regular ou supletivo face ao ensino regular (Cf. Anexo 3).

Como o propósito do ensino integrado não abrangia a maioria das escolas (apenas duas, uma pública e uma particular), os regimes supletivo e articulado funcionavam como alternativa face à procura do ensino vocacional da música (Santos, 2013, p. 33).

O fim do século XX foi massivo no que respeita a “produção legislativa sobre educação”. Consta-se a realização “de novos planos de estudo para os cursos complementares de Música, em regime articulado e supletivo”, a introdução de linhas “de orientação do funcionamento deste subsistema de ensino num plano alargado às diferentes vertentes artísticas” como são exemplos: “A Educação Artística Genérica (que se destina a todos os cidadãos), a Educação Artística Vocacional (que consiste numa formação especializada), e por último a Educação Artística em Modalidades Especiais (uma educação artística realizada segundo modelos específicos; segundo a educação especial; o ensino profissional; o ensino recorrente de adultos; o ensino à distância).” (Santos, 2013, p. 34 e 35)

Compreende-se com o texto acima uma atenção especial para a distribuição de alunos face a competências e intenções dos mesmos relativamente ao ensino da música. É possível definir e adequar cada intenção com o regime de frequência de cada aluno, concluindo juntamente com a Lei Base do Sistema Educativo a ideia que o ensino artístico deve ser considerado como um direito para todos.

### **1.1. O ensino vocacional da música no século XXI**

Nos primeiros anos do século XXI, entre novos Despachos, Decretos e Portarias, consideram-se algumas mudanças importantes para os dias de hoje.

Em 2002 surge no ensino artístico uma “reorganização curricular do ensino básico no sentido de reforçar a articulação entre os três ciclos que o compõem” e ainda no mesmo ano se sente uma proximidade maior com o ensino regular na medida em que na componente da avaliação passa a definir que os professores ou um representante do conselho pedagógico das escolas do ensino especializado “deverão participar nas

reuniões de conselhos de turma que se realizam nas escolas de ensino regular para efeitos de articulação pedagógica e avaliação” (Portaria, 2002). Após esta alteração fez-se sentir maior rigor não apenas na avaliação, mas também na admissão e frequência do regime articulado, apesar disso “na prática, continuou a verificar-se o mesmo afastamento entre as escolas especializadas e as escolas regulares, no que respeita ao desenvolvimento desta articulação” (Santos, 2013, p. 39).

Por outro lado nota-se um maior interesse em modificar o ensino numa perspetiva diferente. Ponderar sobre questões pertinentes relativamente aos intervenientes diretos no ensino da música é indispensável para atingir o sucesso da mesma.

Em 2006 Portugal acolhe em Lisboa 1200 participantes provenientes de mais de 97 Estados Membros, na Conferência Mundial sobre Educação Artística, organizada pela UNESCO com parceria com o Governo Português, para contribuir para a “Definição de prioridades para acção imediata” e para “afirmar convictamente a necessidade de desenvolver competências criativas nas jovens gerações do século XXI e demonstrar a importância da Educação Artística em todas as sociedades” (Mbuyamba, 2006, p. 2 e 3).

Segundo o relatório de Mbuyamba sobre A Conferencia Mundial sobre Educação Artística (2006, p. 6–17), foram discutidos vários temas entre os quais se destacam para o objetivo principal deste trabalho

- A importância da educação artística, onde se definiu que “a criatividade e a imaginação são as palavras-chave da educação” e onde se salientou “a importância das artes e da cultura através dos *media* para alcançar os objetivos de uma educação de qualidade”.
- O impacto social, cultural e económico em que “Rex Nettleford referiu a necessidade de a reforma educativa ser escrupulosamente contextualizada no âmbito das sensibilidades locais”.
- Métodos de ensino e formação de professores cuja intenção de Peter Smith foi o apelar “para alterar a formação dos professores no sentido de alcançar uma maior eficácia no mundo actual e pediu que o painel defendesse o valor da educação artística na eficácia do ensino e da aprendizagem”.
- Por último a formação de professores e métodos pedagógicos onde “cerca de 30 especialistas em educação, professores e educadores artísticos falaram sobre as suas experiencias na promoção e prática de modelos pedagógicos excepcionais no campo da Educação artística” travando discussões sobre “a necessidade de haver um conhecimento contextual quando se elabora um

currículo e se implementa um programa de educação artística” e que “os educadores artísticos devem refletir sobre as mudanças de paradigmas na educação artística no século XXI”.

A mesma conferência teve um impacto notório em 2008, o ano que é marcado por mais uma reforma importante para o ensino da música. Esta reforma é pormenorizada numa brochura lançada pelo Ministério da Educação onde se observa a influência da Conferência Mundial de 2006 (Santos, 2013, p. 41). O Ministério da Educação marca o referido ano letivo como “um novo ano” e refere 20 medidas divididas em cinco categorias “apoios para as famílias e para os alunos; modernização das escolas; plano tecnológico da educação; novas regras para a educação escolar e a reforma do ensino artístico” (Cf. Anexo 4) (Ministério da Educação, 2008).

Na última categoria acima indicada, diretamente relacionada com o ensino artístico refere que:

A avaliação feita ao ensino artístico especializado permitiu concluir que é absolutamente necessário melhorar o modelo de organização e funcionamento das escolas do ensino artístico especializado, promovendo a transparência e legibilidade da oferta que deve ser organizada num quadro de maior articulação com as escolas do ensino regular. (Ministério da Educação, 2008)

Na prática a intenção era aumentar o “número de alunos com acesso ao ensino artístico especializado” efetuar uma “reorganização do modelo de funcionamento das escolas” criar “novas regras de financiamento do ensino particular e cooperativo” e definir “novas condições de matrícula”. Neste âmbito surge então financiamento, para as escolas aceitarem mais de 25 mil alunos, divididos entre o regime articulado e o ensino básico. (Ministério da Educação, 2008).

Esta medida veio alterar significativamente o ensino, as escolas arrecadaram imensos alunos e como refere Santos, “efetivamente, apenas num ano letivo, verificou-se um aumento de alunos superior a 50% no regime articulado” (2013, p. 44).

Recordo que na altura, lecionava numa escola de ensino particular e cooperativo, onde passou a ser recorrente a dificuldade em organizar as salas juntamente com o número de professores que lecionavam e o número de alunos inscritos. Os horários dos professores aumentaram consideravelmente, devido à procura do ensino da música e inclusive em alguns instrumentos, não havia professores habilitados suficientes para

cobrirem tantos alunos. Em conclusão, iniciou-se um processo de lecionação em massa e muitos sentiram que era necessário aplicar “medidas” sobre as “medidas do Ministério”.

## **1.2. O regime articulado em 2015/2016**

Com vista a incidir o assunto no ponto fulcral deste trabalho direciono especial atenção para o regime articulado no 2º e 3º ciclo que a partir do ano letivo 2008/2009 é considerado o crescimento de alunos de *boom* e “brutal” (Santos, 2013, p. 82).

Com um maior financiamento para as escolas houve a possibilidade para muitos alunos estudarem música em escolas oficiais. Os professores viram os seus horários aumentarem desde 2008 em diante, as escolas tiveram maior procura, mas as consequências não são apenas vantajosas.

Na prática são celebrados contratos entre o Estado, através do Ministério da Educação e Ciência (MEC) e as entidades proprietárias de estabelecimentos de ensino artístico especializado de música, dança e artes visuais e audiovisuais da rede do ensino particular e cooperativo (Preambulo da Portaria, 2015).

Segundo a Portaria n.º 224-A/2015 de 29 de Julho e nos termos do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, estes contratos são celebrados com “estabelecimentos de ensino que se proponham criar cursos com planos próprios e com estabelecimentos de ensino em que sejam ministrados cursos do ensino especializado e promovidas experiências pedagógicas inovadoras”; “quando a ação pedagógica, o interesse pelos cursos, o nível dos programas, os métodos e os meios de ensino ou a qualidade do pessoal docente o justifiquem” e têm como fundamento “estimular e apoiar o ensino em domínios não abrangidos, ou insuficientemente abrangidos, pela rede pública, a criação de cursos com planos próprios e a melhoria pedagógica” e ainda “promover a articulação entre diferentes modalidades de ensino especializado, designadamente artístico, e o ensino regular, nomeadamente ao nível da gestão curricular e do modelo de funcionamento, tendo em vista a respetiva otimização.” (Portaria, 2015).

Na verdade o que acontece no presente é a insatisfação das escolas em todo o país, já que segundo o Jornal de Notícias em notícia publicada por Ana Gaspar em 18/09/2015 “Dezenas de alunos, pais e professores de escolas de música e dança de todo o país protestaram (...) pela diminuição do número de estudantes financiados no ensino artístico, que pode atingir, segundo os sindicatos, 7500 jovens.” (“Mais de 7500

alunos em risco de ficar sem ensino artístico,” 2015) Contudo a afirmação de que a música é para todos passa a ter alguma inverdade na medida em que não há financiamento para todos. Ainda assim, relativamente ao ano letivo 2015/2016, o número de alunos financiados neste regime é bastante superior relativamente ao que se passava antes da reforma de 2008.

O ensino em Portugal atualmente oferece a muitos alunos, a oportunidade de acrescentar à sua formação académica o ensino da música. Embora o financiamento cubra os diferentes regimes, são os alunos inscritos em regime articulado que mais tiram proveito deste financiamento uma vez que não têm qualquer encargo financeiro além da compra ou aluguer (em alguns casos) do instrumento. Mais concretamente:

O ensino articulado da música é uma componente do sistema educativo do ensino básico, de ordem opcional, que garante, aos alunos interessados, frequentar formação musical e instrumental, havendo, para isso, um sistema protocolarizado entre escolas do ensino regular e escolas especializadas de música. (Martins & Sarmiento, 2014, p. 209)

Relativamente ao presente ano letivo é possível constatar uma grande vantagem no número de inscrições no regime supracitado relativamente aos restantes (integrado e supletivo) como é possível verificar na Lista Provisória de candidatura a apoio financeiro, relativo ao ano letivo de 2015/2016, que apresenta dados referentes ao número de alunos apoiados pelo estado em Portugal (Cf. Anexo 5)

O protocolo criado entre as escolas de música oficializadas e o ensino regular, traz vantagens ou desvantagens dependendo da intenção da sua inscrição.

No documento Regulação do Ensino Vocacional da Música, Santos (2013) refere na pág. 88 e seguintes, algumas vantagens e desvantagens deste regime e apresenta ainda alguns testemunhos de alunos, encarregados de educação e professores referindo aspetos do quotidiano bastante pertinentes na vida dos alunos abrangidos pelo ensino articulado.

São então descritas entre outras as seguintes vantagens:

- Procedimento dos estudos (para o aluno que tem o objetivo de seguir música é bastante vantajoso conseguir conciliar o curso de música com o ensino regular que desta forma prevê menor carga horária)
- Partilhar colegas com o mesmo interesse na mesma turma
- Interdisciplinaridade
- Criação de hábitos de estudo mais metódicos e regulares

- Ensino gratuito (ao contrário dos restantes regimes, este é totalmente participado, cujo aluno poderá apenas ter encargos mínimos como fotocópias, material de desgaste do instrumento ou outro material didático)

São então descritas entre outras as seguintes desvantagens:

- A avaliação é conciliada com o ensino regular (desvantagem para quem interpreta o regime articulado como um passatempo e não como uma possibilidade de estudar música)
- A carga horária total (é sempre maior para os que escolhem este regime pela quantidade de tempo que têm de dispensar ao longo da semana para o estudo das disciplinas vocacionais)
- Vocaciona muito cedo tendências dos alunos (funciona como um “modo de vida” e alguns alunos vêm a música como uma opção profissional principalmente nos primeiros anos de contacto com o instrumento)

No mesmo documento é possível interpretar o que sentem os alunos, ao exprimirem insatisfação quando são marcados testes em ambas as escolas sem terem o cuidado de não haver sobrecarga semanal; os encarregados de educação definem a escola de música mais exigente em rigor, disciplina e responsabilidade relativamente ao ensino regular; o Diretor Pedagógico acrescenta que os horários não são devidamente conciliados com o ensino regular o que condiciona o tempo de estudo do instrumento dos alunos.

Enquanto docente, diariamente ouço comentários dos alunos que me levam a pensar que é necessário e urgente fazer algo que modifique o ensino da música. Frases como: “Professora não estudei porque tive teste de ciências”, “não vim à aula porque tinha de estudar para outras disciplinas mais importantes” são demasiado usuais e importantes para percebermos o que pensam, ou quais as reais intenções quando se inscrevem na Academia de Música. Por vezes são os próprios encarregados de Educação que apresentam este tipo de justificações para colmatar a falta do trabalho de casa do seu educando.

Será que ninguém percebe qual a intenção do ensino vocacional da música? Será apenas falta de informação? Será que apenas interessa o facto de ser gratuito? Ou será que o ensino tem de ser reformulado de forma a retocar a visão que as pessoas têm acerca deste curso? Certo, é que enquanto docente constato que o nível de desistências



é demasiado elevado e que nada irá mudar se ficarmos serenos à espera que tudo se componha sozinho.

### **1.3. Plano de estudos – ensino articulado**

O plano de estudos do regime articulado, definido pela portaria nº 225/2012 de 30 de julho, inclui a devida atenção no segundo ciclo (5º e 6º ano do ensino regular) e terceiro ciclo (7º, 8º e 9º ano do ensino regular) do ensino básico.

A mesma portaria define que o plano de estudos integra “áreas disciplinares de formação geral [...] que visam contribuir para a construção da identidade pessoal, social e cultural dos alunos” e “desenvolver o conjunto de conhecimentos a adquirir e capacidades a desenvolver inerentes à especificidade do curso em que se insere” (Portaria, 2012).

A gestão curricular das escolas está ao abrigo da sua autonomia e desta forma podem organizar os tempos letivos da forma mais conveniente, sem colocar em causa as cargas horárias semanais (Artigo 5º, Portaria, 2012). O segundo e terceiro ciclo para além das disciplinas do ensino regular insere 7 tempos de 45 minutos a serem distribuídos por três disciplinas vocacionais: instrumento, formação musical e classe de conjunto (Cf. Anexo 6).

Na Academia de Música de São João da Madeira (escola onde se realizará este projeto educativo), os tempos letivos são divididos em três tempos de 45 minutos na disciplina de formação musical, dois tempos para as disciplinas de Classe de Conjunto e dois tempos para a disciplina de Instrumento contendo dois alunos.

## **2. A DISCIPLINA DE CLASSE DE CONJUNTO**

A classe de conjunto é uma disciplina incidida no plano curricular no ensino artístico cuja planificação é da responsabilidade de cada escola (Preambulo, Portaria, 2012).

No ponto 7 do artigo 9º da mesma portaria é possível verificar as regras de organização curricular respetivamente à constituição de turmas e organização dos tempos escolares do curso de música, onde poucas considerações são referidas acerca da disciplina de Classe de Conjunto. Apenas é reconhecido o tempo semanal da aula e no anexo III e IV é possível obter a informação que “Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara e Orquestra.”

A falta de considerações acerca desta disciplina é demasiada e faz-nos pensar no seu grau de importância na formação do aluno, mas como cita Hugo Diogo:

Tocar em ensemble (conjunto de instrumentos: orquestra, banda, música de câmara, etc.) é um dos aspetos mais importantes e abrangentes do ensino da música. É divertido, e tantas vezes junta todos os alunos que frequentemente deixa de ser apenas a soma das partes. (Mills, Cit in, Diogo, 2014)

A designação apresentada na portaria acima referida é muito vaga e remete-nos para um modo de lecionação da disciplina muito alargado, além disso refere Diogo na pág. 6 que “A ausência de competências em algumas disciplinas, a par com a inexistência de objetivos específicos claros, geram conflitos programáticos, disciplinares e pessoais” (2014).

Esta problemática tende a ser questionada e resolvida neste projeto educativo com a utilização de repertório não erudito e a realização de arranjos adaptados ao grupo de alunos inscritos na disciplina de Classe de Conjunto – Orquestra de Guitarras.

### **2.1. Programa da disciplina de classe de conjunto**

A Academia de Música de São João da Madeira (AMSJM) considera relevante a organização programática de cada disciplina. Verifica-se relativamente à disciplina de Classe de Conjunto, que não está dividida por graus (como acontece em cada

instrumento) e consta de objetivos gerais e específicos, conteúdos, atividades, estratégias e critérios de avaliação (Cf. Anexo 7).

No mesmo documento é possível verificar a intenção em oferecer ao aluno uma experiência fundamental na sua formação, no que diz respeito essencialmente à aquisição de competências sociais mas também que o aluno aprenda a aplicar a sua formação individual num trabalho coletivo. A Tabela 1 descreve os objetivos específicos da disciplina de Classe de Conjunto na AMSJM.

**Tabela 1 - Objetivos específicos da disciplina de Classe de Conjunto na AMSJM**

<b>Objetivos específicos – Classe de Conjunto</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver a sensibilidade auditiva e musical</li><li>• Promover a sociabilidade</li><li>• Adquirir e manifestar disciplina de grupo ou conjunto</li><li>• Desenvolver o sentido da estrutura e da forma</li><li>• Desenvolver o sentido de estilo e carácter</li><li>• Desenvolver o sentido de pulsação e de justeza rítmica</li><li>• Desenvolver a qualidade e consistência do som, o equilíbrio sonoro, tanto no próprio naipe como entre naipes</li><li>• Adquirir competências que permitam um correto sentido da afinação, de amplitude dinâmica</li><li>• Adquirir competências que possibilitem um sentido coletivo da interpretação</li><li>• Adquirir e desenvolver competências que permitam uma correta interação e junção entre os diferentes elementos e entre estes e o Maestro</li><li>• Explorar ideias sonoras e musicais partindo de determinados estímulos e temáticas</li><li>• Realizar apresentações em público musicais utilizando instrumentos e técnicas interpretativas simples</li><li>• Reconhecer a música como parte do quotidiano e as diferentes funções que ela desempenha</li><li>• Postura individual e em grupo</li><li>• Desenvolver memória auditiva</li><li>• Desenvolver performance em palco</li><li>• Ser capaz de liderar e ser liderado</li></ul>

Esta disciplina apresenta condições para a experimentação de ideias diferentes inclusive a utilização de repertório diferente da música erudita, e não querendo de forma alguma a substituição da mesma, é importante referir que é uma aula onde é inevitável a confraternização entre alunos dentro da sala de aula relacionando e assimilando culturas diferentes dentro do contexto social em âmbito escolar.

Na AMSJM a disciplina de classe de conjunto divide-se em vários grupos entre os quais coro, orquestra *Orff*, orquestra de sopros, orquestra de cordas e orquestra de guitarras. Foquemos então a orquestra de guitarras, cujo funcionamento inicia com a condição da inscrição a apenas alunos de 3º grau ou superior, embora a escola permita que haja exceções à entrada de alunos incididos em graus inferiores, sendo da inteira responsabilidade do professor, assumir que o aluno esteja preparado para o efeito.

O facto de a orquestra estar reservada à junção de vários níveis de conhecimento pode levar a consequências positivas mas por outro lado consequências negativas. Como refere o autor Manuel Maio na dissertação - Criação de arranjos para Classes de Conjunto Instrumentais, “A heterogeneidade de níveis pode conduzir à desmotivação dos alunos mais avançados por falta de desafios, ou dos menos avançados por sentirem que estão aquém dos objectivos.” (Fernandes, 2012, p. 7). Da mesma forma Nuno Figueiredo partilhou no documento Criação de repertório flexível na música de conjunto: do 1º ao 4º grau que “Enquanto professor de classe de conjunto reparei que os alunos apresentavam potencialidades diferentes, inclusive entre aqueles que frequentavam o mesmo grau de ensino” (2014, p. 6).

Pretende-se resolver esta problemática, com a realização de arranjos adequados aos níveis dos alunos inscritos, com objetivos proporcionais a cada nível em questão sem colocar em questão o trabalho geral da orquestra como um todo.

Na criação ou reestruturação de material pedagógico o professor deverá ter em atenção este ponto, construindo as peças para que haja linhas diferentes adequadas aos diferentes níveis dos alunos que constituem a classe e, ao mesmo tempo, poderá delinear objetivos que surjam como desafios transversais aos diferentes níveis. (Fernandes, 2012, p. 7)

Assim considera-se ser possível transformar o único ponto negativo em algo bastante útil, quando o repertório utilizado é adaptado aos alunos em questão, como refere o mesmo autor “dessa forma a heterogeneidade de níveis pode ser vista como um aspecto positivo, já que a convivência dos alunos mais avançados com os menos avançados poderá incutir sentido de responsabilidade nos primeiros e motivar os segundos a evoluir” (Fernandes, 2012, p. 8).

Por fim clarifico a intenção do género musical escolhido para este projeto ter como objetivo, uma mais-valia na formação do aluno e não uma substituição da música erudita nem de qualquer tipo de prática tradicional, mesmo tendo consciência “que os docentes devam rever as suas próprias práticas pedagógicas, bem como reapropriar as inúmeras

propostas de musicalização que surgiram ao longo do século XX e que agora precisam ser revistas com olhares do século XXI” (Miranda, 2014, pág. 2).

## 2.2. Arranjo musical

O termo arranjo, não suscita consenso no que respeita à sua definição. Por vezes é utilizado, “a partir de uma noção calcada no senso comum nem sempre definida com rigor” (Aragão, 2000, p. 94).

Segundo o *New Grove Dictionary of Music & Musicians*, Malcolm Boyd designa arranjo, quando há uma recriação de uma composição musical, particularmente criada para um meio diferente do original<sup>3</sup>.

O termo pode ser aplicado a qualquer peça musical quando são incorporados elementos no conteúdo existente. Entre músicos, o mesmo termo é comumente utilizado não apenas para descrever a alteração de uma composição dentro do seu meio, como também para descrever a elaboração ou simplificação de uma peça com ou sem alteração do mesmo<sup>4</sup>.

Ainda na mesma fonte é realçado diferentes tipos de arranjos. Os arranjos para fins comerciais, com o objetivo de chegar perto dos consumidores<sup>5</sup> e outros cujo objetivo é a simplificação e redução de partes para orquestra<sup>6</sup>. Há ainda um grande número de arranjos que tem como finalidade a expansão de repertório em determinados instrumentos<sup>7</sup> e por último refere a reorquestração de material pela necessidade de alterar, aproveitar ou incidir diferentes instrumentos<sup>8</sup>.

---

<sup>3</sup> Tradução livre do *New Grove Dictionary of Music & Musicians*. No original lê-se: *The reworking of a musical composition, usually for a different medium from that of the original.*

<sup>4</sup> Tradução livre do *New Grove Dictionary of Music & Musicians*. No original lê-se: *In the sense in which it is commonly used among musicians, however, the word may be taken to mean either the transference of a composition from one medium to another or the elaboration (or simplification) of a piece, with or without a change of medium.*

<sup>5</sup> Tradução livre do *New Grove Dictionary of Music & Musicians*. No original lê-se: *Commercial interest has played an important part, especially since the invention of music printing.*

<sup>6</sup> Tradução livre do *New Grove Dictionary of Music & Musicians*. No original lê-se: *Practical considerations of a different kind govern the preparation of vocal scores of operas and choral works, in which the orchestral part is reduced and printed, usually on two staves, in a form more or less playable at the keyboard.*

<sup>7</sup> Tradução livre do *New Grove Dictionary of Music & Musicians*. No original lê-se: *A large number of arrangements originate because performers want to extend the repertory of instruments which, for one reason or another, have not been favored with a large or rewarding corpus of original solo compositions.*

<sup>8</sup> Tradução livre do *New Grove Dictionary of Music & Musicians*. No original lê-se: *Orchestral works have sometimes been reorchestrated, either to take advantage of improvements in the design of instruments.*

Existe também polémica acerca da diferença entre arranjo e transcrição, que Paulo Aragão (2000) em *Considerações sobre o conceito de arranjo na música popular* identifica como:

A única diferença reside no fato de que a noção de transcrição seria um pouco menos ampla, dando conta apenas da reelaboração de uma obra com mudança de meio. Não se consideraria como “transcrição” a simplificação de uma obra virtuosística para amadores ou a reorquestração de uma sinfonia de Schumann, por exemplo. (Aragão, 2000, p. 96)

No entanto, há distinção entre o arranjo em que há pouca ou nenhuma participação artística por parte do arranjador e o arranjo cuja intenção é a alteração artística com o acrescentar de elementos criativos, em que a composição original é reconstruída através da imaginação musical do arranjador<sup>9</sup>.

No mesmo sentido Santiago refere que o arranjo é visto “sobretudo como meio ou ferramenta de facilitação, adequação, otimização e promoção de recursos educativos e curriculares” (Santiago, 2012, p. 32). Desta forma, considerando um grupo de alunos é possível realizar o arranjo em função das necessidades individuais de cada aluno. As adaptações feitas aquando da realização do arranjo, podem incidir em aspetos técnico-musicais que poderão servir para uma maior evolução dos alunos.

Além disso o arranjo poderá ser útil como ponte para o contacto de músicas que não são frequentemente utilizadas nos programas da aula de instrumento no ensino oficial de música, o que proporcionará ao aluno o contacto em sala de aula com uma maior diversidade musical.

Neste sentido a realização de arranjos para a Orquestra de Guitarras em questão poderá ser uma possível resposta a uma parte da problemática deste trabalho considerando que “um arranjo construído com finalidades educativas pode constituir por si mesmo e em função dos critérios e objetivos pretendidos, uma ferramenta estratégica para promoção e desenvolvimento da aprendizagem dos alunos” (Santiago, 2012, p. 34).

---

<sup>9</sup> Tradução livre do *New Grove Dictionary of Music & Musicians*. No original lê-se: *It is, however, possible to distinguish between the purely practical arrangement, in which there is little or no artistic involvement on the arranger's part, and the more creative arrangement, in which the original composition is, as it were, filtered through the musical imagination of the arranger.*

### 2.3. Repertório como fator motivacional

Atribuir o sucesso ou insucesso musical ao factor 'sorte', 'talento', ou 'dom natural', como muitas vezes os vários agentes da educação fazem (Asmus, 1986; Guirard, 1997), remete para um conformismo que, respeitado a rigor, faria com que alunos, professores e demais agentes se demitissem dos seus papéis. Ao invés, a identificação das potencialidades de cada aluno e a sua maximização poderão representar um papel chave no desenvolvimento musical. (Pinto, 2004, p. 34)

Considerando que uma das preocupações de um professor é conseguir manter ou aumentar o nível motivacional dos alunos, Alexandra Pinto no artigo *Motivação para o Estudo de Música: Fatores de Persistência* refere que a forma como o professor vivencia as suas próprias atividades e a atenção que lhes dá, poderá originar maior atenção e cooperação dos alunos em sala de aula e conseqüentemente melhor aproveitamento nas mesmas atividades (Pinto, 2004, p. 37).

Segundo Bzunek, a motivação é um fator psicológico ou um processo que assegura a persistência e atenção das tarefas a realizar (Araújo, 2008), processo este que deve ser pensado como um elemento essencial na aprendizagem escolar e também como estratégia de ensino do professor, não só a curto prazo como a longo prazo (Pinto, 2004, p. 36).

A criança que está intrinsecamente motivada para aprender, aprenderá; e irá continuar a querer aprender. O desafio para os professores [e para os outros agentes da motivação] consiste em utilizar os seus conhecimentos e experiência, na descoberta de meios para proteger, fomentar e reforçar a motivação intrínseca da criança para aprender. (Whitehead, 1976:7, Cit in Pinto, 2004, p. 41)

Como foi referido no capítulo anterior – Arranjo Musical, “o repertório é um fator fundamental para se obter melhores resultados nas aulas de música” (Oliveira, 2013, p. 504). Nesse sentido a escolha de repertório determina um momento essencial na prática musical, sob a perspetiva do músico profissional ou sob uma perspetiva educacional, uma vez que, na maioria dos casos, o professor é o responsável pela seleção do repertório a ser ensinado individualmente ou em grupo (Oliveira, 2013, p. 504).

Hannah R. Fraser, na sua dissertação *Motivations and instructional preferences of high school guitar students* constata que segundo Renwick and McPherson (2002), quando a aprendizagem é feita a partir de uma peça escolhida pelo aluno, os erros apresentados em performance são menores e que a experiência dos estudantes levou-os

a um maior sucesso, comparativamente ao trabalho realizado com repertório selecionado pelo professor<sup>10</sup> (Fraser, 2013, p. 8).

Neste sentido será importante que, o professor esteja capacitado para uma seleção do repertório adequado ao grupo em questão, “adaptando-o em caso de necessidade, aos interesses e gostos musicais dos alunos” (Oliveira, 2013, p. 510). Segundo o mesmo autor esta escolha de repertório estará sempre dependente dos sujeitos, faixa etária, gênero, preferências, nível intelectual e socioeconômico, habilidades e competências musicais, possibilidade de rendimento artístico, entre outros, embora considere que o fator gosto/preferência musical dos integrantes seja predominante sobre os restantes (Oliveira, 2013, p. 505).

Será possível conseguir selecionar repertório que seja adequado a todos os alunos, uma vez que dentro da sala de aula poderá estar um conjunto de pessoas com experiências musicais completamente distintas?

A verdade é que cada indivíduo tem experiências de vida diferentes, o que provoca comportamentos e preferências diferentes e quando um professor está perante um grupo de alunos, será certamente um desafio compreender, identificar e atender a todas as diversas necessidades dos mesmos de igual forma.

Segundo Oliveira, a seleção do repertório é uma tarefa complicada quando destinada a um grupo pois, o professor depara-se com indivíduos com culturas diferentes. Desta forma, a escolha do professor do repertório a abordar em sala de aula é determinante para chegar a um consenso entre as preferências musicais dos alunos e as necessidades técnicas dos mesmos (Oliveira, 2013, p. 505). No mesmo sentido determina-se que é possível obter melhores resultados quando é proposto aos alunos estudarem repertório do seu interesse pois a sua utilização está diretamente ligada à motivação do estudante no seu processo de aprendizagem (Oliveira, 2013, p. 506).

---

<sup>10</sup> Tradução livre de Hannah Fraser na dissertação *Motivations and instructional preferences of high school guitar students*. No original lê-se: *when learning a piece of a student's choosing, Renwick and McPherson (2002) discovered that there were fewer mistakes in the performance of the selected piece and that students experienced more success with the chosen piece than with the pieces selected by the teacher.*



### 3. O ENSINO NÃO-TRADICIONAL

Considera-se relevante a pesquisa feita acerca de práticas de ensino não-tradicional<sup>11</sup>, para determinar possíveis práticas pedagógicas ou simples abordagens em sala de aula, relevantes ao tema presente neste projeto.

Determina-se que o ensino não tradicional é um assunto que dispersa opiniões. Enquanto docente, constato frequentemente com três tipos de concepções:

- A opinião daqueles que apenas tiveram formação clássica e que têm uma posição rígida face ao ensino da música e que não estão recetivos a abrir espaço para outro género ou contexto musical.
- A opinião daqueles que apesar de terem tido formação clássica, procuram encontrar um equilíbrio, entre proporcionar uma formação musical junto da música erudita e a cultura musical do aluno.
- A opinião daqueles que não tiveram formação clássica e que assumem que nem os próprios e nem os seus alunos necessitam da mesma e apenas utilizam repertório que contempla géneros musicais não-tradicionais.

O artigo *Finding a Place in Music Education* (Bernard, 2012) destaca a experiência de sete músicos ligados ao ensino, com formação não-erudita, os quais foram inseridos num programa de formação de professores nos Estados Unidos da América. Assumem que, na sua experiência enquanto educadores, os seus alunos não se interessam pela música tradicional. Destacam a importância da relação entre o método de ensino do professor, com as suas identidades musicais (2012, p. 13) e a importância dos benefícios que a música popular pode oferecer aos intervenientes (2012, p. 17). A importância do uso de música popular no ensino, destaca-se ainda no mesmo artigo, pela inclusão em sala de aula, de uma cultura musical próxima aos alunos proporcionando maior motivação ao estudo e maior empenho na sala de aula.

No mesmo sentido, Clements refere no livro *Alternative Approaches in Music Education*, que a música popular tem elevada importância na vida de muitos estudantes e que a sua inclusão no currículo, aumenta a sua motivação e faz com que tenham uma função mais ativa durante a aprendizagem (2010, p. 15). Refere ainda no mesmo artigo que, a utilização da música popular em sala de aula, proporciona maior motivação nos

---

<sup>11</sup> Ensino não-tradicional: tipo de ensino que utiliza estratégias como: ausência de notação, improviso, aprendizagem de repertório por ouvido. Este tipo de ensino é associado a escolas de música não oficiais que não têm ligação com o ensino regular.

alunos, assim como se verifica que os indivíduos dentro da sala de aula estão recetivos à troca de opiniões críticas, acerca da música que vivenciam no seu dia-a-dia (2010).

Fraser, em *Motivations and instructional Preferences of high school guitar students* refere que, os estudantes aumentam o seu nível de motivação quando são utilizadas abordagens em contexto informal e quando é utilizada musica popular na sala de aula. Constata também, que os educadores devem explorar as diversas estratégias de ensino para poderem tomar decisões informadas em função dos alunos (2013).

Lucy Green (2006), ainda vai mais além quando refere que não é suficiente levar repertório não erudito para a sala de aula, sendo igualmente importante, adotar estratégias de ensino diferentes das praticadas nas escolas de ensino oficial. A autora indica no artigo *Popular music education in and for itself, and for 'other' music: current research in the classroom*, as diferenças dentro da sala de aula entre o ensino formal e o ensino informal<sup>12</sup> como se verifica na Tabela 2.

---

<sup>12</sup> Ensino informal – tipo de ensino que utiliza estratégias de ensino tais como: ausência de notação, improviso, aprendizagem de repertório por ouvido. Este tipo de estratégias está associado a escolas de música não oficiais. Incide sobre a prática de estratégias não associadas ao ensino vinculado com o ensino regular, não obedecendo necessariamente a um cumprimento de métodos de trabalho implícitos na legislação em vigor, no ensino da música pelas escolas oficiais em Portugal.

**Tabela 2 - Características do ensino formal e informal**

<b>Características</b>	
<b>Ensino informal</b>	<b>Ensino formal</b>
São os próprios alunos que escolhem o seu repertório. Repertório normalmente que lhes é familiar a seu gosto e com o qual se identificam.	Os professores normalmente selecionam a música com a intenção de introduzir os alunos a áreas com as quais ainda não estão familiarizados.
Aprendizagem com ausência de notação ou qualquer tipo de instrução escrita. Execução por identificação auditiva do seu repertório.	Aprendizagem que não dispensa a notação. O treino auditivo não é considerado método de aprendizagem do seu repertório.
Aprendizagem que envolve maior autonomia por parte do aluno.	Aprendizagem que envolve a supervisão de um adulto e orientação de um especialista com maiores habilidades e conhecimento.
Método que envolve a assimilação de habilidades e conhecimentos de modo pessoal, frequentemente desordenado, de acordo com as preferências musicais, partindo de peças musicais completas, do “mundo real”.	Método cujos alunos seguem uma progressão do simples ao complexo, que quase sempre envolve um currículo, um programa do curso, exames com notas, peças ou exercícios especialmente compostos.
Existe uma integração entre apreciação, execução, improvisação e composição, com ênfase na criatividade.	Existe uma maior separação das habilidades com ênfase na reprodução.

Neste contexto, como refere na tabela acima, considera-se que, “o ensino formal e informal distinguem-se pelos locais onde são “feitos”, pelas pessoas e pelas formas como as aprendizagens são retidas e aprendidas pelos alunos.

Enquanto docente constato diariamente que uma grande maioria dos alunos recorre à internet para procurar música de grande efusão comercial e é frequente o aluno sentir necessidade de questionar o professor se conhece uma determinada música ao qual destacaram estudo num determinado período de tempo.

Muitas vezes os próprios professores, “como vivenciaram os seus estudos musicais em ambientes de orquestras coros e ensembles não conseguem perceber a ausência de interesse por parte dos alunos em participar num contexto formal de ensino” (Clements, 2010, p. 16).

Mas como podemos responder às diferentes culturas dentro da sala de aula, respondendo igualmente aos objetivos curriculares dos alunos inseridos numa escola, cujos currículos correspondem às diretrizes do ensino formal?

Clements, em *Alternative Approaches in Music Education: Case Studies from the Field*, refere que “Uma das formas mais comuns dos educadores responderem a diversidades culturais, é através da seleção de repertório (Clements, 2010, p. 3)” e que as:

Práticas educacionais que incluem aprendizagem da música e cultura, podem servir para atingir objetivos curriculares específicos embora questionando sempre se esses objetivos estão de encontro com as necessidades dos alunos. Para isso devemos considerar abrir espaços na sala de aula para discussão, questões para chegar a um melhor entendimento da experiência musical das suas perspectivas. (Clements, 2010, p. 5)

Desta forma uma vez que a realização deste projeto educativo é executado numa escola de ensino oficial, retira-se deste capítulo que será importante abrir espaço na sala de aula para perceber a cultura musical onde estão inseridos, mais concretamente, observar e identificar as suas preferências musicais e usar esse repertório em função do aumento de conhecimento e evolução nos alunos enquanto músicos, respeitando as respetivas práticas do ensino formal. Desta forma, pretende-se acrescentar valor à motivação e ao método de aprendizagem dos alunos.

## 4. MÚSICA DAS NOVAS GERAÇÕES

### 4.1. Definição e contextualização da música das novas gerações

Toma-se como conceito para este trabalho que o termo Música das Novas Gerações refere-se à música de grande expansão comercial que faça parte da vida de jovens/adolescentes na atualidade. A escolha deste gênero musical foi determinado tendo em conta a facilidade com que os jovens estão expostos a um tipo de música que facilmente se torna moda entre eles.

*As adolescent musical preferences often form the core of peer cliques and groups (Brown, Eicher, & Petrie, 1986) and a musical preference is a valued and important dimension of adolescents' social identity. (Tarrant et al., 2001)*

Considera-se ainda que a Música das Novas Gerações, é um tipo de música que se torna familiar aos jovens uma vez que faz parte das suas vivências, e permite que se familiarizem com os princípios de organização sonora, o que torna a música significativa para os mesmos (De Souza, Carolina, & Joly, 2010).

O propósito da inclusão da Música das Novas Gerações na sala de aula será “auxiliar crianças, adolescentes e jovens no processo de apropriação, transmissão e criação de práticas músico-culturais como parte da construção de sua cidadania”, assim como facilitar “o acesso à multiplicidade de manifestações musicais da nossa cultura, bem como possibilitar a compreensão de manifestações musicais de culturas mais distantes” (De Souza et al., 2010).

Pretende-se assim, que a sala de aula incida sobre “a construção de identidades culturais de nossas crianças, adolescentes e jovens” assim como “expandir o universo musical do aluno, isto é, proporcionar-lhe a vivência de manifestações musicais de diversos grupos sociais e culturais e de diferentes gêneros musicais dentro da nossa própria cultura”(De Souza et al., 2010).

Como refere Ana Cavaco “Numa época em constante mudança a nível social e cultural (...) cada vez mais é questionável qual o papel e/ou função do professor nestas novas visões do ensino e da instituição escola, dos nossos dias” (2014). Desta forma, Souza e Joly no artigo *A importância do ensino musical na educação infantil* referem que, “na escola, o ensino musical não tem a intenção de formar o músico profissional, assim como o ensino das ciências não visa à formação de cientistas” (2010). Desta forma destaca-se que o professor deve ter em consideração, expandir o universo musical dos alunos, proporcionando a diversidade de estilos e gêneros musicais.

#### 4.2. Fatores de influência musical na adolescência

Na atualidade, os jovens/adolescentes têm à sua disposição, meios atuais que permitem estar em constante contacto com a música. Os dispositivos portáteis como o telemóvel, *mp3*, *tablet* ou até consolas portáteis assim como as redes sociais ajudam na partilha de preferências musicais entre indivíduos pois, como refere no livro *Dez anos a Mil*, “nunca a música esteve tão acessível, mas também jamais foi tão difícil estabelecer o seu valor de troca, num mercado de bens simbólicos hoje caracterizado pela superoferta de bens e serviços culturais” (Nogueira et al., 2011, p. 24).

Os *media* são considerados os maiores veículos de transmissão de informação e conhecimento, embora por vezes alterem opiniões pessoais, julgamentos críticos e inclusive levam o público a adotar subtilmente comportamentos e modelos culturais (Lorenzo, Herrera, & Cremades, 2011, p. 125).

Segundo o artigo *Mass Media Influence on the Musical Preferences of Spanish Adolescents* é possível considerar alguns aspetos positivos e negativos dos *media* entre os quais se destacam (Cf. Tabela 3):

**Tabela 3 - Aspetos positivos e negativos dos *media***

<b>Aspetos positivos</b>	<b>Aspetos negativos</b>
Facilidade de transmissão de informação para todo o mundo acerca de qualquer tema de forma instantânea	Informação transmitida pode ser incompleta e facilmente manipulada por interesses financeiros e ideológicos por quem os controla. O conteúdo nem sempre é educacional ou construtivo.
Funciona como instrumento de socialização (comportamentos e valores sociais)	Por serem relaxantes, distraem o público de atividades produtivas como a leitura e outras atividades produtivas. Desperdiçam tempo e tornam-se viciantes.
Fornece diferentes perspetivas culturais e promove o diálogo e debate.	Geram uma atitude passiva, distraindo a atenção do público. As mensagens audiovisuais focam o público na emoção em vez da razão.
Funciona como instrumento de entretenimento.	Promovem valores e ideias que nem sempre são compatíveis com a realidade gerando individualismo e competitividade.
	Generaliza fatores ao ponto de destruírem identidades culturais. Por vezes são uma ferramenta de controlo político e ideológico.

De seguida, são referidos alguns meios atuais, que influenciam as preferências musicais dos jovens:

A televisão é um importante veículo de transmissão de informação entretenimento e educação<sup>13</sup> (Lorenzo et al., 2011, p. 127).

Considera-se que uma das formas de atrair o público em geral para um determinado produto são os anúncios publicitários, que muitas vezes utilizam a repetição constante de uma música como base para o reconhecimento do produto em questão<sup>14</sup>. São inúmeros os exemplos de anúncios que passam diariamente na televisão, que são acompanhados de um tema popular para servir de referencia a uma determinada marca/produto ou então anúncios que usam do poder do conteúdo musical como melodias tristes, alegres ou simplesmente a mensagem da letra como estratégia de venda (Cardoso, Gomes, & Freitas, 2010).

É possível considerar como exemplo de utilizar temas já existentes e populares, o anúncio da marca Vodafone ao produto *RED* com o tema *Top of the World* dos *Imagine Dragons* ou o produto *Licor Beirão* com o tema *Estou na Lua* dos *Lunáticos*, a *NÓS* com o tema *Don't Stop Me Now* dos *Queen*. Embora também seja hábito, uma grande parte de anúncios que utilizam apenas uma melodia de fundo ou parte de um tema que através da marca se torna popular, como é exemplo os anúncios da *McDonald's*, *MEO*, *Coca-Cola*.

Ainda na área televisiva considera-se como exemplo as bandas sonoras das telenovelas, que associam frequentemente um tema para servir de genérico da novela, a cada personagem ou situação. Temas estes sempre populares ou bastante comercializados no momento ou então passam a ser aquando do impacto da telenovela.

Noutro âmbito, os canais de música, dentro dos quais é referido a *MTV* como o canal de música mais visualizado de todos e feito a pensar nos adolescentes, contando não apenas com programação musical mas também com séries, programas de entretenimento e biografias de artistas. Segundo o *site* <http://www.atelevisao.com/>, Victor Mourão, *General Manager* da *VIMN Portugal*, salienta a excelente performance junto do público-alvo da *MTV Portugal*: “há uma crescente afinidade dos jovens com os conteúdos da *MTV Portugal*”.

Poderá dizer-se que nos dias de hoje, será praticamente impossível encontrar um jovem/adolescente, que não conheça ou não tenha assistido este canal televisivo. No *site*

---

<sup>13</sup> Tradução livre do artigo *Mass Media Influence on the Musical Preferences of Spanish Adolescents* – No original lê-se: *Television is an extremely important vehicle for the transmission of information, entertainment and education*.

<sup>14</sup> São exemplos de estudos que determinam a importância da música num anúncio publicitário: O artigo *O papel do jingle em anúncios publicitários televisivos destinados a crianças* de Liliana Duarte e António

<http://www.mtv.pt/> consultado a vinte de Janeiro de 2016 pode observar-se que na sua programação, encontram-se séries de ficção que retratam a vida e o drama de adolescentes sempre acompanhadas dos “temas do momento”, diversos *top* ou *hits* de música *Pop*, documentários sobre festivais de música entre outros, mas sempre com uma ligação à música popular ou à música mais comercializada no momento.

Outro tema que suscita interesse no meio adolescente são os concursos como o *The Voice*<sup>15</sup>, ou o *Ídolos*<sup>16</sup>. Tratam-se de programas cujo objetivo é encontrar aquele que mais se enquadra e revela ter melhor aptidão musical, o melhor artista, ou o melhor cantor. Participam jovens de todo o país na ambição de iniciar uma carreira musical. De qualquer forma são programas associados sempre ao género de música *Pop* ou *Pop/Rock*.

Na música o rápido desenvolvimento dos *media* nas últimas décadas e a entrada de novas tecnologias na sociedade criam tendências e transformam grande setores da população em consumidores (Lorenzo et al., 2011, p. 126). Muitos músicos profissionais desde estrelas pop a solistas clássicos estão cientes da influência e poder dos *media* fazem um esforço por aparecer na televisão, serem convidados para entrevistas de rádio e utilizar a internet na introdução de novas canções, maximizando os benefícios dos *media* para exporem o seu trabalho (Lorenzo et al., 2011, p. 126).

Outro ponto importante, suscetível a ser ainda mais significativo do que os anteriores, são os videojogos quem mais acompanham os jovens adolescentes nos tempos livres no seu dia-a-dia. Estes vêm acompanhados de uma lista de temas apropriados ao jogo em questão. Segundo o site oficial da *PlayStation*<sup>17</sup> um dos jogos mais vendidos em 2015 foi o *FIFA*<sup>18</sup>, que acompanha os temas *My Type* dos *Saint Motel*, *Down by the River* dos *Milky Chance*, *Mess is Mine* dos *Vance Joy*, entre outros.

A rádio é outro meio de comunicação que sustem a prática de audição à música popular<sup>19</sup>. As duas estações mais ouvidas, segundo sondagens realizadas em Dezembro de 2015 pelo *Grupo Marktest* são a *Rádio Comercial* e a *RFM*. Ambas possuem uma programação que abrange maioritariamente a música popular mais comercializada do momento e proporcionam ao ouvinte a possibilidade de assistir a sua programação

---

Cardoso, a Dissertação de Mestrado de João Ricardo Marques Ramos com o título *O efeito da música na relação entre marca e consumidor*, entre outros.

<sup>15</sup> *The Voice* – Concurso televisivo do canal RTP cuja designação é “encontrar a melhor voz de Portugal”.

<sup>16</sup> *Ídolos* – Concurso televisivo do canal SIC que consiste em encontrar um novo cantor de Música *Pop*, cuja designação é “encontrar o novo ídolo de Portugal”

<sup>17</sup> *PlayStation* - Marca referente a uma série de consolas de videojogos.

<sup>18</sup> *FIFA* – Vídeo jogo sobre futebol.

<sup>19</sup> É exemplo de estudo acerca da importância dos programas de rádio a Dissertação “Programas das rádios locais” por César Ferreira.



através do seu site na internet, incluindo também a possibilidade de fazer parte de uma votação para um *top* semanal.

Por último, destaco a internet que é considerada um fenómeno que desempenha um papel extremamente importante na disseminação da música (Lorenzo et al., 2011, p. 134).

O aparecimento da internet proporcionou avanços significativos na transmissão, troca e disseminação de informação em inúmeros formatos (texto, gráficos, vídeo, áudio, fotos), propiciando novas formas de lazer e entretenimento e fornecendo um espaço diferente e atrativo para a interação interpessoal à escala global (Lorenzo et al., 2011, p. 132). Salienta-se o *Facebook*<sup>20</sup> pela partilha de vídeos entre os utilizadores e o *Youtube* pela facilidade com que dá acesso a vídeos catalogados ou recomendados pelo próprio *site*.

Uma vez que a internet é considerada, como o meio que mais favorece a liberdade de preferências musicais nos adolescentes, tem com grande virtude a forma como o ouvinte pode personalizar a sua experiência de acordo com os seus gostos pessoais que consideravelmente limita as empresas de gravação e os media tradicionais (tv e rádio) que durante décadas promoveram certos géneros de música e certos artistas (Lorenzo et al., 2011, p. 136).

Considera-se assim, que a internet assume o futuro das audiências musicais dos adolescentes e o percurso deste desenvolvimento deve ser estruturado por entidades pedagógicas. Professores de música têm a obrigação moral de encaminhar o percurso para uma utilização responsável deste extraordinário veículo musical global. Assim sendo a sala de aula é um ambiente que está isento das influências descritas neste capítulo e de certa forma, conciliam a música com o fator social, histórico e afetivo.

Em sala de aula prevalece o diálogo e de certa forma a possibilidade de uma escolha musical consciente e orientada, fazendo com que os alunos envolvidos consigam alcançar uma maior diversidade cultural.

*Yet, unguided musical selection by adolescents does not guarantee that young people will have the necessary sociological filters to achieve a culturally high quality listening experience (Lorenzo et al., 2011, p. 136).*

---

<sup>20</sup> Facebook – Rede social que proporciona a partilha de informação, ficheiros, vídeos ou fotografias com pessoas em todo o mundo. Cada usuário cria e apresenta um perfil, e destaca o seu mural com publicações de notícias, vídeos, fotos e comentários dos mesmos.

## **PARTE II ENQUADRAMENTO EMPIRICO**

### **5. CUIDADOS ÉTICOS**

Para a realização deste projeto educativo será disponibilizada toda a informação necessária aos intervenientes – Alunos inscritos na disciplina de Classe de Conjunto – Orquestra de Guitarras, encarregados de educação e direção da Academia de Música de São João da Madeira.

Solicitar-se-á autorização para o registo de vídeo e áudio na sala de aula e apresentações públicas da respetiva disciplina, à Direção da Escola supracitada e aos encarregados de educação dos alunos envolvidos, indicando a finalidade do mesmo aos três intervenientes.

Respeitar-se-á a recusa de qualquer participante neste projeto caso não se identifiquem com os propósitos apresentados para o efeito da realização deste projeto.

Os cuidados éticos apresentados respeitam os princípios recomendados pela Associação Americana de Psicologia (APA).

## **6. METODOLOGIA**

### **6.1. Objeto de estudo e motivações da investigação**

O objeto de estudo desta investigação incide na disciplina de Classe de Conjunto mais concretamente a Orquestra de Guitarras da Academia de Música de São João da Madeira (AMSJM), disciplina que se encontra inserida no currículo do Ensino Vocacional da Música (Cf. Anexo 6).

O interesse nesta investigação surge pelo facto de a investigadora ter sido professora da referida disciplina nos anos letivos 2010/2011 e 2011/2012 na Escola de Música de Perosinho assim como no presente ano letivo na Academia de Música de São João da Madeira.

A direção da AMSJM define a disciplina de Orquestra de Guitarras como sendo obrigatória a partir do primeiro ano do 3º Ciclo do Ensino Básico. Esta disciplina na AMSJM contém ainda a possibilidade de serem inseridos alunos com idades e habilitações inferiores, que se destaquem com capacidades para a sua frequência. Esta opção e seleção ficam à responsabilidade da professora responsável.

Desta forma, a disciplina de Orquestra de Guitarras envolve 16 alunos entre os 11 e os 14 anos de idade, o que representa níveis de conhecimento musicais heterogéneos.

No início do ano letivo 2015/2016, a investigadora deparou-se com um grupo de alunos que demonstravam pouca autonomia e interesse em frequentar a disciplina de Orquestra, gerando uma preocupação que despoletou por parte da docente/investigadora a necessidade de analisar a problemática em questão.

A partir deste facto a investigadora sentiu necessidade de reavaliar conteúdos programáticos, assim como formas de abordagem com vista a uma maior aproximação entre os alunos e o estudo da música. Foi abordado no estado de arte (na primeira parte deste trabalho) as pertinências e valências da disciplina de classe de conjunto assim verificado o seu plano de estudos.

Assim pretende-se com este trabalho realizar uma investigação necessária no estado atual do ensino da música em Portugal na disciplina de Classe de Conjunto (Orquestra Guitarras). Trabalho este que prevê, uma contribuição de repertório original, tendo como base a elaboração de arranjos de peças pré-existentes e a forma como é proposto em sala de aula, com o objetivo de colmatar a pouca autonomia e interesse em frequentar a disciplina.

Por fim, esta investigação pode anunciar possíveis melhorias a serem feitas nesta disciplina, no futuro.

## **6.2. Problemática do estudo e questões de investigação**

A problemática deste trabalho resume-se na constatação da disciplina de Classe de Conjunto – Orquestra de Guitarras e na perceção (através de inquéritos e entrevistas) dos alunos e docentes face às potencialidades do ensino da música em conjunto. O estudo visa refletir-se sobre a forma de abordagem desta disciplina, comportamentos socioculturais e motivacionais dos alunos e opiniões de alguns docentes respeitando a problemática em questão. Procura-se igualmente verificar maior potencialidade entre a disciplina e a evolução dos alunos enquanto humanos e músicos, aumentar a dimensão de repertório específico – nomeadamente músicas das Novas Gerações.

A questão principal desta pesquisa é:

**O repertório das Novas Gerações eleva o nível motivacional e adequa-se à formação técnico-musical dos alunos na Disciplina de Classes de Conjunto (Orquestra de Guitarras)?**

Mais concretamente nesta investigação existem questões as que são consideradas como primordiais, para um primeiro entendimento da importância da música de Conjunto.

- Qual é o atual programa da disciplina de Classe de Conjunto – Orquestra de Guitarras?
- Existe abertura no programa da disciplina de Classe de Conjunto para incluir temas das Novas Gerações?
- Quais os benefícios que podem existir na utilização de Músicas das Novas Gerações na disciplina de Classe de Conjunto?
- Quais as abordagens a adotar na sala de aula de Classe de Conjunto que proporcionem um maior envolvimento dos alunos na realização das tarefas?
- De que forma poderemos complementar o programa da disciplina, para contribuir para a formação do aluno enquanto músico?

### **6.3. Cenário de investigação e caracterização dos participantes**

Nesta investigação é feita uma experiência objetiva com um grupo de 16 alunos inscritos na Orquestra de Guitarras da Academia de Música de São João da Madeira. Trata-se de um estudo de caso que poderá ser proveitoso para outros grupos que utilizem as mesmas abordagens, princípios e ideais apresentados no sentido de obter finalidades idênticas.

O processo de investigação apresenta quatro fases:

Numa primeira fase considera-se importante perceber a opinião de professores que partilham a experiência de lecionação de Orquestras de guitarras e constatar opiniões e modos de atuar face às dificuldades encontradas nos seus grupos. Concretamente foi realizada uma entrevista (Cf. Apêndice 1) a 3 professores de guitarra que de certa forma, contribuem para a resolução da problemática desta investigação. A seleção dos professores teve em conta os seguintes critérios: Ser professor da disciplina de Orquestra de Guitarras, usar repertório não erudito em sala de aula e elaborar regularmente arranjos para a disciplina de Orquestra de Guitarras. Os três professores selecionados foram: Rui Rufino (Escola de Música Fórum de Gulpilhares), Ana Silva e Paulo Andrade (Escola de Música Vilar de Paraíso).

As questões selecionadas para as entrevistas, tiveram como propósito as seguintes informações:

- Qual a experiência de trabalho com Orquestras de Guitarras.
- Qual a necessidade de adaptar repertório ao grupo que têm para trabalhar.
- Quais as razões, necessidades, prioridades e valores que definem na realização de arranjos.
- Qual o género de repertório selecionado para a Orquestra de Guitarras?
- Quais as opiniões, prioridades, ou ideais face à disciplina de Orquestra de Guitarras.
- Quais os arranjos de repertório não-erudito de sua autoria.

Posteriormente numa segunda fase, foram recolhidas informações dos alunos participantes através de um inquérito (Inquérito I, Cf. Apêndice 2), com vista a melhorar o desempenho do grupo na aula de Orquestra de Guitarras assim como na sua evolução individual enquanto guitarristas. Foram realizados 16 inquéritos (número referente a todos

alunos inscritos na Orquestra de Guitarras). As informações consideradas primordiais para a realização deste projeto são:

- Quais as motivações dos alunos para o estudo da música?
- Quais as motivações para a escolha da guitarra como instrumento?
- Quais as capacidades técnicas e musicais de cada aluno?
- Quais as opiniões dos alunos face ao repertório abordado na Orquestra de Guitarras?
- Quais as opiniões dos alunos face a possíveis alterações em sala de aula como por exemplo acrescentar um instrumento diferente ao grupo de guitarras e utilizar repertório das Novas Gerações?

Os inquéritos foram realizados para um entendimento mais pormenorizado antes da realização e apresentação dos arranjos de Música das Novas Gerações, com a intenção de perceber quais as alterações necessárias e mais proveitosas para o grupo em questão.

A terceira fase diz respeito a elaboração do repertório das Novas Gerações tendo em conta as respostas dos inquiridos. As respostas dadas no primeiro inquérito serviram para um maior conhecimento do gosto musical dos alunos inscritos na Orquestra de Guitarras e o entendimento do trabalho a realizar a partir dos arranjos e temas escolhidos.

Considera-se que há três aspetos primordiais a ter em consideração para o sucesso desta fase:

- A realização do arranjo, pois é imprescindível enquanto ferramenta de trabalho para uma melhor adequação, otimização e promoção de recursos educativos e curriculares como refere no capítulo 2.2.
- A escolha de repertório das Novas Gerações, que sendo do interesse dos estudantes, gere maior estímulo no estudante e consequentemente a possibilidade de obtenção de melhores resultados no processo de aprendizagem como refere no capítulo 2.3
- A possibilidade dos arranjos serem alterados pelos alunos em sala de aula sob orientação da professora.

Desta forma a autora pretende que os arranjos sejam adequados o mais possível aos alunos envolvidos não apenas em questões técnicas e musicais mas também no que respeita à perspetiva sociocultural.

Nesta fase pretende-se atuar nos seguintes pontos:

- Que os arranjos se adaptem às necessidades técnicas dos alunos envolvidos.
- Que o repertório sugerido pelos alunos - temas das Novas Gerações faça parte do dia-a-dia dos adolescentes ou de um consumismo significativo.
- Que as abordagens em sala de aula permitam abertura para discussão de ideias (dinâmica, fraseado, agógica, técnica ou mudanças nos arranjos) contribuindo para o sucesso individual dos alunos e do grupo.

A quarta fase decorre após a implementação dos arranjos e destina-se a obter dados através de um inquérito (Inquérito II, Cf. Apêndice 3) que permita avaliar a aplicabilidade dos arranjos. Serão realizados 15 inquéritos aos mesmos alunos inscritos na disciplina de Orquestra de Guitarras (após uma anulação de matrícula relativamente aos 16 alunos iniciais) no sentido de obter informações sobre os seguintes aspetos:

- Como avaliam a sua evolução técnica e musical.
- Como avaliam a sua motivação relativamente:
  - À disciplina de Orquestra de Guitarras como forma de apoio ao estudo individual da disciplina de instrumento (guitarra).
  - À escolha dos temas
  - A adequação dos arranjos face ao grupo em questão.

#### **6.4. Procedimento: técnicas e instrumentos de recolha de dados**

Nesta investigação, os indicadores pretendidos foram obtidos através de entrevistas e inquéritos. Foram realizadas entrevistas a três professores em escolas do ensino oficial, cujas funções pedagógicas incluem a lecionação em Orquestra de Guitarras e dois inquéritos aos 16 alunos inscritos na disciplina de Orquestra de Guitarras da Academia de Música de São João da Madeira, um antes e outro pós implementação dos arranjos na sala de aula.

As entrevistas foram feitas de **forma estruturada** (questões previamente preparadas).

Quanto aos inquéritos são constituídos por:

- **Questões fechadas** (que permitem apenas uma resposta possível para cada indivíduo).
- **Questões semiabertas** (que permite a escolha de uma opção ou a inserção de uma resposta livre)
- **Questões de escolha múltipla com escala progressiva** (que admitem várias alternativas com intensidades ascendentes ou descendentes).
- **Questões abertas** (questões sem previsão de resposta).

Os inquéritos foram entregues em mão aos alunos e realizados de forma anónima, com uma breve explicação do seu conteúdo antes da realização.

Os dados foram tratados quantitativa e qualitativamente, utilizando o programa informático *Microsoft Office Excel*<sup>21</sup>, para análise e recolha de dados. Seguiu-se a organização e introdução dos dados no mesmo programa informático, para uma apresentação gráfica dos resultados que facilita a sua análise.

---

<sup>21</sup> *Microsoft Office Excel* – Aplicativo informático para criar e formatar folhas de cálculo.



## **7. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

O capítulo 7 destina-se à apresentação e análise dos dados obtidos através de inquéritos aos alunos, sustentados a partir de uma análise das entrevistas realizadas a três professores que lecionam/lecionavam a disciplina de Classe de Conjunto - Orquestra de Guitarras.

As entrevistas constam de 11 questões e baseiam-se na procura de três finalidades:

- Identificar aspetos considerados importantes por parte dos professores durante a realização dos arranjos.
- Dar a conhecer exemplos de temas adaptados para Orquestra de Guitarras.
- Dar a conhecer resultados motivacionais através dos temas escolhidos.

Os resultados da análise aos inquéritos indicam os níveis de motivação e evolução, com vista a perceber as vantagens da utilização do repertório escolhido e da forma como foi abordado em sala de aula.

Serão ainda apresentados os temas escolhidos para a realização dos arranjos, assim como, o método de seleção dos mesmos. Salienta-se também uma determinada atenção na descrição da forma como foram realizados os arranjos e quais as adaptações necessárias para a realização deste projeto.

### **7.1. Análise das entrevistas**

Com vista a conhecer a opinião de alguns professores, foi elaborada uma entrevista a três docentes que têm experiência na lecionação de Orquestra de Guitarras inserida na disciplina de Classe de Conjunto. Os entrevistados foram:

- Ana Silva: Professora na Academia de Música de Vilar do Paraíso com 6 anos de experiência na lecionação da referida disciplina.
- Paulo Andrade: Professor na Academia de Música de Vilar do Paraíso com 12 anos de experiência na lecionação da referida disciplina.

- Rui Rufino: Antigo professor no Fórum de Música de Gulpilhares que refere não ter presente ao certo mas conta alguns anos de experiência na leção da referida disciplina.

A seleção deste grupo de entrevistados deve-se ao facto de a investigadora deste projeto, conhecer o trabalho realizado por estes três professores, embora de forma superficial, com o intuito de recolher informações pormenorizadas e consideradas uteis que serviram de linhas orientadoras para a realização dos arranjos e método de seleção dos temas.

As questões feitas nas entrevistas incidiram no sentido de perceber aspetos como: tipo de repertório utilizado nas orquestras competentes a cada um dos professores, a necessidade da realização dos arranjos, quais os aspetos considerados pertinentes aquando da realização dos arranjos, métodos de seleção dos temas escolhidos para o efeito e os resultados obtidos no âmbito da disciplina de Classe de Conjunto - Orquestra de Guitarras.

Desta forma poderá verificar-se na transcrição das três entrevistas (Cf. Apêndice 4, Apêndice 5, Apêndice 6) que as respostas dadas pelos docentes foram bastante idênticas e pertinentes ao estudo em questão.

Os três entrevistados referem nas 5 primeiras questões (de um total de 11), que a realização do arranjo para Orquestra de Guitarras é uma necessidade que têm “desde sempre” (Ana Silva) ou “há mais de uma década” (Paulo Andrade). As razões que os fazem sentir essa necessidade são variadas:

Rui Rufino refere “prefiro realizá-los para uma melhor adaptação ao nível técnico dos executantes, que é variável”, enquanto Paulo Andrade usa o arranjo para possibilitar uma abordagem de um tipo de repertório específico não existente para a Orquestra de Guitarras. Inclusive, Ana Silva refere duas razões consideradas bastante pertinentes, sendo a primeira, “adequar o repertório escolhido ao nível dos alunos que fazem parte da orquestra (por vezes há níveis muito diferentes e é necessário realizar um arranjo ou adaptar algo já existente) ”; e a segunda, “adequar o repertório escolhido ao gosto musical do aluno”.

É de realçar ainda, que os entrevistados apontaram um conjunto de aspetos a ter em consideração aquando da realização de um arranjo, apresentados na Tabela 4.

**Tabela 4** - Aspetos considerados importantes durante a realização dos arranjos

Ana Silva	O equilíbrio das vozes Diversificar papéis entre os diferentes naipes
Paulo Andrade	Adequação ao nível dos alunos. Alternar as melodias principais pelos vários naipes Alternar o acompanhamento pelos vários naipes
Rui Rufino	Adequação do nível técnico dos alunos Coerência da composição ou adequação com as características do instrumento.

Em suma, nas 5 primeiras questões feitas nesta entrevista, foi possível para a investigadora perceber, que a perspetiva que têm do arranjo, enquanto possível resolução da problemática deste trabalho é partilhada e executada pelos três colegas. Desta forma é de ter em conta a importância que a adaptação de um repertório selecionado a ter em vista um grupo específico de alunos, permite obter resultados positivos a vários níveis.

Nas questões 6, 7 e 10 (Cf. Apêndice 4, Apêndice 5, e Apêndice 6) houve uma tentativa de perceber qual a opinião dos entrevistados face à utilização de repertório não erudito. Uma vez que realizam arranjos, podem escolher qualquer tema musical para esse efeito abrangendo qualquer género de música.

Mais uma vez os entrevistados respondem em consonância referindo a utilização de temas bastante variados, como por exemplo, Paulo Andrade, afirma a utilização de uma grande diversidade de estilos que pode ir desde temas sinfónicos a populares e Rock. Ana Silva acrescenta “o que procuro é ir de encontro aos gostos musicais dos alunos: por exemplo, já pedi aos alunos para trazerem sugestões de músicas que gostariam de tocar e escolher a partir daí”.

Por fim, já nas últimas questões, a entrevista solicita exemplos de arranjos que tenham realizado e recolhe as opiniões acerca das diferenças motivacionais mediante o tipo de repertório selecionado.

Constata-se a partir das respostas dadas nas últimas questões da entrevista, que o repertório usado principalmente por Paulo Andrade corresponde a um género de música designado neste trabalho por Música das Novas Gerações (Cf. Tabela 5). A opinião dos entrevistados sobre o uso do género de música referido é consensual quanto ao aumento de motivação, entrega e entusiasmo como é possível verificar na Tabela 6.

**Tabela 5 - Enumeração dos temas abordados em Orquestra de Guitarra pelos entrevistados**

	<b>Temas escolhidos pelos entrevistados para a realização dos seus arranjos</b>
Ana Silva	Refere utilizar maioritariamente arranjos realizados pelo Professor Paulo Andrade
Paulo Andrade	Smoke on the water - Deep Purple Wake me up when september ends - Green Day Crazy little thing called love - Queen Thriller - Michael Jackson Happy - Pharrell Williams Eye of the tiger - Survivor Cheek to cheek - Irving Berlin É tão bom - Sérgio Godinho Somebody that i used to know - Gotye Venham mais cinco, Era um redondo vocábulo, Índios da meia praia - Zeca Afonso
Rui Rufino	Tarantella - tradicional Italiano Bossinha - Rui Rufino (Inspiração brasileira) Troika - Rui Rufino (Inspiração russa) Dança Paraguaia - Rui Rufino (Inspiração latino-americana)

**Tabela 6 - Diferenças motivacionais apontadas pelos entrevistados**

	<b>Diferenças motivacionais encontradas</b>
Ana Silva	Quando o repertório lhes é familiar e próximo existe maior empenho e os resultados são melhores.
Paulo Andrade	O uso de música não clássica confere com maior motivação dos alunos, embora haja repertório erudito igualmente aceite.
Rui Rufino	Sem dúvida! Mais entusiasmo essencialmente. Portanto mais entrega.

Em suma refere-se que as entrevistas foram importantes para solidificar alguns aspetos dentro do propósito geral deste projeto. Assim sendo, foram tomados em consideração e utilizados muitos dos aspetos referidos pelos professores entrevistados, tais como: a importância do repertório como fator motivacional, o método de seleção dos temas para a realização dos arranjos, o propósito do arranjo face às necessidades dos alunos e os aspetos a considerar aquando da realização dos arranjos.

## 7.2. Análise ao inquérito I

O inquérito I (Apêndice 2) foi realizado antes da implementação dos arranjos e revelou-se uma ferramenta importante para a investigadora/professora conhecer o perfil dos alunos envolvidos neste projeto.

Pretende-se assim, perceber quais as motivações/influências dos inquiridos ao estudo da música, identificar o nível de interesse dos mesmos face à disciplina de Classe de Conjunto - Orquestra de Guitarras e quais os géneros musicais que gostariam de ver abordados na mesma disciplina.

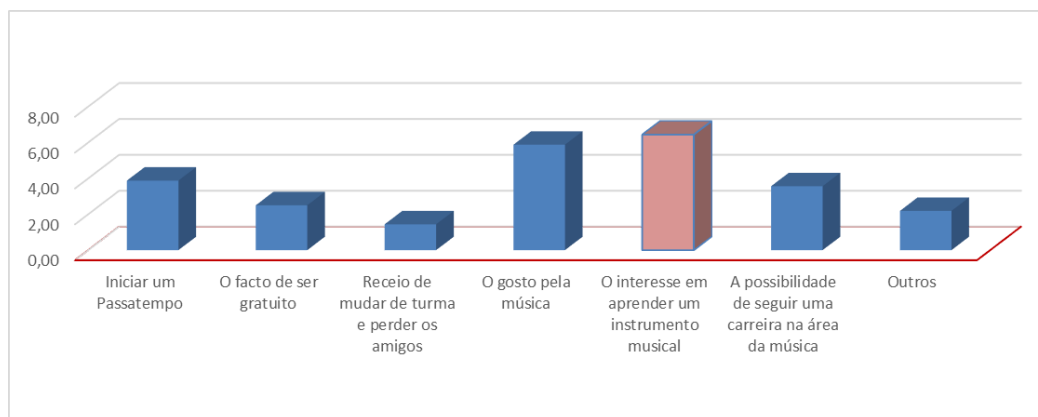
Assim o inquérito I apresenta que a amostra estudada é constituída por 16 alunos matriculados em regime de ensino articulado, e para estudarmos a sua caracterização numa ótica de interesse para esta tese, foi elaborado um inquérito com questões de resposta aberta, e outras de classificação, com o âmbito de 1 a 7, sendo o 1 representativo da menor classificação e o 7 a máxima possível.

De seguida serão apresentadas as questões realizadas e analisadas as respostas dadas pelos inquiridos.

**Questão 1** - Assinala com uma cruz qual o regime que estás inscrito.

A questão apresenta duas possibilidades de resposta (regime articulado ou regime supletivo). Desta forma regista-se que todos os alunos inscritos estão matriculados em regime de ensino articulado com o ensino regular.

**Questão 2** - Classifica quais as considerações ou quais as influências que te levaram a iniciares os estudos musicais.



**Gráfico 1, Inquérito I - Questão nº 2**

Verifica-se no Gráfico 1, que as principais razões apontadas pelos alunos para iniciar os seus estudos musicais são: o interesse em aprender um instrumento musical, seguido de o gosto pela música. Também é visível que as opções “iniciar um passatempo” e a “possibilidade de seguir uma carreira musical” são indicativos da preferência de alguns alunos. Estas opções são completamente opostas e por ser um trabalho em conjunto podem tornar-se um entrave à evolução do grupo considerando que as suas atitudes e valores dentro da sala de aula serão diferentes. Por fim poderá referir-se que em *outros* foram acrescentadas as seguintes respostas: “faltar ao coro” e a “influência de um amigo”.

**Questão 3** - Explica em breves palavras o que significa para ti a disciplina de Orquestra de Guitarras.

Após uma reflexão acerca de todas as respostas dadas pelos inquiridos será apresentado um resumo de todos os comentários escritos. Será possível determinar a forma como os alunos encaram a disciplina de Orquestra de Guitarras enquanto estudantes de música.

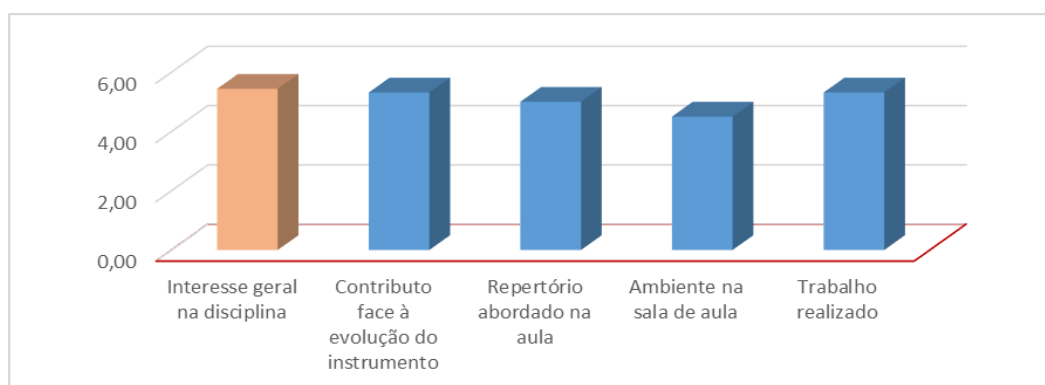
A disciplina é descrita pela maioria dos alunos como sendo algo agradável. Um dos aspetos positivos apontados foi a possibilidade de tocar em conjunto, concretamente referem que “é uma aula onde podemos tocar guitarra em conjunto com os nossos amigos onde temos de ter espírito de equipa”. Outros aspetos positivos descritos sobre a disciplina foram: interessante, divertida e importante, inclusive alguns referem-na como a disciplina da sua preferência, à qual fazem questão de pertencer. Destaca-se ainda a existência de uma resposta que define a Orquestra como uma questão técnica: “serve para melhorar as minhas habilidades na guitarra” (aula de instrumento).

Por outro lado existem respostas menos positivas quando comparam a Orquestra de Guitarras ao Coro e a escolha por uma das disciplinas é somente um escape da outra: “Na verdade preferia estar no coro mas obrigaram-me a vir”, “Disciplina preferida e faltar ao coro”. Existe um inquirido que somente vem à orquestra por ser obrigatório e outro que se inscreve na orquestra com o propósito de se ausentar do coro. Desta forma identificam-se alguns comentários que demonstram a falta de motivação de alguns alunos.

Não menos importante são alguns comentários um pouco contraditórios como é exemplo: “Saio da aula cheio de sono e cheio de fome mas acima de tudo gosto de tocar” ou “Um pouco seca mas dá para tocar com outros guitarristas.

Note-se que os comentários refletem a visão destes alunos face ao ensino da música. Existe apenas uma resposta que liga a Orquestra à evolução individual enquanto guitarristas, a maioria determina que o foco principal é a junção entre a música e os amigos.

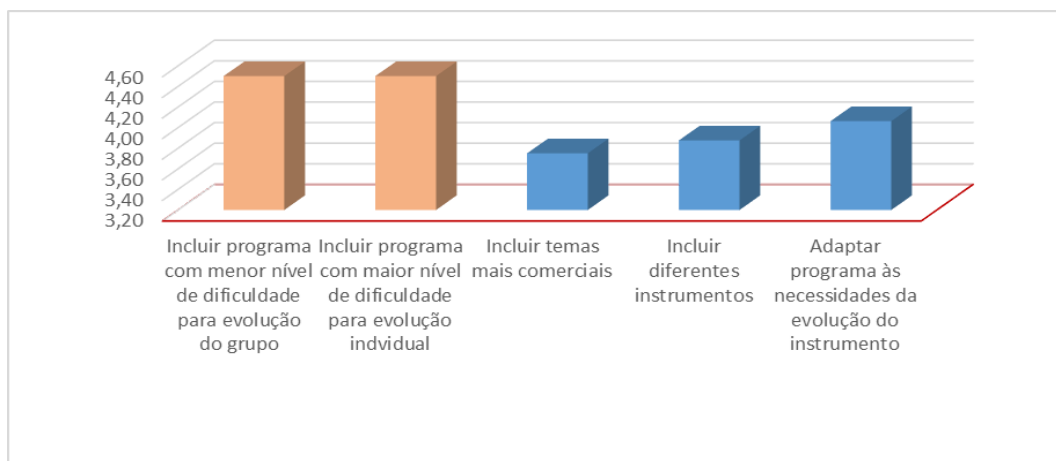
**Questão 4** - Como classificas a disciplina de Orquestra de Guitarras nas seguintes opções de resposta



**Gráfico 2, Inquérito I – Questão nº 4**

Não existe nenhum ponto que sobressaia na classificação da disciplina, o “interesse geral na disciplina” tem uma classificação média de 5,44 pontos em 7. Poderá ser interpretado no Gráfico 2 que, para os inquiridos, a Orquestra de Guitarras é vista como interessante de uma forma geral e que o ambiente na sala de aula é um aspeto positivo, embora de todas as opções apontadas, seja o ponto que mais alunos consideram poder ser melhorado.

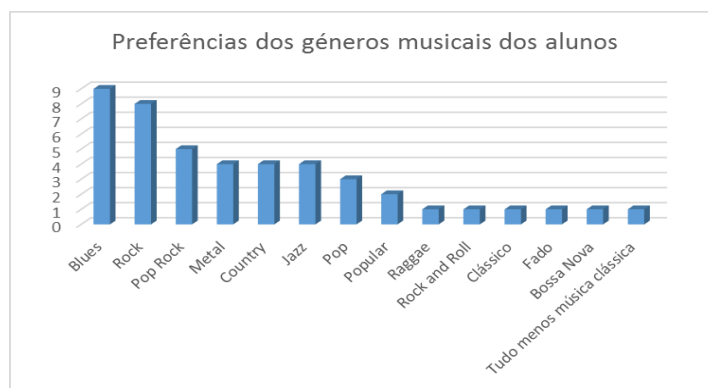
**Questão 5** - Classifica dentro das sugestões seleccionadas o que gostarias de ver alterado na aula de Orquestra de Guitarras.



**Gráfico 3, Inquérito I - Questão nº 5**

“Incluir programa com menor nível de dificuldade” para evolução do grupo, e “incluir programa com maior nível de dificuldade” para evolução individual foram as sugestões mais votadas, com uma pontuação média de 4,50 em 7 pontos como se verifica no Gráfico 3. De realçar que a sugestão “incluir temas mais comerciais” foi a sugestão menos votada, com uma pontuação média de 3,75 em 7 pontos. Apesar disso na questão seguinte (Questão nº 6 apresentada abaixo), quando questionados sobre quais os géneros musicais que gostariam de abordar na Orquestra de Guitarras, as três respostas mais escritas foram o Blues, o Rock e o Pop/Rock. Considera-se que a expressão “temas comerciais” não foi perceptível por parte dos inquiridos uma vez que manifestam constantemente em sala de aula o interesse por temas que estão incluídos no género musical escolhido para este projeto – Temas das Novas Gerações.

**Questão 6** - Qual ou quais os géneros musicais, que gostavas de ver abordados no programa da aula de Orquestra de Guitarras?

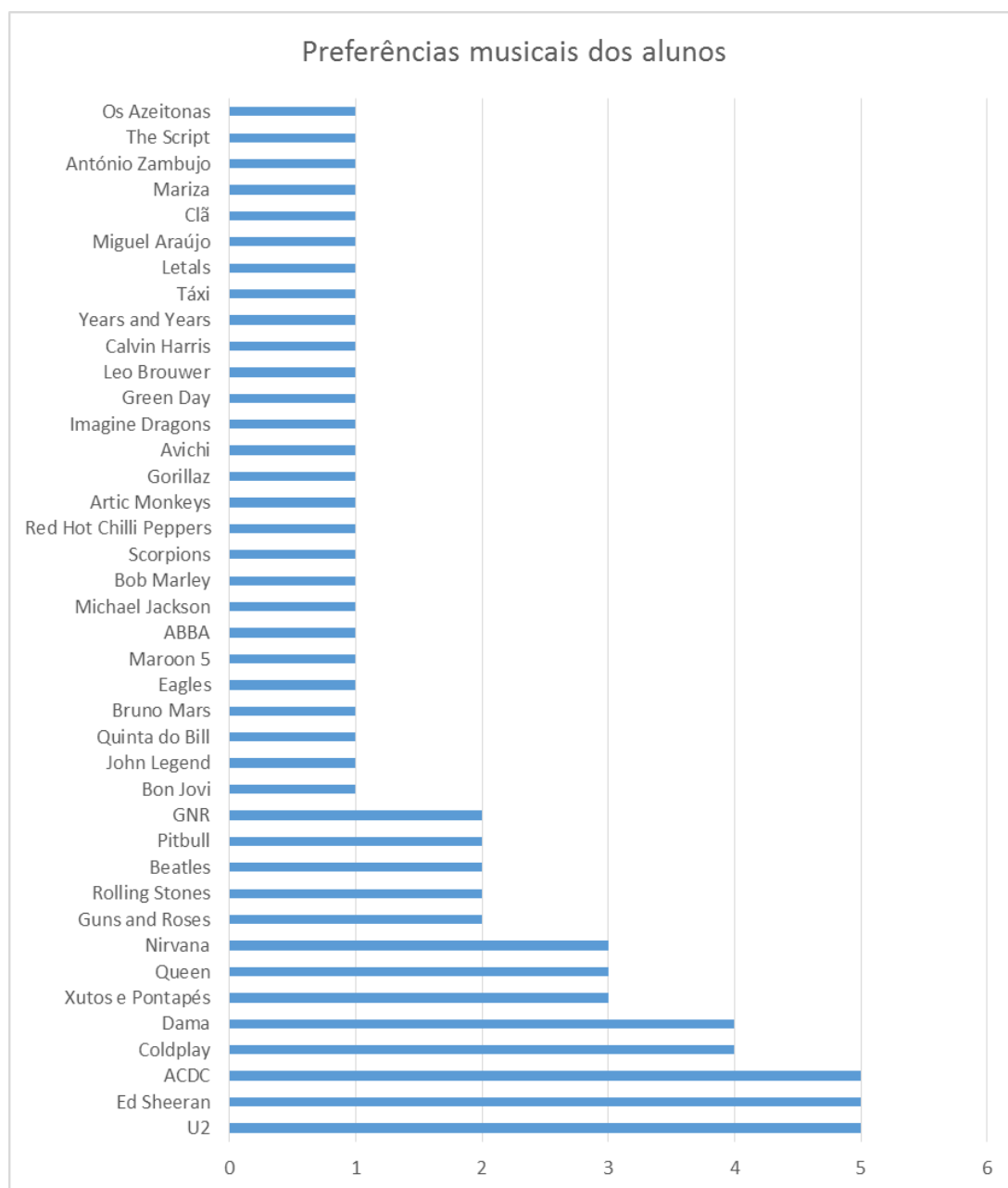


**Gráfico 4, Inquérito I - Questão nº 6**



O Gráfico 4 demonstra que os géneros musicais *Blues* e *Rock*, são as preferências da maioria dos alunos, como proposta de inserção na aula de Orquestra de Guitarras.

**Questão 7** - Refere nomes de bandas, compositores ou interpretes que gostarias de tocar na Orquestra de Guitarras.



**Gráfico 5, Inquérito I - Questão nº 7**

O Gráfico 5 demonstra que as opções *U2*, *Ed Sheeran* e *AC/DC* são as preferências da maioria dos alunos como proposta de trabalho na aula de Orquestra de Guitarras.

### **7.3. Apresentação e método de seleção dos temas**

Para a realização deste projeto educativo foram selecionados três temas escolhidos pela investigadora. A seleção dos temas foi feita tendo em consideração três aspetos: as escolhas dos alunos indicadas no Inquérito I nas perguntas 6 e 7 as necessidades técnicas e musicais de cada indivíduo e do grupo em questão e por último, uma vez que a formação instrumental da Orquestra de Guitarras é diferente da formação instrumental original, foi necessário selecionar temas que fossem exequíveis quando transformados para a orquestra de guitarras.

Desta forma os temas selecionados foram:

- *GNR - Caixa Negra*
- *American Authors - Best Day of my Life*
- *U2 – Elevation*

O tema *Caixa Negra* pertence a um dos mais recentes álbuns do Grupo *GNR* (Grupo Novo Rock). Este álbum (*Caixa Negra*) foi reconhecido como o melhor disco português lançado em 2015 (Blitz, 2016).

O mesmo tema foi escolhido para incluir neste projeto não apenas pelas razões supracitadas, mas também por ser uma das várias sugestões apresentadas de música portuguesa (Cf. Gráfico 5). O arranjo deste tema está dividido em 4 partes diferentes de guitarra e uma parte para baixo elétrico (Cf. Apêndice 7).

O segundo tema escolhido *Best Day of my Life* pertence ao álbum *Oh What a Life* do Grupo *American Authors* lançado em 2014. Apesar de não ter sido sugerido no inquérito I pelos intervenientes, a autora escolheu este tema por ter sido abordado em aula e por isso, conhecido por todos os alunos e outra razão é o facto de se enquadrar no mesmo género musical maioritariamente escolhido pelos alunos.

O terceiro tema escolhido *Elevation* pertence ao álbum *All That You Can't Leave Behind* do grupo *U2* lançado em 2000. Este álbum vendeu 4,4 milhões de cópias apenas nos EUA (Blitz 2014). A opção pelos *U2* foi feita mais uma vez através da preferência dos

alunos no inquérito I (Cf. Gráfico 5). A investigadora tomou a opção do tema *Elevation*, por este estar presente na banda sonora do filme *Lara Croft - Tomb Rider* e por identificar potencialidades do tema quando adaptado para orquestra de guitarras.

#### **7.4. Seleção de alunos e organização de naipes da orquestra de guitarras**

A orquestra de guitarras foi dividida em quatro naipes no arranjo *Caixa Negra* e em três naipes nos arranjos *Elevation* e *Best Day of my Life*. Foi também proposto em sala de aula juntamente com um aluno em particular a inclusão de baixo elétrico durante este projeto, uma vez que o aluno tem como complemento à sua formação o gosto e a prática autodidata de outros instrumentos.

Após uma avaliação de competências dos alunos inseridos neste projeto, a divisão foi feita tendo em consideração os seguintes aspetos: autonomia, capacidades/necessidades técnico-musicais e nível motivacional.

Esta avaliação foi feita no fim do primeiro período através dos progressos ou dificuldades verificadas com cada aluno em sala de aula. Foram também considerados pertinentes alguns comentários por parte dos alunos, referidos em sala de aula referentes à obra trabalhada durante o primeiro período – *Ainsty Suite* de Andrew Forrest.

Desta forma as frases seguintes: “estou farto disto”; “isto é sempre a mesma coisa”; “já sei isto de cor”, entre outras, entendem-se como exemplos de alunos que precisavam de um desafio maior do que aquele a que tinham respondido durante o primeiro período. Por outro lado, outros alunos apresentaram grandes dificuldades na execução da sua parte.

Na perspetiva de encontrar um nível de dificuldade aproximado para todos os alunos, os três temas apresentam a divisão descrita na Tabela 7 e Tabela 8 cujos alunos/participantes serão identificados através da letra “P” à qual será atribuída um respetivo número, por exemplo, **P1** para designar o “participante 1” pretendendo assim desta forma, manter o anonimato dos participantes.

**Tabela 7 - Descrição dos alunos divididos em cada naipe no arranjo *Caixa Negra***

<b>GNR – Caixa Negra</b>	
Naipes	Caracterização dos alunos
Gui. 1	<p><b>P1 (5º grau) e P2 (3º grau)</b> Dois alunos que se destacam face aos restantes colegas pela desenvoltura no instrumento. Estão empenhados em realizar o trabalho necessário para que o grupo obtenha bons resultados. Motivados e envolvidos nesta disciplina.</p> <p><b>P3 (3º grau) e P4 (3º grau)</b> Dois alunos que apresentam capacidades para efetuarem o mesmo trabalho mas que precisam de ser motivados para tal.</p>
Gui. 2	<p><b>P5 (3º grau) e P6 (3º grau)</b> - Dois alunos que apresentam grandes lacunas de leitura e execução instrumental.</p> <p><b>P7 (3º grau)</b> - Um aluno ao qual foi-lhe atribuída a função de ficar responsável pela Guitarra 2 com a tarefa de ajudar os seus dois colegas pertencentes à mesma parte. Apresenta autonomia e capacidades técnicas para contribuir de forma positiva para a orquestra embora precise de ser motivado para tal.</p>
Gui. 3	<p><b>P8 (3º grau) e P9 (4º grau)</b> - Dois alunos que, apesar de não se destacarem no grupo, apresentam autonomia assim como capacidades técnicas e musicais.</p> <p><b>P10 (2º grau)</b> - Um aluno de 2º Grau (Grau inferior à maioria). A junção deste aluno a alunos que apresentam grau de conhecimentos musicais superiores serve-lhe de desafio para a sua evolução.</p>
Gui. 4	<p><b>P11 (3º grau)</b> - Um aluno que se destaca pelo seu empenho e dedicação ao instrumento.</p> <p><b>P12 (5º grau) e P13 (4º grau)</b> - Dois alunos que apresentam capacidades técnico-musicais, embora necessitem de ser motivados para tal.</p> <p><b>P14 (2º grau)</b> - Um aluno de 2º Grau (Grau inferior à maioria). A junção deste aluno a alunos que apresentam grau de conhecimentos musicais superiores serve-lhe de desafio para a sua evolução uma vez que se encontra motivado para tal.</p>
Baixo Elétrico	<p><b>P15 (4º grau)</b> - Escolheu-se um aluno que se destaca pela sua desmotivação, para lhe proporcionar uma experiência diferente daquela pela qual refere estar desinteressado. Além disso o aluno está envolvido de forma autodidata com instrumentos elétricos e revelou interesse nessa mudança de instrumento.</p>

Após a realização do primeiro arranjo verificou-se a necessidade de refazer o grupo mediante os resultados obtidos no primeiro arranjo (*Caixa Negra*). Verificou-se que, alguns alunos aumentaram o seu interesse pela disciplina e superaram algumas dificuldades, outros revelaram-se menos ou mais capazes do que o esperado tendo em

consideração a avaliação anteriormente feita. Desta forma, na Tabela 8 estão descritas as alterações executadas e a justificação das mesmas.

**Tabela 8 - Descrição dos alunos divididos em cada naipe nos arranjos *Best Day of my Life* e *Elevation***

<b><i>American Authors – Best Day of my Life</i></b> <b><i>U2 – Elevation</i></b>	
Naipes	Caracterização dos alunos
Gui. 1	<p><b>P1 (5º grau), P2 (3º grau), P3 (3º grau) e P4 (3º grau)</b> - Mantiveram-se os alunos pelos mesmos motivos referidos na tabela 7.</p> <p><b>P5 (3º grau)</b> - Um aluno que passa da Guitarra 2 para a Guitarra 1. Apesar das dificuldades referidas na tabela 7, revelou um grande entusiasmo e empenho em superar as suas dificuldades, durante o trabalho em aula com o arranjo anterior (Caixa Negra).</p>
Gui. 2	<p><b>P8 (3º grau) e P9 (4º grau)</b> - Estes alunos passaram da Guitarra 3 para a Guitarra 2 somente pela redução de naipes face ao arranjo anterior “Caixa Negra”</p> <p><b>P6 (3º grau) e P7 (3º grau)</b> - Manteve-se o aluno pelos mesmos motivos referidos na tabela 7.</p> <p><b>P10 (2º grau)</b> - A alteração deste aluno para a Guitarra 2, surge por surtir grande evolução face à aquisição de certas competências que o aproxima do grau de conhecimento e nível técnico dos colegas. Reconhece-se que o aluno necessita de um desafio ainda maior do que o que lhe foi atribuído no arranjo “Caixa Negra”.</p>
Gui. 3	<p><b>P11 (3º grau), P12 (5º grau), P13 (4º grau) e P14 (2º grau)</b> - Estes alunos passaram da Guitarra 4 para a Guitarra 3 somente pela redução de naipes face ao arranjo anterior “Caixa Negra”</p>
Baixo Elétrico	<p><b>P15 (4º grau)</b> - Manteve-se o aluno pelos mesmos motivos referidos na tabela 7.</p>

Desta forma a realização dos arranjos é pensada em função da capacidade de prestação dos naipes. As necessidades consideradas pertinentes na realização dos arranjos podem ser técnico-musicais assim como motivacionais como é possível ver no subcapítulo seguinte – Análise dos arranjos.

## **7.5. Análise dos arranjos**

Os arranjos apresentados têm como função resolver uma parte da questão de investigação deste trabalho – necessidades técnico-musicais. Como é referido no capítulo 2.2 “um arranjo construído com finalidades educativas pode constituir por si mesmo e em função dos critérios e objetivos pretendidos, uma ferramenta estratégica para promoção e desenvolvimento da aprendizagem dos alunos” (Santiago, 2012, p. 34).

### **7.5.1. Adaptação da formação instrumental original para orquestra de guitarras**

Este projeto abrange um total de 15 alunos de guitarra, em que 14 desses alunos estão divididos por naipes e executam guitarra clássica e 1 aluno toca baixo elétrico.

Os temas originais são tocados em formações que incluem instrumentos como a guitarra elétrica, baixo elétrico, bateria, banjo, teclas e voz. A utilização destes instrumentos é comum no género de música presente neste trabalho – Músicas das Novas Gerações. Desta forma a realização do arranjo foi pensada em função da Orquestra de Guitarras e Baixo Elétrico. Foram considerados aspetos como: massa sonora, timbre e execução instrumental. Mesmo sendo o Baixo Elétrico utilizado nos temas originais e em conjunto com a Orquestra de Guitarras, o contexto em que é inserido é diferente e faz com que careça de alterações para não condicionar o trabalho final da Orquestra.

Em consequência dessa necessária adaptação, as várias partes dos arranjos foram elaboradas e repartidas da seguinte forma (ver na Tabela 9):

**Tabela 9 - Divisão da formação instrumental original para Orquestra de Guitarras e Baixo Elétrico**

	<b>Formação instrumental do tema original</b>		
Naipes da Orquestra de Guitarras	<i>Caixa Negra</i> <i>GNR</i>	<i>Best Day of my Life</i> <i>American Authors</i>	<i>Elevation</i> <i>U2</i>
Gui. 1	Voz Teclado	Voz	Voz
Gui. 2	Teclado Guitarra Elétrica Bateria	Banjo Voz	Guitarra Elétrica
Gui. 3	Guitarra Elétrica Teclado Bateria	Bateria Guitarra Elétrica	Guitarra Elétrica
Gui. 4	Guitarra Elétrica Baixo Elétrico	—	—
<b>Baixo Elétrico</b>	Baixo Elétrico	Baixo Elétrico	Baixo Elétrico

Foi escolhida a Guitarra 1 para representar maioritariamente a voz dos temas originais embora no tema *Caixa Negra* tenha sido adaptada uma parte do órgão que serve de introdução no arranjo. As Guitarras 2, 3 e 4 foram adaptadas como forma de acompanhamento à Guitarra 1 e representam vários instrumentos como a guitarra elétrica, bateria ou teclado. Destaca-se o Banjo inserido na Guitarra 2 que em diversos momentos se destaca. O baixo elétrico é o único instrumento igual ao instrumento utilizado nos temas originais e houve também a necessidade de fazer simplificações para ajustar aos limites do aluno.

Muitas vezes tomou-se como opção, não incluir nos arranjos algumas características presentes nos temas originais, como por exemplo a percussão constante, que iria tornar o arranjo para percussão e tomando a importância da guitarra, o prolongar de sons dos vários instrumentos elétricos (com exceção do baixo elétrico) uma vez que a guitarra não consegue manter o mesmo tempo a sonoridade, ou até mesmo a estrutura, pois uma vez que os arranjos não têm texto sente-se a necessidade de evitar repetições alterando a forma do tema original. Desta forma a investigadora considera que a inclusão dos aspetos supracitados poderiam colocar em causa o resultado final dos arranjos.

No mesmo sentido, face às alterações necessárias, houve o cuidado de manter presentes nos arranjos, pelo menos os elementos principais destacados nos temas

originais independentemente do instrumento em causa nesse destaque. Desta forma, consideram-se primordiais para a realização dos arranjos os elementos de seguida apresentados.

### ***A adaptação da voz nos três temas originais***

Nos três temas o vocalista assume um papel fundamental e sobressai dentro do grupo. Considera-se importante que a transcrição da voz seja o mais idêntica possível ao original para uma melhor identificação do tema. O exemplo seguinte refere-se à transcrição da primeira frase cantada no tema original *Elevation* para a Guitarra 1.

A Figura 1, entre os compassos 6 e 10 é exemplo do início da parte cantada no tema original.



Figura 1 - Exemplo da adaptação da voz do tema *Elevation*

### ***A adaptação da melodia do Banjo***

A melodia do Banjo introduz o tema *Best Day of my Life*. Dentro do género musical escolhido, a utilização do Banjo não é comum e facilmente assume um papel de destaque neste tema. O arranjo contempla a execução desta melodia repetidamente através da Guitarra 2, como é exemplo na Figura 2 do compasso 3 ao 6, voltando a repetir-se nos compasso 11 e 12.



Figura 2 - Exemplo da adaptação do Banjo para guitarra

No arranjo do mesmo tema a mesma melodia é colocada de forma a destacar-se não só pela sua repetição (Cf. Figura 2), como também pela execução isolada face a outras partes. A Figura 3 apresenta o início do arranjo do mesmo tema em que a Guitarra 2 inicia o tema em simultâneo de apenas uma pequena percussão da Guitarra 3 entre os compassos 3 e 6.





Figura 3 - Exemplo de destaque da melodia feita originalmente pelo Banjo e percussão no tampo da guitarra em *Best Day of my Life*

### ***A adaptação da bateria em percussão na guitarra***

Esta percussão é feita entre o tampo e a ilharga da guitarra de forma a obter dois sons contrastantes – o batimento é executado com o dedo polegar no tampo da guitarra e dedos indicador médio e anelar na ilharga como mostra abaixo a Figura 4 entre os compassos 1 e 4, incluindo pontualmente o ritmo dos temas originais nos arranjos



Figura 4 - Exemplo da adaptação da bateria para percussão na Guitarra – *Best Day of my Life*

No exemplo seguinte (Cf. Figura 5) entre o compasso 41 e 44 a percussão é executada com o dedo polegar na ilharga superior da guitarra e dedos indicador, médio e anelar no tampo da guitarra.

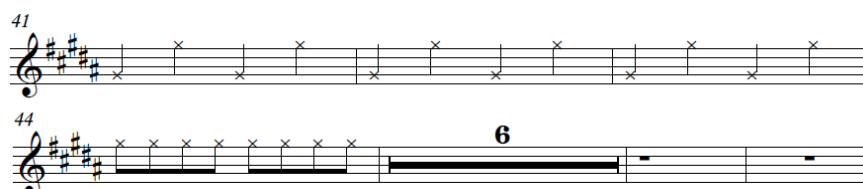


Figura 5 - Exemplo da adaptação da bateria para percussão na Guitarra em *Caixa Negra*

### ***A adaptação de melodia, harmonia e ritmo da guitarra elétrica.***

Os três temas originais inserem e destacam a guitarra elétrica por servir de acompanhamento harmônico e rítmico. Esse destaque foi contemplado nos arranjos de várias formas. São exemplos as Guitarras 2 e 3 no tema *Elevation* em que a guitarra elétrica atenta um elemento bastante presente. Considerou-se que o ritmo utilizado por este instrumento, por vezes impulsiona e direciona ao tema mais do que a bateria. Assim sendo tornou-se prioritário não só a utilização da harmonia como também o ritmo presente na guitarra elétrica.

A Figura 6 apresenta o fim do arranjo do tema *Elevation*. A Guitarra 2 com a execução da imitação do ritmo da guitarra elétrica e a Guitarra 3 com a execução dos acordes utilizados no mesmo instrumento.



Figura 6 - Exemplo da adaptação do ritmo e harmonia da guitarra elétrica para a Guitarra 2 e 3 em *Elevation*

### ***A adaptação do teclado.***

Na versão original *Caixa Negra* o teclado assume vários papéis, essencialmente de acompanhamento à voz com a execução de acordes sustentados, mas também introduz o tema com uma pequena melodia e assume a função de solista num momento único entre o versos e o refrão.

Além do acompanhamento, faz uma segunda voz presente em vários momentos no arranjo.

São exemplos a melodia inicial das teclas no tema original executada na introdução pelas Guitarras 1 e 2 como apresenta a Figura 7.



Figura 7 - Exemplo da introdução do tema executada pelas Guitarras 1 e 2. No original executado pelo teclado no tema *Caixa Negra*

O segundo exemplo mostra a melodia do teclado no original como solo, executada pela Guitarra 1 no arranjo entre os compassos 45 e 60 como se verifica na Figura 8.



Figura 8 - Exemplo do uso da melodia do teclado em *Caixa Negra*

### ***A inclusão do Baixo Elétrico.***

A utilização deste instrumento na orquestra de guitarras implica a necessidade de algumas alterações visto que existe o contraste entre um instrumento elétrico e catorze guitarras acústicas. Será importante ter em consideração a natureza sonora, timbre e volume dos instrumentos envolvidos (Guitarra clássica e Baixo elétrico). Desta forma foi tido em consideração na linha do baixo o uso de figuras longas, ritmos repetitivos e pouco desenvolvidos de forma a não se sobrepor às guitarras. A Figura 9 é exemplo do uso de semibreves enquanto acompanhamento sustentado às Guitarras 1, 2 e 3 entre os compassos 11 e 14 no tema *Best Day of my Life*.

The musical score for 'Best Day of my Life' (Figura 9) is written for guitar and bass. It consists of two systems of staves. The first system covers measures 10 to 11, and the second system covers measures 12 to 13. The key signature is G major (one sharp) and the time signature is 4/4. In measures 10-11, the guitar plays a melodic line, and the bass provides harmonic support with sustained chords. In measures 12-13, the arrangement becomes more complex, with multiple guitar parts and a driving bass line.

Figura 9 - Exemplo de acompanhamento simples do baixo elétrico no arranjo *Best Day of my Life*

Da mesma forma na Figura 10 entre os compassos 44 e 51 é possível verificar o fim do tema *Elevation* em que a parte para o Baixo Elétrico serve de apoio harmónico à Guitarra 3 utilizando a tónica do acorde num registo mais grave.

The musical score for 'Elevation' (Figura 10) is written for guitar and bass. It consists of two systems of staves. The first system covers measures 44 to 47, and the second system covers measures 48 to 51. The key signature is G major (one sharp) and the time signature is 4/4. In measures 44-47, the guitar plays a melodic line, and the bass provides harmonic support with sustained chords. In measures 48-51, the arrangement becomes more complex, with multiple guitar parts and a driving bass line.

Figura 10 - Exemplo de acompanhamento simples do baixo elétrico em *Elevation*

Os fragmentos apresentados demonstram que apesar das dificuldades suscitadas através da alteração da formação instrumental, foi conseguido pela investigadora a

inserção de elementos considerados essenciais na realização dos arranjos. Apesar disso, em diversos momentos preferiu-se afastar a atenção aos temas originais, para pensar numa forma de fazer resultar o arranjo tendo em consideração o grupo inserido neste projeto.

#### **7.5.2. Adaptação dos arranjos face às necessidades dos alunos**

Como referido no subcapítulo anterior, a realização do arranjo foi uma tarefa por vezes dificultada pela alteração da formação instrumental e adaptação aos perfis dos alunos envolvidos. Surgiram dificuldades na distribuição das várias partes dos arranjos, face a alunos com capacidades desiguais.

A realização dos arranjos foi adaptada sob os temas originais tendo em conta um conjunto de elementos apresentados na Tabela 10, Tabela 11 e Tabela 12.

**Tabela 10 – Elementos presentes no arranjo *Caixa Negra*.**

<b>GNR – Caixa Negra</b>			
Naipes	Competências técnico-musicais	Autonomia na leitura e digitação	Desafio motivacional
Gui. 1	Execução de notas em <i>staccatto</i> . Execução contínua de ritmos em contratempo e sincopados. Execução de <i>glissandos</i> .	Leitura e digitação de partes na IX posição da guitarra. Armação de clave considerada difícil para o nível dos alunos.	Execução de melodias na IXª posição da guitarra.
Gui. 2	Execução de notas em <i>staccatto</i> . Execução contínua de ritmos sincopados em pulsação simples com duas cordas em simultâneo.	Leitura e digitação de partes na I posição da guitarra. Armação de clave considerada difícil para o nível dos alunos.	Execução de ritmos sincopados e pequenas escalas rápidas. Percussão no tampo da guitarra.
Gui. 3	Execução de ligados descendentes, acordes e <i>glissandos</i> . Execução contínua de ritmos sincopados.	Leitura e digitação de partes na I posição da guitarra embora num registo médio grave. Armação de clave considerada difícil para o nível dos alunos.	Execução de ritmos sincopados e ligados descendentes. Percussão no tampo da guitarra
Gui. 4	Execução de pulsação simples em duas cordas em simultâneo em ritmo sincopado.	Mudanças constantes de posição. Armação de clave considerada difícil para o nível dos alunos.	Execução de melodias com ritmo sincopado juntamente com mudanças de posição constantes.
Baixo	Execução de ligados ascendentes e descendentes. Execução contínua de ritmos sincopados. Execução de <i>glissandos</i> .	Mudanças constantes de posição. Armação de clave considerada difícil para o nível dos alunos.	Utilização de um instrumento diferente - Baixo Elétrico

Como descreve no capítulo 7.4 – Seleção de alunos e organização de naipes da orquestra, a divisão dos alunos pelos naipes foi alterada após a realização do primeiro arranjo “*Caixa Negra*”. Houve a necessidade de recolocar alguns alunos, face a alterações de motivação e empenho na disciplina durante a aplicação do referido arranjo. Desta forma, para os arranjos seguintes *Best Day of my Life – American Authors* e *Elevation – U2*, foram adaptados do tema original os seguintes elementos:

**Tabela 11 – Elementos presentes no arranjo *Best Day of my Life***

<b><i>American Authors – Best Day of my Life</i></b>			
Naipes	Competências técnico-musicais	Autonomia na leitura e digitação	Desafio motivacional
Gui. 1	Execução de notas em <i>Staccatto</i> . Execução de ritmos sincopados. Velocidade – Execução rápida de pequenos trechos melódicos.	Leitura e digitação de partes na V posição da guitarra.	Execução rápida de pequenos trechos melódicos.
Gui. 2	Execução de notas em <i>Staccatto</i> . Velocidade – Execução rápida de pequenos trechos melódicos. Execução de pulsação simples em pequenos arpejos (p i m).	Leitura e digitação de partes na II posição da guitarra.	Execução rápida de pequenos trechos melódicos. Destaque embora não constante, face à primeira guitarra.
Gui. 3	Execução de acordes arpejados.	Leitura e digitação de partes na I posição da guitarra.	Execução de percussão na guitarra. Execução de acordes em rasgueados.
Baixo	Execução de <i>Glissandos</i> . Execução de ritmos pontuados	Leitura difícil face a mudanças de posição e de corda.	Utilização de um instrumento diferente - Baixo Elétrico.

**Tabela 12 – Elementos presentes no arranjo *Elevation*.**

<b>U2 - Elevation</b>			
Naipes	Competências técnico-musicais	Autonomia na leitura e digitação	Desafio motivacional
Gui. 1	Execução de harmónicos naturais e <i>glissandos</i> . Execução constante de ritmos sincopados. Velocidade – Execução rápida de pequenos trechos melódicos em contratempo.	Leitura e digitação de partes na X e VII posição da guitarra.	Execução rápida de pequenos trechos melódicos.
Gui. 2	Execução constante de ritmos sincopados. Execução de <i>glissandos</i> . Execução de pulsação simples em pequenos arpejos (p i m a).	Leitura e digitação de partes na I posição da guitarra.	Execução rápida de pequenos trechos melódicos.
Gui. 3	Execução de acordes em pulsação simples (polegar, indicador e médio) Execução constante de ritmos sincopados. Execução de <i>glissandos</i> .	Leitura e digitação de partes na I posição da guitarra embora num registo médio grave.	Execução de acordes como acompanhamento à Guitarra 1.
Baixo	Execução de <i>glissandos</i> . Execução de ritmos pontuados	Leitura difícil face a mudanças de posição e de corda.	Utilização de um instrumento diferente - Baixo Elétrico.

É importante a relação entre as necessidades de um aluno e as tarefas que lhe são atribuídas em sala de aula. Como se verifica nas tabelas acima, foram vários os aspetos considerados na divisão das tarefas pelos naipes, durante a realização dos arranjos.

Se por um lado existe um naipe a executar uma voz principal e a utilizar várias posições no braço da guitarra por outro, a maior parte dos alunos não executa fora da primeira posição da guitarra. É exemplo a guitarra 2 no arranjo *Caixa Negra* com pequenas frases na primeira posição da guitarra muito repetitivas (Cf. Apêndice 7).

Um dos aspetos comuns aos três arranjos é a utilização de ritmos sincopados, que em certos naipes é constante. A utilização deste tipo de células rítmicas deve-se à sua constante presença nos temas originais e considerou-se pedagogicamente relevante a sua utilização, pelo facto de ser um aspeto que a maior parte dos alunos, revela ter dificuldades. Desta forma aproveitou-se o facto dos temas escolhidos estarem presentes no dia-a-dia dos alunos o que facilitou o entendimento e a execução de certas células rítmicas, consideradas difíceis para os alunos em questão. Muitas vezes houve a



preocupação por parte dos alunos de cantarem o tema original, para sentirem mais facilmente a execução rítmica de determinadas frases. A utilização de ritmos sincopados está presente nos três arranjos como é possível verificar no Apêndice 7, Apêndice 8 e Apêndice 9.

Ainda no mesmo sentido refere-se a utilização de recursos da guitarra, sendo exemplos: harmónicos naturais no arranjo *Elevation*, o uso de percussão na guitarra com batimentos no tampo ou ilhargas nos arranjos *Caixa Negra* e *Best Day of my Life* e a execução de *glissandos* em ambos os temas (Cf. Apêndice 7, Apêndice 8, e Apêndice 9). A utilização deste tipo de recursos é apresentada em partitura, embora a investigadora tenha realizado os arranjos para que os alunos pudessem sugerir e inserir mais recursos, no sentido de se aproximar ao tema original ou de certa forma aprimorar os arranjos iniciais, como é possível verificar no subcapítulo seguinte.

Para a Guitarra 3 nos arranjos *Best Day of my Life* e *Elevation* a execução de acordes de 3 ou mais sons, assim como, no arranjo *Caixa Negra* a execução de ligados ascendentes e descendentes através da Guitarra 3 e Baixo (Cf. Apêndice 7). Estes conteúdos técnicos são frequentemente usados em repertório para Guitarra solo, sendo a execução de acordes e ligados duas competências a avaliar na disciplina de instrumento – Guitarra Clássica.

Por fim esclarece-se a intenção da inserção de um desafio motivacional em cada naipe nos três arranjos. De certa forma, foram atribuídas funções de destaque considerando as capacidades dos alunos em todos os naves. Esta seleção foi feita de forma adequada aos alunos em questão. Se por um lado para alguns alunos a execução de batimentos no tampo da guitarra é considerado um momento de destaque como é exemplo a Guitarra 2 no tema *Caixa Negra*, outros alunos preferem e estão à altura de desafios mais exigentes como é exemplo a Guitarra 1 com a execução de melodias rápidas nos temas *Best Day of my Life* e *Elevation* (Cf. Apêndice 8 e Apêndice 9). Relativamente ao aluno que foi escolhido para executar Baixo Elétrico permitiu que o facto de ser um instrumento diferente fosse por si só um grande desafio. Além disso, o aluno esteve sempre em destaque dentro da orquestra visto ser o único a executar um instrumento diferente.

### 7.5.3. Sugestões/alterações dos alunos nos arranjos

Considera-se relevante dentro dos objetivos deste projeto, a discussão e sugestão de ideias no desenrolar da aula de Classe de Conjunto – Orquestra de Guitarras. Desta forma o arranjo foi pensado e realizado com vista a possibilitar ao aluno contribuir de diversas formas, para o sucesso do trabalho.

Todos os arranjos foram propositadamente entregues sem digitação e dinâmica, fraseado, e apenas constam alguns processos técnicos (*glissandos*, *percussão*), articulação (*staccatto*) como é possível verificar no Apêndice 7, Apêndice 8 e Apêndice 9.

À medida que foram entregues os arranjos, foi pedido aos alunos para sugerirem possíveis digitações. No seguimento das aulas iam surgindo algumas ideias de acrescentar efeitos como por exemplo um pequeno portamento na Guitarra 1 no arranjo *Best Day of my Life* ou *bending* (característico da guitarra elétrica) na Guitarra 2 no mesmo arranjo, articulações diferentes das escritas no arranjo como por exemplo notas em *Stacatto* e ainda dinâmica (*crescendo*, *diminuendo*, *contraste tímbrico*, *ritardando* entre outros). Desta forma são apresentados no Apêndice 10, Apêndice 11 e Apêndice 12 todas as alterações que ficaram definidas pelos alunos, durante as aulas de Orquestra de Guitarras.

No desenrolar da aula a professora da disciplina não só permitiu a discussão entre os alunos como também serviu de intermediária para o pensamento dos mesmos, com o intuito de chegar a determinadas soluções, ou seja, quando havia determinadas condicionantes nas sugestões dos alunos, a professora intervinha, não para condicionar as suas ideias mas sim para que estes adequassem a sua sugestão, de forma a não colocar o trabalho do grupo em causa. Desta forma consideram-se relevantes as seguintes sugestões feitas pelos alunos apresentadas sucintamente na Tabela 13.

**Tabela 13 - Alterações/sugestões dos alunos aos arranjos durante a aula de Orquestra de Guitarras**

<b>Arranjos</b>	<b>Alterações sugeridas pelos alunos</b>
<b>GNR</b> <i>Caixa Negra</i>  <b>American Authors</b> <i>Best Day of my Life</i>  <b>U2</b> <i>Elevation</i>	<p><b>Digitação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Alterações de posição para obter um timbre mais parecido com o original ou somente para aprimorar o arranjo e não condicionar o trabalho final.</li> </ul> <p><b>Articulação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><i>Staccatto</i></li> </ul> <p><b>Efeitos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><i>Glissandos</i></li> <li>Percussão (Batimentos no tampo da guitarra)</li> <li><i>Bending</i><sup>22</sup></li> <li><i>Pizzicato</i></li> </ul> <p><b>Dinâmica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><i>PP, P, MP, MF, F e FF</i></li> <li><i>Crescendo, diminuendo, piano súbito, rallentando e ritardando</i></li> </ul>

Para um melhor entendimento do processo que se desenrolou nas aulas de Classe de Conjunto – Orquestra de Guitarras será apresentada de seguida uma descrição de como surgiram as alterações apresentadas na tabela acima.

### ***Digitação***

Após a entrega e pequena análise de cada arranjo, a primeira abordagem para com os alunos, foi definir para cada naipe a digitação a adotar. Desta forma foi pedido aos alunos que investigassem quais as hipóteses possíveis e escolhessem aquela que mais se adequava às suas capacidades técnicas.

A primeira reação por parte dos alunos foi escolher imediatamente a primeira posição da guitarra para facilitar o trabalho na leitura. A professora questionou os alunos se, aquando da sua decisão, teriam pensado em mudanças de timbre sem sentido, ou então na condicionante de serem posteriormente obrigados a mudanças de posição tecnicamente bruscas quebrando a execução da melodia.

A maior parte dos naipes tinham a sua parte escrita na primeira posição e sendo assim o desafio de encontrar a melhor digitação foi consideravelmente maior para dois naipes:

<sup>22</sup> *Bending* – Efeito característico no *Blues* e bastante usual na Guitarra Elétrica. Consiste na pressão de uma nota, deslocando a corda com o intuito de alterar o som original.

- A Guitarra 1 terem pequenos motivos rápidos e por executar melodias que não devem ser interrompidas, o que implica não coincidir grandes mudanças de posição.
- O Baixo, sendo a escrita feita em clave de fá (diferente da guitarra) não facilita a leitura e posterior identificação de notas.

A escolha da digitação gerou nos alunos o pensamento sobre questões que perceberam condicionar ou facilitar o trabalho final de cada parte e do grupo. Mesmo para os naipes que tinham uma tarefa mais facilitada com a execução da sua parte na primeira posição da guitarra, estes participaram da discussão.

### **Articulação**

Após a leitura de cada parte foi inevitável o reconhecimento de algumas melodias principalmente na Guitarra 1, uma vez que executa a transcrição da voz. Na sequência dessa identificação os alunos acrescentaram a indicação para a execução de notas em *stacatto* para igualarem a articulação da voz nos originais. Da mesma forma a Guitarra 2 no arranjo *Best Day of my Life* insere a mesma articulação para executar uma melodia em resposta à Guitarra 1. No arranjo *Elevation* mais uma vez a Guitarra 1 define a inclusão de notas em *stacatto* para sobressair tal como a voz no tema original (Cf. Apêndice 10, Apêndice 11 e Apêndice 12).

### **Efeitos**

Este tema suscitou bastantes sugestões por parte de todos. Foi necessário a professora estabelecer alguns limites ou adequações às ideias apresentadas, pois a imaginação e a criatividade foi demasiada em algumas situações o que provocou alguma instabilidade na execução dos arranjos.

Entre as demais sugestões destaca-se a inclusão de *pizzicatto* nas Guitarras 2 e 3 no arranjo *Best Day of my Life* e o *Bending* na Guitarra 2 no mesmo arranjo. Destaca-se também a inclusão de *glissandos* em todas os naipes incluindo o Baixo Elétrico nos temas *Caixa Negra* e *Best Day of my Life* como é possível verificar no Apêndice 10 e Apêndice 11. No arranjo *Elevation* foi acrescentado percussão a executar pelo polegar no tampo da guitarra pelas Guitarras 1, 2 e 3. (Cf. Apêndice 12).

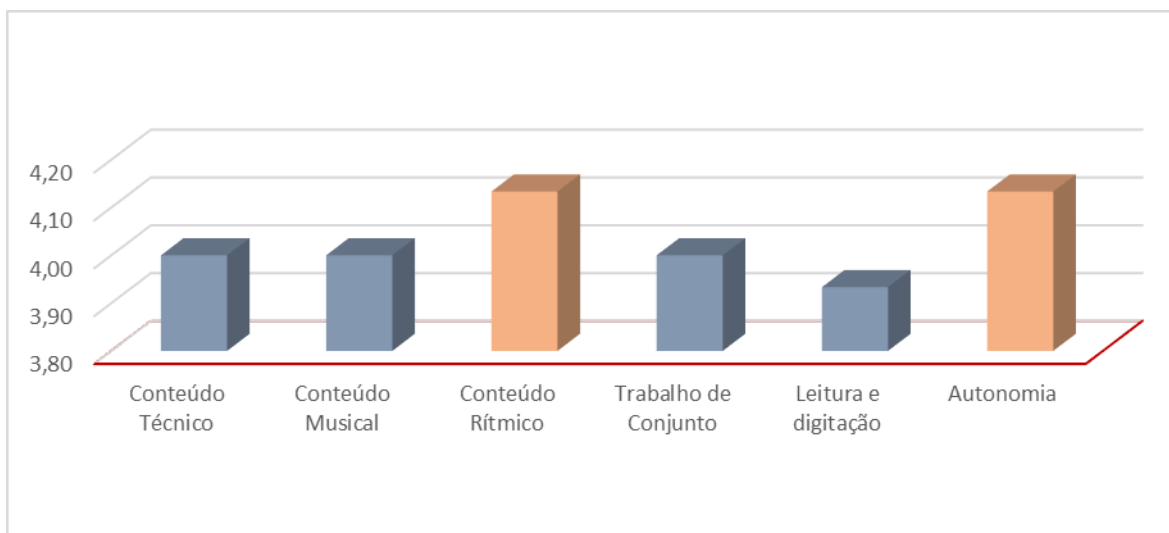
### ***Dinâmica***

Após a leitura e junção de partes dos três arranjos todas as dinâmicas adotadas foram acrescentadas pelos alunos em sala de aula. Foi proposto pela professora que os alunos considerassem sempre que houvesse uma parte ou naipe em destaque. Desta forma foram incluídas as dinâmicas seguintes: *PP, P, MP, MF, F, FF, crescendo, diminuendo, piano súbito, rallentando e ritardando* entre outras (Cf. Apêndice 10, Apêndice 11 e Apêndice 12)

## **7.6. Análise ao inquérito II**

O inquérito II foi realizado após a implementação dos arranjos e tem como propósito analisar a evolução de competências e o nível de motivação nos alunos inscritos na disciplina de Orquestra de Guitarras. Desta forma conseguiu-se avaliar o impacto dos arranjos através da comparação de alguns aspetos entre o primeiro e o segundo período.

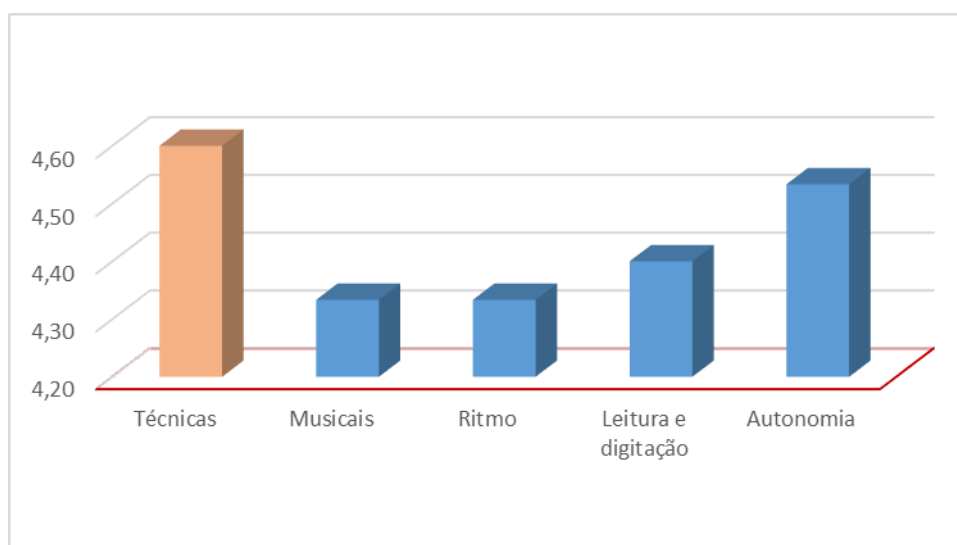
**Questão 1** - Após a implementação do projeto no início do segundo período, como classificas a tua evolução nas seguintes competências, sabendo que o nível 1 corresponde a uma evolução negativa e o nível 5 à melhor evolução possível:



**Gráfico 6, Inquérito II - Questão nº 1**

De uma forma geral, com uma média de 4,04 em 5 pontos, pode-se concluir segundo o Gráfico 6 que os alunos sentiram uma evolução nos 6 aspetos, após a implementação em sala de aula dos arranjos no 2º período. Os dois aspetos onde os alunos sentiram maior evolução foram no conteúdo rítmico e na autonomia.

**Questão 2** - Sabendo que o número 1 corresponde ao nível mais baixo e o número 5 ao nível mais elevado, como classificas a aplicação dos arranjos relativamente às tuas necessidades enquanto aluno, tendo em consideração as seguintes competências:

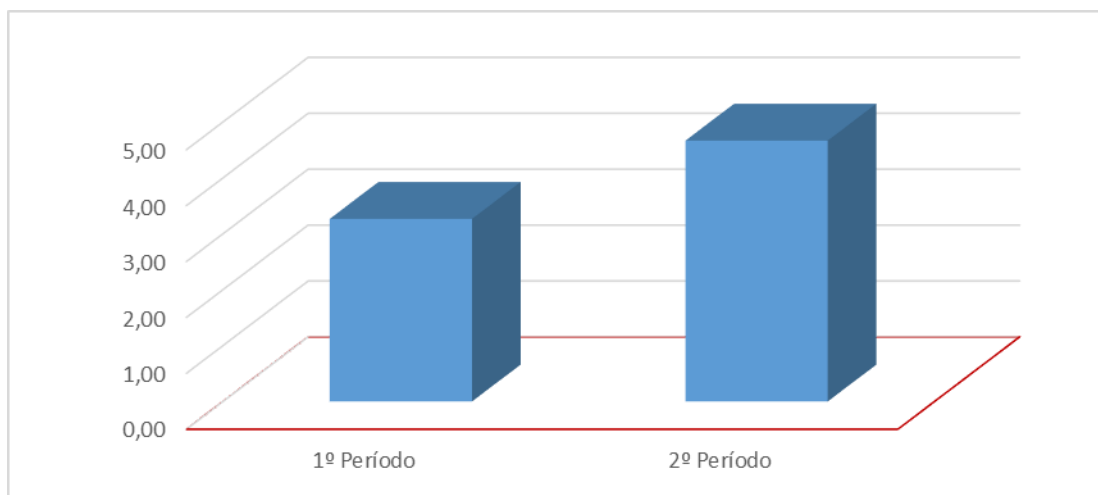


**Gráfico 7, Inquérito II - Questão nº 2**

De uma forma geral, os alunos admitem uma aplicabilidade dos arranjos às suas necessidades em todos os seus aspetos, com uma média geral de 4,44 pontos em 5 pontos, contemplam as competências técnicas com uma classificação média de 4,60 em 5 pontos como se verifica no Gráfico 7.

Conclui-se assim que a metodologia referida no ponto anterior foi correta.

**Questão 3** - Como classificas o nível de motivação nesta disciplina antes e após a implementação do projeto, sabendo que o número 1 corresponde ao nível muito pouco motivado e o número 5 corresponde ao muito motivado:



**Gráfico 8, Inquérito II - Questão nº 3**

O Gráfico 8 demonstra, uma subida no grau de motivação: de 3,27 pontos no primeiro, para 4,67 pontos no segundo período, num total de 5 pontos possíveis. Ainda de salientar que apenas 1 aluno não registou uma subida na sua motivação.

**Questão 4** - Consideras o repertório escolhido relevante para a tua evolução enquanto guitarrista?

Esta questão foi feita como complemento à questão anterior tendo como objetivo saber se o foco do aumento da motivação havia sido o repertório. As hipóteses de resposta eram entre sim e não. Em conclusão todos os alunos responderam “Sim” e uma vez que durante o primeiro período foi abordado repertório clássico e a partir do segundo período repertório das Novas Gerações, enfatiza a importância dos temas escolhidos e abordados durante o segundo período.

**Questão 5** - Define em breves palavras, o que pensas da utilização de música popular/comercial na aula de Orquestra de Guitarras.

A questão 5 teve como propósito saber qual a relação que os inquiridos têm com os temas que foram escolhidos para o projeto em que participaram e perceber o quanto é motivador ou não.

De uma forma geral a maior parte dos inquiridos classifica como interessante, espetacular, motivadora ou importante a utilização do repertório abordado. Os inquiridos números 7, 5 e 15 acrescentam respetivamente que “Aumenta o nosso conhecimento

levando-o para além da música clássica”, “podemos conhecer novas técnicas” e “alargar os nossos horizontes”.

Os inquiridos número 8 e 12 referem respetivamente, que ao conhecer a música mais facilmente conseguem interpretar a partitura e que não só é uma “ajuda na sua evolução como guitarristas mas também dá boa disposição na aula”.

Apenas o inquirido número 1 refere que lhe é indiferente.

**Questão 6** - Em breves palavras, indica qual ou quais os aspetos mais significativos para ti face ao repertório utilizado e à sua aplicabilidade.

A questão número 6 serve como um complemento da questão número 5. As respostas dadas maioritariamente referem um aumento da sua motivação para o estudo em casa ou na participação da aula (inquiridos número 1, 2, 3, 5, 14 e 15). O inquirido número 5 complementa a sua resposta referindo que “também nos ajuda a querer praticar pois queremos saber tocar uma música que todos conhecem para nos podermos “gabar”.

Quanto à opinião dos inquiridos acerca da aplicação dos arranjos foram poucas as respostas conseguidas. O inquirido 14 classifica os arranjos como algo útil ao seu desenvolvimento. Os inquiridos número 7, 8 e 11 contribuíram respetivamente com as seguintes opiniões:

“O repertório utilizado foi muito interessante e motivador, pois aprendemos a tocar outro tipo de música. O facto de a professora ter feito um arranjo fez com que este repertório se tornasse muito mais acessível às várias pessoas que andam na orquestra”;

“Este repertório é mais difícil face ao outro em termos de ritmo, armação de clave, melodia... Eu gosto deste tipo de música deve continuar”;

“Acho que pode melhorar a evolução dos alunos e despertar o interesse dos mesmos”.

Apenas o inquirido número 12 aponta um aspeto negativo referindo que “como é música popular muitas vezes há desatenção dos alunos”.



## **8. CONCLUSÃO**

Pretende-se neste capítulo responder às questões de investigação surgidas durante a realização desta investigação, assim como apresentar uma reflexão geral sobre os aspetos pertinentes concluídos a partir do projeto realizado. Por fim, destacam-se possíveis contribuições para futuros estudos na área de ensino abordada, Música – Classe de Conjunto – Orquestra de Guitarras.

### **8.1. Respostas às questões de investigação**

Durante o processo de investigação, foram levantadas seis questões, cujas respostas são fundamentais para a resolução da problemática geral deste trabalho.

No sentido de concluir esta investigação, serão então apresentadas as questões de investigação, com as respetivas respostas.

#### **Questão 1 - Qual é o atual programa da disciplina de Classe de Conjunto – Orquestra de Guitarras?**

**Resposta:** A Classe de Conjunto é uma disciplina inserida no plano curricular do ensino artístico e na atualidade as escolas de música oficializadas, têm autonomia pedagógica para definir a sua constituição, organização e planificação. Assim sendo, a formação instrumental das classes de conjunto é uma opção de cada escola, podendo incluir desta forma uma Orquestra de Guitarras ou não. Desta forma o plano de estudos da disciplina supracitada na Academia de Música de São João da Madeira (local escolhido para a realização deste projeto) é constituído por um conjunto de objetivos específicos, conceitos e conteúdos. Estes aspetos foram realizados de uma determinada forma para abrangerem todas as formações instrumentais presentes na referida escola – Classes de Coro, Orquestra de Sopros, Orquestra de Cordas e Orquestra de Guitarras.

#### **Questão 2 - Existe abertura no programa da disciplina de Classe de Conjunto para incluir temas das Novas Gerações?**

**Resposta:** Sim. O plano de estudos desta disciplina, apenas abrange um conjunto de objetivos específicos, conceitos gerais e conteúdos que podem ser utilizados através do

gênero de repertório escolhido para este projeto. O programa desta disciplina, não faz qualquer referência relativamente à obrigatoriedade de abordar um tipo de repertório específico. Neste sentido existe a possibilidade de abordar temas das Novas Gerações na referida disciplina.

**Questão 3 - Quais os benefícios que podem existir na utilização de Músicas das Novas Gerações na disciplina de Classe de Conjunto?**

**Resposta:** Consoante os resultados obtidos verifica-se que a escolha destes temas conduziu a diversos benefícios tendo em consideração os resultados obtidos no inquérito II, nas entrevistas realizadas a três professores e na opinião da investigadora/professora da disciplina.

Na ótica dos alunos envolvidos no projeto, os benefícios do uso de repertório das Novas Gerações são: aumento da motivação em sala de aula e no estudo em casa, aquisição de um conhecimento musical alargado a um género de música diferente da música erudita e referem também o aumento da evolução e aquisição de determinadas competências técnico-musicais.

A professora da disciplina considera que, a utilização de temas das Novas Gerações é benéfica quando os mesmos estão presentes no quotidiano dos alunos. Os temas escolhidos são associados a episódios, acontecimentos ou pessoas presentes no dia-a-dia dos alunos, permitindo a aproximação entre a sala de aula e determinadas emoções, que inclusive podem ser partilhadas com o grupo. O conhecimento auditivo prévio dos temas abordados na aula proporciona aos alunos maior autonomia e por sua vez maior empenho, entusiasmo e dedicação contribuindo individualmente de forma positiva para o trabalho final do grupo.

No mesmo sentido, foi demonstrado pelos três professores entrevistados que o repertório que é familiar aos alunos, estimula e desperta a participação e o interesse pela disciplina por partes dos mesmos. Os entrevistados consideram portanto, que o repertório não-erudito fortalece a obtenção de melhores resultados.

**Questão 4 - Quais as abordagens a ter em conta na sala de aula de Classe de Conjunto para um maior envolvimento dos alunos na realização das tarefas?**

**Resposta:** As abordagens consideradas proveitosas neste projeto resumem-se à utilização de repertório que é familiar aos alunos em questão e sobretudo à adequação

desse mesmo repertório às necessidades técnico-musicais dos mesmos com arranjos feitos pela investigadora/professora da disciplina. Não menos importante, refere-se também o diálogo em sala de aula sobre aspetos a incluir nos arranjos e por fim atribuir autonomia aos alunos quanto a definição de determinados aspetos, com o intuito de envolver e responsabilizar individualmente cada aluno no trabalho final do grupo.

A partir da análise ao Inquérito II, conseguiu-se perceber que, a utilização dos temas das Novas Gerações, despoletou aumento na motivação dos alunos e consequentemente, maior envolvimento dos mesmos nas suas tarefas. Ainda no mesmo sentido verifica-se que, com a adaptação do arranjo face às necessidades dos alunos, é possível colmatar não só aspetos técnico-musicais assim como criar desafios motivacionais e até impulsionar atitudes e valores dentro da sala de aula, que resultam na obtenção de melhores resultados individualmente e no grupo. A autonomia oferecida aos alunos para determinar aspetos como dinâmica, fraseado, digitação, efeitos técnicos no instrumento, entre outros, funciona como incentivo ao pensamento individual dos alunos e ao envolvimento dos mesmos como contributo para o trabalho final.

**Questão 5 - De que forma poderemos complementar o programa da disciplina, para concluir uma maior utilidade na formação do aluno enquanto músico?**

**Resposta:** O uso de repertório variado em género e estilo é um complemento útil face aos recursos atuais a que os alunos têm acesso. O consumo de música atualmente destaca-se através dos meios tecnológicos e meios de comunicação e a sala de aula pode servir para tornar a massificação da música, em algo proveitoso para os alunos. No mesmo sentido, verifica-se a possibilidade dos alunos usufruírem da relação entre a disciplina de Classe de Conjunto e a cultura musical onde estão inseridos no seu quotidiano.

**Questão 6 - De que forma os alunos se relacionam com o processo criativo, encontrando-se num ambiente reflexivo na sala de aula?**

**Resposta:** Os alunos necessitam constantemente de desafios para se sentirem motivados e úteis na realização das tarefas. A atribuição de autonomia sobre determinados aspetos, mesmo com o intermédio da professora, foi extremamente positivo face às ideias e resultados alcançados. O diálogo sobre aspetos como: digitação,

técnica, dinâmica, fraseado entre outros, incentiva constantemente a reflexão e o uso da imaginação e criatividade do aluno, em função de contribuir com algo positivo para o trabalho final.

Uma vez respondidas as questões de investigação, chega o momento de verificar a questão inicial desta dissertação:

**O repertório das Novas Gerações eleva o nível motivacional e adequa-se à formação técnico-musical dos alunos na Disciplina de Classes de Conjunto (Orquestra de Guitarras)?**

Atendendo aos resultados obtidos e às conclusões retiradas deste projeto, pode-se concluir que o repertório das Novas Gerações eleva o nível motivacional dos alunos e adequa-se à formação técnico-musical aquando a realização das adaptações necessárias face aos temas escolhidos, à diferente formação instrumental e aos alunos envolvidos.

## **8.2. Conclusão geral**

A realização deste projeto surge, por se considerar a música de Conjunto, um ponto-chave na formação musical dos alunos. Assim, este projeto realizou-se tendo como base a aula de Classe de Conjunto – Orquestra de Guitarras.

Na atualidade, vivemos numa sociedade consumista, onde a música está presente no nosso quotidiano muitas vezes até de forma involuntária. Este consumismo musical nos jovens acaba por incutir tendências ou modas, que os levam a afastar-se de um género de música que está mais presente nas escolas de ensino oficial – a música erudita. Desta forma, considera-se importante levar para a sala de aula, a criação de estratégias de ensino da música, onde o aluno possa exprimir algo que faça parte da sua cultura e das suas vivências musicais.

Como indica a professora Graça Palheiros no seu artigo *Funciones y modos de oír música de niños y adolescentes, en distintos contextos* (2004), para os jovens, a música de conjunto é vista como forma de satisfazer as suas necessidades musicais, sociais, emocionais e encaram-na como forma de relaxamento e diversão. De acordo com Palheiros durante a implementação dos arranjos de temas das Novas Gerações foi

perceptível momentos de diversão, companheirismo e troca de ideias entre os alunos que não seriam possíveis com a utilização de repertório não familiar dos alunos.

A música, vista enquanto construção social e humana interage com a “construção de identidades individuais e coletivas, como também com diferentes áreas do saber e do conhecimento artístico, humanístico, científico e tecnológico”. (Vasconcelos, Cit in Cavaco, 2014)

A utilização de repertório na aula de Orquestra de Guitarras, que está presente no quotidiano dos alunos (repertório das Novas Gerações), resultou numa aproximação entre as suas preferências musicais e a sala de aula. Importa referir que os alunos envolvidos neste projeto questionavam constantemente, para quando estavam programadas as apresentações públicas, indicando assim maior motivação por parte dos mesmos, a mostra de um âmbito diferente em palco do repertório em questão.

Em contexto escolar a música serve de ferramenta para “auxiliar crianças adolescentes e jovens no processo de apropriação, transmissão e criação de práticas musico-culturais, (...) bem como facilitar o acesso à multiplicidade de manifestações musicais de culturas mais distantes (...). Nesse sentido é importante que o professor tenha como propósito expandir o universo musical do aluno, isto é proporcionar-lhe a vivência de manifestações musicais de diversos grupos sociais e culturais e de diferentes géneros musicais dentro da nossa própria cultura” (Hentschke, Liane; Ben, 2003).

A Orquestra de Guitarras, envolve alunos cujos níveis de conhecimento musical e manuseamento do instrumento são bastante heterogéneos. Desta forma, definiu-se como prioritário, adaptar o programa utilizado na aula de Orquestra de Guitarras, às necessidades dos alunos, tendo em consideração não só aspetos culturais assim como aspetos técnico-musicais.

A realização dos arranjos, tendo como objetivo a adaptação de conteúdos apropriados ao nível técnico-musical e motivacional dos alunos conclui-se positiva. O nível de dificuldade dos arranjos estava distribuído face aos diferentes naipes e os alunos referiram sentir-se mais motivados, face à adequação das suas tarefas. Inclusive os mesmos alunos referiram também que, a adequação das partes serviu para uma maior evolução técnico-musical (capítulo 7.6 – Análise ao Inquérito II).

Tomou-se como objetivo seguinte, a discussão em sala de aula de temas relacionados com os aspetos técnico-musicais pois, enquanto seres sociais “as crianças gostam de trabalhar em grupo” (Palheiros, 2009) e para a sua formação “supõe-se troca, experiência, interações sociais, aprendizagens, um sem fim de relações” (Moita, 2013).

Os alunos partilharam as suas preferências musicais o que permitiu a troca de emoções pensamentos e abordagens técnico-musicais que melhoraram o trabalho final. Assim, a estratégia em sala de aula de permitir aos alunos a definição de dinâmica, timbre, articulação, e até o acrescentar de efeitos, entre outros, fez com que os alunos tivessem maior apreço pelo trabalho que realizaram.

As indicações sugeridas pelos alunos (digitação, dinâmica e entre outros) surgiram de forma espontânea ou como resposta a questões levantadas pela professora. Verificou-se que muitas das sugestões foram pensadas como contributo final do trabalho o que leva a um afastamento de uma tentativa de imitação dos temas originais.

Após a discussão das sugestões que iam surgindo, observou-se em alguns alunos, reações de desânimo quando alguns colegas não conseguiam reproduzir rapidamente as sugestões feitas ou não se empenhavam com entusiasmo na realização das mesmas. Considerou-se bastante positivo, verificar o envolvimento da maior parte dos alunos tendo em consideração o empenho com que surgiam as sugestões e a sua ambição face ao rigor da realização das mesmas.

O aspeto considerado menos positivo no fim deste trabalho é, o facto de alguns alunos ainda não apresentarem maturidade musical, para perceberem aspetos que condicionam o trabalho final. Como por exemplo, era constantemente pedido aos alunos para respeitarem as dinâmicas definidas, de forma a cumprirem o estipulado pelos próprios.

A partir da investigação feita, conclui-se que o alargamento de repertório em género e estilo, presente no quotidiano dos alunos da disciplina supracitada, assim como, a realização e adaptação de repertório pensado para colmatar as necessidades dos alunos envolvidos, pode conduzir à evolução dos alunos enquanto músicos e seres humanos. No mesmo sentido considera-se fundamental o papel do professor como intermediário entre a aula e a cultura musical dos alunos envolvidos.

Por fim, clarifica-se que a intenção da utilização de temas das Novas Gerações na aula de Classe de Conjunto – Orquestra de guitarras, teve como objetivo um alargamento de repertório na disciplina de classe de conjunto incidindo em sala de aula vivências socioculturais dos alunos. Conseguiu-se assim, um alargamento em género e estilo de repertório na aula de Classe de Conjunto – Orquestra de Guitarras sem colocar em questão todos os conceitos e objetivos considerados no programa da disciplina.

### **8.3. Recomendações para futuros estudos**

A partir deste trabalho, são abertas diversas possibilidades para novas investigações tendo como propósito o mesmo objeto de estudo.

Na área da música e concretamente na disciplina de Classe de Conjunto toma-se como exequível o alargamento de repertório a utilizar. Considera-se assim pertinente o estudo de outro género de repertório ou diferentes classes instrumentais.

Por fim, tomando como exemplo as abordagens realizadas na aula de Orquestra durante a realização deste projeto, considera-se igualmente importante a verificação de outras abordagens consoante o repertório escolhido e alunos envolvidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aragão, P. (2000). *Considerações Sobre o Conceito de Arranjo na Música Popular. Cadernos Do Colóquio*, 3 (ed. n.º 1), 94–107.

Araújo, R. C. (2008). *Um Estudo Sobre a Motivação e o Estado de Fluxo na Execução Musical*.

Bernard, R. (2012). *Finding a Place in Music Education: The lived experiences of music educators with “ non-traditional ” backgrounds. Visions of Research in Music Education*, vol. 22.

Cardoso, P. R., Gomes, N., & Freitas, E. S. L. (2010). *O Papel da Música nos Anúncios Publicitários de Televisão: Uso Estratégico e Impacto no Consumidor. Comunicação, Mídia E Consumo São Paulo*, 7 (ed. n.º 18), 11–35.

Cavaco, A. S. G. (2014). *Música de Conjunto*. Dissertação de Mestrado, IPS - Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal.

Clements, A. C. (2010). *Alternative Approaches in Music Education: Case Studies from the Field*. Plymouth: Rowman & Littlefield Education.

Souza, C. E., Carolina, M., & Joly, L. (2010). *A Importância do Ensino Musical na Educação Infantil*, vol. 4 (7), 96–110.

Decreto-Lei. nº 5546 de 9 de Maio. *Diário da República nº 97 I Série*, Direção Geral das Belas Artes.

Decreto-Lei. nº18881/30 de 25 de Setembro. *Diário da República n.º 223 I Série*. Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes,

Decreto-Lei. nº 47587 de 10 de Março. *Diário da República*. Ministério da Educação Nacional, Proposta para assembleia.

Decreto-Lei. nº 310/83 de 1 de Julho. *Diário da República n.º 149 I Série*. Ministério das



Finanças e do Plano da Educação e da Reforma Administrativa.

Fernandes, M. M. G. (2012). *Criação de Arranjos para Classes de Conjunto Instrumentais*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro, Portugal

Figueiredo, N. A. S. de. (2014). *Criação de Repertório Fléxivel na Música de Conjunto: do 1º ao 4º Grau*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro, Portugal.

Fraser, H. R. (2013). *Motivations and Instructional Preferences of High School Guitar Students: A mixed Methods Study*. University of Delaware.

GOMES, C. A. F. F. (2000). *Contributos para o Estudo do Ensino Especializado de Música em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Almada, Instituto Jean Piaget, Portugal.

Green, L. (2006). *Popular Music Education in and for Itself, and for “Other” Music: Current Research in the Classroom*. International Journal of Music Education, vol. 24 (2<sup>nd</sup> ed.), 101–118.

Hentschke, Liane; Ben, L. Del. (2003). *Propostas Para Pensar e Agir Em Sala de Aula*.

Lorenzo, O., Herrera, L., & Cremades, R. (2011). *Mass Media Influence on the Musical Preferences of Spanish Adolescents: A Sociological Analysis*. International Review of the Aesthetics and Sociology of Music, vol. 42 (1<sup>st</sup> ed.), 125–144.

Gaspar, A. (2015) *Mais de 7500 Alunos em Risco de Ficar Sem Ensino Artístico*. Jornal de Notícias. Acedido outubro 10, 2015 em, [http://www.jn.pt/PaginalInicial/Nacional/Educacao/Interior.aspx?content\\_id=4785214](http://www.jn.pt/PaginalInicial/Nacional/Educacao/Interior.aspx?content_id=4785214)

Martins, F., & Sarmiento, T. (2014). *Diretores de Turma no Ensino Articulado da Música: Perspetivas e Experiencias*, vol. 22, 209–230.

Mbuyamba, L. (2006). *Relatório de Lupwishi Mbuyamba Sessão de Encerramento da Conferência Mundial sobre Educação Artística: Desenvolver as Capacidades Criativas para o Século XXI* (p. 18).

Melo Diogo, H. D. (2014). *Competências e Objetivos para Orquestra de Cordas do 2.º ciclo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro.

Ministério da Educação (2008). *As 20 Medidas para o Ano Lectivo 2008/09*.

Moita, M. da C. (2013). *Vida de Professores - Percursos de Formação e de Transformação*.

Nogueira, B., Trotta, F., Janotti Jr., J., Chagas, J., Cardoso Filho, J., Kischinhevsky, M., de Almeida, V. (2011). *Dez Anos a Mil. Mídia e Música Popular Massiva em Tempos de Internet*.

Oliveira, V. M. De. (2013). *A Escolha do Repertório no Ensino Coletivo de Instrumentos: Uma Experiência Vivida no Projeto “Orquestra de Violões nas Escolas”*.

Palheiros, G. B. (2004). *Funciones y Modos de Oír Música de Niños y Adolescentes, en Distintos Contextos*. Revista de Psicodidáctica.

Palheiros, G. B. (2009). *Citações e Dicas Pedagógicas Ensino da Música nas AEC*.

Pinto, A. (2004). *Motivação para o Estudo de Música: Factores de Persistência*.

Portaria. nº 1550/2002 de 26 de Dezembro, *Diário da República I Série B - nº 298*, Ministério da Educação.

Portaria. Nº 225/ 2012 de 30 de Julho, *Diário da República I Série - nº 146*, Ministério da Educação e Ciência.

Portaria. nº 224-A/2015 de 29 de Julho. *Diário da República I Série - nº 146*, Ministério das Finanças e da Educação e Ciência.

Santiago, F. X. M. L. (2012). *Arranjo Musical e Pedagógico na Sala de Aula: Problemáticas, Estratégias e Sugestões de Trabalho (Uma Abordagem Focada na Metodologia Orff)*. Relatório de Prática de Ensino Supervisionada, Universidade Fernando Pessoa, Portugal.

Santos, T. M. G. dos. (2013). *A Regulação do Ensino Vocacional da Música. Um Estudo Sobre o Regime Articulado na Perspetiva dos Atores*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Educação e Ciências, Portugal.

Sousa, R. P. V. F. (2003). *Factores de Abandono Escolar no Ensino Vocacional da Música*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Música, Universidade do Porto, Portugal.

### **FONTES CIBERNÉTICAS**

Playstation Website, acedido a 21 de janeiro 2016 de <https://www.playstation.com/pt-pt/>

Grupo Marktest, acedido a 22 de janeiro de 2016 de <http://www.marktest.com/wap/>

Rádio comercial, acedido a 22 de janeiro de 2016 de <http://radiocomercial.iol.pt/>

Rádio RFM, acedido a 22 de janeiro de 2016 de <http://rfm.sapo.pt/>

Blitz, revista online, acedido a 10 de abril de 2016 de <http://blitz.sapo.pt/>

A televisão, fórum online, acedido a 17 de maio de 2016 <http://www.atelevisao.com/>

## ANEXOS

### Anexo 1 – Decreto-Lei nº 5546

786

I SÉRIE — N.º 97

2.º No Porto são mantidos os actuaes círculos, criando-se, todavia, mais um segundo no Bairro Ocidental, com os concelhos de Maia e Matosinhos e freguesias de S. João da Foz do Douro e Massarelos do Bairro Ocidental do Porto.

3.º São criados mais os seguintes círculos:

Em Vila Nova de Gaia para o efeito da fiscalização escolar do mesmo concelho.

Em Grândola, com os concelhos de Grândola, Alcácer do Sal, S. Tiago do Cacém e Sines, sendo a sede no primeiro.

Em Santa Comba Dão, com os concelhos de Santa Comba Dão, Mortágua e Tábua, sendo a sede no primeiro.

Em Baião, com os concelhos de Baião e Marco de Canaveses, sendo a sede no primeiro.

Em Albergaria-a-Velha, com os concelhos de Albergaria-a-Velha, Agueda e Sever do Vouga, sendo a sede no primeiro.

Em Alcobaca, com os concelhos de Alcobaca, Nazaré e Porto de Mós, sendo a sede no primeiro.

Art. 2.º A fim de ocorrer ao pagamento dos encargos resultantes das disposições do presente decreto é autorizado o Governo a abrir, sem dependência das disposições do artigo 4.º da lei de 29 de Abril de 1913, os créditos especiais necessários, não podendo porém a respectiva despesa exceder o limite máximo de 12.000\$.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 9 de Maio de 1919. — João do Canto e Castro Silva AXTUNES — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Granjo — Amílcar da Silva Rumada Curto — António Maria Baptista — Viror José de Deus de Macedo Pinto — Xavier da Silva Júnior — Júlio do Patrocínio Martins — João Lopes Soares — Leonardo José Coimbra — Jorge de Vasconcelos Nunes — Luis de Brito Guimarães.

Direcção Geral de Belas Artes

Decreto n.º 5546

A realidade dos factos, mais do que o peso dos argumentos, é que há-de mostrar as vantagens da presente remodelação do Conservatório de Lisboa.

Os seus processos de ensino eram antiquados. A sua organização era defeituosa. O seu magistério mal retribuído.

Ainda lá se adoptava, como iniciação musical, o ensino do solfejo rezado. Principiava-se o ensino da música por desinteressar os alunos do que as notas possuem de mais fundamental representativo — o som. A este defeito inicial ligavam-se, com agravada intensidade, outras muitas e múltiplas incongruências.

Não havia um curso privativo de composição, não havia cadeira de instrumentação, nem uma aula de regência de orquestra. Não se ministravam aos alunos noções de acústica, nem os princípios genéricos da estética musical, nem nenhuns preliminares das outras sciências musicais. Não se lhes proporcionava a aprendizagem de português, de história, de geografia e restante cultura geral que deve andar ligada ao ensino das especialidades. Nas aulas em que deveria prevalecer o ensino individual (piano, violino, violoncelo, etc.), o principio pe-

dagógico da limitação dos alunos era duma tam esticada elasticidade que estes recebiam, quando muito, uma lição de dez a doze minutos por mês. Os próprios alunos, arvorados em monitores, ensinavam com sanção official os companheiros de escola, pegando-lhes defeitos de execução e outros erros, naturais em quem aprende ainda.

A tudo isto e a muito mais procurou obviar o actual decreto.

Seguiu-se nãle a maioria das conclusões formuladas pela comissão de remodelação de ensino artístico, nomeada pela portaria de 21 de Janeiro de 1918, presidida pelo illustre critico de arte e erudio musicólogo, António Arroio, e da qual faziam parte José Viana da Mota, Alexandre Rey Colaço, Miguel Angelo Lambertini e Luis de Freitas Branco. Se não ficou desde já adoptada a totalidade dos alvitres apresentados pela referida comissão, foi unicamente por que acarretariam um grande acréscimo de despesa. Se assim não acontecesse, ter-se-ia ultrapassado o que a comissão preconizou, estabelecendo-se o excelente critério pedagógico da limitação da população escolar do Conservatório, como aos institutos similares de Paris, Bruxelas, Leipzig e Berlim.

Mas, deixando para dias financeiramente mais desafiados esse propósito, por enquanto inexecutível, outros e de subida vantagem consigna a reorganização actual.

Eis as principais:

Tirou-se ao ensino do solfejo o antipedagógico e exclusivo sistema pelo qual era feito. Ao tomarem conhecimento com as notas os principiantes ir-se-hão desde logo afoicando ao sentido musical que elas gráficamente exprimem. Além disso, extremou-se o ensino do solfejo, dando-lhe o seu verdadeiro carácter de ensino primário, e estatuinto que, como tal, desapareça do Conservatório logo que se criem as escolas primárias musicais. Para quando assim fôr, preceitua-se a criação dum curso normal que habilite ao magistério dessas aulas primárias de música.

Os diferentes cursos de instrumentos e os de canto e da composição dividem-se em três graus: elementar, complementar e superior. Inútil é justificar esta forma distributiva do ensino, pois que, por ela, a aprendizagem do aluno parte da estrutura mais simples e caminha sucessivamente para a mais complexa, mantida sempre a necessária concetuação.

Ao curso de música vocal foi aumentada a duração e, atingindo o *terminus* do grau complementar, desdobra-se em dois ramos: o de canto teatral e o de concerto.

Aumenta-se também num ano o curso de piano e ainda se estabelece, para os alunos que hajam mostrado excepcionais aptidões de concertistas, uma nova cadeira, a da virtuosidade, onde prolonguem e aperfeiçoem os estudos realizados no curso superior.

Criam-se, igualmente, cadeiras de virtuosidade para violino e violoncelo.

Nas aulas cuja base pedagógica haja de ser o ensino individual limita-se a oito o número de alunos em cada turma. Desta maneira, o tempo de lição directamente recebida fica de meia hora por semana, mais do que na quasi totalidade dos conservatórios estrangeiros.

Institui-se o ensino da composição em cadeira separada e o da regência de orquestra, instrumentação, acústica e estética musical.

Proporciona-se a abertura, no Conservatório, de cursos livres para todos os ramos do ensino da música a artistas portugueses ou estrangeiros de elevados méritos.

Organiza-se o ensino do disciplinas auxiliares destinadas a ministrar uma instrução geral indispensável a alunos que entram para o Conservatório com um singelo exame do primeiro grau primário e aos quais se não devem impor outras habilitações literárias para entrada, a

fim de que não retardem a aprendizagem musical que, como é axiômico em pedagogia, exige largo treno e será tanto mais proveitosa quanto mais cedo se inicie.

Desta amplificação dada ao ensino técnico e teórico resulta que o número de disciplinas passa, das quinze actuais, a trinta e duas, não contando com o curso primário de solfejo que só transitóriamente fica no Conservatório. Luxo exhibitivo? Não. Simples, incontestáveis, patentes exigências a que a precedente organização da Conservatório não podia corresponder.

O magistério do Conservatório, nas disciplinas mais frequentadas e no curso de composição, por lógica e simetria com os três graus de ensino estabelecido, foi dividido em três categorias: professores de ensino elementar, complementar e superior. Fixam-se-lhes ordenados suficientemente remunerativos, pagam-se com gratificação à parte as horas que ultrapassem oito por semana, até o limite máximo de dezasseis horas de excesso, nas disciplinas em que estão providos, e ainda se lhes estabelece uma outra gratificação para accumulações com disciplinas diferentes ou cadeiras de virtuosidade. Retira-se-lhes porém a concessão, que poderia dar margem às piores suspeitas, de leccionarem particularmente, grátis ou mediante estipêndio, os alunos internos e os externos inscritos no Conservatório.

Quanto aos alunos, independentemente das melhorias de ordem pedagógica que a presente reorganização lhes faculta, outras vantagens se lhes consignam: cria-se uma importante fonte de receita para subsídios a estudantes pobres e dá-se aos alunos intervenção nos assuntos que se relacionem com a regulamentação de pensões, bolsas de estudo, etc. É certo que se lhes aumenta o quantitativo das propinas nalgumas cadeiras, mas isentam-se de pagamento noutras disciplinas, e o acréscimo recai principalmente sobre os alunos externos, pertencentes, em geral, a famílias abastadas que podem custear-lhes o ensino particular, muito mais dispendioso que o ministrado pelo Conservatório. O aumento que incide sobre os alunos internos está longe de aproximar-se daquele a que foram elevadas as propinas em outros ramos do ensino oficial e tem plena justificação, por isso que o mestre de música proporciona hoje bons proventos e fáceis colocações.

Com as receitas criadas torna-se exequível a aplicação desta reforma sem que dela provenha encargo para o Estado. O Conservatório ficará vivendo dos seus próprios recursos.

Sob proposta ao Ministro da Instrução Pública:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

#### CAPÍTULO I

Do Conservatório Nacional de Música e sua gerência superior

Artigo 1.º O Conservatório de Lisboa passa a denominar-se Conservatório Nacional de Música.

Art. 2.º A gerência pedagógica, administrativa e disciplinar do Conservatório Nacional de Música será exercida por um director.

§ 1.º O director será nomeado em comissão, de entre os professores de ensino superior do Conservatório, ou, vitaliciamente, de entre individualidades de comprovada e alta competência musical.

§ 2.º Em tudo quanto se relacione com assuntos de carácter pedagógico, o director ouvirá previamente o conselho escolar, formulando porém parecer à parte sempre que se trate de matéria que tenha de ser submetida a decisão ministerial e à apreciação da Direcção Geral de Belas Artes.

§ 3.º Quando a frequência escolar do Conservatório e outros motivos de ordem administrativa ou disciplinar

justifiquem a delegação de uma parte das atribuições do director, poderá este propor ao Ministro da Instrução Pública, de entre os professores técnicos do quadro, um sub-director que servirá em comissão, renovável, de cinco anos.

§ 4.º A referida proposta é da livre iniciativa do director e independente da intervenção do conselho escolar.

#### CAPÍTULO II

Des cursos do Conservatório Nacional de Música

Art. 3.º O Conservatório Nacional de Música ministra o ensino da música vocal e instrumental e da composição, nos seguintes cursos: solfejo, canto, piano, harpa, órgão, violino, violão, violoncello, contrabaixo, flauta e oitavino, instrumentos de palheta, instrumentos de metal, composição, instrumentação e leitura de partituras e regência de orquestra.

§ 1.º Todos estes mencionados cursos, excepto o de solfejo, que fica constituindo ensino preparatório comum, dividir-se-hão em três graus: elementar, complementar e superior.

§ 2.º Em cada um dos cursos de piano, violino e violoncello será criada também uma aula de virtuosidade para frequência facultativa dos alunos que, respectivamente, tenham concluído o grau superior dos mencionados instrumentos e hajam revelado excepcionais aptidões de concertistas.

§ 3.º Para o ensino de conjunto haverá também aulas de canto coral, música de câmara e música de orquestra.

§ 4.º Será facultado aos artistas portugueses ou estrangeiros, de elevados méritos manifestados como compositores, concertistas ou em trabalhos teóricos de sciências musicais, a abertura de cursos livres no Conservatório Nacional de Música, mediante autorização ministerial precedida de parecer favorável do conselho escolar e relatório fundamentado do director.

Art. 4.º Além dos cursos técnicos estabelecidos no artigo anterior será também proporcionado aos alunos o ensino do português o elementos de literatura portuguesa e estrangeira; tópicos de história geral, história pátria e de geografia elementar; francês; italiano; generalidades de sciências musicais, compreendendo a acústica, história da música e estética musical.

§ único. A aprendizagem destas matérias será feita principalmente nas aulas e de modo que os alunos não prejudiquem, com a aquisição de conhecimentos que são de carácter auxiliar, o estudo técnico do curso musical que frequentem.

#### CAPÍTULO III

Da distribuição das matérias do ensino

Art. 5.º O ensino do Conservatório Nacional de Música dividir-se-há no seguinte número de anos:

Ensino preparatório comum. — Solfejo — 2 anos.

1.ª disciplina. — Canto:

Grau elementar — 2 anos.

Grau complementar — 2 anos.

Graus superiores:

Curso de canto teatral — 2 anos.

Curso de música vocal de câmara e de concerto — 2 anos.

2.ª disciplina. — Piano:

Grau elementar — 3 anos.

Grau complementar — 3 anos.

Grau superior — 3 anos.

Virtuosidade — 1 ano.

- 3.<sup>a</sup> disciplina. — Harpa:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 2 anos.  
Grau superior — 2 anos.
- 4.<sup>a</sup> disciplina. — Órgão:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 3 anos.  
Grau superior — 2 anos.
- 5.<sup>a</sup> disciplina. — Violino:  
Grau elementar — 3 anos.  
Grau complementar — 3 anos.  
Grau superior — 2 anos.  
Virtuosidade — 1 ano.
- 6.<sup>a</sup> disciplina. — Viola:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 2 anos.  
Grau superior — 1 ano.
- 7.<sup>a</sup> disciplina. — Violoncelo:  
Grau elementar — 3 anos.  
Grau complementar — 3 anos.  
Grau superior — 2 anos.  
Virtuosidade — 1 ano.
- 8.<sup>a</sup> disciplina. — Contrabaixo:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 2 anos.  
Grau superior — 1 ano.
- 9.<sup>a</sup> disciplina. — Flauta:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 2 anos.  
Grau superior — 2 anos.
- 10.<sup>a</sup> disciplina. — Oitavino:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 1 ano.  
Grau superior — 1 ano.
- 11.<sup>a</sup> disciplina. — Oboé:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 2 anos.  
Grau superior — 2 anos.
- 12.<sup>a</sup> disciplina. — Corn'inglês:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 1 ano.  
Grau superior — 1 ano.
- 13.<sup>a</sup> disciplina. — Clarinete:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 2 anos.  
Grau superior — 2 anos.
- 14.<sup>a</sup> disciplina. — Clarinete baixo:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 1 ano.  
Grau superior — 1 ano.
- 15.<sup>a</sup> disciplina. — Saxofone:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 1 ano.  
Grau superior — 1 ano.
- 16.<sup>a</sup> cadeira. — Fagote:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 2 anos.  
Grau superior — 2 anos.
- 17.<sup>a</sup> disciplina. — Contrafagote:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 2 anos.  
Grau superior — 1 ano.
- 18.<sup>a</sup> disciplina. — Trompa:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 2 anos.  
Grau superior — 2 anos.
- 19.<sup>a</sup> disciplina. — Clarim de pistões:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 2 anos.  
Grau superior — 1 ano.
- 20.<sup>a</sup> disciplina. — Cornetim:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 2 anos.  
Grau superior — 1 ano.
- 21.<sup>a</sup> disciplina. — Trombone de varas:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 1 ano.  
Grau superior — 1 ano.
- 22.<sup>a</sup> disciplina. — Trombone de pistões:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 1 ano.  
Grau superior — 1 ano.
- 23.<sup>a</sup> disciplina. — Sax trompa:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 1 ano.  
Grau superior — 1 ano.
- 24.<sup>a</sup> disciplina. — Tuba:  
Grau elementar — 2 anos.  
Grau complementar — 1 ano.  
Grau superior — 1 ano.
- 25.<sup>a</sup> disciplina. — Composição:  
Grau elementar (harmonia) — 3 anos.  
Grau complementar (contraponto, canon e fuga) — 2 anos.  
Grau superior (composição) — 3 anos.
- 26.<sup>a</sup> disciplina. — Instrumentação e leitura de partituras — 2 anos.
- 27.<sup>a</sup> disciplina. — Regência de orquestra — 2 anos.
- 28.<sup>a</sup> disciplina. — Português — 3 anos, sendo o último obrigatório somente para o curso de composição.
- 29.<sup>a</sup> disciplina. — Francês — 3 anos, sendo o último obrigatório somente para o curso de composição.
- 30.<sup>a</sup> disciplina. — Italiano — 2 anos.
- 31.<sup>a</sup> disciplina. — História e geografia — 2 anos.
- 32.<sup>a</sup> disciplina. — Ciências musicais:  
Noções elementares de acústica — 1 ano.  
História da música — 2 anos.  
Estética musical — 2 anos.

Art. 6.<sup>o</sup> A admissão aos diferentes cursos, e aos graus em que eles se subdividem, fica subordinada às seguintes normas:

*Ensino preparatório comum, de solfejo.* — Para a admissão ao 1.<sup>o</sup> ano é necessária apresentação de certificado de exame de instrução primária, pelo menos do 1.<sup>o</sup> grau. A frequência do 2.<sup>o</sup> ano pode ser cumulativa com a do 1.<sup>o</sup> de qualquer curso, exceptuando o de composição.

*Canto.* — Para a admissão ao grau elementar pode ser provisoriamente dispensado o solfejo aos candidatos dotados de excepcionallíssimas aptidões vocais e que as

comprovem por um prévio exame de voz. Para a admissão ao grau complementar é indispensável certificado do 1.º ano da 32.ª disciplina e do 2.º da 28.ª Para a admissão a qualquer dos dois cursos do grau superior é necessária a apresentação de certificado do 2.º ano da 29.ª disciplina e do grau elementar da 2.ª Nenhum aluno poderá ser admitido a exame final do grau superior sem que apresente certificado da 30.ª disciplina e do curso elementar da 25.ª A carta do curso de canto teatral só poderá ser obtida mediante apresentação do diploma do curso da arte dramática da Escola da Arte de Representar.

*Piano, violino e violoncello.*—Para a admissão ao grau complementar é obrigatória a apresentação do certificado do 1.º ano da 32.ª disciplina, do 2.º ano da 28.ª e do 2.º ano da 29.ª Para a matrícula no grau superior é necessário o certificado do grau elementar da 25.ª disciplina, do 2.º ano da 31.ª e do 3.º da 32.ª Para a admissão ao exame final do grau superior exigir-se há certificado do exame final da 32.ª

*Harpa.*—Para admissão ao grau elementar é necessária a apresentação de certificados do 1.º ano da 32.ª disciplina, do 2.º ano da 28.ª e do 2.º ano da 29.ª Para a admissão ao grau superior torna-se necessária a certidão do curso elementar da 25.ª disciplina.

*Órgão.*—Para a frequência do grau elementar são obrigatórias as certidões do grau elementar da 2.ª disciplina, do 1.º ano da 32.ª e do 2.º ano da 28.ª Nenhum aluno poderá ser admitido ao grau superior sem que apresente certificados de exame final da 25.ª disciplina, do 2.º ano da 21.ª e do 3.º ano da 32.ª Para admissão ao exame final é indispensável a apresentação de certidões do 2.º ano das 29.ª e 30.ª disciplinas e do 5.º ano da 32.ª

*Violeta, contrabaixo, flauta, oitavino, oboé, corn'ingles, clarinete, clarinete baixo, família dos saxofones, fagote, contrafagote, trompa, clarim de pistões, cornetim, trombone de varas e de pistões, família das sac trompas, tubas.*—Para admissão ao grau superior exigir-se há certificados do 2.º ano das 28.ª e 29.ª disciplinas e do 1.º da 32.ª Além destas habilitações será também necessária para a frequência do grau superior de violeta, contrabaixo, oitavino, corn'ingles, clarinete baixo e contrafagote, a apresentação, respectivamente, de certificados do grau elementar, pelo menos, de violino, violoncello, flauta, oboé, clarinete e fagote.

*Composição.*—Juntamente com o grau elementar deste curso ministrar-se há, aos alunos das 2.ª e 4.ª disciplinas, o ensino da realização do baixo cifrado ao teclado. Para se obter a carta de curso são indispensáveis certidões do grau complementar da 2.ª disciplina, do 3.º ano da 28.ª e 29.ª, do 2.º da 30.ª e 31.ª e do 5.º ano da 32.ª

*Instrumentação e leitura de partituras.*—A admissão ao 1.º ano depende da apresentação do certificado da 25.ª disciplina. Será facultativa a aprendizagem da leitura de partituras aos alunos que apresentem certificados do grau complementar da 2.ª disciplina e do elementar da 25.ª

§ 1.º A aula de música de Câmara é obrigatória para todos os alunos de instrumentos que para a frequentarem forem escolhidos.

§ 2.º Essa escolha efectuar-se há por acôrdo entre o professor de música de Câmara e os dos cursos de instrumentos.

§ 3.º A frequência da aula de orquestra fica subordinada às mesmas condições dos dois parágrafos imediatamente anteriores.

§ 4.º As aulas de canto coral serão obrigatórias para todos os alunos desde que possuam requisitos vocais adequados.

#### CAPÍTULO IV

##### Des professores

Art. 7.º O quadro do magistério do ensino técnico do Conservatório Nacional de Música será constituído por professores com três categorias de vencimentos, os quais, a não ser para os casos dos §§ 1.º e 4.º deste artigo, corresponderão respectivamente ao ensino elementar, complementar e superior.

§ 1.º Para os professores do grau elementar de composição haverá em conformidade com a verba estabelecida na tabela n.º 1, que faz parte do presente decreto, um vencimento intermédio aos dos professores dos mencionados graus: elementar e complementar.

§ 2.º Os professores de virtuosidade serão escolhidos nos termos que o regulamento ao presente decreto especificar, em comissão de entre os de ensino superior pertencentes ao quadro ou contratados no estrangeiro em conformidade com o § 3.º do artigo imediato e demais condições que regularmente forem estabelecidas.

§ 3.º Quando vantagens de ordem pedagógica ou necessidades da distribuição do ensino o exijam, os professores dos graus superior e complementar ministrarão o ensino de graus inferiores.

§ 4.º Os professores de canto, harpa e instrumentos de sopro, ministrarão o ensino dos três graus mediante os vencimentos estipulados na tabela n.º 1 que faz parte deste decreto, e os de ensino teórico serão equiparados em vencimento aos professores de solfejo e canto coral.

§ 5.º O trabalho lectivo de cada professor não pode exceder dezasseis horas semanais, e quando ultrapasse o limite de oito horas por semana dará direito, por cada hora de excesso na regência da disciplina ou disciplinas em que o professor estiver provido, à gratificação consignada na tabela n.º 1 anexa ao presente decreto.

§ 6.º Aos professores que, por conveniência da distribuição do ensino, sejam obrigados a reger disciplinas além daquelas em que foram providos e aos do grau superior de piano, violino e violoncello que rejam cadeiras de virtuosidade dos referidos instrumentos, caberá por cada disciplina a mais, e por cada curso de virtuosidade, a gratificação mencionada na tabela n.º 1 apenas a este decreto.

§ 7.º O professor de francês acumulará, nos termos do parágrafo anterior, o ensino desta disciplina com o de português e literatura portuguesa e estrangeira. De acôrdo com o conselho escolar, o director proporá ao Ministro da Instrução Pública, por intermédio da Direcção Geral de Belas Artes, quais os professores do ensino técnico, que, nas condições do § 6.º deste artigo, hajam de acumular o ensino da disciplina ou disciplinas em que foram providos, com o de violeta, contrabaixo, música de câmara, música de orquestra, sciências musicais, instrumentação e regência de orquestra.

§ 8.º Os professores das disciplinas de ensino individual não poderão ministrá-lo em cada duas horas a mais de oito alunos por turma.

Art. 8.º São criadas, para os professores de ensino técnico, bolsas de férias com subsídio total que, para cada ano escolar, vai designado na tabela n.º 1 anexa ao presente decreto e destinadas a estudos de folklore musical no continente português, ilhas adjacentes e colónias portuguesas, e a estabelecer um proveitoso contacto entre o professorado do Conservatório Nacional de Música, e os melhores centros de cultura no estrangeiro.

§ único. O director, de acôrdo com o conselho escolar e em conformidade com as disposições regulamentares que forem estabelecidas, escolherá anualmente os professores que hão-de efectuar as referidas missões de estudo



e estes apresentarem, em separado, um desenvolvido relatório da excursão artística que tiverem efectuado, para ser inserto na *Revista do Conservatório*.

Art. 9.º É obrigatória para todos os professores do ensino técnico, a dentro da especialidade de cada um, a cooperação em concertos públicos que sejam organizados pelo Conservatório Nacional de Música.

Art. 10.º Não será permitido, para nenhuma das disciplinas ensinadas no Conservatório, o aproveitamento de alunos-monitores para a coadjuvação do magistério, seja qual for a denominação ou a forma por que se exerça essa coadjuvação.

Art. 11.º O provimento do magistério do quadro será feito mediante concurso público de provas técnicas e orais para os professores do ensino técnico e de provas escritas e orais para os professores do ensino teórico.

§ 1.º Em regulamento ao presente decreto serão especificadas as condições de admissão aos concursos para o provimento das cadeiras vagas, o modo de constituição dos respectivos júris, graduação e títulos de preferência dos candidatos.

§ 2.º O provimento por concurso tornar-se há vitalício decorridos três anos de efectivo exercício do magistério, com boas provas de aptidão profissional corroboradas pelo conselho escolar e por informação fundamentada do director.

§ 3.º O director do Conservatório Nacional de Música, obtida previamente autorização ministerial por intermédio da Direcção Geral de Belas Artes, poderá admitir como professores, sem dependência de naturalização e de concurso, músicos ou musicólogos estrangeiros de comprovada competência, quando as vantagens do ensino e a falta de especializados em Portugal imponham excepcionalmente essa medida.

§ 4.º O provimento dos professores estrangeiros contratados será temporário e não excedente a um período, prorrogável, de cinco anos.

Art. 12.º Os professores do Conservatório Nacional de Música não poderão, quer directamente, quer por interposta pessoa, quer com remuneração, quer sem ela, leccionar fora das aulas oficiais alunos da referida Escola ou que se habilitem para exames ou concursos que nela se realizem.

§ 1.º Ser-lhes há também inibida a leccionação particular de alunos de quaisquer outras escolas que venham a criar-se e fiquem sob a fiscalização pedagógica do Conservatório.

§ 2.º O professor que transgredir o disposto no presente artigo e seu § 1.º terá a pena disciplinar de demissão, além da responsabilidade que lhe possa caber como incurso no artigo 318.º do Código Penal.

Art. 13.º Os professores e demais pessoal vitalício do Conservatório Nacional de Música têm direito à reforma, nos termos das leis vigentes.

Art. 14.º O Governo poderá efectuar, independentemente de concurso, os primeiros provimentos de professores resultantes da presente remodelação do Conservatório Nacional de Música, devendo a escolha recair em individualidades de reconhecido e comprovado mérito.

#### CAPÍTULO V

##### Dos alunos

Art. 15.º Serão admitidos à frequência dos diversos cursos todos os candidatos nacionais ou estrangeiros que, possuindo as habilitações oficialmente exigidas no presente decreto e as que regulamentamente venham a ser estabelecidas, satisfaçam também às condições de idade e aos demais requisitos consignados nele ou nos seus regulamentos.

§ único. Quando, porém, o aumento da população escolar o torne preciso e as circunstâncias do Tesouro o permitam, fixar-se há, a exemplo da maioria dos Con-

servatórios estrangeiros, a limitação do número total de alunos.

Art. 16.º O limite de idade para a admissão à matrícula será o seguinte:

Solfejo — máximo, 20 anos.

Canto:

Sexo masculino:

Mínimo, 16 anos.

Máximo, 20 anos.

Sexo feminino:

Mínimo, 16 anos.

Máximo, 24 anos.

Piano, violino e violoncello — máximo, 20 anos.

Virtuosidade — máximo, 29 anos.

Harpa — máximo, 23 anos.

Órgão — máximo, 24 anos.

Viola e contrabaixo — máximo, 25 anos.

Instrumentos de sopro — máximo, 25 anos.

Composição — máximo, 25 anos.

Instrumentação e leitura de partituras — máximo, 33 anos.

Regência de orquestra — máximo, 35 anos.

§ 1.º Os candidatos à matrícula em rudimentos de solfejo, quando tenham mais de quinze anos de idade, terão de mostrar em exame prévio especial que possuem conhecimentos de música, elementares, pelo menos.

§ 2.º Os músicos do exército e da armada são dispensados das determinações relativas a limite de idade para a matrícula em solfejo e nos cursos de instrumentos de sopro.

§ 3.º Os candidatos aos cursos de canto e especialmente ao de canto teatral poderão matricular-se, antes de terem atingido ou depois de terem ultrapassado o limite de idade, quando estejam nas condições a que se refere, para admissão no grau elementar, o artigo 6.º do presente decreto.

Art. 17.º Serão estipulados em regulamento à actual remodelação do Conservatório, além das vantagens e subsídios estabelecidos nos artigos 52.º e 59.º, inclusive, do decreto de 24 de Outubro de 1901, que não sejam contrários ao presente decreto, quaisquer outros que estejam em harmonia com a legislação em vigor e com as circunstâncias do Tesouro Público e que venham a ser indigitados pelo director, ouvido o conselho escolar, e a direcção da Associação Académica dos alunos do Conservatório, quando venha a organizar-se.

#### CAPÍTULO VI

##### Dos compêndios

Art. 18.º De cinco em cinco anos, a começar da entrada em vigor do presente decreto, será nomeada uma comissão constituída pelos membros do Conselho de Arte Musical, pelo director do Conservatório Nacional de Música e por três professores escolhidos pelo conselho escolar do referido estabelecimento de ensino e destinada a organizar programas de concurso cujo adopção se torne precisa.

§ 1.º O primeiro concurso desta natureza será aberto cinquenta dias depois da inserção no *Diário do Governo* da actual reorganização do Conservatório.

§ 2.º Aprovados pelo Ministério da Instrução Pública os programas e demais condições dos referidos concursos, serão estes desde logo abertos com um prazo não inferior a dois meses e não excedente a cinco.

§ 3.º Quando aconteça que a totalidade, ou uma parte dos indicados concursos, fique deserta, ou que a comissão opine pela desnecessidade de o abrir por haver obras nacionais ou estrangeiras com os requisitos pedagógicos, pode o Governo determinar a adopção das obras que a



comissão em qualquer dos dois casos indigite para compêndios oficiais.

§ 4.º Os compêndios apresentados nos concursos serão, até trinta dias depois do encerramento destes, submetidos ao exame da comissão que, acerca do valor didático e pedagógico de cada um e do preço que para eles respectivamente alvitrar, emitirá parecer fundamentado, o qual será inserto no *Diário do Governo*.

Art. 19.º O Governo poderá adquirir, por contrato de escritura pública, as obras adoptadas, mandando imprimi-las por conta própria e fornecendo pelo custo do preço acrescido de uma percentagem de 3 por cento, a qual constituirá receita do Conservatório Nacional de Música destinada a subsidiar alunos pobres.

§ único. Igual percentagem de 3 por cento será cobrada para idêntico fim e por modo que em regulamento ao presente decreto for consignado, sobre o preço da capa que for marcado pelo Governo em edições oficialmente aprovadas de compêndios editados pelos concorrentes ou por editores seus legítimos representantes.

Art. 20.º Três anos depois de decretada a adopção dos compêndios, pode o director do Conservatório, de acordo com o conselho escolar e mediante relatório fundamentado, representar ao Ministro da Instrução Pública a respeito da conveniência de substituir a totalidade ou alguns dos compêndios adoptados.

§ único. Recebida a representação e ouvido o Conselho de Arte Musical, o Governo resolverá sobre a abertura do concurso, que será efectuado como preceitua o artigo 13.º e seus §§ 2.º, 3.º e 4.º deste decreto.

Art. 21.º Excepto para os cursos livres, a que se refere o § 4.º do artigo 3.º da presente reorganização, é proibida, tanto aos professores do Conservatório como aos professores particulares oficialmente inscritos, a adopção doutros compêndios que não sejam os aprovados pelo Governo.

§ único. As penalidades pela infracção do preceituado neste artigo, bem como as applicáveis aos professores que nas aulas ou exames forcem os alunos a versar matérias não contidas nos compêndios não oficialmente aprovados, serão, para os professores do Conservatório, successivamente as de repressão, suspensão e demissão e, para os professores particulares inscritos, as de suspensão do magistério por um ano; pelo menos, e o dobro da penalidade que lhes tiver sido applicada quando reincidirem.

#### CAPÍTULO VII

##### Das condições para o exercício do magistério particular com inscrição

Art. 22.º Para os professores do ensino particular que a data da entrada em vigor do presente decreto estejam oficialmente inscritos, e para aqueles que durante um período transitório, que será fixado em regulamento, pretendem inscrever-se, continuarão subsistindo as disposições dos artigos 46.º a 50.º inclusive, do decreto de 24 de Outubro de 1901.

Art. 23.º A concessão do diploma necessário para exercício das funções de professor particular inscrito, após o decurso do período transitório a que se refere o artigo imediatamente anterior, far-se há nas mesmas condições dos mencionados artigos 46.º e 50.º inclusive, excepto para o magistério do grau elementar de composição que não será permitido senão a quem apresente, além dos demais documentos necessários, certidão do curso superior de composição.

#### CAPÍTULO VIII

##### Dos jûris e dos exames

Art. 24.º Os jûris de concursos ao magistério e dos exames de alunos internos e de requerentes externos, serão, normalmente, constituídos com professores do quadro.

§ único. Podem, porém, ser incluídos nesses jûris, mediante a gratificação fixada na tabela n.º 1 indivíduos nacionais que não exerçam o magistério particular ou estrangeiros em idênticas condições com residência permanente ou temporária em Portugal, quando esses nacionais ou estrangeiros sejam notabilidades nalguns dos ramos do ensino musical e tenham sido designados para examinadores pelo director de acordo com o conselho escolar.

Art. 25.º Os alunos externos inscritos no Conservatório Nacional de Música, terão de prestar nele, para a obtenção de diploma de curso, além das provas públicas para o exame final, provas de exame também públicas para a passagem do grau elementar ao complementar e deste ao superior. Os alunos internos prestarão unicamente provas públicas de exame para o acabamento dos cursos superiores e transitarão do grau elementar ao complementar e deste ao imediato, por apuramento em conselho escolar de notas de aptidão, applicação e frequência colhidas pelos professores nas aulas que regerem e ainda mediante uma prova relativa às disciplinas do ensino técnico prestada perante o director e os professores dessas disciplinas. Para as aulas teóricas haverá os seguintes exames: português e francês, exames nos 2.º e 3.º anos; italiano, história e geografia, exame final do 2.º ano; sciências musicais, exames; do 1.º ano (noções elementares de acústica), do 3.º ano (história da música) e do 5.º ano (estética musical). Nos restantes anos a passagem effectuar-se há por média.

§ único. Aos alunos que apresentem certidão de exame do 3.º ano do ensino liceal poderão ser dispensadas: a 31.ª disciplina, e as 28.ª e 29.ª até o 2.º ano inclusive.

#### CAPÍTULO IX

##### Da Revista do Conservatório

Art. 26.º O Conservatório Nacional de Música publicará uma revista relativa a assuntos musicais, devendo uma das secções dela ser destinada à compilação e estudo do folclore musical.

§ único. A direcção superior da revista compete ao director do Conservatório Nacional de Música que propôr ao Ministro da Instrução Pública, de entre os professores de ensino superior, um redactor com a gratificação estipulada na tabela n.º 1 anexa ao presente decreto.

#### CAPÍTULO X

##### Das sucursais do Conservatório

Art. 27.º Quando o permitirem as circunstâncias do Tesouro Público, ou desde já se as respectivas Câmaras Municipais ou outras corporações administrativas criarem as necessárias receitas, organizar-se hão, nas capitais de distrito e outros centros populosos, escolas primárias de música com o ensino do solfejo rezado, solfejo cantado, teoria elementar da música e canto orfeónico.

§ 1.º Logo que se organize em Lisboa a escola primária de música deixará de ministrar-se no Conservatório o ensino do solfejo e criar-se há neste estabelecimento de ensino um curso normal com a duração mínima de três anos para habilitação de professores do ensino primário da música.

§ 2.º O professorado das escolas primárias de música será provido, enquanto não houver diplomados com o curso normal a que se refere o parágrafo imediatamente anterior, mediante concurso de provas públicas, realizado no Conservatório, devendo os concorrentes apresentar, para a admissão, certificado do grau complementar, pelo menos, dalgum dos cursos do Conservatório, ou possuir a categoria de músico militar de 2.ª classe.

§ 3.º Competirá ao Conservatório Nacional de Música a inspecção pedagógica das escolas primárias de música

e o diploma de curso dalguma delas constituirá habilitação suficiente para ser admitido à matrícula de todo e qualquer curso elementar do mesmo Conservatório.

#### CAPÍTULO XI

##### Do período transitório e disposições gerais

Art. 28.º Os alunos que à data da execução do presente decreto frequentaram o último ano de qualquer curso completá-lo hão em conformidade com o regime escolar consignado no decreto de 24 de Outubro de 1901.

Art. 29.º Para os alunos que não estejam nas condições de artigo imediatamente anterior as equivalências serão estabelecidas verificando-se qual o grau do ensino que pelo presente decreto corresponda ao ano que os alunos iriam frequentar no regime escolar antecedente.

Art. 30.º A frequência das 28.ª, 29.ª, 31.ª e 32.ª disciplinas será dispensada a todos os alunos, excepto aos que depois da entrada em vigor deste decreto se matriculem no 1.º ano de qualquer curso.

Art. 31.º Enquanto não houver diplomados com os novos cursos teóricos criados, pelo presente decreto, poder-se hão inscrever como professores particulares de português, francês, história e geografia, os professores legalmente habilitados a ensinar para os exames liceais as mencionadas disciplinas e, como professores particulares de sciencias musicais, os indivíduos que apresentarem prova documental de que estão habilitados para o exercício do respectivo ensino.

Art. 32.º Os professores nomeados por virtude da presente reorganização do ensino e que, por motivo dalgumas das disposições transitórias consignadas nesta capitula, não comecem a exercer funções no Conservatório Nacional de Música antes do ano lectivo immediato à publicação do actual diploma, podem tomar posse, desde logo, das cadeiras em que forem providos, mas só começarão a receber vencimentos desde a data em que principiarem a regê-las.

Art. 33.º O disposto no actual decreto, relativamente às gratificações por acumulação de que trata o § 6.º do artigo 7.º e à limitação de alunos a que se refere o § 8.º do mesmo artigo, só entrará em vigor no começo do ano lectivo immediato ao da publicação do presente diploma.

Art. 34.º O encerramento de matrículas no corrente ano lectivo far-se há em conformidade com o disposto no decreto de 31 de Agosto de 1915.

Art. 35.º Durante três anos contados desde a publicação deste decreto será permitida a matrícula sem limite de idade, no curso de instrumentação, aos alunos que apresentem diplomas do curso de contraponto, fuga e composição, instituído por decreto de 24 de Outubro de 1901.

§ único. Do mesmo modo e durante o mesmo prazo se poderão matricular nos cursos de virtuosidade de piano, violino e violoncello, todos os alunos que, à data da entrada em vigor do presente decreto, possuam o curso completo dos referidos instrumentos com a classificação final de 18 valores.

Art. 36.º Os alunos que à data da entrada em vigor do presente diploma estejam matriculados na classe de leitura de partitura podem terminar o curso em conformidade com o disposto no decreto n.º 2710, de 28 de Outubro de 1916.

Art. 37.º O Governo fará os regulamentos necessários para a execução da presente reorganização do ensino musical.

Art. 38.º O Governo é autorizado a abrir, sem dependência da lei de 29 de Abril de 1913, os créditos especiais necessários para ocorrer ao pagamento dos encargos resultantes das disposições do presente decreto, durante o corrente ano económico.

Art. 39.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

O Ministro da Instrução Pública o faça publicar. Paços do Governo da República, 9 de Maio de 1919. — João do Canto e Castro Silva Antunes — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Grunjo — Amílcar da Silva Ramada Curto — António Maria Baptista — Vítor José de Deus da Macedo Pinto — Xavier da Silva Júnior — João do Patrocínio Martins — João Lopes Soares — Leonardo José Coimbra — Jorge de Vasconcelos Nunes — Luis de Brito Guimarães.

Tabela n.º 1

##### Ordenação e gratificações

Director do Conservatório Nacional de Música.	
Moradia no edificio do estabelecimento e gratificação de . . . . .	1.200,000
11 Professores a 1.000\$ (4 de ensino superior de piano, 3 do ensino superior de violino, 1 de ensino superior de violoncello, 2 do ensino superior de composição e 1 de canto) . . . . .	11.000,000
9 Professores a 800\$ (1 de harpa, 1 de ensino complementar de violino, 1 de ensino complementar de violoncello, 6 do ensino complementar de piano) . . . . .	7.200,000
5 Professores a 700\$ (grau complementar de composição) . . . . .	3.500,000
16 Professores a 600\$ (3 de solfejo, 3 de canto coral, 2 do ensino elementar de violino, 1 para todos os instrumentos de palheta, 1 para todos os instrumentos de metal, 1 para flauta e pitaval, 1 de história e geografia, 1 de francês, 1 de italiano) . . . . .	9.600,000
Gratificação a professores por acumulação de disciplinas . . . . .	200,000
Gratificação para horas suplementares de trabalho . . . . .	1,500
Gratificação diária para o caso especial do § único do artigo 24.º . . . . .	2,500
2 Bolsas de férias anuais para professores . . . . .	600,000
3 Professores estrangeiros contratados (composição e virtuosidade de violino e violoncello) . . . . .	4.200,000
Sub-director — gratificação . . . . .	800,000
Redactor principal da <i>Revista</i> — gratificação . . . . .	800,000
1 Secretário — gratificação . . . . .	600,000
1 Oficial de Secretaria — moradia e . . . . .	600,000
1 Amanuense com moradia . . . . .	500,000
2 Regentes com moradia . . . . .	840,000
2 Contínuos . . . . .	792,000
1 Porteiro — moradia no estabelecimento e . . . . .	240,000
2 Sorventes (homens) . . . . .	640,000
2 Serventes (mulheres) . . . . .	500,000

Tabela n.º 2

##### Propinas e receitas para o Estado

##### Alunos com frequência

Solfejo:	
Propina de abertura . . . . .	2,225
Propina de encerramento . . . . .	2,225
Canto, todos os instrumentos, excepto os de sopro e composição:	
Grau elementar:	
Abertura . . . . .	3,475
Encerramento . . . . .	3,475
Grau complementar:	
Abertura . . . . .	5,408
Encerramento . . . . .	5,408
Grau superior:	
Abertura . . . . .	6,400
Encerramento . . . . .	6,400
Instrumentação e leitura de partituras:	
Abertura . . . . .	6,400
Encerramento . . . . .	6,400
Virtuosidade e regência de orquestra:	
Abertura . . . . .	20,000
Encerramento . . . . .	20,000

## Instrumentos de sôpro:

## Grau elementar:

Abertura . . . . .	2,500
Encerramento . . . . .	2,500

## Grau complementar:

Abertura . . . . .	3,575
Encerramento . . . . .	3,575

## Grau superior:

Abertura . . . . .	5,000
Encerramento . . . . .	5,000

## Alunos sem frequência

## Solfejo:

Propinas de abertura . . . . .	3,500
Propinas de encerramento . . . . .	3,500

## Canto, todos os instrumentos, excepto os de sôpro e composição:

## Grau elementar:

Abertura . . . . .	9,500
Encerramento . . . . .	9,500

## Grau complementar:

Abertura . . . . .	10,500
Encerramento . . . . .	10,500

## Instrumentos de sôpro:

## Grau elementar:

Abertura . . . . .	3,575
Encerramento . . . . .	3,575

## Grau complementar:

Abertura . . . . .	4,550
Encerramento . . . . .	4,550

## Diplomas

Do grau elementar . . . . .	10,500
Do grau complementar . . . . .	15,500
Do grau superior . . . . .	20,500
De instrumentação e leitura de partituras . . . . .	20,500
De virtuosidade . . . . .	40,500
Do magistério . . . . .	30,500

## Certidões

## De frequência ou de exame:

Internos . . . . .	560
Externos . . . . .	1,500

## Diversas

Inscrição de alunos ouvintes nas aulas teóricas . . . . .	1,500
Propina para matrícula fora do prazo . . . . .	10,500
Licenças para cursos livres, por cada ano lectivo . . . . .	80,500
Inscrição de alunos estrangeiros . . . . .	5,550
Registo de obras . . . . .	5,500

Pagos do Governo da República, 9 de Maio de 1919.—  
O Ministro da Instrução Pública, *Leonardo José Coimbra*.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO

## Direcção Geral de Previdência Social

## 2.ª Repartição

## 2.ª Secção

## Decreto n.º 5:547

Tendo as associações de classe, patronais e operárias, de Tomar requerido, de acordo com a respectiva Câmara Municipal, a criação do Tribunal de Desastres no Trabalho;

Atendendo ao disposto no artigo 41.º e seu § único do regulamento da lei dos desastres no trabalho, aprovada por decreto de 9 de Março de 1918: e

Usando da faculdade que me confere o artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem, sob proposta do Ministro do Trabalho, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É criado o Tribunal de Desastres do Trabalho de Tomar, com sede em Tomar, e abrangendo com a sua acção todo o distrito de Santarém.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor. O Ministro do Trabalho o faça publicar. Pagos do Governo da República, 22 de Abril de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — *Augusto Dias da Silva*.

## Decreto n.º 5:548

Considerando que a última agitação política que convulsionou o país não permitiu que se elegessem, de harmonia com o preceituado no artigo 19.º do decreto de 19 de Março de 1891, os vogais do Tribunal de Arbitros Avindores da cidade de Lisboa, que haviam de substituir os que terminaram o seu mandato em 1918; e

Considerando que é indispensável tomar as necessárias providências para que, com a possível brevidade, o referido Tribunal possa funcionar regularmente, a fim de evitar os prejuizos que podem derivar da demora no julgamento dos processos pendentes; mas

Considerando que na legislação que se relaciona com os Tribunais de Arbitros Avindores não há disposição alguma que se possa aplicar ao caso, falta que se torna necessário remediar;

Atendendo ao disposto no artigo 13.º da carta de lei de 14 de Agosto de 1889:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Trabalho, decretar que durante o corrente ano de 1919 possam fazer parte do Tribunal de Arbitros Avindores da cidade de Lisboa todos os vogais que funcionaram durante o ano de 1918, devendo na época própria, e de harmonia com as leis em vigor, proceder-se às eleições para a renovação total dos árbitros que hão de constituir o Tribunal durante o ano de 1920.

O Ministro do Trabalho assim o tenha entendido e faça executar. Pagos do Governo da República, 29 de Abril de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — *Augusto Dias da Silva*.

## 11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

## Portaria n.º 4:774

Não tendo ainda sido instalado o Conselho de Administração da Construção dos Bairros Sociais e tornando-se indispensável proceder ao pagamento de salários e outras despesas respeitantes ao primeiro bairro social de Lisboa e ao bairro social da Covilhã, determino que a 11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública processe a favor dos presidentes das comissões técnicas dos referidos bairros as importâncias necessárias ao mesmo fim, pela verba do artigo 53.º, capítulo 14.º, do orçamento do Ministério do Trabalho para o corrente ano económico.

Os mencionados presidentes prestarão contas ao aludido Conselho da aplicação das quantias recebidas.

Pagos do Governo da República, 8 de Maio de 1919.—O Ministro, interino, do Trabalho, *Jorge de Vasconcelos Nunes*.

25 DE SETEMBRO DE 1930

1965

Representa a classificação final, *a* a média dos valores obtidos nas provas práticas, *b* a média dos valores obtidos nas provas escritas e *c* a média dos valores obtidos nas provas orais.

§ único. As médias serão calculadas até às décimas; quando estas forem cinco ou mais de cinco toma-se a unidade imediatamente superior, e quando forem inferiores a cinco tomam-se só as unidades.

5.º O diploma do curso de auxiliares de química não poderá ser passado senão em presença do documento que ateste que a aluna teve um ano de prática, com bom aproveitamento, num laboratório químico ou numa farmácia.

§ 1.º Este tirocínio será fiscalizado por um professor do curso, nomeado pelo conselho escolar.

§ 2.º O documento a que se refere o número antecedente ficará fazendo parte do processo da aluna, na secretaria do Instituto.

Art. 14.º Os dos cursos complementar de comércio e oficiais regular-se-ão pelas disposições do decreto-lei n.º 18:420, de 4 de Junho de 1930, ou qualquer disposição posterior que altere o mesmo decreto-lei.

Art. 15.º Os do ensino de economia doméstica e governo da casa compreenderão:

1.º Provas práticas, em número de três, sobre pontos tirados à sorte, sendo a primeira de culinária, a segunda de concerto de roupa e a terceira de enfermagem;

2.º Prova oral: interrogatório sobre cada uma das disciplinas do curso, por tempo não inferior a dez minutos nem superior a vinte.

§ 1.º Depois de prestadas essas provas e obtida média de aprovação será conferido às alunas o respectivo diploma.

§ 2.º A classificação é feita observando-se as seguintes regras:

1.ª A aluna que obtiver, pelo menos, a média de 10 valores em cada uma das provas práticas é admitida às provas orais;

2.ª A aluna que obtiver no conjunto das provas orais uma média não inferior a 10 valores será aprovada;

3.ª A aluna que não obtiver a média de 10 valores em alguma ou algumas provas práticas poderá ser admitida às provas orais, se assim o desejar, mas nos certificados que se lhe passem do resultado do exame far-se-á menção do facto e não terá diploma;

4.ª A aluna que, no conjunto das provas orais, obtiver média inferior a 10 valores não terá direito a diploma e dos certificados que peça sobre a frequência constará que não obteve aprovação.

Art. 16.º Fica revogada a legislação em contrário. Paços do Governo da República, 25 de Setembro de 1930.—O Ministro da Guerra, *João Namorado de Aguiar*.

## MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral de Caminhos de Ferro

### Decreto n.º 18:880

Com o acôrdo das restantes empresas ferroviárias propõe a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses modificar os artigos 53.º e 76.º da tarifa geral, relativos ao transporte de veículos.

Atendendo a que é necessário providenciar quanto a este transporte e ouvido o Conselho Superior de Caminhos de Ferro;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto

n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações, hei por bem, para vigorar em todas as linhas ferreas do continente, decretar:

Artigo 1.º Os artigos 53.º e 76.º da tarifa geral para transportes em grande e pequena velocidade, aprovada pelo decreto n.º 12:863, de 7 de Dezembro de 1926 e em vigor desde 1 de Janeiro de 1927, passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 53.º Os veículos cujo peso e comprimento permitam que possam ser carregados dois ou mais num só vagão o que constituam uma só expedição serão considerados, para o efeito da taxa a aplicar, como um só veículo.

§ único. Os veículos, acondicionados ou não, de peso superior a 3:000 quilogramas e os de comprimento superior a 6<sup>m</sup>,5 nas linhas de via larga e a 5 metros nas de via reduzida, que não caibam na caixa do vagão só podem ser aceitos a-transporte em grande velocidade, mediante ajuste prévio.

Artigo 76.º Os veículos cujo peso e comprimento permitam que possam ser carregados dois ou mais num só vagão e que constituam uma só expedição serão considerados, para o efeito da taxa a aplicar, como um só veículo.

§ único. Os veículos cujo transporte exija o emprego de mais de um vagão são taxados por tantas unidades quantos os vagões empregados.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Comércio e Comunicações assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 22 de Setembro de 1930.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *João Antunes Guimarães*.

## MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

### Decreto n.º 18:881

A fusão dos dois Conservatórios, de Música e de Teatro, constituindo um estabelecimento escolar único, impunha-se por motivos do orden pedagógico, administrativa e disciplinar. Era indispensável imprimir unidade de administração e de orientação a dois institutos que, vivendo no mesmo edificio e representando dois ramos do ensino das Belas Artes estreitamente relacionados e, sob vários aspectos, inter-dependentes, nada justificava que se mantivessem numa situação de divórcio e de isolamento contrária às próprias tradições quasi seculares do Conservatório Nacional e ao principio de dualidade do ensino, geralmente adoptado nos grandes conservatórios estrangeiros. O decreto com força de lei n.º 18:461, de 14 de Junho de 1930, realizou essa reintegração necessária, tornando possível o immediato funcionamento desta instituição sob uma administração comum, e fixando as bases orgánicas da sua futura remodelação. Essa remodelação urgente não se fez esperar, e o presente decreto, restituindo o Conservatório à plenitude da sua função como escola nacional de música e do teatro, assegura a perfeita unidade do seu funcionamento, melhora as condições da sua disciplina interna, torna maximamente eficiente o ensino artistico que nele se ministra, dá satisfação a algumas legítimas aspirações do pessoal docente, e, sem prejuizo para a instituição e sem lesão de direitos ou de legítimos interesses de quem quer

que seja, realiza uma apreciável economia para o Estado.

A experiência de mais de onze anos demonstrou que a reforma aprovada pelo decreto n.º 5:546, de 9 de Maio de 1919, não correspondia aos propósitos, decerto louváveis, do legislador. A demasiada extensão de alguns cursos; o excesso de disciplinas literárias; um luxo da organização que nem sempre correspondia às realidades práticas do ensino; a inexecutabilidade de certas disposições legais, colocando o Governo, durante os onze anos de vigência do regime de 1919, na necessidade de dispensar permanentemente o seu cumprimento; estes e outros factos, de que resultou a congestão dos horários, a complicação dos serviços, a inconveniente dispersão da actividade dos professores e dos alunos, e, por conseguinte, o agravamento das dificuldades já determinadas pelo progressivo aumento da população escolar, aconselharam antes de tudo, o Governo a simplificar a organização do ensino, sem prejuízo da sua eficiência, e em harmonia com os princípios da pedagogia musical e com os superiores interesses das artes que se professam nos conservatórios, porquanto, no domínio da instrução artística, o essencial não é ensinar muito, mas ensinar bem. Nesta ordem de ideias, a organização aprovada pelo presente decreto abrevia alguns cursos; acaba, em muitos deles, com a diferenciação por graus; restringe ao mínimo indispensável as disciplinas literárias auxiliares do ensino técnico; elimina as virtuosidades de piano, violão e violoncello; suprime, quer na secção de música, quer na de teatro, determinadas disciplinas cujo ensino ou é incorporado noutras, ou deixa de ser ministrado no Conservatório Nacional; extingue desde já quatro lugares de professores o, logo que as vagas se produzam, mais dois; evita quanto possível a acumulação do serviço escolar; e, determinando a maior concentração das atenções e das capacidades do aluno no estudo do instrumento ou da especialidade artística a que se dedica, corresponde, melhor do que qualquer opulenta e inexecutável organização, às necessidades práticas do ensino da música e do teatro, que tem nobres tradições e tam ilustres cultores têm tido em Portugal.

Desejaria o Governo, a exemplo do que se pratica em alguns conservatórios estrangeiros, limitar a frequência deste estabelecimento de ensino. Está igualmente o Governo compenetrado da necessidade de criar escolas elementares preparatórias do ensino de música, porquanto o excesso de população escolar do Conservatório Nacional é, em grande parte, determinado pelo afluxo dos alunos de solfejo. Semelhantes medidas, porém, não podem nas actuais circunstâncias, ter execução. Foi apenas limitada pelo presente decreto a admissão ao curso superior de piano, não só porque as matriculas nesta disciplina são em número excessivo, mas ainda porque convém valorizar aquele curso, tornando-o exclusivamente acessível aos indivíduos de verdadeira vocação.

A reorganização aprovada pelo presente diploma não inclui novas nomeações. O pessoal que fica é o que já fazia parte dos quadros dos dois Conservatórios, agora reunidos num só; e, longe de determinar aumento de despesa, da execução deste decreto resulta uma sensível economia para o Estado. Com efeito, nas despesas referentes a pessoal dos quadros há uma diferença para menos de 14.930\$, e nas verbas de abonos variáveis de pessoal o de material e despesas diversas uma diferença para menos de 5.300\$ ou seja um total de 20.230\$, economia esta produzida pela fusão, numa só escola, dos dois Conservatórios, de Música e de Teatro.

Da organização agora decretada resultam, pois, não só vantagens de ordem pedagógica, administrativa, disciplinar e económica, mas também vantagens de ordem artística, que, de futuro, se farão certamente sentir, quer no aperfeiçoamento do ensino, quer no desenvolvimento da arte nacional.

Nestas condições:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12.740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15.331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

#### CAPÍTULO I

Do Conservatório Nacional, suas secções, organismos administrativos e técnicos, e pessoal superior e menor

Artigo 1.º O Conservatório Nacional, que funcionará sob a gerência artística e administrativa e sob a acção disciplinar de um inspector, na dependência da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, é constituído por duas secções:

- 1.ª — Secção de música;
- 2.ª — Secção de teatro.

§ 1.º Na secção de música ministra-se o ensino da música vocal e instrumental e o da composição.

§ 2.º Na secção de teatro ministra-se o ensino da arte do dizer, da arte de representar, da coreografia e da scenografia.

§ 3.º Cada secção fica, técnica e pedagogicamente, subordinada a um director.

§ 4.º O conselho escolar do Conservatório Nacional é constituído por todos os professores de ambas as secções, sob a presidência do inspector.

§ 5.º O Conservatório Nacional continuará a ser administrativamente autónomo, nos termos do decreto n.º 625, de 4 de Julho de 1914, cabendo a sua administração económica ao inspector, assistido por um conselho de que farão parte os directores e dois professores eleitos pelo conselho escolar, um dos quais será o tesoureiro.

Art. 2.º O cargo de inspector será de futuro exercido em comissão de cinco anos, cuja renovação poderá ser autorizada em condições análogas às do disposto no artigo 35.º do decreto n.º 16.836, de 4 de Maio de 1929.

§ 1.º A escolha recairá em homem de letras ou artista musical de mérito relevante.

§ 2.º As funções do inspector não são acumuláveis com as de director ou professor das secções de música ou de teatro.

§ 3.º No impedimento do inspector substitui-lo há o director mais antigo.

Art. 3.º Os directores das secções de música e de teatro, cujas funções são obrigatórias, serão eleitos por escrutínio secreto de entre os professores das respectivas secções e exercerão os seus cargos por um período de três anos, podendo ser reeleitos por mais um triénio. A eleição será comunicada ao Governo em lista triplíce das mais votados, não havendo indicação do número de votos de cada candidato.

§ único. No impedimento de qualquer dos directores substituí-los há o professor mais antigo da respectiva secção.

Art. 4.º A secretaria do Conservatório, directamente subordinada ao inspector, terá o seguinte quadro de pessoal:

- 1 chefe de secretaria.
- 1 segundo oficial.
- 4 terceiros oficiais.
- 2 vigilantes.

§ único. O chefe da secretaria exercerá as funções de secretário do Conservatório.

Art. 5.º É confirmado no cargo de inspector, o funcionário nele investido por força do decreto com força de lei n.º 18.461, de 14 de Junho de 1920.



Art. 6.º São confirmados nos cargos de inspector, director da secção de música e chefe da secretaria do Conservatório Nacional, os funcionários que nesse cargo foram investidos pelo decreto com força de lei n.º 18.461, de 14 de Junho de 1930.

§ único. Ao director da secção musical applicar-se há a doutrina do disposto no artigo 3.º, expirado que seja o período de três anos, a contar da data do presente decreto.

Art. 7.º O quadro do pessoal menor é constituído por 3 contínuos, 1 porteiro e 6 serventes.

Art. 8.º Haverá neste estabelecimento de ensino uma biblioteca e um museu.

Art. 9.º Os vencimentos e gratificações respectivos aos vários cargos e funções são os fixados na tabela n.º 1 anexa ao presente decreto.

## CAPÍTULO II

### Da organização do ensino

#### I — Do ensino da música

Art. 10.º O ensino da música compreende as seguintes disciplinas:

Ensino preparatório comum (solfejo), 2 anos.

1.ª disciplina. — Canto:

Curso geral — 3 anos;

Curso superior:

a) Canto teatral — 3 anos;

b) Canto de concertó — 2 anos.

2.ª disciplina. — Piano:

Curso geral — 6 anos;

Curso superior — 3 anos.

3.ª disciplina. — Violino:

Curso geral — 6 anos;

Curso superior — 3 anos.

4.ª disciplina. — Violoncelo:

Curso geral — 6 anos;

Curso superior — 3 anos.

5.ª disciplina. — Contrabaixo (corda):

Curso — 4 anos.

6.ª disciplina. — Harpa:

Curso — 5 anos.

7.ª disciplina. — Órgão:

Curso — 4 anos.

8.ª disciplina. — Violeta:

Curso — 5 anos.

9.ª disciplina. — Flauta e oitavino:

Curso — 5 anos.

10.ª disciplina. — Oboé e corn inglês:

Curso — 5 anos.

11.ª disciplina. — Clarinete, clarinete baixo e saxofone:

Curso — 5 anos.

12.ª disciplina. — Fagote e contra-fagote:

Curso — 5 anos.

13.ª disciplina. — Trompa e saxo-trompa:

Curso — 5 anos.

14.ª disciplina. — Cornetina e clarim de pistões:

Curso — 4 anos.

15.ª disciplina. — Trombone de varas e trombone de pistões:

Curso — 4 anos.

16.ª disciplina. — Tuba:

Curso — 4 anos.

17.ª disciplina. — Composição:

Curso geral (harmonia) — 3 anos.

Curso superior: (contraponto, *canon*, fuga e estética musical) — 2 anos;

Composição e instrumentação — 2 anos.

18.ª disciplina:

Acústica e história da música — 2 anos.

19.ª disciplina:

Português — 2 anos.

20.ª disciplina:

Italiano — 2 anos.

Art. 11.º São extintos o grau de virtuosidade das disciplinas de piano, violino e violoncelo, e as 26.ª, 27.ª, 29.ª, 31.ª e 32.ª disciplinas criadas pelo decreto n.º 5.546, de 9 de Maio de 1919, respectivamente, instrumentação e leitura de partituras, regência de orquestra, francês, história e geografia, e sciencias musicais, cujo ensino ou deixa de ser ministrado no Conservatório Nacional, ou é incorporado noutras disciplinas.

Art. 12.º Para a matrícula no 1.º ano de solfejo é indispensável a apresentação do certificado do exame de instrução primária do 1.º grau, pelo menos.

§ 1.º Nenhum aluno poderá matricular-se no 1.º ano dos cursos de canto ou de qualquer instrumento sem apresentar a certidão do exame do 2.º ano de solfejo.

§ 2.º O ensino de português far-se há durante os dois anos do ensino do solfejo.

§ 3.º A frequência da 19.ª disciplina é dispensada aos alunos que possuam certificado de frequência ou de exame do 2.º ano de português, passado por qualquer estabelecimento de ensino oficial.

Art. 13.º São necessárias as seguintes habilitações para a admissão aos diferentes cursos e exames:

1.º Certificado de exame de acústica e história da música para admissão à matrícula do 3.º ano do curso geral de composição;

2.º Certificado de exame do curso geral de composição para admissão à matrícula nos cursos superiores de canto, piano, violino e violoncelo, e no último ano dos cursos dos restantes instrumentos;

3.º Certificado de exame de italiano para admissão aos cursos superiores de composição e de canto;

4.º Certificado de frequência das disciplinas do curso de teatro para admissão ao exame final de canto teatral;

5.º Certificado de exame do curso geral de piano para admissão ao exame final do curso superior de composição;

6.º Certificado do exame do 3.º ano do curso geral de piano para admissão à matrícula no 1.º ano de órgão;

7.º Certificado de frequência do 2.º ano do curso geral

de violino para admissão à matrícula no 1.º ano de violeta;

8.º Certificado de exame do 3.º ano do curso geral de violoncelo para admissão à matrícula no último ano de contrabaixo.

Art. 14.º As propinas para os diferentes anos dos cursos são as fixadas na tabela anexa n.º 2, que faz parte integrante deste decreto.

Art. 15.º Haverá três classes de conjunto:

- a) Classe de canto coral;
- b) Classe de música de câmara;
- c) Classe de orquestra.

§ 1.º O canto coral é obrigatório para todos os alunos, excepto para os do 1.º ano de solfejo e para aqueles cuja carência de condições físicas for verificada pelo médico escolar.

§ 2.º A frequência das classes de orquestra e de música de câmara é obrigatória para todos os alunos dos cursos de instrumentos que para esse efeito forem escolhidos por acôrdo entre os respectivos professores, sancionado pelo director.

Art. 16.º Quando as condições do Tesouro Público permitam a criação de escolas elementares musicais, o ensino do solfejo deixará de ser professado no Conservatório Nacional, sendo então extinta a 19.ª disciplina, cujo ensino passará a ministrar-se nas referidas escolas.

## II — Do ensino de teatro

Art. 17.º O ensino de teatro compreende as seguintes disciplinas:

- 1.ª disciplina — Língua e literatura portuguesa — 2 anos;
- 2.ª disciplina — Arte de dizer — 2 anos;
- 3.ª disciplina — Estética teatral — 1 ano;
- 4.ª disciplina — História das literaturas dramáticas — 1 ano;
- 5.ª disciplina — Arte de representar e encenação (classe de conjunto) — 3 anos;
- 6.ª disciplina — Dança (gymnástica rítmica, danças teatrais, dança de ópera) — 3 anos;
- 7.ª disciplina — Scenografia — 3 anos.

§ único. Haverá um curso nocturno livre de arte do representar, sem número fixo de anos e sem direito a qualquer diploma, para os indivíduos que, por motivo das suas ocupações diárias, não possam frequentar o curso de teatro.

Art. 18.º São definitivamente extintas as cadeiras de filosofia geral das artes, arte de interpretar e organização e administração teatral, criadas pelo decreto com força de lei de 22 de Maio de 1911.

Art. 19.º O curso de teatro, destinado à preparação profissional de artistas dramáticos, faz-se em três anos e é constituído pelas cinco primeiras disciplinas.

§ 1.º Para a matrícula no primeiro ano é indispensável a apresentação, pelo menos, do certificado do exame de instrução primária do 2.º grau.

§ 2.º Os alunos do curso de teatro são obrigados, durante os dois primeiros anos, à frequência da 6.ª disciplina, em classe especial (gymnástica e danças teatrais).

§ 3.º É permitida a matrícula singular na 2.ª disciplina, sem limite de idade, aos indivíduos que, desejando aperfeiçoar-se na arte de dizer, não se destinem entretanto à profissão do teatro.

Art. 20.º O curso de dança destinado à preparação profissional de bailarinas consta de três anos, sendo as alunas obrigadas durante o último ano à frequência da 5.ª disciplina em classe especial.

Art. 21.º O curso de scenografia, destinado à preparação profissional de pintores scenógrafos e decoradores

teatrais continuará a regular-se pelo disposto no decreto n.º 874, de 17 de Setembro de 1914.

§ único. Este curso funcionará no salão grande de pintura do Teatro Nacional de Almeida Garrett, nos termos do disposto nos decretos de 19 de Maio de 1914 e n.º 874, do mesmo ano, só podendo o referido salão ser utilizado pelo respectivo professor, que incorrerá na pena de demissão, se lhe der outro destino.

Art. 22.º Não será passado nenhum diploma dos cursos das duas secções deste Conservatório, com excepção do curso de dança, sem prévia apresentação de certificado do exame singular de francês pelo programa da 5.ª classe dos liceus.

§ único. O exame de francês, quando os interessados o requeirarem, poderá ser feito no Conservatório, em harmonia com o disposto no decreto n.º 3:552, de 15 de Novembro de 1917.

## CAPÍTULO III

### Do corpo docente e do magistério particular

#### I — Do corpo docente

Art. 23.º O ensino será ministrado: na secção de música, por trinta e seis professores e na de teatro por seis, que ficarão constituindo o quadro do magistério do Conservatório Nacional.

§ 1.º As disciplinas de órgão, de flauta e oitavino, e de instrumentos de palheta e de metal serão regidas por professores contratados, quando não haja professores do quadro devidamente habilitados com o respectivo curso, para ministrar o respectivo ensino, por acumulação.

§ 2.º A disciplina de scenografia e o curso livre nocturno de arte de representar serão sempre regidos por professores contratados.

§ 3.º O professor da 5.ª cadeira do curso de teatro será auxiliado, no ensino prático da indumentária, por um mestre, a quem são mantidas as obrigações e as regalias constantes do decreto de 6 de Agosto de 1914.

Art. 24.º Enquanto as condições do Tesouro Público não permitirem unificar os vencimentos do professorado deste estabelecimento escolar, os professores dividir-se-ão em três categorias, conforme os vencimentos que lhes são atribuídos: no ensino da música, 13 professores de 1.ª categoria, 18 de 2.ª e 5 de 3.ª; no ensino do teatro, 6 de 3.ª categoria.

§ 1.º Os professores da 1.ª categoria regem os cursos superiores de canto, composição, piano, violino, violoncelo, a acústica e história da música e as classes de conjunto; os da 2.ª, os cursos gerais destas disciplinas, os cursos de harpa, as disciplinas de português e italiano; os da 3.ª, os cursos de instrumentos de palheta e de metal quando ainda entregues a professores do quadro, o solfejo e as seis disciplinas da secção de teatro.

§ 2.º Quando porém as razões de ordem pedagógica ou as necessidades da distribuição do serviço escolar o exijam, os professores de cada secção do Conservatório, qualquer que seja a categoria a que pertençam, ministrarão o ensino superior ou geral da sua disciplina e o das outras disciplinas para que tenham competência, ainda que esse ensino seja atribuído, pela presente organização, a professores de categoria inferior.

§ 3.º O disposto no parágrafo antecedente só é aplicável aos professores das disciplinas literárias, em relação às técnicas, quando possuam as respectivas habilitações.

§ 4.º Os professores a que se refere o parágrafo anterior podem entretanto, quando para isso estejam habilitados e a conveniência do serviço o exija, reger as disciplinas literárias de qualquer das secções.

Art. 25.º Todos os professores da secção de música são obrigados a doze horas de aula semanais, e todos os professores da secção de teatro, a seis.

§ 1.º Além do tempo de regência obrigatória, os professores de ambas as secções, quando seja necessário, ministrarão o ensino, por acumulação, em horas supplementares, que não poderão exceder seis por semana, sendo-lhes atribuída uma gratificação proporcional ao número de horas do excesso, em harmonia com o disposto no decreto n.º 18.173, de 7 de Abril de 1930.

§ 2.º O professor da 5.ª disciplina da secção de teatro, a cuja regência ficam inerentes as funções de organização, preparação e direcção dos trabalhos práticos, perceberá a gratificação que, para remuneração do respectivo exercício, foi fixada pelo decreto com força de lei n.º 13.500, de 22 de Abril de 1927, não tendo direito a qualquer outra gratificação por este serviço.

§ 3.º Os vencimentos dos professores do quadro e as gratificações do inspector e dos directores das secções são os fixados na tabela n.º 1 anexa a este decreto.

Art. 26.º As faltas a tempos de aula que, embora motivadas por doença e justificadas com atestado médico, excedam em cada ano escolar o produto por três do número de horas de serviço semanal distribuído ao respectivo professor, implicam a perda do vencimento de exercício correspondente a  $\frac{1}{6}$  do vencimento total.

Art. 27.º Quando ocorra uma vaga no quadro dos professores de 1.ª categoria será provido o professor mais antigo de 2.ª categoria da mesma disciplina, desde que obtenha informação favorável do inspector, ouvido o director da respectiva secção.

§ 1.º O provimento de todas as outras vagas no quadro do magistério do Conservatório será feito mediante concurso de provas públicas, nos termos e condições determinados no regulamento do presente decreto.

§ 2.º Os júris dos concursos para o magistério serão sempre presididos pelo inspector, que só terá voto em caso de empate.

§ 3.º A votação em mérito absoluto e relativo é feita em escrutínio secreto.

Art. 28.º Todos os professores deste estabelecimento de ensino, qualquer que seja a sua categoria ou o cargo que desempenhem, não poderão eximir-se, dentro da especialidade de cada um, a cooperar nos concertos, conferências, demonstrações e espectáculos escolares organizados pelo Conservatório Nacional.

Art. 29.º Sob pena de demissão, os professores de ambas as secções não poderão, directa ou indirectamente, com ou sem remuneração, leccionar, fora das aulas oficiais, os alunos do Conservatório, ou aqueles que se habilitem para exames ou concursos neste estabelecimento de ensino.

Art. 30.º Aos professores e mais pessoal do Conservatório é mantido o direito a aumento de vencimento por diuturnidades de serviço e à aposentação, nos termos da legislação em vigor.

## II. — Do magistério particular

Art. 31.º Todos os indivíduos inscritos, até a data da publicação do presente decreto, como professores particulares do ensino da música, e aqueles que, nos termos da legislação em vigor, de futuro se inscrevam, poderão ministrar o respectivo ensino, habilitando alunos para o exame e passagem por média no Conservatório Nacional, na disciplina ou disciplinas em que estejam ou venham a estar inscritos, com excepção dos cursos superiores do canto, piano, violino, violoncelo e composição.

§ 1.º A concessão do diploma indispensável para o exercício das funções de professor particular inscrito far-se-á nas condições expressas nos artigos 46.º a 50.º do decreto de 24 de Setembro de 1901, excepto para o magistério do curso geral de composição, em que se exige, além dos demais documentos necessários, o certificado de exame do curso superior da mesma disciplina.

§ 2.º Na secção de teatro não se passarão diplomas de ensino particular, nem haverá exames de alunos externos.

Art. 32.º Os indivíduos, corporações ou associações que pretendam estabelecer escolas de ensino musical deverão solicitar do Governo, pela Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, a necessária autorização, instruindo o respectivo requerimento com os documentos seguintes:

- a) Plano de estudos;
- b) Diploma do indivíduo que deve exercer as funções de director;
- c) Descrição do edificio, suas condições higiénicas e número de alunos que comporta;
- d) Declaração de que o estabelecimento será sempre patenteado, sem aviso prévio, às autoridades a quem competir a sua inspecção.

Art. 33.º Um delegado especial da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes e um médico indicado pela Inspecção de Sanidade Escolar verificarão as condições do estabelecimento referido, apresentando parecer, que, com o respectivo processo, será submetido à apreciação da secção do ensino artístico do Conselho Superior da Instrução Pública, para resolução do Governo.

Art. 34.º Para o exercício das funções de director de qualquer escola de música torna-se indispensável o respectivo diploma, que, a requerimento do interessado, será concedido pelo Governo mediante nota afirmativa da secção do ensino artístico do Conselho Superior da Instrução Pública.

§ único. O diploma do director só poderá ser conferido a quem esteja legalmente habilitado para o magistério particular da música.

## CAPÍTULO IV

### Dos alunos

Art. 35.º São admitidos à frequência das disciplinas e cursos do Conservatório Nacional todos os indivíduos de ambos os sexos, portugueses ou estrangeiros, que o requeriram ao inspector, instruindo o seu requerimento com certidão de idade, atestado médico e os certificados das habilitações exigidas pelo presente decreto o seu regulamento.

§ 1.º Quando o aumento da população o aconselhe ou as circunstâncias do Tesouro permitam o estabelecimento de escolas congêneres, limitar-se-á o número total de matriculas neste Conservatório.

§ 2.º A admissão ao curso superior de piano é desde já restrita a cinquenta alunos, escolhidos de entre os mais classificados no concurso a que se refere o § 2.º do artigo 43.º

Art. 36.º Todos os alunos que pretendam matricular-se no 1.º ano das disciplinas de canto ou de qualquer instrumento, e nos cursos de teatro ou de dança, serão previamente examinados pelo médico escolar do Conservatório, que preencherá a respectiva ficha sanitária e julgará da aptidão física dos candidatos.

§ 1.º Os candidatos acerca de cuja aptidão ou condições físicas se suscite qualquer dúvida serão submetidos a um júri presidido pelo inspector, de que farão parte o director da secção respectiva e o médico escolar, e que se pronunciará definitivamente sobre a admissão ou não admissão do candidato à matrícula.

§ 2.º Das deliberações deste júri, quando tomadas por maioria, haverá recurso para o Ministério da Instrução Pública, que ouvirá, se assim o entender, a junta médica da respectiva Secretaria de Estado.

Art. 37.º Haverá limite de idade para a admissão à matrícula nas várias disciplinas e cursos do Conservatório Nacional.

1.º Na secção de música: solfejo, máximo 19 anos; canto, sexo feminino, mínimo 16, máximo 24; canto,



sexo masculino, mínimo 18, máximo 22; piano, violino e violoncelo, máximo 20; composição e demais instrumentos, máximo 25.

2.º Na secção de teatro: curso de teatro, mínimo 14, máximo 25 anos; curso de dança, mínimo 9, máximo 22.

§ único. Os músicos do exército e da armada são exceptuados das determinações respectivas a limite de idade para a matrícula em solfejo e nos cursos de instrumentos de sopro.

Art. 38.º Todos os alunos são obrigados a tomar parte nos concertos, demonstrações ou espectáculos públicos, o não públicos, organizados pelo Conservatório Nacional em harmonia com o que for superiormente determinado, considerando-se como desistência do ano lectivo a recusa à participação em qualquer prova escolar, ou a falta a essa prova, quando não justificada por doença ou por motivo de força maior, cuja legitimidade o inspector julgará.

Art. 39.º A fim de se desenvolverem na leitura musical à primeira vista e na prática do acompanhamento, os alunos do piano, que pertençam à classe de música de câmara, poderão ser utilizados como acompanhadores nas aulas de canto e de instrumentos.

Art. 40.º O aluno que durante dois anos seguidos ficar reprovado, ou perder o ano por falta de média em qualquer das disciplinas técnicas, não poderá continuar a frequentar essas disciplinas.

§ 1.º Perdem o ano os alunos que, em qualquer aula, dêem faltas em número que exceda o produto por 6 do número de lições semanais atribuídas a essa disciplina, ainda que as faltas sejam motivadas por doença.

§ 2.º O mesmo número de faltas nas classes de conjunto da secção de música determina para o aluno a perda do ano em todas as disciplinas em que esteja inscrito.

Art. 41.º Nenhum aluno do Conservatório, enquanto frequentar este estabelecimento de ensino, poderá exhibir-se em concertos, espectáculos ou quaisquer exhibições públicas sem autorização do inspector, ouvido o director da secção respectiva.

Art. 42.º Em qualquer futuro regime do Teatro de S. Carlos (ópera portuguesa) e do Teatro Nacional Almeida Garrett, aos alunos que obtiverem os prémios de canto teatral ou de teatro será reconhecido o direito a escritura durante pelo menos uma época, e, às alunas diplomadas do curso de dança, o direito de preferência para a admissão no corpo de baile.

## CAPÍTULO V

### Dos exames, concursos, prémios e audições escolares

Art. 43.º Todos os exames e concursos realizados no Conservatório Nacional são públicos.

§ 1.º O mérito das respectivas provas e o das lições dadas durante o ano será qualificado conforme a seguinte escala:

- 0 a 4, *mau*;
- 5 a 9, *mediocre*;
- 10 a 13, *suficiente*;
- 14 a 17, *bom*;
- 18 a 20, *muito bom*.

§ 2.º Considera-se aprovado, o aluno que obtenha a classificação de 10 valores; distinto o que obtiver 16 a 19 valores; aprovado com distinção e louvor o que obtiver 20 valores.

Art. 44.º Os alunos internos e externos da secção de música prestarão provas de exame nos seguintes anos das diferentes disciplinas: 2.º ano de solfejo; último ano do curso geral de canto e último ano do curso superior

de canto teatral e de canto de concerto; 3.º e 6.º anos do curso geral e 3.º ano do curso superior do piano, violino e violoncelo; 3.º ano do curso geral e 2.º e 4.º anos do curso superior de composição; 2.º anos de acústica e história da música, português e italiano; último e ante penúltimo anos dos cursos dos restantes instrumentos.

§ 1.º Nos outros anos de todas as disciplinas passarão por média os alunos que obtiverem pelo menos 10 valores.

§ 2.º A admissão aos cursos superiores de canto, piano, violino e violoncelo fica dependente de um concurso de provas públicas, a que só poderão concorrer os alunos que no último ano do curso geral obtiverem a classificação mínima de 14 valores.

Art. 45.º Os alunos do curso de teatro prestarão provas: no 2.º ano, das disciplinas da língua e literatura portuguesa, arte de dizer e dança teatral; no 3.º ano das disciplinas de estética teatral, história das literaturas dramáticas e arte de representar; e os alunos de scenografia e de dança (bailarinas) no 3.º ano dos respectivos cursos.

§ 1.º No 1.º ano do curso de teatro e no 1.º e 2.º dos cursos de dança e de scenografia os alunos passarão por média, considerando-se aprovados os que obtiverem, pelo menos, 10 valores.

§ 2.º A reprovação ou a falta de média ou de frequência em qualquer das disciplinas determina a perda do ano.

§ 3.º O exame de arte de representar, que constitui a prova final do curso de teatro, e o exame do 3.º ano do curso de dança (bailarinas) realizar-se-ão, em regra, no Teatro Nacional Almeida Garrett.

§ 4.º Os projectos de decoração teatral apresentados, como prova do exame, pelos alunos do 3.º ano de scenografia serão expostos no salão do mesmo Teatro durante o espectáculo em que se efectuarem os exames de arte de representar e os do 3.º ano de dança.

Art. 46.º Além do prémio Beethoven e de outros sujeitos a regulamentação especial, haverá mais sete prémios, que serão disputados em concurso de provas públicas pelos alunos internos que tenham terminado, com classificação não inferior a 18 valores, os cursos superiores de canto, piano, violino, violoncelo e composição, os cursos dos demais instrumentos, o curso de teatro, o curso de scenografia e o curso de dança, distribuindo-se para esse efeito as disciplinas em sete grupos:

- 1.º Canto e harpa;
- 2.º Piano e órgão;
- 3.º Violino, violoncelo, viola e contrabaixo;
- 4.º Flauta, oitavino, instrumentos de palheta e de metal;
- 5.º Composição;
- 6.º Teatro;
- 7.º Dança e scenografia.

§ 1.º Esses prémios serão averbados no diploma do curso e acompanhados, sempre que isso seja possível, de quantias variáveis em dinheiro, arbitradas previamente pelo conselho escolar, para cada ano lectivo e para cada prémio, em harmonia com as disponibilidades existentes.

§ 2.º As importâncias dos prémios serão custeadas pelo produto do aluguel do salão e dos instrumentos do Conservatório Nacional, cuja cedência gratuita, para fins estranhos ao serviço escolar, fica rigorosamente proibida.

§ 3.º Os prémios dos grupos 6.º e 7.º serão disputados no espectáculo e exposição de projectos a que se referem os §§ 3.º e 4.º do artigo 44.º

Art. 47.º O Conservatório Nacional promoverá, durante o ano lectivo, concertos, conferências, audições, demonstrações e espectáculos públicos, quer no salão do

edifício, quer nos Teatros de S. Carlos e Nacional Almeida Garrett, nos quais tomarão parte os professores e os alunos das secções de música e de teatro a horas compatíveis com as dos espectáculos, quando estes sejam explorados em regime de concessão.

§ único. O produto líquido das entradas ou das marcações de lugares será destinado a pagamento de propinas aos alunos que, por falta de meios devidamente comprovada, carecerem da assistência do Conservatório.

Art. 48.º No Orçamento Geral do Estado será anualmente inscrita a importância correspondente às receitas a que se referem o § 2.º do artigo 45.º e o artigo 46.º, e igual importância em despesas no orçamento do Ministério da Instrução Pública, para ocorrer aos encargos a que aludem os referidos artigos.

## CAPÍTULO VI

### Dos compêndios

Art. 49.º Os livros de ensino cuja adopção se torne precisa no Conservatório Nacional serão aprovados pelo Governo, mediante concurso, de cinco em cinco anos.

Art. 50.º O concurso será aberto pela Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes um ano antes do termo do quinquénio, pelo prazo de seis meses.

Art. 51.º A secção do ensino artístico do Conselho Superior da Instrução Pública, à qual serão agregados seis professores do Conservatório Nacional, nomeados pelo Governo, tendo em vista as suas habilitações e as conveniências do serviço, elaborará o programa desse concurso e examinará as obras apresentadas, fundamentando o respectivo parecer, que será publicado no *Diário do Governo* com a decisão ministerial.

§ 1.º Em caso algum poderão tomar parte na comissão os autores, proprietários ou editores de quaisquer obras acerca das quais a mesma comissão haja de pronunciar-se.

§ 2.º Será publicada no *Diário do Governo* a relação das obras que forem submetidas à apreciação da comissão.

§ 3.º Todos os trabalhos desta comissão deverão estar concluídos no prazo máximo de seis meses, a partir da data do encerramento do concurso.

Art. 52.º Na falta de livros oficialmente adoptados poderá o conselho escolar do Conservatório escolher os que melhor corresponderem às disposições legais e ao programa do ensino.

Art. 53.º O primeiro concurso a realizar nos termos do presente decreto será aberto em Janeiro de 1931, continuando as operações respectivas aos concursos posteriores a ser reguladas pelo disposto no decreto n.º 5546, de 9 de Maio de 1919.

§ único. Os autores das obras que forem aprovadas nestes últimos concursos ficarão obrigados a harmonizar o texto das referidas obras com a nova organização do ensino.

## CAPÍTULO VII

### Disposições gerais e transitórias

Art. 54.º No ano lectivo de 1930-1931 observar-se-ão as seguintes disposições transitórias quanto a exames e matriculas:

1.º Os alunos que se matricularem no 2.º ano de solfejo poderão frequentar cumulativamente o 1.º ano de qualquer instrumento, cumprindo-se rigorosamente, nos anos lectivos seguintes, o disposto no § 1.º do artigo 11.º do presente decreto.

2.º Aos alunos que terminaram o 1.º ano do antigo grau complementar de canto é exigida a frequência de mais um ano para admissão a exame do curso superior;

3.º Os alunos que completaram quatro anos de fre-

quência, com aproveitamento, das disciplinas de harpa, flauta e oitavino, instrumentos de palheta e de metal, matricular-se-ão no último ano das referidas disciplinas;

4.º Matricular-se-ão, igualmente, no último ano do respectivo curso os alunos que completaram três anos de frequência da 14.ª e 15.ª disciplinas;

5.º A matrícula cumulativa na 19.ª disciplina é obrigatória para os alunos que se matricularem no 1.º ou no 2.º ano de solfejo, devendo, neste último caso, os alunos acumular o 2.º ano de português com o 1.º de canto ou de qualquer instrumento;

6.º Os alunos que, à data da publicação deste decreto, já tiverem feito o exame de solfejo ficam dispensados da frequência da 19.ª disciplina, não podendo, entretanto, ser-lhes passada carta de qualquer curso sem que apresentem certificado de exame de português, que poderá ser feito no Conservatório quando os interessados o requererem, ou certificado de frequência ou de exame do 2.º ano da mesma disciplina, passado por qualquer estabelecimento de ensino oficial.

7.º Os alunos que não possuírem o certificado do exame de instrução primária, exigido pelo artigo 11.º e § 1.º do artigo 18.º deste decreto, poderão, excepcionalmente, para a matrícula no ano lectivo de 1930-1931, e só neste ano, requerer exame de admissão, nos termos do decreto n.º 1694, de 30 de Agosto de 1921.

§ único. Nos casos não previstos resolverá o inspector, ouvidos o director respectivo e o conselho escolar.

Art. 55.º Nas primeiras vacaturas ocorrentes observar-se-á, além das disposições do presente decreto, o seguinte:

1.º A primeira vaga que ocorrer no quadro dos professores de ensino superior de violino não será provida, sendo extinto o respectivo lugar;

2.º A vaga determinada pela passagem à 1.ª categoria, nos termos do artigo 24.º, do professor do grau complementar de violoncelo não será provida, sendo extinto o lugar;

3.º Quando vagar o lugar de professor de instrumentos de palheta, será também extinto cumprindo-se o disposto no § 1.º do artigo 20.º

§ único. A medida que as vagas a que aludem este artigo e seus parágrafos forem ocorrendo, as verbas resultantes da supressão dos respectivos lugares serão imediatamente applicadas à elevação, à 2.ª categoria, dos vencimentos dos professores que, nos termos do presente decreto, se mantêm na 3.ª, a começar pelos professores da secção de música, e por ordem de antiguidade.

Art. 56.º Quando forem criadas escolas elementares de música, os três professores que à data da publicação deste diploma ministram o ensino de solfejo, ficarão no Conservatório Nacional, regendo as disciplinas para que tiverem competência.

Art. 57.º As antigas regentes, que manterão os seus vencimentos, passam a ter a denominação de vigilantes, ficando adstritas à secretaria e fazendo o serviço que superiormente lhes for determinado.

Art. 58.º De futuro só terão direito a residência no edifício do Conservatório Nacional o inspector, o director da secção de música e o porteiro.

§ único. Aos actuais funcionários que, à data da publicação do presente decreto, residirem no edifício será mantida essa regalia enquanto estiverem ao serviço do Conservatório.

Art. 59.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram o façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da

República, em 25 de Setembro de 1930. — **ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA** — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *Luís Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *João Namorado de Aguiar* — *Luís António de Magalhães Correia* — *João Antunes Guimarães* — *Eduardo Augusto Marques* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

Tabela n.º 1

## Pessoal dos quadros aprovados por lei

1 inspector (gratificação) . . . . .	12.000\$00
1 director — secção de música (idem) . . . . .	6.000\$00
1 director — secção de teatro (idem) . . . . .	3.600\$00
1 chefe de secretaria, com funções de secretário . . . . .	15.222\$00
1 segundo official . . . . .	8.374\$00
4 terceiros officiais, a . . . . .	7.542\$00
2 vigilantes, a . . . . .	7.050\$00
3 continuos, a . . . . .	6.492\$00
4 serventes (homens), a . . . . .	6.144\$00
2 serventes (mulheres), a . . . . .	6.144\$00
1 porteiro, a . . . . .	6.144\$00

## Secção de música

13 professores, a . . . . .	18.000\$00
18 professores, a . . . . .	12.000\$00
5 professoras, a . . . . .	10.000\$00

## Secção de teatro

6 professores (vencimento inicial), a . . . . .	10.000\$00
---	------------

Tabela n.º 2

## TABELA DE PROPINAS

## Secção de música

## Alunos com frequência

Solfejo (abertura ou encerramento de matrículas) . . . . .	12\$00
Canto, composição e todos os instrumentos (excepto os de sopro), em qualquer ano do curso, ou do curso geral, idem . . . . .	20\$00
Curso superior, idem . . . . .	40\$00

Instrumentos de sopro, em qualquer ano do curso, idem . . . . .	20\$00
Português, italiano, acústica e história da música, idem . . . . .	15\$00
Certidões de exames ou outras . . . . .	5\$00
Por cada aluno, e em cada ano lectivo, para aquisição de material didáctico e quaisquer outros melhoramentos no Conservatório Nacional (só de propina) . . . . .	20\$00

## Alunos sem frequência

Inscrição em cada ano . . . . .	20\$00
Solfejo (abertura ou encerramento de matrículas) . . . . .	15\$00
Canto, composição e todos os instrumentos (excepto os de sopro), idem . . . . .	40\$00
Instrumentos de sopro, idem . . . . .	25\$00
Italiano, português, acústica e história da música, idem . . . . .	20\$00
Certidões de exame ou outras . . . . .	5\$00
Propina para exame de francês a que se refere o § único do artigo 19.º deste decreto . . . . .	30\$00

## Diplomas

Diploma do curso geral . . . . .	30\$00
Diploma do curso . . . . .	40\$00
Diploma do curso superior . . . . .	50\$00

## Secção de teatro

Disciplinas correspondentes ao 1.º, 2.º ou 3.º anos do curso de teatro (abertura ou encerramento de matrículas) . . . . .	30\$00
Propina de matrícula singular na 2.ª disciplina, idem . . . . .	20\$00
Propina da matrícula nos cursos de scenografia ou dança (bailarinas), idem . . . . .	25\$00
Propina para exame de francês a que se refere o § único do artigo 19.º deste decreto . . . . .	30\$00
Propina de inscrição no curso nocturno . . . . .	25\$00
Certidões de exames ou outras . . . . .	5\$00
Por cada aluno, e em cada ano lectivo, para aquisição de material didáctico e quaisquer outros melhoramentos no Conservatório Nacional (só de propina) . . . . .	20\$00

## Diplomas

Do curso de teatro, do dança ou scenografia . . . . .	50\$00
Diploma de prémio de qualquer curso . . . . .	10\$00

Paços do Governo da República, 25 do Setembro de 1930. — O Ministro da Instrução Pública, *Gustavo Cordeiro Ramos*.

**MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO,  
DA EDUCAÇÃO E DA REFORMA ADMINISTRATIVA**

**Decreto-Lei n.º 310/83**

de 1 de Julho

1. O presente diploma visa estruturar o ensino das várias artes — música, dança, teatro e cinema — que tem vindo a ser ministrado no Conservatório Nacional e em escolas afins, e tendo como objectivos a formação profissional dos respectivos artistas.

A educação artística que a todos deve ser proporcionada nos domínios da música e do movimento e drama não é objecto deste diploma, uma vez que a sua definição se situa no âmbito mais geral dos planos de estudos e programas dos ensinos básico e secundário.

O Estatuto do Conservatório Nacional e do seu pessoal docente rege-se ainda pela reforma de 1930, embora com alterações parcelares.

Assim, a partir de 1971 o ensino do Conservatório Nacional foi colocado em regime de experiência pedagógica; ao abrigo deste regime reorganizaram-se os planos de estudos e os programas e tentou-se, por um lado, a integração do ensino artístico com o ensino geral do mesmo nível e, por outro, a integração na mesma instituição do ensino de várias artes. Deste modo, para além dos cursos de Música e de Teatro, tradicionalmente ali ministrados, foram criados os cursos de Dança, de Cinema e de Educação pela Arte.

Se muitos foram os resultados positivos desta experiência, diversos factores condicionaram e diminuíram o seu alcance, entre os quais se contam a insuficiência de instalações e as dificuldades de gestão conjunta de uma instituição com estruturas administrativa e pedagogicamente inadequadas.

A situação de pessoal docente, a falta de regulamentação do ensino de nível superior, as dificuldades de articulação com o ensino geral, são questões que se arrastam e cuja definição tem prejudicado o ensino, afastando dele professores e alunos e acarretando um regime de frequência muitas vezes em acumulação, com carácter de actividade secundária, que impede uma plena dedicação e um verdadeiro profissionalismo.

Assim, a solução dos problemas do Conservatório Nacional passa necessariamente pela prévia definição dos estatutos dos ensinos que ali são ministrados, destes decorrendo o regime do pessoal docente e o das próprias escolas.

2. O ensino da música, para além do Conservatório Nacional, é ministrado em diversas instituições particulares, geralmente nascidas e mantidas pelo esforço de alguns professores, com maior ou menor apoio de entidades locais, ou outras, e recentemente do próprio Estado.

Nos últimos anos, algumas destas escolas vieram a transformar-se em estabelecimentos de ensino público — o Conservatório de Música do Porto, a Escola de Música de Calouste Gulbenkian de Braga, o Conservatório de Música da Madeira, o Instituto Gregoriano de Lisboa e os Conservatórios Regionais de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo (estes sob a égide do Governo Regional dos Açores) —, enquanto por todo o País vêm surgindo novas instituições particulares.

Estas instituições estão ligadas pedagogicamente aos estabelecimentos oficiais e todos têm como modelo os planos de estudo e programas do Conservatório Nacional.

Ao proceder a uma reformulação do ensino vocacional da música há, pois, que ter em vista a realidade em todo o País, e não apenas no Conservatório Nacional, ainda que ressaltando a especificidade da situação e da tradição de ensino deste, bem como dos demais estabelecimentos públicos e particulares.

3. No que se refere à dança, para além do curso existente no Conservatório Nacional inicialmente ligado ao teatro, não tem havido, até agora, um sistema de ensino formal, fazendo-se a preparação profissional de bailarinos nas companhias de bailado e em alguns estúdios particulares. Por outro lado, existe por todo o País um ensino ao nível da iniciação ou da aprendizagem geral das técnicas de dança, de iniciativa individual ou ligado a instituições recreativas ou culturais, que vem despertando cada vez mais interesse e procura.

Constata-se, no entanto, a necessidade de maior número de professores e de uma melhor preparação profissional e pedagógica dos mesmos, sendo também necessário implementar a atribuição aos alunos de uma qualificação que sancione o trabalho realizado, cuja inexistência os leva, em alguns casos, a apresentar-se a exame em instituições estrangeiras.

Procura-se, pois, no presente diploma institucionalizar o ensino da dança como opção vocacional, no âmbito do ensino preparatório e secundário, e, ao nível do ensino superior, formar os professores necessários ao ensino vocacional e ministrar uma preparação para outras profissões ligadas à dança.

4. O ensino do teatro tem a mais antiga tradição no Conservatório Nacional, enquanto o curso de Cinema só foi introduzido, como experiência pedagógica, a partir de 1971.

Muito embora seja inegável a especificidade de cada uma destas artes, opta-se neste projecto por reunir numa mesma escola o seu ensino, que poderá alargar-se também à televisão e a outros domínios afins, embora devam estruturar-se departamentos próprios, com conveniente autonomia.

Julga-se que a escola ganhará assim maior peso e consistência, uma vez que boa parte dos profissionais que forma (actores, cenógrafos, técnicos de som e de iluminação, etc.) irá trabalhar em qualquer daqueles sectores, devendo, por isso, a sua formação ser polyvalente, sem prejuízo da especialização requerida por cada um daqueles domínios.

5. Em linhas gerais, a solução preconizada no presente diploma para a reestruturação do ensino da música, da dança, do teatro e do cinema, e da consequente reconversão dos respectivos estabelecimentos públicos de ensino, parte das seguintes opções:

- Inserção no esquema geral em vigor para os diferentes níveis de ensino;
- Criação de áreas vocacionais da música e da dança integradas no ensino geral preparatório e secundário;
- Integração no ensino superior politécnico do ensino profissional, ao mais alto nível técnico e artístico.

Assim:

*a) Inserção no esquema geral do ensino:*

A preocupação de definir um estatuto especial para o ensino das artes tem dificultado e protelado o consenso sobre as soluções a adoptar, com manifesto prejuízo para os professores, os alunos e o próprio ensino.

O presente diploma visa ultrapassar esta situação e, reconhecendo embora a especificidade do ensino destas artes, vem inseri-lo nos moldes gerais dos ensinos básico, secundário e superior, aplicando ao pessoal docente, à organização e gestão dos estabelecimentos de ensino, aos planos de estudo e diplomas os estatutos que lhes correspondam naqueles níveis de ensino.

Esta inserção nos moldes gerais do ensino em vigor vem quebrar o isolamento e as indefinições em que o ensino artístico tem vivido, com mais inconvenientes que vantagens, garantindo que qualquer alteração dos estatutos gerais lhe será por igual aplicável, acompanhando assim a evolução do sistema de ensino.

*b) Integração curricular nos ensinos preparatório e secundário:*

Nos ensinos da música e da dança há uma educação artística e um adestramento físico específicos, que têm de iniciar-se muito cedo, na maior parte dos casos até cerca dos 10 anos, constituindo assim uma opção vocacional precoce em relação à generalidade das escolhas profissionais, que só vêm a realizar-se cerca dos 15 ou 16 anos, na entrada do 10.º ano de escolaridade. Importa, no entanto, que os planos de estudo a fixar salvaguardem a possibilidade de uma reorientação vocacional até este nível.

Por outro lado, o estudo do instrumento e a aprendizagem das técnicas de dança exigem um trabalho aturado e regular, ocupando várias horas por dia, o que torna difícil a acumulação da escolaridade geral completa com a frequência do Conservatório, comprometendo os resultados de uma e de outra e levando muitos alunos à desistência ou deficiente aproveitamento.

Não pode, porém, dispensar-se o cumprimento por estes da escolaridade geral, nomeadamente da obrigatoriedade, relegando-se para uma situação de inferioridade de conhecimentos e de valor de diplomas, com futuro prejuízo na sua carreira profissional ou na sequência de estudos.

Deste modo, julga-se necessário encontrar para tais alunos com uma opção vocacional artística um plano de estudos que integre a componente de formação específica com a componente de formação geral indispensável, por forma a conseguir uma carga horária equilibrada e mesmo progressivamente aliviada, mas conduzindo a diplomas de valor idêntico aos do ensino geral, ao nível do 9.º ano e do 12.º ano.

A criação de áreas próprias no ensino complementar vem assim satisfazer uma necessidade há muito sentida e possibilitar que o aluno a partir dos 15/16 anos se possa dedicar já intensamente à sua formação artística e profissional, o que deverá vir a alterar profundamente a situação actualmente vivida.

*c) Integração no ensino superior politécnico:*

Dentro do actual sistema do nosso ensino, julga-se que o ensino superior politécnico constitui a solução mais adequada nos seus objectivos e estruturas e a mais viável para estruturar o ensino superior destas artes.

De facto, trata-se essencialmente de formar profissionais qualificados, com um alto nível técnico e artístico, não parecendo justificar-se nem o alongamento da escolaridade, pois a carência de profissionais motiva já uma fuga para a profissão antes de terminados os cursos, nem um reforço de formações teóricas, dificilmente compatível com a intensidade absorvente da preparação técnica e artística exigida.

Opta-se, assim, pela estruturação de cursos de 2 a 3 anos, com carácter terminal, que ministrarão uma formação profissional aprofundada, preparando os artistas necessários às diferentes actividades; prevê-se, no entanto, que, para além destes, possam prosseguir-se nas mesmas escolas estudos de especialização, intensificando ou diversificando a formação anterior, de modo a alargar o leque de habilitações e saídas profissionais que será possível obter.

No que se refere ao pessoal docente necessário neste nível, a carreira do ensino superior politécnico aparece também como a opção mais adequada. De facto, o acesso na carreira universitária exige sobretudo os graus académicos que comprovam a capacidade científica (mestrado e doutoramento), enquanto a carreira politécnica valoriza o currículo técnico e profissional e permite o ingresso por concurso de provas públicas.

6. O ensino superior relacionado com estas artes não se esgota, porém, na preparação profissional ao mais alto nível dos artistas, mas debruça-se também sobre aquelas artes, como objecto de conhecimento, dos pontos de vista estético, histórico, sociológico, psico-fisiológico, etc., formando a matéria de disciplinas científicas e cursos já ministrados nas universidades ou que nestas deverão vir a ser acolhidos.

A regulamentação desta matéria encontra-se fora do âmbito do presente diploma, mas de tal modo se interpenetram os dois campos que não pode deixar de haver uma íntima associação entre as instituições que ministram um e outro tipo de ensino e uma articulação dos seus estudos, como se encontra previsto nos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro, em que poderão ser creditadas as habilitações e a experiência profissional obtidas.

7. No que respeita ao futuro pessoal docente do ensino vocacional da música e da dança, cuja formação importa incentivar, prevê-se que os professores de Instrumentos, de Formação Musical e das disciplinas técnicas de Música e de Dança devam ter uma qualificação equivalente à dos demais professores do ensino secundário, nomeadamente dos do ensino vocacional, exigindo uma sólida preparação técnica de base, dada pelos correspondentes cursos superiores de Música ou de Dança, completada pelas metodologias do ensino da respectiva disciplina, pela preparação pedagógica geral e por um estágio de ensino, que, no conjunto, darão uma habilitação equivalente à das licenciaturas em ensino.



8. Problema complexo e delicado é o da transição do pessoal docente das situações em que agora se encontra para os novos estatutos que lhe serão aplicáveis.

Para além dos direitos adquiridos pelo pessoal pertencente aos quadros, que constitui uma minoria, entendeu-se dever ressaltar também com justiça as situações dos professores que leccionam ininterruptamente há largos anos nestas escolas com simples contratos anuais, situação que há muito deveria ter sido resolvida com a criação e alargamento dos quadros, visto corresponder a necessidades permanentes destes estabelecimentos de ensino.

Para este efeito se criam quadros transitórios, cujos lugares se extinguirão quando vagarem, em que aqueles professores serão integrados nas condições em que actualmente se encontram contratados, permitindo-se, a todo o tempo, a opção pelo quadro e carreira dos respectivos estabelecimentos de ensino vocacional no que se refere à música e à dança.

Correspondendo à actual remuneração destes professores à 2.ª fase da carreira docente do ensino secundário (1.ª escalão) e tendo em conta a situação privilegiada do seu horário de trabalho semanal em relação às carreiras docentes secundária e superiores, entendeu-se que só poderiam ter acesso ao provimento no quadro nesta situação os professores com mais de 5 anos de serviço. Concedeu-se ainda um regime transitório aos professores com mais de 3 anos de serviço, mantendo as actuais condições de trabalho, para adquirirem a sua profissionalização. Os demais professores, quer actuais quer futuros, poderão ser contratados nas condições normais das respectivas carreiras docentes.

9. Das actuais escolas do Conservatório Nacional, uma há que, pela sua natureza, se não enquadra na presente reestruturação. Trata-se do curso de Educação pela Arte, cujo objectivo não é a formação de artistas, mas de professores, nomeadamente para o ensino básico, pelo que deverá vir a enquadrar-se nas futuras escolas superiores de educação.

Os seus professores, como os demais, vêm consolidada a sua situação no quadro transitório, cabendo à Direcção-Geral do Ensino Superior determinar o seu futuro enquadramento e, enquanto este não puder ser definido, distribuir-lhes as tarefas que melhor possam adequar-se às qualificações que possuem.

10. O presente diploma constitui apenas um primeiro passo de uma reforma destes ensinos, já que se limita a traçar o enquadramento administrativo e pedagógico dos seus diversos graus.

Outras medidas, designadamente a definição de planos de estudos e programas dos cursos gerais e complementares da Música e da Dança, bem como a regulamentação de diversas disposições deste decreto-lei, serão objecto de despachos e portarias a publicar na sua sequência.

No que se refere ao ensino superior, todo o desenvolvimento da reforma virá a depender, nos termos da lei geral e de acordo com a natureza desse nível de ensino, das propostas a elaborar pelas comissões instaladoras das novas escolas superiores.

Assim, ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

## I — Do ensino vocacional da música e da dança

### SECÇÃO I

#### Estrutura e objectivos

Artigo 1.º — 1 — O ensino vocacional nos domínios da música e da dança, abreviadamente designado, no presente diploma, por ensino da música e ensino da dança, visa a formação de músicos e de bailarinos, bem como a preparação específica necessária ao exercício de outras profissões ligadas à música e à dança.

2 — O ensino da música e o ensino da dança inserem-se nos diversos níveis do ensino, acrescendo aos objectivos próprios de cada um destes uma preparação específica que constitui, sucessivamente, uma opção vocacional precoce, um ensino profissionalizante e uma preparação profissional aprofundada.

Art. 2.º Ao nível da educação pré-escolar e do ensino primário deverá desenvolver-se o ensino da música, visando a detecção e desenvolvimento das aptidões da criança.

Art. 3.º — 1 — No ensino da música ao nível do ensino preparatório e do ensino secundário unificado desenvolver-se-ão os cursos gerais de Instrumentos, os quais visam a aquisição pelo aluno das bases gerais de formação musical e de domínio da execução dos instrumentos.

2 — No ensino da dança ao nível do ensino preparatório e do ensino secundário unificado desenvolver-se-á o curso geral de Dança, o qual visa a aquisição pelo aluno das bases gerais do vocabulário e das técnicas de dança.

Art. 4.º — 1 — Ao nível dos cursos complementares do ensino secundário, o ensino da música e o ensino da dança constituirão áreas de estudos próprios, de carácter profissionalizante, comportando os cursos de Formação Musical, de Instrumentos, de Canto e de Dança.

2 — O curso de Formação Musical visa o aprofundamento da educação musical e de conhecimentos nos domínios das ciências musicais, supondo, à saída, o domínio de um instrumento de tecla ao nível do curso geral.

3 — Os cursos de Instrumentos têm carácter profissionalizante, visando um domínio avançado da execução dos instrumentos e uma formação musical correspondente.

4 — O curso de Canto visa a aquisição de um nível de domínio geral das técnicas vocais, simultaneamente com um aprofundamento da formação musical ao nível dos restantes cursos complementares.

5 — O curso de Dança visa a formação profissional de bailarinos, através de um domínio avançado das técnicas de execução e de uma formação cultural e artística correspondente.

Art. 5.º — 1 — Os planos de estudo dos cursos gerais e dos cursos complementares dos ensinos da música e da dança integrarão as disciplinas de formação específica e vocacional da música ou da dança e as disciplinas de formação geral dos correspondentes níveis de ensino.

2 — Os planos de estudo referidos no número anterior serão organizados por forma que garantam a consecução dos objectivos próprios dos respectivos níveis de ensino, o igual valor dos diplomas do mesmo nível, a possibilidade de reorientação vocacional até ao 9.º ano de escolaridade e o acesso a qualquer área do ensino secundário complementar e ao ensino superior.

3 — Os planos de estudo referidos no n.º 1 deverão assegurar uma carga horária lectiva equilibrada na qual, progressivamente, predomine a componente vocacional.

Art. 6.º — 1 — O ensino correspondente aos planos de estudo referidos no artigo anterior poderá ser ministrado:

- a) Nos estabelecimentos de ensino da música ou da dança, em regime de ensino integrado, leccionando-se também as disciplinas de formação geral aos respectivos alunos;
- b) Simultaneamente num estabelecimento de ensino da música ou da dança e numa escola preparatória ou secundária, de forma articulada;
- c) Em escolas preparatórias e secundárias em que sejam ministradas as disciplinas de formação específica do ensino da música e da dança.

2 — Nos estabelecimentos que apenas ministram o ensino da música ou da dança, a componente vocacional pode ser ministrada independentemente do currículo de formação geral frequentado ou já obtido pelo aluno, mas os diplomas dos cursos gerais e complementares só podem ser passados quando o aluno comprove possuir a habilitação de todas as disciplinas que compõem o respectivo plano de estudos.

Art. 7.º — 1 — Os alunos que terminem com aproveitamento o conjunto de disciplinas que compõem os planos de estudo dos cursos complementares de Música ou de Dança têm direito a um diploma do respectivo curso complementar, a passar pelo estabelecimento de ensino que ministrou o ensino vocacional.

2 — O diploma de um curso complementar de Música ou de Dança é condição normal para ingresso nos respectivos cursos superiores de Música ou de Dança, bem como noutros cursos de ensino superior, nos termos da lei geral que regula o ingresso no ensino superior.

## SECÇÃO II

### Estabelecimentos de ensino

Art. 8.º — 1 — O ensino vocacional da música e da dança será ministrado em estabelecimentos de ensino genericamente designados, no presente diploma, por escolas de música e escolas de dança.

2 — As escolas de música e as escolas de dança ministram os cursos gerais e os cursos complementares respectivos.

3 — As escolas de música poderão também ministrar o ensino de música para crianças que frequentam o ensino primário ou a educação pré-escolar, em termos a regulamentar por despacho do Ministro da Educação.

4 — As escolas de música e as escolas de dança serão criadas por portaria conjunta do Ministro de Estado e das Finanças e do Plano e dos Ministros da Educação e da Reforma Administrativa e os respectivos

quadros serão estabelecidos nos termos dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 519-E2/79, de 29 de Dezembro.

5 — A organização, o funcionamento e a gestão das escolas de música e das escolas de dança regem-se pelos estatutos dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário.

Art. 9.º Poderão ser criadas nas escolas preparatórias e secundárias, por despacho do Ministro da Educação, sob proposta da respectiva direcção-geral de ensino, disciplinas dos cursos gerais de Música e de Dança, desde que se verifiquem condições para a sua leccionação e se disponha, pelo menos, de um professor com habilitação própria para as mesmas.

Art. 10.º Os professores das disciplinas de formação geral ministradas em estabelecimentos de ensino integrado poderão ter regimes próprios de recrutamento e provimento, em termos a regulamentar por portaria do Ministro da Educação, de modo a conseguir-se uma desejável articulação destas disciplinas com as do ensino vocacional.

## SECÇÃO III

### Carreiras docentes

Art. 11.º — 1 — Aplicam-se aos docentes do ensino vocacional da música e da dança as disposições sobre carreiras constantes do Decreto-Lei n.º 513-M1/79, de 27 de Dezembro, e legislação complementar e subsequente.

2 — As disciplinas do ensino vocacional da música e da dança constituirão grupos específicos, os quais, com as habilitações próprias e suficientes para o ensino dos diversos níveis e disciplinas, serão definidos por portaria do Ministro da Educação, acrescentando aos mapas n.ºs 1 e 3 anexos ao Decreto-Lei n.º 519-E2/79, de 29 de Dezembro, e regulando-se nos termos desse diploma.

3 — O sistema de profissionalização dos professores do ensino vocacional da música e da dança rege-se pela lei geral, com as adaptações necessárias, nos termos a definir por portaria do Ministro da Educação.

4 — Os concursos para provimento dos docentes a que se refere este artigo regulam-se pela legislação geral aplicável aos concursos dos professores do ensino preparatório e secundário, podendo, por um prazo de 3 anos a contar da entrada em vigor do presente diploma, ser introduzidas alterações àquele regime mediante portaria do Ministro da Educação.

5 — Poderão ser contratadas para a prestação de serviço docente no ensino vocacional da música e da dança, equiparadas a quaisquer categorias das carreiras docentes referidas no n.º 1, independentemente das habilitações que possuam, individualidades nacionais ou estrangeiras de reconhecida competência, em termos a regular por despacho do Ministro da Educação.

6 — Podrán também ser ministrados pelos docentes das escolas superiores de música e de dança, total ou parcialmente, em articulação com as escolas de nível secundário, os cursos complementares referidos no artigo 4.º

Art. 12.º — 1 — Aos docentes do ensino vocacional da música poderá ser distribuído serviço em diferentes estabelecimentos de ensino, incluindo a leccionação da iniciação musical e instrumental no ensino primário e na educação pré-escolar.

2 — Quando o serviço distribuído a estes docentes obrigar à deslocação do estabelecimento de ensino em que se encontram colocados, dará direito à compensação de encargos de deslocação, nos termos da lei geral.

#### SECÇÃO IV

##### Ensino particular e cooperativo

Art. 13.º — 1 — Os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que ministrem o ensino vocacional da música ou da dança regular-se-ão pela legislação geral deste tipo de ensino e poderão adoptar a organização, planos de estudo e programas do ensino público ou ter planos de estudo e programas próprios.

2 — Poderá ser concedido paralelismo pedagógico aos estabelecimentos de ensino que o requeiram e reúnam as condições necessárias, nos termos da lei geral.

3 — A concessão e a manutenção de diplomas de professor do ensino particular de Música e de Dança pode ser condicionado à frequência de cursos de reciclagem e à prestação de provas de capacidade pedagógica.

4 — Para os efeitos previstos no número anterior, o Ministério da Educação, através das escolas superiores de música e de dança, organizará cursos de reciclagem de professores.

Art. 14.º — 1 — O Ministério da Educação poderá celebrar contratos simples ou de associação com os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, por forma a estabelecer uma rede escolar que garanta, de forma equitativa, o acesso ao ensino vocacional da música e da dança.

2 — Aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo da música e da dança que sejam convertidos em estabelecimentos públicos serão aplicáveis as disposições dos Decretos-Leis n.ºs 792/75 e 793/75, de 31 de Dezembro.

#### II — Do ensino superior da música, da dança, do teatro e do cinema

Art. 15.º — 1 — O ensino superior da música, da dança, do teatro e do cinema insere-se nos objectivos e nas estruturas do ensino superior politécnico, visando a formação de profissionais naquelas áreas ao mais alto nível técnico e artístico.

2 — O ensino superior da música e da dança incluirá também a formação dos professores do ensino vocacional destas artes, podendo estabelecer-se acordos de cooperação com outras instituições de ensino superior, com vista a definir os planos de estudos adequados e a forma de ministrar a sua componente de ordem pedagógica.

Art. 16.º — 1 — Os cursos a que se refere o n.º 1 do artigo anterior conferem o grau de bacharel.

2 — Podem também ser criados cursos de especialização nos domínios do ensino superior ministrados nas respectivas escolas, os quais, de acordo com a sua duração e nível, poderão dar direito a um diploma específico, equiparado para efeitos profissionais às licenciaturas conferidas pelas universidades.

Art. 17.º — 1 — O ensino superior a que se referem os artigos 15.º e 16.º será ministrado em escolas de ensino superior politécnico, que poderão adoptar as designações de escola superior ou conservatório supe-

rior, de acordo com proposta da respectiva comissão instaladora.

2 — A organização, o funcionamento e a gestão das escolas superiores referidas no n.º 1 serão regulados pela legislação aplicável aos estabelecimentos de ensino superior politécnico.

3 — As referências feitas na legislação geral ao carácter científico e técnico de órgãos, actividades ou funções daqueles estabelecimentos de ensino deverão entender-se sempre como abrangendo também o carácter artístico dos mesmos.

4 — As escolas superiores referidas no n.º 1 poderão associar-se para a realização de cursos ou de projectos de interesse comum e poderão vir a federar-se num conservatório nacional abrangendo escolas de diversas artes, a criar por decreto do Governo, sem prejuízo da autonomia pedagógica e administrativa de cada escola.

Art. 18.º — 1 — Aos docentes do ensino superior da música, da dança, do teatro e do cinema aplica-se o estatuto da carreira docente do ensino superior politécnico.

2 — Por portaria do Ministro da Educação poderão ser introduzidas alterações no que respeita às provas previstas no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, por forma a obter a melhor adequação das mesmas à especificidade daquelas artes.

3 — Os cursos superiores de Música criados pelo Decreto n.º 18 881, de 25 de Setembro de 1930, e os cursos de Teatro e de Cinema do Conservatório Nacional consideram-se adequados para efeito de recrutamento de pessoal docente para as respectivas escolas superiores, nos termos do artigo 4.º e do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, e do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 513-L1/79, de 27 de Dezembro.

#### III — Disposições finais e transitórias

##### SECÇÃO I

##### Reconversão do Conservatório Nacional

Art. 19.º O Conservatório Nacional será reconvertido nos termos previstos nos artigos seguintes, sucedendo-lhe, para todos os efeitos legais, os estabelecimentos de ensino agora criados, considerando-se extinto a partir de data a fixar por portaria do Ministro da Educação, uma vez terminadas as operações resultantes da reconversão nos termos do artigo 22.º

Art. 20.º — 1 — São criadas em Lisboa as Escolas Superiores de Música, de Dança e de Teatro e Cinema.

2 — As Escolas referidas no número anterior ficam sujeitas ao regime de instalação previsto no Decreto-Lei n.º 513-L1/79, de 27 de Dezembro, sendo as respectivas comissões instaladoras nomeadas pelo Ministro da Educação, no prazo de 60 dias a contar da publicação do presente diploma, nos termos do artigo 6.º daquele decreto-lei, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 131/80, de 17 de Maio.

3 — A Escola Superior de Teatro e Cinema será estruturada em departamentos, podendo abranger também os domínios da televisão.

4 — As Escolas referidas nos números anteriores poderão estabelecer acordos de colaboração com outras entidades públicas ou privadas, nomeadamente com institutos, companhias e teatros nacionais depen-



dentes do Ministério da Cultura, por forma a obter o melhor aproveitamento dos meios existentes.

Art. 21.º — 1 — São criadas em Lisboa a Escola de Música e a Escola de Dança, que sucedem, no ensino vocacional destas artes, ao Conservatório Nacional.

2 — As Escolas criadas nos termos do número anterior consideram-se em fase de instalação a partir de 1 de Outubro de 1983, regulando-se o seu funcionamento nos termos da Portaria n.º 561/77, de 8 de Setembro.

Art. 22.º — 1 — É constituída a Comissão Coordenadora da Reconversão do Conservatório Nacional, composta pelos presidentes das comissões instaladoras dos estabelecimentos de ensino criados nos termos dos artigos 20.º e 21.º e pelo chefe de secretaria do Conservatório Nacional, que servirá de secretário.

2 — Os membros docentes escolherão entre si o presidente e o vice-presidente da Comissão Coordenadora, exercendo estes, com o chefe de secretaria, as funções de conselho administrativo.

3 — Compete à Comissão Coordenadora:

- a) Apresentar ao Ministro da Educação as propostas de reconversão previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 513-L1/79, de 27 de Dezembro, coordenando as propostas nesse sentido elaboradas pelas diferentes Escolas que delas fazem parte;
- b) Assegurar a gestão das dotações orçamentais atribuídas ao Conservatório Nacional, até ao final do ano económico de 1983;
- c) Garantir a gestão do pessoal, instalações, equipamento e verbas pertencentes ao Conservatório Nacional, enquanto não forem afectados a alguma das Escolas ou outra entidade, e assegurar todas as operações necessárias à transição para as novas situações;
- d) Assegurar a coordenação das actividades das diferentes Escolas, enquanto esta se revelar necessária, devido à utilização comum de instalações, equipamentos, serviços ou dotações orçamentais.

4 — A Comissão Coordenadora iniciará funções em 1 de Outubro de 1983 e será extinta, por despacho ministerial, quando se encontrar esgotado o objecto do seu mandato, nomeadamente pela plena autonomização das Escolas nela representadas, independentemente do termo do regime de instalação de cada uma destas.

5 — A partir de 1 de Janeiro de 1984 cada uma das Escolas criadas pelos artigos 20.º e 21.º disporá de orçamento próprio, gerindo-se autonomamente dos pontos de vista administrativo e pedagógico, sem prejuízo da coordenação a efectuar nos termos dos números anteriores.

6 — Deixarão de fazer parte da Comissão Coordenadora, mediante despacho ministerial, as Escolas em relação às quais não seja já necessário assegurar as funções de coordenação previstas no n.º 3.

7 — Os professores de Educação pela Arte vinculados ao quadro transitório do Conservatório Nacional escolherão entre si um representante junto da Comissão Coordenadora de Reconversão, o qual será ouvido

em relação às decisões que afectem aqueles professores e sempre que a Comissão o julgue necessário.

Art. 23.º — 1 — Cabe à Escola de Música e à Escola de Dança, criadas pelo artigo 21.º, assegurar a continuação de estudos, a realização de exames e a passagem de certificados ou diplomas dos respectivos cursos realizados de acordo com os planos de estudo previstos no Decreto n.º 18 881 ou instituídos ao abrigo do regime de experiência pedagógica do Conservatório Nacional.

2 — Cabe à Escola Superior de Teatro e Cinema assegurar a continuação dos respectivos cursos actualmente ministrados, a realização de exames e a passagem dos respectivos certificados ou diplomas.

Art. 24.º — 1 — A documentação do Conservatório Nacional, depois de devidamente seleccionada, será entregue a cada uma das Escolas que lhe sucedem, na medida em que possa ter utilidade prática para as mesmas, sendo a restante documentação transferida para entidade a indicar por despacho ministerial.

2 — As novas Escolas garantirão a passagem de certidões relativas à documentação que lhes fique entregue.

## SECÇÃO II

### Reestruturação dos outros estabelecimentos públicos de ensino da música

Art. 25.º Os actuais estabelecimentos públicos de ensino da música serão reestruturados de acordo com as disposições seguintes.

Art. 26.º — 1 — São criadas a Escola Superior de Música do Porto e a Escola de Música, que sucedem, para todos os efeitos legais e contratuais, ao Conservatório de Música do Porto, o qual se considera extinto a partir de data a fixar por portaria do Ministro da Educação, nos termos previstos no artigo 19.º

2 — Os estabelecimentos de ensino a que se refere o número anterior ficam sujeitos ao regime de instalação, aplicando-se-lhes o disposto, respectivamente, no n.º 2 do artigo 20.º e no n.º 2 do artigo 21.º do presente diploma.

3 — As comissões instaladoras dos dois estabelecimentos de ensino, em conjunto com o chefe de secretaria do Conservatório de Música do Porto, constituem a Comissão Coordenadora de Reconversão daquele estabelecimento de ensino, sendo-lhe aplicável o disposto nos n.ºs 2 a 5 do artigo 22.º

4 — Aplica-se à Escola de Música criada nos termos do n.º 1 o disposto no n.º 1 do artigo 23.º do presente diploma, ficando à guarda desta a documentação do Conservatório de Música do Porto, da qual passará as respectivas certidões.

Art. 27.º — 1 — O Instituto Gregoriano de Lisboa será reestruturado de acordo com as disposições do presente diploma, tendo em conta a especificidade dos seus objectivos.

2 — O Instituto Gregoriano de Lisboa abrangerá uma escola de música, ministrando o ensino vocacional com características próprias, e um departamento de estudos superiores gregorianos, que fará parte da Escola Superior de Música de Lisboa, nos termos a regular pelo diploma que efectue a reestruturação prevista no número anterior.

3 — A Escola de Música de Calouste Gulbenkian de Braga será adaptada, por portaria do Ministro da Educação, de acordo com o disposto no presente diploma,

como escola de música nos termos definidos no artigo 8.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º

4 — O regime vigente para os Conservatórios Regionais de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo será adaptado de acordo com o disposto no presente diploma e no Decreto-Lei n.º 338/79, de 25 de Agosto, pelos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Art. 28.º — 1 — O Conservatório de Música da Madeira passa a depender dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira, nos termos do Decreto-Lei n.º 364/79, de 4 de Setembro, cabendo a estes efectuar a respectiva reestruturação de acordo com as disposições do presente diploma.

2 — O Ministério da Educação suportará os encargos de funcionamento do Conservatório de Música da Madeira até 31 de Dezembro de 1983, data a partir da qual os mesmos passarão a ser da responsabilidade da Região Autónoma da Madeira.

### SECÇÃO III

#### Regime da transição do pessoal

Art. 29.º Os actuais professores do Conservatório Nacional e os do ensino da música e disciplinas afins dos estabelecimentos públicos de ensino da música beneficiam do regime de transição previsto nas disposições seguintes.

Art. 30.º — 1 — São criados os quadros transitórios do Conservatório Nacional e de cada um dos actuais estabelecimentos públicos de ensino da música constantes dos mapas anexos ao presente diploma, cujos lugares se extinguirão à medida que vagarem.

2 — Têm direito ao ingresso no quadro transitório do Conservatório Nacional os professores pertencentes ao quadro do mesmo e os contratados que até 31 de Dezembro de 1983 completem 5 anos de serviço e que declarem a sua opção de ingresso neste quadro, no prazo de 30 dias após a entrada em vigor do presente diploma.

3 — Têm direito a ingresso nos quadros transitórios dos estabelecimentos públicos do ensino da música os professores do ensino da música e disciplinas afins já pertencentes ao quadro e os contratados que até 31 de Dezembro de 1983 completem 5 anos de serviço, prestado com habilitações próprias no respectivo estabelecimento de ensino ou neste e noutros estabelecimentos públicos de ensino da música, e que declarem a sua opção nos termos do número anterior.

4 — Aos professores que até 31 de Dezembro de 1983 completem 3 anos de serviço nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 é garantida a celebração de um contrato na respectiva escola, nas condições actuais de serviço e remuneração, por 2 anos, renovável por mais 1 ano, se tal for necessário para terminar a sua profissionalização.

5 — Aos professores estrangeiros que preencham as condições previstas nos n.ºs 3 e 4 deste artigo serão mantidos os contratos nas condições actuais de serviço e remuneração, respectivamente, sem limites de tempo ou nos termos do número anterior.

6 — Para efeito do disposto nos números anteriores, será contado também nos termos do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro, o tempo de serviço prestado nos estabelecimentos de ensino particulares que directamente antecederam os actuais.

7 — Para efeito do n.º 3, consideram-se habilitações próprias os cursos superiores e os cursos completos de Instrumentos previstos no Decreto n.º 18 881, de 25 de Setembro de 1930.

8 — Os professores de Instrumentos e disciplinas afins não contemplados no Decreto n.º 18 881 poderão ser considerados, mediante despacho ministerial para cada caso, como possuidores de habilitação ou currículo adequado ao ensino da disciplina que ministram, para efeitos de aplicação dos n.ºs 3 e 4 deste artigo.

Art. 31.º Os professores providos nos quadros transitórios têm a remuneração prevista no Decreto-Lei n.º 68/82, de 3 de Março, e o número de horas de aula semanal determinado no artigo 25.º do Decreto n.º 18 881, de 25 de Setembro de 1930.

Art. 32.º — 1 — Os professores providos num quadro transitório poderão prestar serviço nos estabelecimentos de ensino superior criados nos termos do presente diploma, em estabelecimentos de ensino vocacional da música ou da dança ou noutros serviços dependentes do Ministério da Educação, em regime de colocação especial previsto na lei.

2 — Os professores dos quadros transitórios que prestem serviço nos estabelecimentos de ensino superior serão equiparados às categorias da carreira docente correspondentes às funções que sejam chamados a desempenhar, podendo optar pelo vencimento do quadro de origem.

3 — Poderão também os professores providos num quadro transitório ser chamados a prestar serviço nas escolas superiores criadas pelo presente diploma, ou noutros serviços dependentes do Ministério da Educação, com funções de natureza técnica ou de investigação, compatíveis com a especialização e experiência que possuam, nas condições de trabalho e remuneração que tenham no lugar de origem.

4 — Aos professores dos quadros transitórios que prestem serviço nos estabelecimentos de ensino vocacional da música ou da dança poderão ser atribuídas, de acordo com as necessidades do serviço, até 18 horas semanais de serviço docente ou equiparado, só podendo ser consideradas horas extraordinárias as que excedam aquele número.

Art. 33.º — 1 — Os professores providos num quadro transitório poderão optar, a todo o tempo, pelo ingresso no quadro do respectivo estabelecimento de ensino vocacional da música ou da dança, nos termos gerais da carreira docente, nos respectivos grupos, disciplinas ou especialidades.

2 — Para efeitos de progressão na carreira docente, será contado todo o tempo de serviço docente prestado com habilitação própria em estabelecimentos de ensino da música ou da dança, públicos ou particulares, bem como no Departamento de Ciências Musicais da Universidade Nova de Lisboa, e o tempo prestado como professor profissionalizado nas disciplinas da educação musical e da música, ou outras equivalentes, dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário.

3 — A contagem do tempo de serviço no ensino particular e cooperativo, para efeitos do número anterior, será feita nos termos do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro.

Art. 34.º — 1 — Os lugares do quadro transitório cativam igual número de lugares do quadro do respectivo estabelecimento de ensino vocacional da mú-

sica ou da dança, os quais só poderão ser providos nos termos do n.º 1 do artigo anterior ou após a libertação de lugares por extinção daqueles, bem como nos termos dos artigos 5.º, 6.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 373/77, de 5 de Setembro.

2 — Os professores que optem pelo ingresso no quadro do respectivo estabelecimento de ensino nos termos do n.º 1 do artigo anterior, quando excedam o número de lugares daquele quadro, ficarão na situação de supranumerários, ocupando automaticamente a primeira vaga que se verifique no respectivo grupo ou disciplina.

Art. 35.º — 1 — Os professores em exercício à data da publicação do presente diploma que não completam, até 31 de Dezembro de 1983, 5 ou 3 anos de serviço nos termos do artigo 30.º poderão ser contratados nos termos gerais da legislação aplicável ao respectivo estabelecimento de ensino.

2 — Aos docentes referidos no número anterior, bem como a outros que venham a ser providos em estabelecimentos com ensino vocacional da música ou da dança, será contado, para todos os efeitos, o serviço docente anteriormente prestado, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 33.º

Art. 36.º Sob proposta fundamentada das comissões coordenadoras de reconversão, o pessoal não docente será afectado às novas Escolas criadas pelo presente diploma, sem prejuízo da reclassificação a que se refere o Decreto-Lei n.º 536/79, de 31 de Dezembro.

#### SECÇÃO IV

##### Regime aplicável à transição de planos de estudo e às habilitações anteriores

Art. 37.º — 1 — Para efeitos de seguimento de estudos, será estabelecido um regime transitório a aprovar por despacho ministerial, tendo em conta os planos de estudo e os programas a fixar.

2 — Até ao fim do ano lectivo de 1984-1985, poderão os alunos terminar os cursos gerais da Música e da Dança e outros cursos, segundo os planos de estudo actualmente em vigor, sem prejuízo do disposto no n.º 4.

3 — Os alunos que não possam terminar os referidos cursos naquele prazo deverão transitar para os novos planos de estudo, de acordo com o regime a fixar nos termos do n.º 1.

4 — Os cursos superiores da Música criados pelo Decreto n.º 18 881, de 25 de Setembro de 1930, e os cursos actualmente ministrados pelas Escolas de Teatro e de Cinema do Conservatório Nacional poderão manter-se enquanto não forem criados os novos cursos de ensino superior politécnico, e os respectivos exames poderão ainda ser realizados nos 3 anos lectivos posteriores à publicação dos diplomas que criem os novos cursos.

Art. 38.º Das habilitações obtidas de acordo com os planos de estudo fixados ao abrigo da experiência pedagógica serão passados os respectivos diplomas ou certificados, nos termos a fixar por portaria do Ministro da Educação.

Art. 39.º — 1 — Por despacho do Ministro da Educação, poderão as habilitações adquiridas ao abrigo do Decreto n.º 18 881, de 25 de Setembro de 1930, e do regime de experiência pedagógica ser declaradas suficientes para efeito de prosseguimento de estudos.

2 — Por portaria dos Ministros da Educação e da Reforma Administrativa, poderão as habilitações referidas no número anterior ser declaradas adequadas ao provimento em determinados cargos públicos.

#### SECÇÃO V

##### Disposições finais

Art. 40.º — 1 — As Escolas Superiores de Música, de Dança e de Teatro e Cinema integram-se nas estruturas gerais de coordenação do ensino superior politécnico e dependem da Direcção-Geral do Ensino Superior.

2 — O ensino vocacional da música e da dança e as respectivas Escolas dependem da Direcção-Geral do Ensino Secundário, onde deverá constituir-se um serviço próprio para a orientação pedagógica de cada um desses sectores, bem como das outras direcções-gerais e organismos que superintendem no ensino secundário, no âmbito da respectiva competência.

3 — A gestão do pessoal pertencente aos quadros transitórios da música e da dança cabe às escolas de música e de dança que sucedem ao respectivo estabelecimento de ensino, sob a superintendência da Direcção-Geral de Pessoal.

4 — A gestão do pessoal pertencente aos quadros transitórios do teatro e do cinema cabe à respectiva Escola Superior, sob a superintendência da Direcção-Geral do Ensino Superior.

5 — A gestão do pessoal pertencente ao quadro transitório da educação pela arte cabe à Direcção-Geral do Ensino Superior.

Art. 41.º — 1 — Os encargos decorrentes da aplicação do presente diploma relativos às escolas de música e de dança, bem como os encargos com os quadros transitórios, serão suportados, até ao final do ano económico de 1983, pelas dotações destinadas aos actuais estabelecimentos de ensino a que aquelas escolas sucedem.

2 — Os encargos decorrentes da aplicação do presente diploma relativos às novas Escolas Superiores serão suportados pelas dotações do Ministério da Educação destinadas aos novos estabelecimentos de ensino superior politécnico.

Art. 42.º O ingresso do pessoal docente nos quadros transitórios e as demais disposições relativas às carreiras docentes e à transição do pessoal produzem efeitos a partir de 1 de Outubro de 1983.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 19 de Maio de 1983. — *Francisco José Pereira Balsemão* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *João José Fraústo da Silva* — *António Jorge de Figueiredo Lopes*.

Promulgado em 8 de Junho de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 8 de Junho de 1983.

O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

**MAPA I**  
**Quadro transitório do pessoal docente**  
**do Conservatório Nacional**

Cursos	Designação	Categoria	Número de lugares
Música	Professores de 1.ª categoria	D	7
	Professores de 2.ª categoria	E	50
Teatro	Professores	E	11
Dança	Professores	E	13
Cinema	Professores	E	8
Educação pela Arte	Professores	E	12

**MAPA II**  
**Quadro transitório do pessoal docente**  
**do Conservatório de Música do Porto**

Designação	Categoria	Número de lugares
Professores	E	39

**MAPA III**  
**Quadro transitório do pessoal docente**  
**do Instituto Gregoriano de Lisboa**

Designação	Categoria	Número de lugares
Professores	E	8

**MAPA IV**  
**Quadro transitório do pessoal docente**  
**do Conservatório de Música da Madeira**

Designação	Categoria	Número de lugares
Professores	E	10

**MAPA V**  
**Quadro transitório do pessoal docente**  
**da Escola de Música de Calouste Gulbenkian**

Designação	Categoria	Número de lugares
Professores	E	12

**MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO,**  
**DOS ASSUNTOS SOCIAIS**  
**E DA REFORMA ADMINISTRATIVA**

**Decreto do Governo n.º 50/83**  
**de 1 de Julho**

Mediante o presente diploma procede-se a uma alteração, que urge, relativamente ao quadro de pessoal de direcção e chefia da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Pretende-se dotar o referido quadro por forma compatível com a dimensão do Serviço de Acção Social, face à importância e multiplicidade de acções que este Serviço é chamado a desempenhar.

Procura-se, assim, possibilitar o adequado enquadramento hierárquico do Serviço de Acção Social, com evidente interesse público, no que respeita à boa administração do respectivo orçamento anual, que ascende a cerca de 1 milhão de contos, e, bem assim, no que toca à melhor gestão do seu pessoal, de cerca de mil unidades.

Acresce que o Serviço de Acção Social, pela actividade que exerce e pela população a que especialmente se dirige, exige o conveniente controle da acção promocional que prossegue e da rentabilidade das avultadas somas que despende.

Tenha-se ainda presente que o actual Serviço de Acção Social resultou da fusão de 2 Serviços, o Serviço de Assistência e o Serviço Social, alteração que se operou através do Decreto-Lei n.º 313/79, de 20 de Agosto, não se tendo nessa data produzido a necessária alteração do quadro de pessoal de direcção e chefia na parte que diz respeito ao mesmo Serviço de Acção Social. Cada um dos referidos Serviços dispunha de 1 lugar de chefe de divisão, conforme o Decreto n.º 832/74, de 31 de Dezembro, tendo o Serviço resultante ficado a dispor, e inexplicavelmente, de apenas 1 lugar de chefe de divisão.

Importa, pois, e sem mais delongas, dotar convenientemente o referido quadro de pessoal no que respeita ao Serviço de Acção Social.

Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 692/70, de 31 de Dezembro:

O Governo decreta, nos termos da alínea g) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º O quadro de direcção e chefia da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em vigor nesta data, é acrescido de 1 lugar de director de serviço, de 3 lugares de chefe de divisão e de 1 lugar de chefe de repartição, a afectar ao respectivo Serviço de Acção Social.

Art. 2.º A regulamentação do Serviço de Acção Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa será estabelecida por portaria do ministro da tutela.

*Francisco José Pereira Pinto Balsemão — Alípio Barbosa Pereira Dias — Luís Eduardo da Silva Barbosa — António Jorge de Figueiredo Lopes.*

Assinado em 8 de Junho de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 8 de Junho de 1983.

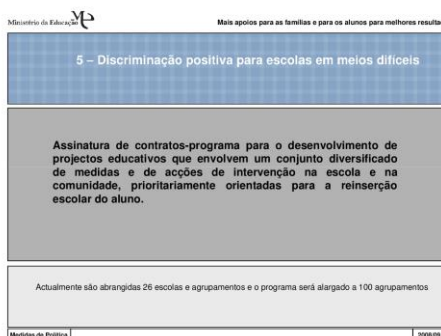
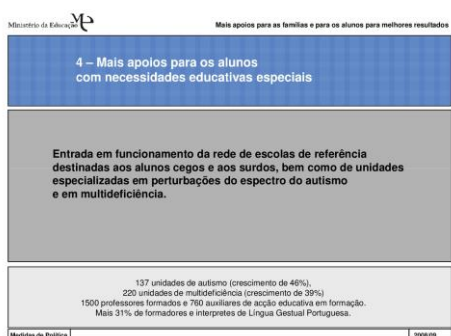
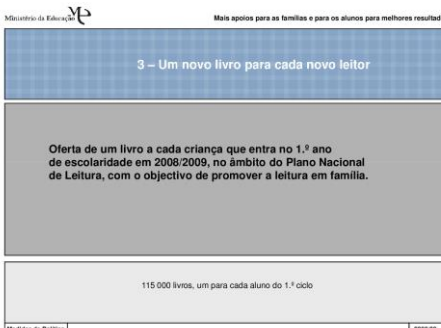
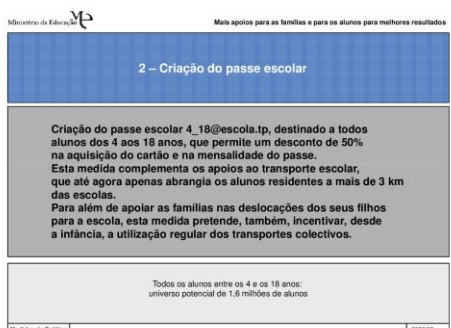
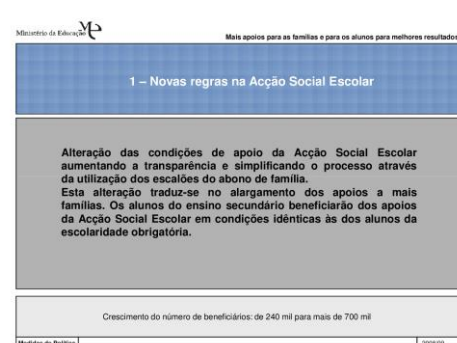
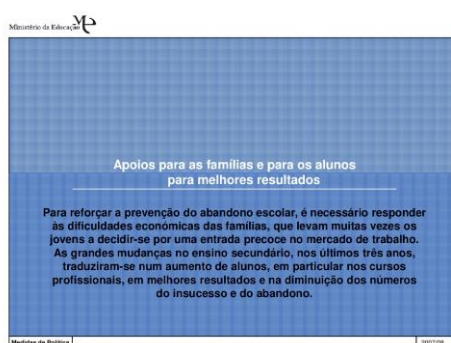
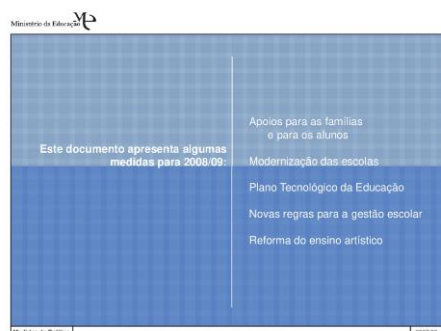
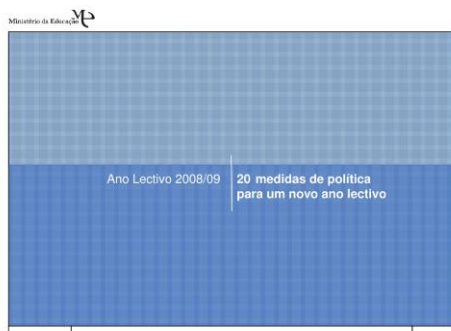
O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão.*

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**


**Decreto-Lei n.º 311/83**  
**de 1 de Julho**

Criado pelo Decreto-Lei n.º 104/80, de 10 de Maio, o Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Justiça e já aprovado o respectivo diploma regula

## Anexo 4 – Vinte medidas para um novo ano letivo






Ministério da Educação  Mais apoio às famílias e para os alunos para melhores resultados

### 6 – Prémio de Mérito para os melhores alunos

Com o objectivo de reconhecer e de valorizar o mérito, a dedicação e o esforço no trabalho e no desempenho escolares, o Ministério da Educação atribui um Prémio de Mérito, no valor de 500 euros, aos melhores alunos de cada escola que tenham concluído o ensino secundário no ano lectivo de 2007/2008.


Medidas de Política 2008-09

Ministério da Educação  Modernização das Escolas

### Modernização das escolas

Estão em curso programas de intervenção no sentido de requalificar e de reorganizar o parque escolar da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário. Estas iniciativas de fundo visam interromper o ciclo de degradação de muitos estabelecimentos e as assimetrias existentes na rede escolar. Qualificar a oferta de espaços, corrigir problemas de construção, melhorar as condições de adaptabilidade, de segurança e de acessibilidade, e modernizar as instalações escolares é essencial para responder aos desafios que se apresentam à escola do futuro.

Medidas de Política 2008-09


Ministério da Educação  Modernização das Escolas

### 7 – Programa de Modernização das Escolas Secundárias

No ano lectivo 2008/09, iniciam-se as obras em 26 escolas secundárias, que se seguem às quatro intervenções-piloto com que arrancou o Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário em 2006/2007. A 2.ª fase do programa decorrerá no ano lectivo 2009/2010, com intervenções em mais 74 escolas, estando prevista a intervenção em 330 escolas, até ao ano de 2015.

Inauguração de 4 escolas já modernizadas  
Início de obras em 26 escolas  
Conclusão de projectos em 75 escolas

Medidas de Política 2008-09

Ministério da Educação  Modernização das Escolas


### 8 – Requalificação da rede escolar do 1.º ciclo e da educação pré-escolar

Prosseguimento da ordenação da rede escolar do 1.º ciclo, com a entrada em funcionamento de 50 centros escolares e a inclusão de um instrumento financeiro para apoio à requalificação no Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Lançamento de um concurso para alargamento da rede do pré-escolar, com especial incidência nas áreas metropolitanas onde as taxas de cobertura são mais baixas.

50 novos centros escolares abertos neste ano lectivo.  
Cerca de 100 centros escolares a requalificar.  
400 milhões de euros de JORF.  
25 milhões de euros de CE para o pré-escolar.

Medidas de Política 2008-09

Ministério da Educação  Modernização das Escolas


### 9 – Requalificação da rede escolar do ensino básico

As escolas básicas melhoraram as instalações, com o programa das pinturas e pequenas reparações, através do qual o ME transferiu a verba necessária para a intervenção em cada agrupamento.

Reconstrução de 18 escolas com projectos de intervenção já apresentados ao PO da Valorização do Território, com o objectivo de erradicar do parque escolar as escolas em instalações provisórias ou muito degradadas.

15 Milhões de Euros transferidos para os agrupamentos

Medidas de Política 2008-09


Ministério da Educação  Modernização das Escolas

### 10 – Cobertura total da Rede de Bibliotecas Escolares

Finalização do Programa das Bibliotecas Escolares, com a inauguração das novas bibliotecas, cumprindo o objectivo de ter uma biblioteca da Rede de Bibliotecas Escolares em todas as escolas dos 2.º e 3.º ciclos.

130 bibliotecas novas


Medidas de Política 2008-09

Ministério da Educação  Novas regras para a gestão escolar

### Novas regras para a gestão escolar

Assiste-se neste ano à generalização a todas as escolas de medidas centrais relativas aos instrumentos de gestão. Trata-se de mudanças que terão um impacto importante no funcionamento das escolas e têm como objectivo torná-las espaços educativos mais eficientes.

Medidas de Política 2008-09


Ministério da Educação  Novas regras para a gestão escolar

### 11 – Gestão escolar

Aplicação do novo regime de gestão e autonomia das escolas, que obedece ao objectivo de dotar as escolas de um enquadramento que permita reforçar as lideranças, abrir a escola ao exterior e a participação qualificada de outros parceiros, bem como aprofundar as suas competências e a sua autonomia.

Eleição dos novos órgãos de gestão e aprovação do regulamento interno em todos os agrupamentos.

Medidas de Política 2008-09

Ministério da Educação  **Novas regras para a gestão escolar**


### 12 – Transferência de competências para as autarquias

A descentralização de competências nas autarquias é o modelo adoptado em toda a Europa. Desde 2005 que o ME e as autarquias trabalham em conjunto na melhoria das condições de ensino e de aprendizagem. É a esta parceria que se devem os bons resultados atingidos no 1.º ciclo. A transferência de competências possibilita uma gestão mais próxima e mais eficiente, uma partilha de responsabilidades e uma maior participação das comunidades e das famílias.

Assinatura de cerca de 80 contratos de execução para a transferência de competências em matéria de:

- pessoal não docente,
- actividades de enriquecimento curricular
- parque escolar

Medidas de Política 2008/09

Ministério da Educação  **Novas regras para a gestão escolar**


### 13 – Avaliação do desempenho docente

Implementação do novo regime de avaliação do desempenho do pessoal docente com o objectivo de:

- promover o aperfeiçoamento das práticas, com vista ao progresso dos resultados escolares e da qualidade das aprendizagens,
- garantir a diferenciação pelo mérito através do estabelecimento de quotas para as classificações de *Muito Bom* e *Excelente*;
- definir uma regulação mais rigorosa de progressão na carreira.

O novo regime assenta numa avaliação entre pares, promovida pela escola, e considera a totalidade das funções e das actividades exercidas pelos professores, tendo em conta as suas competências pedagógicas, o cumprimento dos objectivos estabelecidos e do serviço distribuído, bem como a participação na vida da escola.


Medidas de Política 2008/09

Ministério da Educação  **Plano Tecnológico da Educação**

### Plano Tecnológico da Educação

O Plano Tecnológico da Educação constitui-se como um poderoso meio para atingir uma meta fundamental: a melhoria do desempenho escolar dos alunos, garantindo a igualdade de oportunidades no acesso aos equipamentos, contribuir para a modernização dos estabelecimentos de ensino, possibilitando que estes funcionem em rede e aumentando a segurança no seu interior.

Medidas de Política 2008/09


Ministério da Educação  **Plano Tecnológico da Educação**

### 14 – Ligação em banda larga com acesso à Internet em toda a escola

Ligação à Internet em banda larga em todas as salas de aula, através da construção de redes de área local.

Aumento da largura de banda em todas as escolas para mais de 48 Mb.

Medidas de Política 2008/09

Ministério da Educação  **Plano Tecnológico da Educação**


### 15 – Mais equipamento tecnológico nas escolas

Para garantir o equipamento das escolas com meios tecnológicos mais modernos, o Governo lançou seis concursos públicos internacionais para a aquisição de computadores, quadros interactivos e videoprojectores.

O objectivo é melhorar o rácio de alunos por computador com ligação à Internet de banda larga, garantir um videoprojector por sala de aula e um quadro interactivo para cada 3 salas de aula.

Passar de um rácio de 16 alunos por computador, em 2005, para 5 alunos por computador já neste ano e para 2 alunos por computador em 2010. Aquisição de 310 000 computadores, 9000 quadros interactivos e 25 000 videoprojectores


Medidas de Política 2008/09

Ministério da Educação  **Plano Tecnológico da Educação**

### 16 – Cartão electrónico do aluno e sistema de videovigilância

O cartão electrónico de escola, com funcionalidades de controlo de acessos, registo de assiduidade e porta-moedas electrónico, será generalizado neste ano lectivo, prevendo-se que possa abranger 800 mil estudantes. A par da instalação de sistemas de videovigilância e de alarme electrónico, o cartão de aluno garantirá uma maior segurança no interior dos estabelecimentos de ensino.

Medidas de Política 2008/09


Ministério da Educação  **Plano Tecnológico da Educação**

### 17 – Academias TIC e Profissionais estágios TIC

30 Academias TIC nas escolas: formação em tecnologias, equipamentos e aplicações para alunos, docentes, não docentes e para toda a comunidade educativa.

300 estágios em tecnologias da informação para alunos dos cursos profissionais.

Medidas de Política 2008/09

Ministério da Educação  **Plano Tecnológico da Educação**


### 18 – Lançamento do e.escolinha com o computador Magalhães

Lançamento do programa e.escolinha para acesso ao computador Magalhães, para alunos do 1.º ciclo, gratuitamente ou a preços reduzidos.

Alargamento recente do programa e.escolinha aos alunos do 3.º ciclo para a aquisição de um computador portátil com acesso à Internet em banda larga em condições muito vantajosas.

380 mil alunos do 3.º ciclo  
500 mil alunos do 1.º ciclo (gratuito para os alunos do 1.º escalão da acção social escolar e a preços reduzidos para os restantes alunos)


Medidas de Política 2008/09

Ministério da Educação 

**Reforma do Ensino Artístico Especializado**

A avaliação feita ao ensino artístico especializado permitiu concluir que é absolutamente necessário melhorar o modelo de organização e funcionamento das escolas do ensino artístico especializado, promovendo a transparência e legibilidade da oferta que deve ser organizada num quadro de maior articulação com as escolas do ensino regular.

Medidas de Política 2008/09

Ministério da Educação  **Reforma do Ensino Artístico Especializado**

**19 – Ensino Artístico Especializado**

Aumento do número de alunos com acesso ao ensino artístico especializado.


Reorganização do modelo de funcionamento das escolas.

Criação de novas regras de financiamento do ensino particular e cooperativo.

Definição de novas condições de matrícula.

Mais 25 mil alunos com acesso a ensino especializado da música  
Mais 30% de alunos em regime articulado  
Mais 100% de alunos nos cursos de iniciação

Medidas de Política 2008/09

Ministério da Educação  **Reforma do Ensino Artístico Especializado**

**20 – Docentes do Ensino Artístico Especializado da rede pública**

Integração nos quadros de docentes do ensino especializado que estavam como contratados há mais de 10 anos.

Criação de quadros de escola.

Regime extraordinário para acesso à profissionalização em serviço.

Medidas de Política 2008/09

Ministério da Educação 

Ano Lectivo 2008/09

**20 medidas de política para um novo ano lectivo**

Medidas de Política 2008/09



## Anexo 5 – Lista provisória de apoio financeiro relativo ao ano letivo 2015/2016



### Resultado do Processo de candidatura a apoio financeiro 2015/2016 a conceder no âmbito do Contrato de Patrocínio Lista Provisória - Área da Música

DSR DGE/EE	CM NUT	Nome do Estabelecimento de Ensino	Resultados da Sétima	N.º de Alunos a Financiar								Montante a financiar	Observações
				Iniciáveis	Básico Articulado	Integrado com financiamento exclusivo de componente vocacional	Básico Integrado	Básico Supletivo	Secundário Articulado	Secundário Integrado	Secundário Supletivo		
Norte	Área Metropolitana do Porto	AMVP - Academia de Música de Vilar do Paraiso	89,5	44	86	0	287	1	8	0	14	1.857.320,00 €	b)
Norte	Cavado	Escola de Música de Espouende	82	13	244	0	0	0	0	0	0	638.950,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Academia de Música de Espinho	77,5	18	259	0	19	0	0	0	12	802.700,00 €	b)
Norte	Área Metropolitana do Porto	Conservatório Regional de Gaia	76,5	0	261	0	0	3	9	0	10	748.160,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Conservatório de Música Terras de Santa Maria	75,5	0	433	0	0	0	0	0	14	1.149.600,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Escola de Música da Póvoa de Varzim	75	19	162	0	0	5	6	0	3	471.590,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Academia de Música de Paços de Brandão	74,5	0	171	0	0	11	26	0	3	604.340,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Academia de Música de S. João da Madeira	74,5	0	139	0	0	1	0	0	6	372.800,00 €	
Norte	Ave	Academia de Música José Atalaya	74,5	9	162	0	0	0	20	0	1	534.850,00 €	
Norte	Área e Área Metropolitana do Porto	Centro de Cultura Musical de Caldas da Saúde	74,5	256	633	0	0	0	22	0	11	1.873.780,00 €	
Norte	Tâmega e Sousa	Conservatório do Vale do Sousa	72,5	11	297	0	0	0	22	0	0	895.730,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Academia de Música de Oliveira de Azeméis	71,5	7	103	0	0	3	1	0	3	264.390,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Conservatório de Música de Paredes	70,5	5	134	0	0	4	6	0	1	389.290,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Academia de Música de Costa Cabral	68,5	36	192	0	137	0	9	0	5	1.309.060,00 €	b)
Norte	Área Metropolitana do Porto	Academia de Música de Santa Maria da Feira	68,5	13	170	0	0	0	1	0	5	460.480,00 €	
Norte	Douro	Conservatório Regional de Música de Vila Real	68,5	10	143	0	0	29	11	0	10	486.940,00 €	
Norte	Tâmega e Sousa	Academia de Música de Castelo de Paiva	68	3	321	0	0	6	24	0	3	960.910,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Escola de Música de Leça da Palmeira	67,5	10	111	0	0	3	0	0	0	295.700,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Escola de Música de Perosinho	67,5	6	214	0	0	4	5	0	10	607.500,00 €	
Norte	Ave	Academia de Música Valentim Moreira de Sá	66,5	1	306	0	0	5	25	0	0	937.950,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Academia de Música de Arouca	66	5	154	0	0	0	0	0	0	402.150,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Academia de Música de Vale de Cambra	66	9	127	0	0	3	0	0	0	336.950,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Conservatório de Música de Vila do Conde	65,5	19	123	0	0	0	3	0	4	349.570,00 €	

1/5



### Resultado do Processo de candidatura a apoio financeiro 2015/2016 a conceder no âmbito do Contrato de Patrocínio Lista Provisória - Área da Música

DSR DGE/EE	CM NUT	Nome do Estabelecimento de Ensino	Resultados da Sétima	N.º de Alunos a Financiar								Montante a Financiar	Observações
				Iniciantes	Básico Articulado	Integrado com financiamento exclusivo de componente vocacional	Básico Integrado	Básico Supletivo	Secundário Articulado	Secundário Integrado	Secundário Supletivo		
Norte	Alto Minho	Academia de Música de Viana do Castelo - Conservatório Regional do Alto Minho	64,5	20	310	0	0	1	3	0	14	854.320,00 €	
Norte	Cávado	Academia de Música de Vila Verde	64	7	184	0	0	0	0	0	0	480.850,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Escola de Música Óscar da Silva	64	43	222	0	0	3	0	0	3	600.950,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Escola de Música Guilhermina Suggia	63,5	3	72	0	0	4	0	0	0	193.050,00 €	
Norte	Cávado	Conservatório de Música de Barcelos	63	12	289	0	109	5	4	0	4	1.378.760,00 €	b)
Norte	Ave	ArtEduca - Conservatório de Música de V. N. Famalicão	60	17	189	0	0	18	0	0	0	518.950,00 €	
Norte	Tâmega e Sousa	Artâmega - Academia das Artes do Marco de Caraveias	59										c)
Norte	Tâmega e Sousa	Academia de Música de Basto	58,5	1	38	0	0	10	0	0	0	111.150,00 €	
Norte	Tâmega e Sousa	Centro Cultural de Amarante - Escola de Música e Dança Maria Amélia Laranjeira	58,5	0	148	0	0	0	0	0	1	386.500,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Curso de Música Silva Monteiro	58,5	23	236	0	0	11	0	0	0	634.850,00 €	
Norte	Cávado	Companhia da Música	58	0	148	0	0	13	7	0	12	458.880,00 €	
Norte	Tâmega e Sousa	Conservatório de Música de Felgueiras	57	3	75	0	0	0	2	0	0	206.930,00 €	
Norte	Terras de Trás-os-Montes	Conservatório de Música e Dança de Bragança	54,5	10	81	0	0	0	4	0	0	235.860,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Fórum Cultural de Gulpinhães	52,5	7	123	0	0	4	9	0	8	389.610,00 €	
Norte	Ave	Academia de Música da Sociedade Filarmónica Vairãoense	52	4	160	0	0	4	0	0	0	422.200,00 €	
Norte	Alto Tâmega	AAC Academia de Artes de Chaves	50,5	10	105	0	0	20	7	0	0	338.580,00 €	
Norte	Alto Minho	Academia de Música Fernandes Rêo	50	14	294	0	0	1	14	0	0	846.660,00 €	
Norte	Área Metropolitana do Porto	Conservatório de Música da Maia	50	14	45	0	0	9	0	0	7	144.600,00 €	
Norte	Alto Minho	Academia de Música da Fortaleza de Valença	43										a)
Norte	Douro	Conservatório Regional de Música de Ferreirim	41,5										a)
Norte	Cávado	Colégio Didalvi	34										a)
Norte	Cávado	Academia de Música de Matos	33										a)
Norte	Tâmega e Sousa	Academia de Artes de Cinfães	24										a)

2/5

Resultado do Processo de candidatura a apoio financeiro 2015/2016 a conceder no âmbito do Contrato de Patrocínio  
Lista Provisória - Área da Música

DSR DSE/E	QM NUT	Nome do Estabelecimento de Ensino	Resultados da Seleção	N.º de Alunos a Financiar								Montante a financiar	Observações
				Iniciações	Básico Articulado	Integrado com financiamento exclusivo de componente vocacional	Básico Integrado	Básico Supletivo	Secundário Articulado	Secundário Integrado	Secundário Supletivo		
Centro	Região de Coimbra	Conservatório Regional de Coimbra	84	6	79	0	0	5	3	0	3	234.920,00 €	
Centro	Viana do Castelo	Conservatório Regional de Música Dr. José de Azeredo Perdigão	81,5	0	268	0	0	9	4	0	5	737.860,00 €	
Centro	Região de Coimbra	Academia de Música de Cantanhede	81	11	20	0	85	7	0	0	0	523.250,00 €	b)
Centro	Região de Leiria	Escola de Música do Orfeão de Leiria	80,5	10	282	0	0	8	5	0	11	792.200,00 €	
Centro	Beiras Serra da Estrela	Conservatório de Música de S. José da Guarda	75	0	121	0	0	2	11	0	5	385.340,00 €	
Centro	Região de Coimbra e Região de Leiria	Conservatório de Música David de Sousa	74,5	3	244	0	0	9	9	0	13	717.310,00 €	
Centro	Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela	Academia de Música e Dança do Fundão	74	10	260	0	0	1	17	0	1	774.880,00 €	
Centro	Região de Aveiro	Conservatório de Música de Águeda	73,5	8	73	0	0	51	4	0	14	299.360,00 €	
Centro	Região de Coimbra	Escola de Música São Teotónio	71,5	16	0	0	133	35	0	0	8	779.400,00 €	b)
Centro	Região de Aveiro	Academia de Música do Orfeão de Ovar	70,5	9	105	0	0	3	0	0	0	279.750,00 €	
Centro	Beira Baixa	Conservatório Regional de Castelo Branco	70	8	252	0	0	8	15	0	4	756.000,00 €	
Centro	Região de Aveiro	Conservatório de Música da Jobra	64	7	216	0	0	7	0	0	0	572.450,00 €	
Centro	Região de Aveiro	Escola de Artes da Bairrada - Associação de Ensino Artístico	64	7	64	0	0	28	2	0	0	213.330,00 €	
Centro	Beiras Serra da Estrela	Escola de Música do Centro de Cultura Pedro Álvares Cabral	64	8	69	0	0	13	0	0	1	199.500,00 €	
Centro	Viana do Castelo	Conservatório de Música e Artes do Dão	63,5	10	215	0	0	10	0	0	5	583.000,00 €	
Centro	Beiras Serra da Estrela	Conservatório Regional de Música da Covilhã	63	0	122	0	0	1	5	0	4	352.400,00 €	
Centro	Beiras Serra da Estrela	Conservatório de Música de S.ª Colégium Musicum	62,5	0	205	0	0	17	4	0	4	581.960,00 €	
Centro	Região de Leiria	Escola de Artes SAMP	60,5	11	87	0	0	12	0	0	2	247.850,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Conservatório de Música D. Dinis	87,5	0	256	0	0	29	6	0	16	760.240,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Escola de Música Nossa Senhora do Cabo	87	0	154	0	0	51	17	0	20	588.080,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Academia de Música de Santa Cecília	80,5	46	0	180	0	0	0	8	3	532.720,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Acordante - Academia de Música de Lisboa	73	0	27	0	0	0	6	0	4	109.640,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Conservatório Regional de Setúbal	71,5	0	244	0	0	14	12	0	9	731.780,00 €	

3/5

Resultado do Processo de candidatura a apoio financeiro 2015/2016 a conceder no âmbito do Contrato de Patrocínio  
Lista Provisória - Área da Música

OR DENE	CM NUT	Nome do Estabelecimento de Ensino	Resultados da Seleção	N.º de Alunos a Financiar							Montante a Financiar	Observações	
				Iniciações	Básico Articulado	Integrado com financiamento exclusivo de componente vocacional	Básico Integrado	Básico Supletivo	Secundário Articulado	Secundário Integrado			Secundário Supletivo
LVT	Médio Tejo	Conservatório de Música de Ourém e Fátima	71	3	501	0	0	0	6	0	1	1.337.990,00 €	
LVT	Oeste	Conservatório de Caldas da Rainha	69	6	258	0	0	0	0	0	3	678.000,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Academia de Música de Amadora	68	10	145	0	0	5	2	0	7	409.280,00 €	
LVT	Oeste	Academia de Música de Óbidos	68	6	219	0	0	0	17	0	1	665.680,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Academia Musical dos Amigos das Crianças	67,5	0	98	0	0	13	0	0	6	280.600,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Academia de Música e Belas Artes Luisa Todi	65	18	33	0	44	0	2	0	13	362.680,00 €	b)
LVT	Lezíria do Tejo	Conservatório de Música de Santarém, GI.	65	10	198	0	0	0	8	0	1	563.520,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Academia de Amadores de Música	64	0	125	0	0	3	2	0	0	339.480,00 €	
LVT	Médio Tejo	Conservatório de Música do Choral Rhydelius	63,5	7	145	0	0	11	7	0	0	430.730,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Conservatório Regional de Palmela	62	0	146	0	0	0	25	0	8	529.200,00 €	
LVT	Médio Tejo	Ourante - Escola de Música e Artes de Ourém	62	3	113	0	0	4	6	0	6	342.480,00 €	
LVT	Médio Tejo	Escola de Música Canto Firme	59	13	93	0	0	4	0	0	8	264.750,00 €	
LVT	Oeste	Academia de Música de Alcobça	58	0	462	0	0	0	0	0	0	1.201.200,00 €	
LVT	Oeste	Escola de Música "Luís António Maldonado Rodrigues"	58	0	190	0	0	6	0	0	1	502.900,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Instituto de Música Vitorino Meireles	58	9	72	0	0	1	0	0	5	200.050,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Conservatório de Música de Cascais	57,5	11	82	0	0	31	4	0	0	198.010,00 €	
LVT	Médio Tejo	Centro de Formação Artística da Sociedade Filarmónica Guadim Pais	57	7	108	0	0	1	2	0	10	312.330,00 €	
LVT	Médio Tejo	Conservatório de Música Jaime Chavinha	55	6	193	0	0	0	3	0	3	525.320,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Conservatório de Música de Sintra, Associação de Música e Dança	53,5	23	157	0	0	26	4	0	12	489.610,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Conservatório Regional Silva Marques	52	4	105	0	0	0	0	0	0	274.400,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Conservatório d' Artes de Loures	51,5	0	154	0	0	0	10	0	0	454.800,00 €	
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Conservatório Regional de Artes do Montijo	50,5										c)
LVT	Área Metropolitana de Lisboa	Conservatório de Música, de Dança e de Arte Dramática de Lisboa	46,5										a)

4/5

**Resultado do Processo de candidatura a apoio financeiro 2015/2016 a conceder no âmbito do Contrato de Patrocínio  
Lista Provisória - Área da Música**

DR/DE/EF	CM NUT	Nome do Estabelecimento de Ensino	Resultados da Seleção	N.º de Alunos a Financiar								Montante a Financiar	Observações	
				Iniciações	Básico Articulado	Integrado com financiamento exclusivo da componente vocacional	Básico Integrado	Básico Supletivo	Secundário Articulado	Secundário Integrado	Secundário Supletivo			
Alentejo	Alto Alentejo	Escola de Artes do Norte Alentejano - Portalegre	76,5	3	201	0	0	0	3	0	0	8	553.570,00 €	
Alentejo	Baixo Alentejo	Conservatório Regional do Baixo Alentejo	75	10	291	0	0	6	10	0	0	2	825.100,00 €	
Alentejo	Alentejo Central	Conservatório Regional de Évora - Évora e Moura	72,5	6	102	0	0	24	8	0	0	3	344.720,00 €	
Alentejo	Alto Alentejo	Academia de Música de Elvas	61,5	7	107	0	0	2	6	0	0	0	315.690,00 €	
Alentejo	Alentejo Litoral	Escola das Artes do Alentejo Litoral - Sines	54	10	126	0	0	26	0	0	0	0	362.300,00 €	
Alentejo	Alentejo Central	Conservatório Regional do Alto Alentejo	50	4	57	0	0	2	0	0	0	0	152.000,00 €	
Algarve	Algarve	Conservatório de Música de Olhão	75,5	3	20	0	0	9	1	0	0	0	69.290,00 €	
Algarve	Algarve	Academia de Música de Lagos	67	7	237	0	0	0	11	0	0	4	685.290,00 €	
Algarve	Algarve	Academia de Música de Tavira	64	2	57	0	0	1	0	0	0	0	150.100,00 €	
Algarve	Algarve	Conservatório Regional do Algarve Maria Campina	63,5	4	102	0	0	9	2	0	0	2	291.690,00 €	
Algarve	Algarve	Conservatório de Portimão - Joly Braga Santos	63	6	177	0	0	8	0	0	0	0	471.900,00 €	
Algarve	Algarve	Conservatório Regional de Vila Real de Santo António	61,5	0	26	0	0	4	0	0	0	0	72.400,00 €	
Algarve	Algarve	Conservatório Regional de Música de Albufeira	60,5	0	35	0	0	2	0	0	0	0	93.400,00 €	

a) Não é objeto de financiamento nos termos do ponto 18 do Aviso de Abertura.

b) O número de alunos considerado no nível básico em regime integrado poderá ser superior caso o estabelecimento de ensino opte pelo financiamento exclusivo da componente de formação vocacional sem que o montante de financiamento previsto seja ultrapassado.

c) O reduzido número de alunos disponível em rateio e a posição que ocupam na lista hierarquizada na respetiva CM NUT III, não permitiu a atribuição de alunos.

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### Decreto do Presidente da República n.º 107/2012

de 30 de julho

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 133.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É fixado, de harmonia com o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação dada pela Lei Orgânica n.º 2/2000, de 14 de julho, o dia 14 de outubro de 2012 para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assinado em 25 de julho de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

### Portaria n.º 225/2012

de 30 de julho

O Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos do ensino básico, reforçando, entre outros aspetos, a autonomia pedagógica e organizativa das escolas. Introduziu-se uma maior flexibilidade na organização das atividades letivas, designadamente na definição da duração, no tempo a atribuir a cada disciplina, dentro de limites estabelecidos — um mínimo por disciplina e um total de carga curricular a cumprir.

Importa então harmonizar, em conformidade, os planos de estudo dos cursos de ensino artístico especializado de nível básico, criados pela Portaria n.º 691/2009, de 25 de junho, alterada pela Portaria n.º 267/2011, de 15 de setembro, de forma a valorizar a especificidade curricular do ensino artístico especializado, assegurando uma carga horária equilibrada na qual, progressivamente, predomine a componente artística especializada.

Assim:

Ao abrigo do n.º 2 dos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º, todos do Decreto-Lei n.º 310/83, de 1 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 352/93, de 7 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, dos artigos 1.º, 11.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 344/90, de 2 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, manda o Governo, pela Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Objeto e âmbito

1 — O presente diploma cria o Curso Básico de Dança, o Curso Básico de Música e o Curso Básico de Canto Gregoriano dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e aprova os respetivos planos de estudo, constantes dos anexos I a VI da presente portaria, do qual fazem parte integrante.

2 — O presente diploma estabelece ainda o regime relativo à organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos referidos no número anterior, bem como o regime de organização das iniciações em Dança e em Música no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

3 — As disposições constantes no presente diploma aplicam-se aos estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo.

#### Artigo 2.º

##### Organização do currículo

1 — Os planos de estudo integram:

- a) Áreas disciplinares e disciplinas de formação geral, de acordo com o Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que visam contribuir para a construção da identidade pessoal, social e cultural dos alunos;
- b) Áreas disciplinares e disciplinas de formação vocacional que visam desenvolver o conjunto de conhecimentos a adquirir e capacidades a desenvolver inerentes à especificidade do curso em que se insere;
- c) Carga horária semanal mínima de cada uma das disciplinas;
- d) Carga horária total a cumprir.

2 — Nos cursos básicos da área da Música são ministrados os instrumentos que constam do anexo VII da presente portaria, da qual faz parte integrante, sem prejuízo de outros poderem vir a ser lecionados, na sequência de proposta devidamente fundamentada formulada pelos estabelecimentos de ensino e homologada pelo membro do Governo responsável pela área da educação.

3 — Nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 7 do artigo 9.º, e no âmbito da disciplina de Instrumento pode igualmente ser lecionado Canto.

4 — As cargas horárias dos planos de estudo são estabelecidas em função da natureza das disciplinas e das condições existentes na escola, em conformidade com o disposto nos anexos I a VI.

5 — Os conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver, no âmbito das componentes do currículo previstas na alínea a) do n.º 1, têm como referência os programas e as metas curriculares das disciplinas e áreas disciplinares em vigor para o ensino básico geral.

6 — Os programas e as metas curriculares das disciplinas que integram a componente de formação vocacional, à exceção da disciplina de Oferta Complementar, são homologados por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

#### Artigo 3.º

##### Organização das iniciações no 1.º ciclo

1 — As iniciações em Dança e em Música destinam-se a alunos que frequentem o 1.º ciclo do ensino básico e têm uma duração global mínima de 135 minutos semanais.

2 — As iniciações em Dança integram disciplinas de conjunto como Técnica de Dança Clássica, Técnica de Dança Contemporânea e ou Dança Criativa.

3 — As iniciações em Música integram disciplinas de conjunto como Classes de Conjunto e Formação Musical e a disciplina de Instrumento, esta última com a duração mínima de 45 minutos, lecionada individualmente ou em grupos que não excedam os quatro alunos.

#### Artigo 4.º

##### Regimes de frequência

1 — Os Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano são frequentados em regime integrado, num

estabelecimento de ensino, ou em regime articulado, em dois estabelecimentos de ensino.

2 — Os Cursos Básicos de Música e de Canto Gregoriano podem ainda ser frequentados em regime supletivo, num estabelecimento de ensino, sendo a sua frequência restrita à componente de formação vocacional dos planos de estudo constantes dos anexos III a VI da presente portaria, da qual fazem parte integrante.

3 — Para efeitos do número anterior, é aplicada a tabela de correspondência entre o ano de escolaridade dos Cursos Básicos de Música e de Canto Gregoriano e o grau das disciplinas da componente de formação vocacional que integra os respetivos planos de estudo constante do anexo VIII à presente portaria, da qual faz parte integrante.

#### Artigo 5.º

##### Gestão do currículo

1 — Ao abrigo da sua autonomia as escolas organizam os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente, desde que respeitem as cargas horárias semanais, constantes dos anexos I a VI, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — A organização dos planos de estudo obedece às seguintes regras de gestão de tempos letivos:

a) O tempo de reforço semanal de 45 minutos, de aplicação facultativa na área disciplinar de formação vocacional, pode ser utilizado em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas e gerido por período letivo;

b) Os tempos apresentados para as áreas disciplinares e ou disciplinas não vocacionais correspondem, salvo no que respeita à disciplina de Educação Moral e Religiosa, a tempos mínimos semanais;

c) Não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as áreas disciplinares e disciplinas, abrangidas pela alínea anterior, sem prejuízo de poderem ser feitos ajustes de compensação entre semanas;

d) Os ajustes de tempo que venham a ser necessários nas áreas disciplinares e ou disciplinas abrangidas pelas alíneas anteriores de modo a cumprir o total de tempo mínimo definido nos planos de estudo é determinado pela escola de ensino básico geral, quando o curso seja frequentado em regime articulado.

#### Artigo 6.º

##### Oferta Complementar

1 — Na componente de formação vocacional dos 2.º e 3.º ciclos do Curso Básico de Dança e do 3.º ciclo do Curso Básico de Música é dada às escolas de ensino artístico especializado a possibilidade de criarem disciplinas de Oferta Complementar, que podem ser anuais, bienais ou trienais.

2 — As disciplinas de Oferta Complementar anuais e bienais podem, consoante as suas características e a sua integração no currículo, ser lecionadas em qualquer dos anos de escolaridade do ciclo em que se integram.

3 — As disciplinas criadas devem ser harmonizadas com o projeto curricular de escola, integrado no respetivo projeto educativo, e ter uma natureza complementar relativamente às outras disciplinas da componente de formação vocacional do plano de estudo.

4 — As escolas devem informar a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P. (ANQEP, I. P.), da proposta de disciplinas de Oferta Complementar que

pretendem oferecer, nos termos e condições constantes de orientações a transmitir por aquele organismo.

#### Artigo 7.º

##### Matrícula e renovação de matrícula

1 — A matrícula e sua renovação nos Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano regem-se pelas disposições aplicáveis ao ensino básico geral, com as especificidades constantes da presente portaria.

2 — Considera-se matrícula o ingresso pela primeira vez no Curso Básico de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano, bem como aquele que é efetuado após um ou mais anos sem que o aluno tenha efetuado a renovação da matrícula.

3 — A matrícula num dos cursos frequentado em regime de ensino articulado é efetuada nos dois estabelecimentos de ensino que ministram o plano de estudo correspondente.

4 — No caso referido no número anterior, no ato da matrícula ou da renovação da matrícula efetuada no estabelecimento de ensino que ministra as áreas disciplinares não vocacionais deve ser apresentado documento comprovativo da matrícula ou da renovação da matrícula efetuada no estabelecimento de ensino que ministra a componente de formação vocacional.

5 — As escolas de ensino básico geral devem aceitar os alunos que se matriculem nos Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano em regime articulado em escolas do ensino artístico especializado com as quais tenham estabelecido protocolo, independentemente da área de residência dos seus encarregados de educação e sem prejuízo da aplicação dos demais critérios de distribuição de alunos estabelecidos em regulamentação própria.

#### Artigo 8.º

##### Admissão de alunos

1 — Podem ser admitidos nos Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano os alunos que ingressem no 5.º ano de escolaridade.

2 — Para admissão à frequência dos Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano é realizada uma prova de seleção aplicada pelo estabelecimento de ensino responsável pela componente de formação vocacional.

3 — O resultado obtido, na prova referida no número anterior, tem carácter eliminatório.

4 — O modelo da prova de seleção e as regras da sua aplicação são aprovados e divulgados pela ANQEP, I. P.

5 — Podem ser igualmente admitidos alunos em qualquer dos anos dos Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano lecionados em regime integrado ou articulado, desde que, através da realização de provas específicas, o estabelecimento de ensino que ministra a componente de formação vocacional ateste que o aluno tem, em todas as disciplinas daquela componente, os conhecimentos e capacidades necessários à frequência do ano/grau correspondente ou mais avançado relativamente ao ano de escolaridade que o aluno frequenta.

6 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, exceionalmente, podem ser admitidos alunos nos Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano em regime de ensino integrado/articulado, nos 6.º, 7.º ou 8.º anos de escolaridade desde que o desfasamento entre o ano de escolaridade frequentado e o ano/grau de qualquer



das disciplinas da componente de formação vocacional não seja superior a um ano e mediante a elaboração de planos especiais de preparação e recuperação que permitam a progressão nas disciplinas da componente de formação vocacional, com vista à superação do desfasamento existente no decurso do ano letivo a frequentar.

7 — Podem ser admitidos alunos em qualquer dos anos dos Cursos Básicos de Música ou de Canto Gregoriano lecionados em regime supletivo, desde que, através da realização de provas específicas, o estabelecimento de ensino ateste que o aluno tem, em qualquer das disciplinas da componente de formação vocacional, os conhecimentos e capacidades necessários à frequência em grau com desfasamento anterior não superior a dois anos relativamente ao ano de escolaridade que o aluno frequenta.

8 — Podem ser admitidos alunos, em regime supletivo, em condições distintas das expressas no número anterior, desde que os mesmos não sejam alvo de financiamento público.

9 — Mediante o reconhecimento do carácter de excecionalidade do aluno pelo estabelecimento de ensino responsável pela lecionação da componente de formação vocacional, os alunos que, embora não tendo ainda concluído o 9.º ano de escolaridade, tenham obtido aprovação em todas as disciplinas da componente da formação vocacional dos Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano e desde que cumpridas as demais normas de acesso aplicáveis, podem frequentar, em regime integrado ou articulado, disciplinas dos cursos de nível secundário nas áreas da Dança e da Música.

10 — Nos casos previstos no número anterior, o aluno deve frequentar, no mínimo, três disciplinas das componentes de formação científica ou técnica-artística do plano de estudos do curso de nível secundário.

#### Artigo 9.º

##### Constituição de turmas e organização dos tempos escolares

1 — As turmas devem ser, prioritariamente, constituídas apenas por alunos que frequentam os Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano, em regime integrado ou articulado.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, as escolas do ensino básico geral devem integrar na mesma turma os alunos que frequentam, em regime integrado ou articulado, os Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano.

3 — Esgotadas todas as hipóteses de constituição de turmas, os alunos matriculados nos Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano em regime integrado ou articulado podem integrar outras turmas não exclusivamente constituídas por alunos do ensino artístico especializado, devendo, nesse caso, frequentar as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral.

4 — Sob proposta dos estabelecimentos de ensino, pode ser excecionalmente autorizada, mediante requerimento do órgão competente de direção ou gestão da escola dirigido aos serviços do Ministério da Educação e Ciência territorialmente competentes, a constituição de turmas, abrangidas pelo n.º 1 do presente artigo, com um número de alunos inferior ao previsto em regulamentação própria.

5 — Os horários das turmas devem ser elaborados permitindo que os alunos não fiquem sujeitos a tempos não

letivos intercalares, com exceção dos que correspondem ao período da refeição.

6 — Para efeitos do disposto no número anterior, as escolas do ensino básico geral articulam a elaboração dos horários com o estabelecimento de ensino responsável pela componente de formação vocacional.

7 — A organização dos tempos escolares da componente de formação vocacional dos Cursos Básicos de Música e de Canto Gregoriano deve tomar em consideração as seguintes regras:

a) É autorizado o desdobramento em dois grupos na disciplina de Formação Musical, exceto quando o número de alunos da turma seja igual ou inferior a 15.

b) A disciplina de Instrumento do Curso Básico de Música pode ser organizada para que metade da carga horária semanal atribuída seja lecionada individualmente, podendo a outra metade ser lecionada a grupos de dois alunos ou repartida entre eles, ou a totalidade da carga horária semanal atribuída é lecionada a grupos de dois alunos, podendo, por questões pedagógicas ou de gestão de horários, ser repartida igualmente entre eles.

c) Excecionalmente pode ser autorizado, mediante requerimento do órgão competente de gestão ou direção da escola dirigido aos serviços do Ministério da Educação e Ciência territorialmente competentes, o funcionamento da disciplina de Instrumento em termos diferentes dos previstos na alínea b).

d) As disciplinas de Iniciação à Prática Vocal e de Prática Vocal do Curso Básico de Canto Gregoriano são lecionadas a grupos de dois a cinco alunos e a disciplina de Prática Instrumental é lecionada individualmente.

e) Podem ser lecionadas em simultâneo a alunos de diferentes anos/graus disciplinas cuja natureza pode implicar a integração de alunos provenientes de diversos níveis e ou regimes de frequência.

#### Artigo 10.º

##### Avaliação da aprendizagem

1 — A avaliação do aproveitamento escolar dos alunos dos Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano rege-se de acordo com as normas gerais aplicáveis ao ensino básico geral e pelas especificidades previstas na presente portaria.

2 — Os dois estabelecimentos de ensino envolvidos na lecionação dos planos de estudo dos cursos frequentados em regime articulado devem estabelecer os mecanismos necessários para efeitos de articulação pedagógica e de avaliação.

3 — A progressão nas disciplinas da componente de formação vocacional é independente da progressão de ano de escolaridade.

4 — O aproveitamento obtido nas disciplinas da componente de formação vocacional não é considerado para efeitos de retenção de ano no ensino básico geral, ou de admissão às provas finais de 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, a realizar nos 6.º e 9.º anos de escolaridade.

5 — A retenção, em qualquer dos anos de escolaridade, de um aluno que frequenta o Curso Básico de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano não impede a sua progressão na componente de formação vocacional.

6 — A obtenção, no final do terceiro período letivo, de nível inferior a 3, em qualquer das disciplinas da componente de formação vocacional dos Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano impede a pro-

gressão nessas disciplinas, sem prejuízo da progressão nas restantes disciplinas daquela componente.

7 — Os alunos que frequentam os Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano, em regime integrado ou articulado, e apresentem um desfasamento entre o ano de escolaridade que frequentam no ensino básico e os anos/graus que frequentam em disciplinas da componente de formação vocacional que funcionem em regime de turma podem, por decisão do estabelecimento de ensino artístico especializado, integrar o ano/grau dessa disciplina correspondente ao ano de escolaridade frequentado, sem prejuízo da necessidade de realização da prova constante do artigo 11.º

8 — O estabelecimento de ensino artístico especializado pode adotar medidas de apoio e complemento educativo aos alunos dos Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano frequentados em regime integrado ou articulado que não tiverem adquirido os conhecimentos essenciais em qualquer das disciplinas da componente de formação vocacional, de modo a permitir a progressão nessas disciplinas e a superar o desfasamento existente no decurso do ano letivo a frequentar.

#### Artigo 11.º

##### Provas para transição de ano/grau

1 — Os alunos dos Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano podem requerer, ao órgão competente de gestão ou direção do estabelecimento de ensino que ministra a componente de formação vocacional, a realização de provas de avaliação para transição de ano ou grau em disciplinas que integram aquela componente.

2 — As provas referidas no número anterior incidem sobre todo o programa do ano de escolaridade anterior àquele a que o aluno se candidata.

3 — Compete ao estabelecimento de ensino responsável pela componente de formação vocacional definir as regras, que constam no respetivo regulamento interno, a que deve obedecer a realização de provas de avaliação para a transição de ano/grau.

#### Artigo 12.º

##### Provas globais

1 — A avaliação das disciplinas de 6.º ano/2.º grau e 9.º ano/5.º grau, da componente de formação vocacional, pode incluir a realização de provas globais cuja ponderação não pode ser superior a 50 % no cálculo da classificação final da disciplina, sendo obrigatória nas disciplinas de Técnicas de Dança, Instrumento, Iniciação à Prática Vocal e Prática Vocal.

2 — A realização das provas globais, referidas no número anterior, deve ocorrer dentro do calendário escolar previsto para este nível de ensino, podendo ainda decorrer dentro dos limites da calendarização definida para a realização de provas finais e exames de equivalência à frequência e desde que em datas não coincidentes com provas, de âmbito nacional, que os alunos pretendam realizar.

3 — O departamento curricular competente ou estrutura equivalente deve propor ao conselho pedagógico ou equivalente a informação sobre as provas globais, da qual conste o objeto de avaliação, as características e estrutura da prova, os critérios gerais de classificação, o material permitido e a duração da mesma.

4 — Após a sua aprovação, a informação sobre as provas globais é afixada em lugar público da escola no decurso do 1.º período letivo.

5 — A não realização da prova global por motivos excecionais, devidamente comprovados, dá lugar à marcação de nova prova, desde que o encarregado de educação do aluno tenha apresentado a respetiva justificação ao órgão competente de gestão e direção da escola, no prazo de dois dias úteis a contar da data da sua realização, e a mesma tenha sido aceite pelo referido órgão.

#### Artigo 13.º

##### Condições especiais e restrições de matrícula

1 — Os alunos que frequentam os Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano em regime integrado ou articulado têm de abandonar este regime de frequência quando não consigam superar o desfasamento previsto no n.º 6 do artigo 8.º ou no n.º 8 do artigo 10.º da presente portaria.

2 — Os alunos que frequentam os Cursos Básicos de Música ou de Canto Gregoriano, em regime supletivo, ficam impedidos de renovar a matrícula neste regime de frequência quando o desfasamento referido no número anterior, em qualquer das disciplinas da componente de formação vocacional relativamente ao ano de escolaridade que frequentam, seja superior a dois anos.

3 — Os alunos que frequentam os Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano ficam impedidos de renovar a matrícula quando:

- a) Não obtenham aproveitamento, em dois anos consecutivos, em qualquer das seguintes disciplinas: Técnicas de Dança, Formação Musical, Instrumento, Classes de Conjunto, Iniciação à Prática Vocal ou Prática Vocal;
- b) Não obtenham aproveitamento em dois anos interpolados em qualquer das seguintes disciplinas: Técnicas de Dança, Instrumento, Iniciação à Prática Vocal ou Prática Vocal;
- c) Não obtenham aproveitamento em duas disciplinas da componente de formação vocacional no mesmo ano letivo;
- d) Se verifique a manutenção da situação do incumprimento do dever de assiduidade por parte do aluno, uma vez cumpridos por parte do estabelecimento de ensino os procedimentos inerentes à ultrapassagem do limite de faltas injustificadas previsto na lei.

4 — Para efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do número anterior, é tomado em consideração o aproveitamento obtido, independentemente de poder ter ocorrido alteração do regime de frequência do curso em algum dos anos.

5 — Os alunos que, por motivo de força maior devidamente comprovado, se encontrem numa das situações referidas nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do presente artigo podem renovar a matrícula no Curso Básico de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano, mediante requerimento apresentado ao órgão competente de gestão ou direção do estabelecimento de ensino que ministra a componente de formação vocacional, desde que tal seja aprovado pelo conselho pedagógico ou equivalente.

#### Artigo 14.º

##### Conclusão e certificação

1 — Os alunos que concluem com aproveitamento o Curso Básico de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano têm direito a um diploma e a um certificado.

2 — Os alunos que frequentam o Curso Básico de Música ou de Canto Gregoriano, em regime supletivo, que obtenham aproveitamento em todas as disciplinas da componente de formação vocacional têm direito a um diploma e certificado dos referidos cursos mediante comprovativo da certificação do 9.º ano de escolaridade.

3 — Para os alunos em regime integrado ou articulado, a certificação da conclusão do ensino básico pode ser feita independentemente da conclusão das disciplinas da componente de formação vocacional, de acordo com a regulamentação em vigor para aquele nível de ensino.

4 — A conclusão de um Curso Básico de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano implica a obtenção de nível igual ou superior a 3 em todas as disciplinas da componente de formação vocacional.

5 — A pedido dos interessados podem ainda ser emitidas, em qualquer momento do percurso escolar do aluno, certidões das habilitações adquiridas, as quais devem discriminar as disciplinas concluídas e os respetivos resultados de avaliação.

6 — A emissão do diploma, do certificado e das certidões referidas nos números anteriores é da competência:

a) Da escola pública ou particular e cooperativa com autonomia pedagógica, responsável pela componente de formação vocacional;

b) Da escola pública de vinculação, no caso da componente de formação vocacional ser ministrada numa escola do ensino particular e cooperativo com paralelismo pedagógico.

7 — Para efeitos do disposto no número anterior, deve a escola ser detentora de toda a informação relativa ao percurso escolar do aluno.

#### Artigo 15.º

##### Nível de qualificação dos cursos básicos

Os cursos básicos criados ao abrigo da presente portaria conferem o nível 2 do Quadro Nacional de Qualificações, regulamentado pela Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho.

#### Artigo 16.º

##### Disposições transitórias

1 — Os alunos que reúnam as condições de renovação de matrícula, de acordo com a legislação em vigor no ano letivo 2011/2012, devem inscrever-se, no ano letivo 2012/2013, nas disciplinas da componente de formação vocacional, no ano ou grau imediatamente subsequente

ao último frequentado e desde que tenham obtido nível igual ou superior a 3 ou no ano ou grau em cuja frequência obtiveram nível inferior a 3.

2 — Até à homologação referida no n.º 6 do artigo 2.º, aplicam-se os programas atualmente em vigor com ajustamentos caso necessário.

#### Artigo 17.º

##### Norma revogatória

São revogados:

a) A Portaria n.º 691/2009, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 267/2011, de 15 de setembro;

b) A Portaria n.º 264/2010, de 10 de maio;

c) A Portaria n.º 36/2011, de 13 de janeiro;

d) O Despacho n.º 92/MEC/86, de 20 de maio;

e) O despacho n.º 25549/99, de 27 de dezembro;

f) O despacho n.º 18041/2008, de 4 de julho, retificado pela declaração de retificação n.º 138/2009, de 20 de janeiro.

#### Artigo 18.º

##### Produção de efeitos

A presente portaria produz efeitos a partir do ano letivo de 2012/2013.

A Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, *Isabel Maria Cabrita de Araújo Leite dos Santos Silva*, em 17 de julho de 2012.

#### ANEXO I

##### Curso Básico de Dança — 2.º Ciclo

(a que se referem os artigos 1.º, 2.º e 5.º)

##### Parte A

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por área disciplinar e disciplinas, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
<b>Áreas disciplinares</b>			
Línguas e Estudos Sociais .....	(c) 500	(c) 500	1000
Português.			
Inglês.			
História e Geografia de Portugal.			
Matemática e Ciências .....	(d) 350	(d) 350	700
Matemática.			
Ciências Naturais.			
Educação Visual .....	90	90	180



Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
<b>Formação Vocacional</b> . . . . .	630	630	1260
Técnicas de Dança (e) . . . . .	450	450	900
Música . . . . .	90	90	180
Expressão Criativa . . . . .	90	90	180
<b>Educação Moral e Religiosa (f)</b> . . . . .	(45)	(45)	(90)
(g) . . . . .	(45)	(45)	(90)
Tempo a cumprir (h) . . . . .	<b>1665/1710</b> (1710/1755)	<b>1665/1710</b> (1710/1755)	<b>3330/3420</b> (3420/3510)
<b>Oferta Complementar (i)</b> . . . . .	(90)	(90)	(180)

(a) Carga letiva semanal em minutos referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Português.

(d) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Matemática.

(e) Sob a designação de Técnicas de Dança incluem-se as seguintes técnicas: Técnica de Dança Clássica e Técnica de Dança Contemporânea. De acordo com o seu projeto pedagógico, os estabelecimentos de ensino artístico especializado podem desenvolver mais aprofundadamente uma das técnicas de dança, contudo devem assegurar o desenvolvimento das capacidades de base específicas das várias técnicas. Atendendo à sua natureza, a disciplina pode ser lecionada por mais de um professor, desde que tal não implique, no somatório dos horários dos professores da disciplina, mais que a carga letiva prevista para a leção da mesma.

(f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(g) Contempla mais 45 minutos de oferta facultativa, a serem utilizados na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo esta carga letiva global ser gerida por período letivo.

(h) Se, da distribuição das cargas letivas das componentes de formação não vocacional, em tempos letivos semanais, resultar uma carga letiva inferior ao total de tempo mínimo a cumprir, subtraído o tempo semanal a cumprir na componente de formação vocacional, o tempo sobran te é utilizado no reforço de atividades letivas da turma nas componentes de formação não vocacional, pela escola de ensino básico geral, quando a frequência ocorrer em regime articulado.

(i) A carga letiva indicada corresponde à carga máxima da disciplina da componente de formação vocacional, podendo ser também aplicada na leção da disciplina de Oferta Complementar. Esta oferta é gerida em função dos recursos da escola. Caso as escolas não pretendam oferecer a disciplina de Oferta Complementar a carga letiva correspondente não é transferível para outras disciplinas.

#### Parte B

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
<b>Áreas disciplinares</b>			
<b>Línguas e Estudos Sociais</b> . . . . .	(c) 12	(c) 12	24
Português.			
Inglês.			
História e Geografia de Portugal.			
<b>Matemática e Ciências</b> . . . . .	(d) 9	(d) 9	18
Matemática.			
Ciências Naturais.			
<b>Educação Visual</b> . . . . .	2	2	4
<b>Formação Vocacional</b> . . . . .	14	14	28
Técnicas de Dança (e) . . . . .	10	10	20
Música . . . . .	2	2	4
Expressão Criativa . . . . .	2	2	4
<b>Educação Moral e Religiosa (f)</b> . . . . .	(1)	(1)	(2)
(g) . . . . .	(1)	(1)	(2)
Tempo a cumprir . . . . .	<b>37/38</b> (38/39)	<b>37/38</b> (38/39)	<b>74/76</b> (76/78)
<b>Oferta Complementar (h)</b> . . . . .	(2)	(2)	(4)

(a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 45 minutos, ficando ao critério de cada escola o estabelecimento de outra unidade com a consequente adaptação aos limites estabelecidos.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Do total da carga, no mínimo, 6 × 45 minutos para Português.

(d) Do total da carga, no mínimo, 6 × 45 minutos para Matemática.

(e) Sob a designação de Técnicas de Dança incluem-se as seguintes técnicas: Técnica de Dança Clássica e Técnica de Dança Contemporânea. De acordo com o seu projeto pedagógico, os estabelecimentos de ensino artístico especializado podem desenvolver mais aprofundadamente uma das técnicas de dança, contudo devem assegurar o desenvolvimento das capacidades de base específicas das várias técnicas. Atendendo à sua natureza, a disciplina pode ser lecionada por mais de um professor, desde que tal não implique, no somatório dos horários dos professores da disciplina, mais que a carga letiva prevista para a leção da mesma.

(f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(g) Contempla mais um tempo letivo semanal de oferta facultativa, a ser utilizado na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

(h) A carga horária indicada corresponde à carga horária máxima da disciplina da componente de formação vocacional, podendo ser também lecionada em 45 minutos, ou a carga máxima indicada ser aplicada na leção da disciplina de Oferta Complementar. Esta oferta é gerida em função dos recursos da escola. Caso as escolas não pretendam oferecer a disciplina de Oferta Complementar a carga horária correspondente não é transferível para outras disciplinas.

## ANEXO II

## Curso Básico de Dança — 3.º Ciclo

(a que se referem os artigos 1.º, 2.º e 5.º)

## Parte A

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por área disciplinar e disciplinas, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
<b>Áreas disciplinares</b>				
Português . . . . .	200	200	200	600
Línguas Estrangeiras . . . . .	225	225	225	675
Inglês. Língua Estrangeira II . . . . .				
Ciências Humanas e Sociais . . . . .	200	200	225	625
História. Geografia . . . . .				
Matemática . . . . .	200	200	200	600
Ciências Físicas e Naturais . . . . .	225	225	225	675
Ciências Naturais. Físico-Química . . . . .				
Educação Visual (c) . . . . .	(90)	(90)	(90)	(270)
Formação Vocacional . . . . .	720	810	990	2520
Técnicas de Dança (d) (e) . . . . .	540	630	900	2070
Música . . . . .	90	90	90	270
Práticas Complementares de Dança (e) (f) . . . . .	90	90	-	180
Educação Moral e Religiosa (g) . . . . .	(45)	(45)	(45)	(135)
(h) . . . . .	(45)	(45)	(45)	(135)
Tempo a cumprir (i) . . . . .	<b>1845/1980</b> (1890/2025)	<b>1935/2070</b> (1980/2115)	<b>2115/2250</b> (2160/2295)	<b>5895/6300</b> (6030/6435)
Oferta Complementar (j) . . . . .	(90)	(90)	(90)	(270)

(c) Carga letiva semanal em minutos referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.

(d) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(e) Disciplina de frequência facultativa, mediante decisão do encarregado de educação — e de acordo com as concretas possibilidades da escola — a tomar no momento de ingresso no Curso Básico de Dança do 3.º ciclo regulado pelo presente diploma. A opção tomada deve manter-se até ao final do ciclo.

(f) Sob a designação de Técnicas de Dança incluem-se as seguintes técnicas: Técnica de Dança Clássica e Técnica de Dança Contemporânea. De acordo com o seu projeto pedagógico, os estabelecimentos de ensino artístico especializado podem desenvolver mais aprofundadamente uma das técnicas de dança, contudo deverão assegurar o desenvolvimento das capacidades de base específicas das várias técnicas.

(g) Atendendo à sua natureza, a disciplina pode ser lecionada por mais de um professor, desde que tal não implique, no somatório dos horários dos professores da disciplina, mais que a carga letiva prevista para a leção da mesma.

(h) A carga letiva semanal da disciplina de Práticas Complementares de Dança pode ser reduzida para 45 minutos, sendo o tempo letivo remanescente gerido de forma flexível pela escola, dentro do mesmo período letivo. Esta alteração deve constar do horário dos alunos e ser dada a conhecer aos encarregados de educação.

(i) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(j) Contêm, no mais, 45 minutos de oferta facultativa, a serem utilizados na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo esta carga letiva global ser gerida por período letivo.

(k) Se, da distribuição das cargas horárias das componentes de formação não vocacional, em tempos letivos semanais, resultar uma carga letiva inferior ao total de tempo mínimo a cumprir, subtraído o tempo semanal a cumprir na componente de formação vocacional, o tempo sobranse é utilizado no reforço de atividades letivas da turma nas componentes de formação não vocacional, pela escola de ensino básico geral, quando a frequência ocorrer em regime articulado.

(l) A carga letiva indicada corresponde à carga máxima da disciplina da componente de formação vocacional, podendo ser também aplicada na leção de duas disciplinas de Oferta Complementar. Esta oferta é gerida em função dos recursos da escola. Caso as escolas não pretendam oferecer a disciplina de Oferta Complementar a carga letiva correspondente não é transferível para outras disciplinas.

**Parte B**

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
<b>Áreas disciplinares</b>				
Português . . . . .	5	5	5	15
Línguas Estrangeiras . . . . .	5	5	5	15
Inglês.				
Língua Estrangeira II.				
Ciências Humanas e Sociais . . . . .	5	5	5	15
História.				
Geografia.				
Matemática . . . . .	5	5	5	15
Ciências Físicas e Naturais . . . . .	5	5	5	15
Ciências Naturais.				
Físico-Química.				
Educação Visual (c) . . . . .	(2)	(2)	(2)	(6)
Formação Vocacional . . . . .	16	18	22	56
Técnicas de Dança (d) (e) . . . . .	12	14	20	46
Música . . . . .	2	2	2	6
Práticas Complementares de Dança (e) (f)	2	2	-	4
Educação Moral e Religiosa (g) . . . . .	(1)	(1)	(1)	(3)
(h) . . . . .	(1)	(1)	(1)	(3)
Tempo a cumprir . . . . .	<b>41/44</b> <b>(42/45)</b>	<b>43/46</b> <b>(44/47)</b>	<b>47/50</b> <b>(48/51)</b>	<b>131/140</b> <b>(134/143)</b>
Oferta Complementar (i) . . . . .	(2)	(2)	(2)	(6)

(a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 45 minutos, ficando ao critério de cada escola o estabelecimento de outra unidade com a consequente adaptação aos limites estabelecidos.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Disciplina de frequência facultativa, mediante decisão do encarregado de educação — e de acordo com as concretas possibilidades da escola — a tomar no momento de ingresso no Curso Básico de Dança do 3.º ciclo regulado pelo presente diploma. A opção tomada deve manter-se até ao final do ciclo.

(d) Sob a designação de Técnicas de Dança incluem-se as seguintes técnicas: Técnica de Dança Clássica e Técnica de Dança Contemporânea. De acordo com o seu projeto pedagógico, os estabelecimentos de ensino artístico especializado podem desenvolver mais aprofundadamente uma das técnicas de dança, contudo devem assegurar o desenvolvimento das capacidades de base específicas das várias técnicas.

(e) Atendendo à sua natureza, a disciplina pode ser lecionada por mais de um professor, desde que tal não implique, no somatório dos horários dos professores da disciplina, mais que a carga letiva prevista para a leção da mesma.

(f) A carga horária semanal da disciplina de Práticas Complementares de Dança pode ser reduzida para 45 minutos, sendo o tempo letivo remanescente gerido de forma flexível pela escola, dentro do mesmo período letivo. Esta alteração deve constar do horário dos alunos e ser dada a conhecer aos encarregados de educação.

(g) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(h) Conteúdo previsto em um tempo letivo semanal de oferta facultativa, a ser utilizada na componente de formação vocacional em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

(i) A carga horária indicada corresponde à carga horária máxima da disciplina da componente de formação vocacional, podendo ser também lecionada em 45 minutos, ou a carga máxima indicada ser aplicada na leção de duas disciplinas de Oferta Complementar.

Esta oferta é gerida em função dos recursos da escola. Caso as escolas não pretendam oferecer a disciplina de Oferta Complementar a carga horária correspondente não é transferível para outras disciplinas.

**ANEXO III**

**Curso Básico de Música — 2.º Ciclo**

(a que se referem os artigos 1.º, 2.º e 5.º)

**Parte A**

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por área disciplinar e disciplinas, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
<b>Áreas disciplinares</b>			
Línguas e Estudos Sociais . . . . .	(c) 500	(c) 500	1000
Português.			
Inglês.			

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
<b>História e Geografia de Portugal.</b>			
<b>Matemática e Ciências . . . . .</b>	(d) 350	(d) 350	700
Matemática.			
Ciências Naturais.			
<b>Educação Visual . . . . .</b>	90	90	180
<b>Formação Vocacional (e) . . . . .</b>	315	315	630
<b>Formação Musical . . . . .</b>	90 (135)	90 (135)	180 (270)
Instrumento . . . . .	90	90	180
Classes de Conjunto (f) . . . . .	90 (135)	90 (135)	180 (270)
<b>Educação Física . . . . .</b>	135	135	270
<b>Educação Moral e Religiosa (g) . . . . .</b>	(45)	(45)	(90)
(h) . . . . .	(45)	(45)	(90)
<i>Tempo a cumprir (i) . . . . .</i>	<b>1485/1530</b> (1530/1575)	<b>1485/1530</b> (1530/1575)	<b>2970/3060</b> (3060/3150)

(a) Carga letiva semanal em minutos referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Português.

(d) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Matemática.

(e) A componente inclui, para além dos tempos mínimos constantes em cada disciplina, 45 minutos a ser integrados, em função do projeto de escola, na disciplina de Formação Musical ou na disciplina de Classes de Conjunto.

(f) Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara e Orquestra.

(g) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(h) Contêm-las mais 45 minutos de oferta facultativa, a serem utilizados na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo esta carga letiva global ser gerida por período letivo.

(i) Se, da distribuição das cargas letivas das componentes de formação não vocacional, em tempos letivos semanais, resultar uma carga letiva inferior ao total de tempo mínimo a cumprir, subtraído o tempo semanal a cumprir na componente de formação vocacional, o tempo sobranse é utilizado no reforço de atividades letivas da turma nas componentes de formação não vocacional, pela escola de ensino básico geral, quando a frequência ocorrer em regime articulado.

#### Parte B

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes de currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
<b>Áreas disciplinares</b>			
<b>Línguas e Estudos Sociais . . . . .</b>	(c) 12	(c) 12	24
Português.			
Inglês.			
História e Geografia de Portugal.			
<b>Matemática e Ciências . . . . .</b>	(d) 9	(d) 9	18
Matemática.			
Ciências Naturais.			
<b>Educação Visual . . . . .</b>	2	2	4
<b>Formação Vocacional (e) . . . . .</b>	7	7	14
<b>Formação Musical . . . . .</b>	2 (3)	2 (3)	4 (6)
Instrumento . . . . .	2	2	4
Classes de Conjunto (f) . . . . .	2 (3)	2 (3)	4 (6)
<b>Educação Física . . . . .</b>	3	3	6
<b>Educação Moral e Religiosa (g) . . . . .</b>	(1)	(1)	(2)
(h) . . . . .	(1)	(1)	(2)
<i>Tempo a cumprir . . . . .</i>	<b>33/34</b> (34/35)	<b>33/34</b> (34/35)	<b>66/68</b> (68/70)

(a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 45 minutos, ficando ao critério de cada escola o estabelecimento de outra unidade com a consequente adaptação aos limites estabelecidos.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Do total da carga, no mínimo, 6 × 45 minutos para Português.

- (d) Do total da carga, no mínimo, 6 × 45 minutos para Matemática.  
 (e) A componente incluí, para além dos tempos mínimos constantes em cada disciplina, 45 minutos a ser integrados, em função do projeto de escola, na disciplina de Formação Musical ou na disciplina de Classes de Conjunto.  
 (f) Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara e Orquestra.  
 (g) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.  
 (h) Contempla mais um tempo letivo semanal de oferta facultativa, a ser utilizado na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

ANEXO IV

**Curso Básico de Música — 3.º Ciclo**

(a que se referem os artigos 1.º, 2.º e 5.º)

**Parte A**

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por área disciplinar e disciplinas, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
<b>Áreas disciplinares</b>				
Português . . . . .	200	200	200	600
Línguas Estrangeiras . . . . .	225	225	225	675
Inglês.				
Língua Estrangeira II.				
Ciências Humanas e Sociais . . . . .	200	200	225	625
História.				
Geografia.				
Matemática . . . . .	200	200	200	600
Ciências Físicas e Naturais . . . . .	225	225	225	675
Ciências Naturais.				
Físico-Química.				
Expressões:				
Educação Visual (c) . . . . .	(90)	(90)	(90)	(270)
Educação Física . . . . .	135	135	135	405
Formação Vocacional (d) . . . . .	315	315	315	945
Formação Musical . . . . .	90 (135)	90 (135)	90 (135)	270 (405)
Instrumento . . . . .	90	90	90	270
Classes de Conjunto (e) . . . . .	90 (135)	90 (135)	90 (135)	270 (405)
Educação Moral e Religiosa (f) . . . . .	(45)	(45)	(45)	(135)
(g) . . . . .	(45)	(45)	(45)	(135)
Tempo a cumprir (h) . . . . .	1575/1710 (1620/1755)	1575/1710 (1620/1755)	1575/1710 (1620/1755)	4725/5130 (4860/5265)
Oferta Complementar (i) . . . . .	(45)	(45)	(45)	(135)

- (a) Carga letiva semanal em minutos referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.  
 (b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.  
 (c) Disciplina de frequência facultativa, mediante decisão do encarregado de educação — e de acordo com as concretas possibilidades da escola — a tomar no momento de ingresso no Curso Básico de Música do 3.º ciclo regulado pelo presente diploma. A opção tomada deve manter-se até ao final do ciclo.  
 (d) A componente incluí, para além dos tempos mínimos constantes em cada disciplina, 45 minutos a ser integrados, em função do projeto de escola, na disciplina de Formação Musical, na disciplina de Classes de Conjunto ou a ser destinados à criação de uma disciplina de Oferta Complementar.  
 (e) Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara e Orquestra.  
 (f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.  
 (g) Contempla mais 45 minutos de oferta facultativa, a serem utilizados na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo esta carga letiva global ser gerida por período letivo.  
 (h) Se, da distribuição das cargas letivas das componentes de formação não vocacional, em tempos letivos semanais, resultar uma carga letiva inferior ao total de tempo mínimo a cumprir, subtraído o tempo semanal a cumprir na componente de formação vocacional, o tempo sobranse é utilizado no reforço de atividades letivas da turma nas componentes de formação não vocacional, pela escola de ensino básico geral, quando a frequência ocorrer em regime articulado.  
 (i) Caso as escolas não pretendam oferecer a disciplina de Oferta Complementar a carga letiva da mesma é obrigatoriamente transferida para a disciplina de Formação Musical ou de Classes de Conjunto. Esta oferta é gerida em função dos recursos da escola.

## Parte B

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
<b>Áreas disciplinares</b>				
Português . . . . .	5	5	5	15
Línguas Estrangeiras . . . . .	5	5	5	15
Inglês.				
Língua Estrangeira II.				
Ciências Humanas e Sociais . . . . .	5	5	5	15
História.				
Geografia.				
Matemática . . . . .	5	5	5	15
Ciências Físicas e Naturais . . . . .	5	5	5	15
Ciências Naturais.				
Físico-Química.				
Expressões:				
Educação Visual (c) . . . . .	(2)	(2)	(2)	(6)
Educação Física . . . . .	3	3	3	9
Formação Vocacional (d) . . . . .	7	7	7	21
Formação Musical . . . . .	2 (3)	2 (3)	2 (3)	6 (9)
Instrumento . . . . .	2	2	2	6
Classes de Conjunto (e) . . . . .	2(3)	2(3)	2(3)	6 (9)
Educação Moral e Religiosa (f) . . . . .	(1)	(1)	(1)	(3)
(g) . . . . .	(1)	(1)	(1)	(3)
Tempo a cumprir . . . . .	35/38 (36/39)	35/38 (36/39)	35/38 (36/39)	105/114 (108/117)
Oferta Complementar (h) . . . . .	(1)	(1)	(1)	(3)

(a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 45 minutos, ficando ao critério de cada escola o estabelecimento de outra unidade com a consequente adaptação aos limites estabelecidos.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Disciplina de frequência facultativa, mediante decisão do encarregado de educação — e de acordo com as concretas possibilidades da escola — a tomar no momento de ingresso no Curso Básico de Música do 3.º ciclo regulado pelo presente diploma. A opção tomada deve manter-se até ao final do ciclo.

(d) A componente inclui, para além dos tempos mínimos constantes em cada disciplina, 45 minutos a ser integrados, em função do projeto de escola, na disciplina de Formação Musical ou na disciplina de Classes de Conjunto ou a ser destinados à criação de uma disciplina de Oferta Complementar.

(e) Só a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara e Orquestra.

(f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(g) Contempla mais um tempo letivo semanal de oferta facultativa, a ser utilizada na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

(h) Caso as escolas não pretendam oferecer a disciplina de Oferta Complementar a carga horária da mesma é obrigatoriamente transferida para a disciplina de Formação Musical ou de Classes de Conjunto. Esta oferta é gerida em função dos recursos da escola.

## ANEXO V

## Curso Básico de Canto Gregoriano — 2.º Ciclo

(a que se referem os artigos 1.º, 2.º e 5.º)

## Parte A

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por área disciplinar e disciplinas, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
<b>Áreas disciplinares</b>			
Línguas e Estudos Sociais . . . . .	(c) 500	(c) 500	1000
Português.			
Inglês.			
História e Geografia de Portugal.			

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
<b>Matemática e Ciências</b> . . . . .	(d) 350	(d) 350	700
Matemática.			
Ciências Naturais.			
<b>Educação Visual</b> . . . . .	90	90	180
<b>Formação Vocacional</b> . . . . .	315	315	630
Formação Musical . . . . .	90	90	180
Prática Instrumental . . . . .	45	45	45
Classes de Conjunto (e) . . . . .	135	135	270
Iniciação à Prática Vocal . . . . .	45	45	90
<b>Educação Física</b> . . . . .	135	135	270
<b>Educação Moral e Religiosa (f)</b> . . . . .	(45)	(45)	(90)
(g) . . . . .	(45)	(45)	(90)
Tempo a cumprir (h) . . . . .	<b>1485/1530</b> (1530/1575)	<b>1485/1530</b> (1530/1575)	<b>2970/3060</b> (3060/3150)

(a) Carga letiva semanal em minutos referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.  
(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.  
(c) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Português.  
(d) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Matemática.  
(e) Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara, Orquestra e Coro Gregoriano.  
(f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.  
(g) Contempla mais 45 minutos de oferta facultativa, a serem utilizados na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo esta carga letiva global ser gerida por período letivo.  
(h) Se, da distribuição das cargas letivas das componentes de formação não vocacional, em tempos letivos semanais, resultar uma carga letiva inferior ao total de tempo mínimo a cumprir, subtraído o tempo semanal a cumprir na componente de formação vocacional, o tempo sobranse é utilizado no reforço de atividades letivas da turma nas componentes de formação não vocacional, pela escola de ensino básico geral, quando a frequência ocorrer em regime articulado.

**Parte B**

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
<b>Áreas disciplinares</b>			
<b>Línguas e Estudos Sociais</b> . . . . .	(c) 12	(c) 12	24
Português.			
Inglês.			
História e Geografia de Portugal.			
<b>Matemática e Ciências</b> . . . . .	(d) 9	(d) 9	18
Matemática.			
Ciências Naturais.			
<b>Educação Visual</b> . . . . .	2	2	4
<b>Formação Vocacional</b> . . . . .	7	7	14
Formação Musical . . . . .	2	2	4
Prática Instrumental . . . . .	1	1	2
Classes de Conjunto (e) . . . . .	3	3	6
Iniciação à Prática Vocal . . . . .	1	1	2
<b>Educação Física</b> . . . . .	3	3	6
<b>Educação Moral e Religiosa (f)</b> . . . . .	(1)	(1)	(2)
(g) . . . . .	(1)	(1)	(2)
Tempo a cumprir . . . . .	<b>33/34</b> (34/35)	<b>33/34</b> (34/35)	<b>66/68</b> (68/70)

(a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 45 minutos, ficando ao critério de cada escola o estabelecimento de outra unidade com a consequente adaptação aos limites estabelecidos.  
(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.  
(c) Do total da carga, no mínimo, 6 × 45 minutos para Português.  
(d) Do total da carga, no mínimo, 6 × 45 minutos para Matemática.  
(e) Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara, Orquestra e Coro Gregoriano.  
(f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.  
(g) Contempla mais tempo letivo semanal de oferta facultativa, a ser utilizada na componente de formação vocacional em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

## ANEXO VI

## Curso Básico de Canto Gregoriano — 3.º Ciclo

(a que se referem os artigos 1.º, 2.º e 5.º)

## Parte A

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por área disciplinar e disciplinas, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
<b>Áreas disciplinares</b>				
Português .....	200	200	200	600
Línguas Estrangeiras .....	225	225	225	675
Inglês.				
Língua Estrangeira II.				
Ciências Humanas e Sociais .....	200	200	225	625
História.				
Geografia.				
Matemática .....	200	200	200	600
Ciências Físicas e Naturais .....	225	225	225	675
Ciências Naturais.				
Físico-Química.				
Expressões:				
Educação Visual (c) .....	(90)	(90)	(90)	(270)
Educação Física .....	135	135	135	405
Formação Vocacional .....	315	315	315	945
Formação Musical .....	90	90	90	270
Prática Instrumental .....	45	45	45	135
Classes de Conjunto (d) .....	135	135	135	405
Prática Vocal .....	45	45	45	135
Educação Moral e Religiosa (e) .....	(45)	(45)	(45)	(135)
(f)	(45)	(45)	(45)	(135)
Tempo a cumprir (g) ...	<b>1575/1710</b> (1620/1755)	<b>1575/1710</b> (1620/1755)	<b>1575/1710</b> (1620/1755)	<b>4725/5130</b> (4860/5265)

(a) Carga letiva semanal em minutos referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Disciplina de frequência facultativa, mediante decisão do encarregado de educação e de acordo com as concretas possibilidades da escola — a tomar no momento de ingresso no Curso Básico de Canto Gregoriano do 3.º ciclo regulado pelo presente diploma. A opção tomada deve manter-se até ao final do ciclo.

(d) Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara, Orquestra e Coro Gregoriano.

(e) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(f) Contempla mais 45 minutos de frequência facultativa, a serem utilizados na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo esta carga letiva global ser gerida por período letivo.

(g) Se, da distribuição das cargas letivas das componentes de formação não vocacional, em tempos letivos semanais, resultar uma carga letiva inferior ao total de tempo mínimo a cumprir, subtraído o tempo semanal a cumprir na componente de formação vocacional, o tempo sobranse é utilizado no reforço de atividades letivas da turma nas componentes de formação não vocacional, pela escola de ensino básico geral, quando a frequência ocorrer em regime articulado.

## Parte B

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes do Currículo	Carga horária semanal (a) (b)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
<b>Áreas disciplinares</b>				
Português .....	5	5	5	15
Línguas Estrangeiras .....	5	5	5	15
Inglês.				
Língua Estrangeira II.				



Componentes do Currículo	Carga horária semanal (a)(b)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
Ciências Humanas e Sociais . . . . .	5	5	5	15
História.				
Geografia.				
Matemática . . . . .	5	5	5	15
Ciências Físicas e Naturais . . . . .	5	5	5	15
Ciências Naturais.				
Físico-Química.				
Expressões:				
Educação Visual (c) . . . . .	(2)	(2)	(2)	(6)
Educação Física . . . . .	3	3	3	9
Formação Vocacional . . . . .	7	7	7	21
Formação Musical . . . . .	2	2	2	6
Prática Instrumental . . . . .	1	1	1	3
Classes de Conjunto (d) . . . . .	3	3	3	9
Prática Vocal . . . . .	1	1	1	3
Educação Moral e Religiosa (e) . . . . .	(1)	(1)	(1)	(3)
(f) . . . . .	(1)	(1)	(1)	(3)
<i>Tempo a cumprir</i> . . . . .	<b>35/38</b> (36/39)	<b>35/38</b> (36/39)	<b>35/38</b> (36/39)	<b>105/114</b> (108/117)

(a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 45 minutos, ficando ao critério de cada escola o estabelecimento de outra unidade com a consequente adaptação aos limites estabelecidos.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Disciplina de frequência facultativa, mediante decisão do encarregado de educação — e de acordo com as concretas possibilidades da escola — a tomar no momento de ingresso no Curso Básico de Canto Gregoriano do 3.º ciclo regulado pelo presente diploma. A opção tomada deve manter-se até ao final do ciclo.

(d) Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara, Orquestra e Coro Gregoriano.

(e) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(f) Contempla mais um tempo letivo semanal de oferta facultativa, a ser utilizada na componente de formação vocacional em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

#### ANEXO VII

(a que se refere o artigo 2.º)

#### Instrumentos que podem ser ministrados

Acordeão.  
Alaúde.  
Bandolim.  
Bateria.  
Clarinete.  
Clavicórdio.  
Contrabaixo.  
Cravo.  
Fagote.  
Flauta de bisel.  
Flauta.  
Guitarra clássica.  
Guitarra portuguesa.  
Harpa.  
Oboé.  
Órgão.  
Percussão.  
Piano.  
Saxofone.  
Trombone.  
Trompa.  
Trompete.  
Tuba.  
Viola da gamba.  
Violeta.  
Violino.  
Violoncelo.

#### ANEXO VIII

(a que se refere o artigo 4.º)

#### Correspondência entre o ano de escolaridade dos cursos básicos e o grau das disciplinas da componente de formação vocacional dos Cursos Básicos de Música e de Canto Gregoriano frequentados em regime supletivo.

	Curso Básico de Música e de Canto Gregoriano				
	2.º ciclo		3.º ciclo		
Ano de escolaridade . . . . .	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º
Grau das disciplinas da componente de formação vocacional . . . . .	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º

### REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

#### Assembleia Legislativa

#### Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 26/2012/A

Recomenda ao Governo da República que crie um regime tarifário especial e transitório nos serviços de acesso à Internet nas ilhas das Flores e do Corvo

São conhecidos os enormes constrangimentos a que as comunicações eletrónicas estão sujeitas nas ilhas das Flores e do Corvo, em resultado da não existência de ligação destas ilhas a um anel de fibra ótica, obrigando à

## Anexo 7 – Planificação da disciplina de Classe de Conjunto



### PLANIFICAÇÃO DE DISCIPLINA CLASSE DE CONJUNTO Curso Básico/ Secundário de Música

2015/2016

#### OBJETIVOS GERAIS:

A prática da música de conjunto, em pequenos grupos instrumentais ou vocais, assume-se como uma experiência fundamental na formação de um músico, naquilo que pode contribuir em termos da aquisição de competências de sociabilidade, de partilha de um trabalho coletivo, no aprender a integrar-se no coletivo, no colocar o individual ao serviço do coletivo.

#### OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

- Desenvolver a sensibilidade auditiva e musical
- Promover a sociabilidade
- Adquirir e manifestar disciplina de grupo ou conjunto
- Desenvolver o sentido da estrutura e da forma
- Desenvolver o sentido de estilo e carácter
- Desenvolver o sentido de pulsação e de justeza rítmica
- Desenvolver a qualidade e consistência do som, o equilíbrio sonoro, tanto no próprio naipe como entre naites
- Adquirir competências que permitam um correcto sentido da afinação, de amplitude dinâmica
- Adquirir competências que possibilitem um sentido colectivo da interpretação
- Adquirir e desenvolver competências que permitam uma correcta interação e junção entre os diferentes elementos e entre estes e o Maestro
- Explorar ideias sonoras e musicais partindo de determinados estímulos e temáticas
- Realizar apresentações em público musicais utilizando instrumentos e técnicas interpretativas simples
- Reconhecer a música como parte do quotidiano e as diferentes funções que ela desempenha
- Postura individual e em grupo
- Desenvolver memória auditiva
- Desenvolver performance em palco
- Ser capaz de liderar e ser liderado



### PLANIFICAÇÃO DE DISCIPLINA CLASSE DE CONJUNTO Curso Básico/ Secundário de Música

2015/2016

#### Conceitos

#### Conteúdos

TIMBRE	Contraste e semelhança timbrica Técnicas de produção sonora Voz, corpo, instrumentos Ambientes sonoros Estilos musicais
DINÂMICA	<i>pp, p, mp, mf, f, ff, sf, etc</i> Articulações: <i>legato, staccato</i> Expressividade musical Expressividade corporal
FORMA	O cânone A forma rondó (ABACADA) Frases Imitação



	Forma binária AB (pergunta e resposta) Ostinatos
RITMO	Pulsação Divisão binária e Divisão ternária Organização dos elementos rítmicos – figuras e pausas
ALTURA	Altura definida e altura indefinida Agregados sonoros Melodia Harmonia



**Actividades/Estratégias**

- Promover momentos de participação dos alunos nas atividades propostas
- Audição e identificação de obras musicais
- Movimento
- Desenvolvimento motivacional
- Seleção de repertório apelativo aos alunos e adequado ao desenvolvimento das competências pretendidas
- Trabalho de desenvolvimento progressivo da afinação e audição crítica
- A abordagem dos conceitos/conteúdos ao longo do Curso Básico é feito de acordo com a especificidade de cada grupo de trabalho (Ensemble instrumental, vocal)

**Materiais/Recursos**

- Gravações/Partituras
- Instrumentos musicais disponíveis
- Aparelhos multimédia



PLANIFICAÇÃO DE DISCIPLINA  
**CLASSE DE CONJUNTO**  
**Curso Básico/ Secundário de Música**

2015/2016

**Avaliação**

- Avaliação contínua: verificação dos conhecimentos assimilados e aplicação dos mesmos a novas situações, estudo em casa, trabalho na aula, domínio da prestação em público, interesse demonstrado, responsabilidade e relação com o grupo e o professor
- Atitudes: interesse demonstrado na aprendizagem, responsabilidade e relação com o grupo e o professor, pontualidade e assiduidade, cumprimento das tarefas propostas, respeito pelos outros, respeito pelos materiais e equipamento, entajuda/cooperação.
- Domínio cognitivo, capacidades e competências, expressividade e criatividade, evolução na adaptação ao trabalho de conjunto
- Aspectos específicos inseridos em cada ensemble/conjunto
- Níveis de avaliação: Ensino básico - 1 a 5  
 Ensino secundário - 0 a 20 valores

Ensino Básico	Saber Estar	Saber Fazer
1º Ciclo	20%	80%
2º Ciclo	20%	80%
3º Ciclo	15%	85%

Ensino Secundário	Saber Estar	Saber Fazer
	10%	90%

## Anexo 8 - Gravação da Orquestra de Guitarras da AMSJM

## **APÊNDICES**

### **Apêndice 1 – Entrevista - Modelo**

**Esta entrevista surge no âmbito da disciplina de Projeto Educativo, inserida no segundo ano de Mestrado da Universidade de Aveiro. Pretende-se perceber opiniões, estratégias de ensino adotadas e resultados obtidos por professores que lecionam a disciplina de Orquestra de Guitarras.**

- 1 – Há quanto tempo leciona a disciplina Orquestra de Guitarras?
- 2 – Que repertório utiliza na disciplina de orquestra de Guitarras?
- 3 – Realiza arranjos para a Orquestra ou prefere usar repertório existente, porquê?
- 4 – Há quanto tempo sente a necessidade de fazer arranjos para a orquestra e porquê?
- 5 – Quais os aspetos que considera importantes na realização dos arranjos?
- 6 – Que género de música escolhe para fazer os arranjos e trabalhar na aula de orquestra e qual o método de seleção dos temas?
- 7 – Quando percebeu que seria uma opção o uso de repertório não convencional na orquestra?
- 8 – Encontra diferenças motivacionais nos alunos, quando lhes é proposto repertório não convencional na disciplina de Orquestra de Guitarras?
- 9 – Que diferenças consegue apontar nos resultados obtidos, entre o uso de repertório convencional e não convencional?
- 10 - Indique alguns exemplos de arranjos de música não erudita, que realizou no âmbito da disciplina de Orquestra de Guitarras.
- 11 – Quer partilhar alguma experiência, de âmbito profissional ou pessoal, que envolva o trabalho na disciplina de Orquestra de Guitarras?

## Apêndice 2 – Inquérito I

### Inquérito aos alunos da disciplina de Classe de Conjunto/Orquestra de Guitarras da Academia de Música de São João da Madeira.

Este inquérito serve para analisar níveis de satisfação e motivação nos alunos inscritos na disciplina de Classe de Conjunto/Orquestra de Guitarras.

1 – Assinala com uma cruz qual o regime que estás inscrito?

\_\_\_\_ Articulado

\_\_\_\_ Supletivo

2 - Classifica quais as considerações ou quais as influências que te levaram a iniciares os estudos musicais sabendo que o nível 1 é o menos importante e o nível 7 o mais importante.

Opções de resposta	Níveis (rodear apenas um nível)
Iniciar um passatempo	1 2 3 4 5 6 7
O facto de ser gratuito	1 2 3 4 5 6 7
Receio de mudar de turma os perder os amigos	1 2 3 4 5 6 7
O gosto pela música	1 2 3 4 5 6 7
O interesse em aprender um instrumento musical	1 2 3 4 5 6 7
A possibilidade de seguir uma carreira na área da música	1 2 3 4 5 6 7
Outro:	1 2 3 4 5 6 7

3 -Explica em breves palavras o que significa para ti a disciplina de Orquestra de Guitarras.

---

---

---

4 - Como classificas a disciplina de Orquestra de Guitarras nas seguintes opções de resposta, tendo em conta que o 1 corresponde ao nível menos interessante e o 7 o mais interessante.

Opções de resposta	Níveis (rodear apenas um nível)
Interesse geral na disciplina	1 2 3 4 5 6 7
Contributo face à evolução do instrumento	1 2 3 4 5 6 7
Repertório abordado na aula	1 2 3 4 5 6 7
Ambiente na sala de aula	1 2 3 4 5 6 7
Trabalho realizado	1 2 3 4 5 6 7

5 - Sabendo que o nível 1 é o menos importante e o 7 o mais importante classifica dentro das sugestões seleccionadas o que gostarias de ver alterado na aula de Orquestra de Guitarras.

Opções de resposta	Níveis (rodar apenas um nível)
Incluir programa com menor nível de dificuldade que permita a evolução geral do grupo num todo	1 2 3 4 5 6 7
Incluir programa com maior nível de dificuldade que te permita evoluir individualmente	1 2 3 4 5 6 7
Modificar programa (incluir temas mais comerciais)	1 2 3 4 5 6 7
Incluir diferentes instrumentos (Percussão, outras cordas, sopros...)	1 2 3 4 5 6 7
Adaptar o programa às necessidades da evolução do instrumento	1 2 3 4 5 6 7

6 - Qual ou quais os géneros musicais, que gostavas de ver abordados no programa da aula de Orquestra de Guitarras?

7 - Refere nomes de bandas, compositores ou intérpretes que gostarias de tocar na Orquestra de Guitarras.



## Apêndice 3 – Inquérito II

### Inquérito aos alunos da disciplina de Classe de Conjunto/Orquestra de Guitarras da Academia de Música de São João da Madeira.

Este inquérito serve para analisar a evolução e o nível de motivação nos alunos inscritos na disciplina de Classe de Conjunto/Orquestra de Guitarras.

1 – Após a implementação do projeto no início do segundo período, como classificas a tua evolução nas seguintes competências, sabendo que o nível 1 corresponde a uma evolução negativa e o nível 5 à melhor evolução possível:

Competências gerais	Níveis (rodar apenas um nível)
<b>Conteúdo técnico</b> (execução de ligados barras glissandos, arpejos, ornamentação, harmónicos entre outros aplicados nos arranjos).	1 2 3 4 5
<b>Conteúdo musical</b> (Fraseado, agógica, interpretação de símbolos ou efeitos)	1 2 3 4 5
<b>Conteúdo rítmico</b> (interpretação de padrões/células rítmicas)	1 2 3 4 5
<b>Trabalho de conjunto</b> (ouvir todas as partes e junção das mesmas)	1 2 3 4 5
<b>Leitura e digitação</b>	1 2 3 4 5
<b>Autonomia</b>	1 2 3 4 5

2 – Sabendo que o número 1 corresponde ao nível mais baixo e o número 5 ao nível mais elevado, como classificas a aplicabilidade dos arranjos relativamente às tuas necessidades enquanto aluno, tendo em consideração as seguintes competências:

Necessidades	Níveis (rodar apenas um nível)
Técnicas	1 2 3 4 5
Musicais	1 2 3 4 5
Ritmo	1 2 3 4 5
Leitura e digitação	1 2 3 4 5
Autonomia	1 2 3 4 5

3 – Como classificas o nível de motivação nesta disciplina antes e após a implementação do projeto, sabendo que o número 1 corresponde ao nível muito pouco motivado e o número 5 corresponde ao muito motivado:

Opções de resposta	Níveis (rodear apenas um nível)
1º Período (antes da implementação do projeto) música tradicional	1 2 3 4 5
2º Período (após a implementação do projeto) música comercial	1 2 3 4 5

4 – Consideras o repertório escolhido relevante para a tua evolução enquanto guitarrista?

Sim \_\_\_\_\_

Não \_\_\_\_\_

5 - Define em breves palavras, o que pensas da utilização de música popular/comercial na aula de Orquestra de Guitarras.

---



---



---



---

6 – Em breves palavras, indica qual ou quais os aspetos mais significativos para ti face ao repertório utilizado e à sua aplicabilidade.

---



---



---



---

## Apêndice 4 – Entrevista Ana Silva

Esta entrevista surge no âmbito da disciplina de Projeto Educativo, inserida no segundo ano de Mestrado da Universidade de Aveiro. Pretende-se perceber opiniões, estratégias de ensino adotadas e resultados obtidos por professores que lecionam a disciplina de Orquestra de Guitarras.

**1 – Há quanto tempo leciona a disciplina Orquestra de Guitarras?**

6 anos.

**2 – Que repertório utiliza na disciplina de orquestra de Guitarras?**

O mais variado possível.

**3 – Realiza arranjos para a Orquestra ou prefere usar repertório existente, porquê?**

As duas opções. Embora muito do repertório existente consista também em arranjos para a formação em questão mas realizados por outras pessoas. Não há muito material escrito originalmente para esta formação e para níveis mais iniciais.

**4 – Há quanto tempo sente a necessidade de fazer arranjos para a orquestra e porquê?**

Desde sempre. Por diversas razões: 1 – adequar o repertório escolhido ao nível dos alunos que fazem parte da orquestra (por vezes há níveis muito diferentes e é necessário ou realizar um arranjo ou adaptar algo já existente); 2 – adequar o repertório escolhido ao gosto musical do aluno.

**5 – Quais os aspetos que considera importantes na realização dos arranjos?**

Equilíbrio das vozes; diversificar os papéis (melodia, acompanhamento, etc) pelos diferentes naipes.

**6 – Que género de música escolhe para fazer os arranjos e trabalhar na aula de orquestra e qual o método de seleção dos temas?**

O género de música pode ser variado mas o que procuro é ir de encontro aos gostos musicais dos alunos. Por exemplo, já pedi aos alunos para trazerem sugestões de músicas que gostariam de tocar e escolher a partir daí.

**7 – Quando percebeu que seria uma opção o uso de repertório não convencional (não erudito) na orquestra?**

Nunca senti nas escolas em que trabalhei qualquer limitação no que toca a escolha de repertório, dado que sempre foi dada muita liberdade nesse aspeto.

**8 – Encontra diferenças motivacionais nos alunos, quando lhes é proposto repertório não convencional na disciplina de Orquestra de Guitarras?**

As diferenças motivacionais verificam-se sobretudo quando o repertório escolhido lhes é familiar e próximo. Isso pode ser coincidente com o facto de ser repertório convencional ou não. O que acontece é que o repertório que lhes é mais familiar é aquele que ouvem em casa, na rádio e na televisão.

**9 – Que diferenças consegue apontar nos resultados obtidos, entre o uso de repertório convencional e não convencional?**

No seguimento da resposta anterior, os alunos trabalham mais para a disciplina quando se trabalha algo que eles têm vontade de tocar. Assim sendo, os resultados serão sempre melhores se o trabalho for maior.

**10 - Indique alguns exemplos de arranjos de música não erudita, que realizou no âmbito da disciplina de Orquestra de Guitarras.**

Normalmente os arranjos que uso são feitos pelo professor Paulo Andrade.

**11 – Quer partilhar alguma experiência, de âmbito profissional ou pessoal, que envolva o trabalho na disciplina de Orquestra de Guitarras?**

De momento não me lembro de nenhuma situação em particular.

## Apêndice 5 – Entrevista Paulo Andrade

**Esta entrevista surge no âmbito da disciplina de Projeto Educativo, inserida no segundo ano de Mestrado da Universidade de Aveiro. Pretende-se perceber opiniões, estratégias de ensino adotadas e resultados obtidos por professores que lecionam a disciplina de Orquestra de Guitarras.**

### **1 – Há quanto tempo leciona a disciplina Orquestra de Guitarras?**

12 anos

### **2 – Que repertório utiliza na disciplina de orquestra de Guitarras?**

Tento que seja variado. Que aborde questões rítmicas e polifónicas relevantes e pedagógicas.

### **3 – Realiza arranjos para a Orquestra ou prefere usar repertório existente, porquê?**

Uso as duas vertentes. Os arranjos que faço baseiam-se em temas que não encontro para este tipo de conjunto.

### **4 – Há quanto tempo sente a necessidade de fazer arranjos para a orquestra e porquê?**

Há mais de uma década. A razão deve-se a ter prazer em fazer e sentir que os alunos apreciam os temas escolhidos.

### **5 – Quais os aspetos que considera importantes na realização dos arranjos?**

Estar adequado ao nível dos alunos. Tento não seja sempre o mesmo naipe a ter as melodias principais. Também tento que todos os naves façam momentos de acompanhamento.

### **6 – Que género de música escolhe para fazer os arranjos e trabalhar na aula de orquestra e qual o método de seleção dos temas?**

Já fiz temas sinfónicos, populares e rock. O método baseia-se no meu gosto pessoal e sentir que vai funcionar num grupo de guitarras clássicas. Nem tudo funciona neste tipo de grupo. Claro que a receptividade dos alunos também é muito importante.

**7 – Quando percebeu que seria uma opção o uso de repertório não convencional (não erudito) na orquestra?**

Para mim todo o repertório é convencional desde que tenha qualidade. Uso música pop como clássica, e tento que os alunos percebam que muitos aspetos dos diferentes géneros são similares. Este ano letivo experimentei um tema jazz (Take Five) e trabalhei com os alunos alguns aspetos sobre improvisação.

**8 – Encontra diferenças motivacionais nos alunos, quando lhes é proposto repertório não convencional na disciplina de Orquestra de Guitarras?**

Tomando o repertório não convencional como sendo o não clássico, a minha opinião é que por vezes a motivação nesses temas parece ser maior. Mas a realidade é que existem temas de repertório erudito que são muito bem aceites.

**9 – Que diferenças consegue apontar nos resultados obtidos, entre o uso de repertório convencional e não convencional?**

Como tento passar a ideia que não deve haver esse tipo de distinções também sinto que para alguns alunos essa barreira não existe. Claro que a receptividade a temas mais populares é maior o que não quer dizer que isso reflita maior estudo pela parte dos alunos.

**10 - Indique alguns exemplos de arranjos de música não erudita, que realizou no âmbito da disciplina de Orquestra de Guitarras.**

Smoke on the water - Deep Purple

Wake me up when september ends- Green Day

Crazy little thing called love - Queen

Thriller - Michael Jackson

Happy - Pharrell Williams

Eye of the tiger - Survivor

Cheek to cheek - Irving Berlin

É tão bom - Sérgio Godinho

Somebody that i used to know - Gotye

Venham mais cinco, Era um redondo vocábulo, Índios da meia praia - Zeca Afonso

**11 – Quer partilhar alguma experiência, de âmbito profissional ou pessoal, que envolva o trabalho na disciplina de Orquestra de Guitarras?**

A minha opinião é que é um tipo de grupo pedagogicamente muito importante para a formação dos alunos. Considero também um tipo de grupo que só soará bem com muito trabalho, devido aos diferentes ataques de cada guitarrista. Por vezes é necessário trabalhar ataques para que o som fique uniforme.

## Apêndice 6 – Entrevista Rui Rufino

Esta entrevista surge no âmbito da disciplina de Projeto Educativo, inserida no segundo ano de Mestrado da Universidade de Aveiro. Pretende-se perceber opiniões, estratégias de ensino adotadas e resultados obtidos por professores que lecionam a disciplina de Orquestra de Guitarras.

### **1 – Há quanto tempo leciona a disciplina Orquestra de Guitarras?**

Não tenho bem presente, mas, há alguns anos.

### **2 – Que repertório utiliza na disciplina de orquestra de Guitarras?**

Utilizava (já não exerço essa área) repertório composto maioritariamente por mim.

### **3 – Realiza arranjos para a Orquestra ou prefere usar repertório existente, porquê?**

Prefiro realizá-los para uma melhor adaptação ao nível técnico dos executantes, que é variável.

### **4 – Há quanto tempo sente a necessidade de fazer arranjos para a orquestra e porquê?**

Há muito tempo: desde que peguei na disciplina.

### **5 – Quais os aspetos que considera importantes na realização dos arranjos?**

Essencialmente o nível técnico dos alunos e a coerência da composição ou da adaptação com as características do instrumento.

### **6 – Que género de música escolhe para fazer os arranjos e trabalhar na aula de orquestra e qual o método de seleção dos temas?**

Os géneros são variados e são selecionados considerando o exposto na resposta à questão Nº 5.

### **7 – Quando percebeu que seria uma opção o uso de repertório não convencional (não erudito) na orquestra?**

Após as primeiras experiências.

### **8 – Encontra diferenças motivacionais nos alunos, quando lhes é proposto repertório não convencional na disciplina de Orquestra de Guitarras?**

Sem dúvida!

### **9 – Que diferenças consegue apontar nos resultados obtidos, entre o uso de repertório convencional e não convencional?**

Mais entusiasmo, essencialmente. Portanto, mais entrega.



**10 - Indique alguns exemplos de arranjos de música não erudita, que realizou no âmbito da disciplina de Orquestra de Guitarras.**

Tarantella (trad. italiano)

Bossinha (Rui Rufino) - de inspiração brasileira

Troika (Rui Rufino) - de inspiração russa

Dança Paraguaia (Rui Rufino) - de inspiração latino-americana

**11 – Quer partilhar alguma experiência, de âmbito profissional ou pessoal, que envolva o trabalho na disciplina de Orquestra de Guitarras?**

Um dia, participámos num encontro de orquestras de guitarras e, antes do começo da actuação, durante o aquecimento, reparei que os meus alunos tocavam em pequenos grupos espalhados pelos corredores as peças que daí a pouco iriam apresentar e de forma espontânea. Foi muito gratificante!

## Apêndice 7 – Arranjo Caixa Negra

**Caixa Negra**

Arr. Vera Lino GNR

$\text{♩} = 60$

Guitar 1

Guitar 2

Guitar 3

Guitar 4

Electric Bass

1

2

3

4

B

\*) Batimento do polegar no tampo da guitarra.

1

2

3

4

B

18

1 2 3 4 B

24 **B**

1 2 3 4 B

29

1 2 3 4 B

34

39

\*\*) Batimento do polegar na ilhargia e (ima) no tampo da guitarra.

45

4

51 **C**

1

2

3

4

B

57

1

2

3

4

B

62

1

2

3

4

B

67

1 2 3 4 B

72

1 2 3 4 B

76

1 2 3 4 B

# Best Day Of My Life

Arr. Vera Lino

American Authors

$\text{♩} = 90$

Guitar 1

Guitar 2

Guitar 3

Bass Guitar

The first system of the musical score is in 4/4 time with a key signature of two sharps (F# and C#). It features four staves: Guitar 1, Guitar 2, Guitar 3, and Bass Guitar. Guitar 1 has four whole rests. Guitar 2 has three whole rests followed by a quarter note G4, an eighth note F#4, a quarter note E4, and a quarter note D4. Guitar 3 has a complex rhythmic pattern of eighth notes with various fingerings and accents marked above the staff. The Bass Guitar staff has four whole rests.

\*) Batimento de polegar na ilharga e dedos (*i m a*) no tampo.

5

1

2

3

B

The second system of the musical score continues from the first. It features four staves: 1 (Guitar 1), 2 (Guitar 2), 3 (Guitar 3), and B (Bass Guitar). Staff 1 has a whole rest followed by a repeat sign and then a quarter note G4, an eighth note F#4, a quarter note E4, and a quarter note D4. Staff 2 has a quarter note G4, an eighth note F#4, a quarter note E4, and a quarter note D4, followed by a repeat sign and then a whole rest. Staff 3 has a complex rhythmic pattern of eighth notes with various fingerings and accents marked above the staff, followed by a repeat sign and then a whole rest. Staff B has a whole rest followed by a repeat sign and then a whole rest.

2

9

1

2

3

B

13

1

2

3

B

17

A

1

2

3

B



21

1

2

3 *simile*

B

25

1

2

3

B

29

**B**

1

2

3

B

4

34

1

2

3

B

39

C

1

2

3

B

43

1

2

3

B

47

1 2 3 B

**D**

51

1 2 3 B

55

1 2 3 B

Apêndice 9 – Arranjo Elevation

## Elevation

Arr. Vera Lino

U2

♩ = 120

Harm. 12<sup>a</sup>

Guitar 1

Guitar 2

Guitar 3

Electric Bass

1. 2.

5

1

2

3

B

9

1

2

3

B

The musical score is written for four instruments: Guitar 1, Guitar 2, Guitar 3, and Electric Bass. The key signature has one sharp (F#) and the time signature is 4/4. The tempo is marked as 120. The score is divided into three systems. The first system contains measures 1-4. The second system starts at measure 5 and includes a first ending bracket. The third system starts at measure 9 and continues the instrumental parts. Guitar 1 plays a melodic line with harmonies. Guitar 2 plays a rhythmic pattern. Guitar 3 plays a bass line with a 'm i p' marking. The electric bass is silent in the first system.

13

1

2

3

B

18

1

2

3

B

**A**

22

1

2

3

B

27

1

2

3

B

31

1

2

3

B

**B**

36

1

2

3

B

41

1

2

3

B

*m*  
*p*

This system contains measures 41 through 44. Part 1 (treble clef) features a melodic line with eighth and quarter notes, including slurs and ties. Part 2 (treble clef) provides a harmonic accompaniment with eighth and quarter notes. Part 3 (treble clef) plays a steady eighth-note accompaniment, with a dynamic marking of *m* (mezzo) and *p* (piano) starting at measure 43. The Bass part (bass clef) plays a simple eighth-note accompaniment.

45

1

2

3

B

This system contains measures 45 through 47. The musical parts continue from the previous system, maintaining the same instrumental textures and melodic/harmonic relationships.

48

1

2

3

B

This system contains measures 48 through 51. The music concludes with a final cadence in measure 51, marked by a double bar line. The parts end with sustained notes or rests.

## Apêndice 10 – Arranjo, Caixa Negra - Alterações dos alunos em sala de aula

Caixa Negra

Arr. Vera Lino GNR

$\text{♩} = 60$

Guitar 1 *p cresc. poco a poco*

Guitar 2 *p cresc. poco a poco*

Guitar 3 *p cresc. poco a poco*

Guitar 4 *p cresc. poco a poco*

Electric Bass

**A**

1 *ff* *mf*

2 *ff* *mp sempre*

3 *ff* *mp sempre* *p*

4 *ff* *mp sempre* *mf* *mp*

B *mp sempre*

\*) Batimento do polegar no tampo da guitarra.

12 *mf* *mp*



18

1 2 3 4 B

24

**B**

1 2 3 4 B

*mp cresc. poco a poco*

*mf cresc. poco a poco*

*f sempre*

29

1 2 3 4 B

*p*

*f*

*p sub*

34

1 *cresc. poco a poco*

2 *cresc. poco a poco*

3 *cresc. poco a poco*

4 *cresc. poco a poco*

B *cresc. poco a poco*

39

1 *f*

2 *p*

3 *f*

4 *f*

B *f*

\*\*\*) Batimento de polegar na ilharga e (i m a) no tampo.

45

1 *mf cresc. poco a poco*

2

3 *mf cresc. poco a poco*

4 *mp*

B *mp*

4

51 **C**

1 *f sempre*

2 *f sempre*

3 *f sempre*

4 *f sempre*

B *f sempre*

57

1

2 1 3 0 2 1 3

3

4

B

62

1

2 0

3

4

B

67

1 2 3 4 B

72

1 2 3 4 B

76

1 2 3 4 B

*ff* *f* *ff* *ff* *ff*

## Best Day Of My Life

Arr. Vera Lino

American Authors

♩ = 90

The first system of the musical score is for the first four measures. It features four staves: Guitar 1, Guitar 2, Guitar 3, and Bass Guitar. The key signature is two sharps (F# and C#) and the time signature is 4/4. Guitar 1 has whole rests in all four measures. Guitar 2 has whole rests in the first two measures, followed by eighth-note chords in the third and fourth measures, marked with a forte (mf) dynamic. Guitar 3 has a rhythmic pattern of eighth notes with 'x' marks, marked with a mezzo-piano (mp) dynamic. Above the first measure of Guitar 3 are the letters 'p', 'i', 'm', 'a', 'p', 'p' with an asterisk. Above the third measure of Guitar 2 are the letters 'p', 'i', 'm' with a double bar line. The Bass Guitar staff has whole rests in all four measures.

\*) Batimento de polegar na ilharga e dedos (*i m a*) no tampo.

5

The second system of the musical score covers measures 5 through 8. It features the same four staves. Measure 5 is marked with a '5' above the first staff. In measure 5, Guitar 1 has a whole rest, while Guitars 2 and 3 have eighth-note chords. In measure 6, Guitar 1 has a whole rest, while Guitars 2 and 3 have eighth-note chords. In measure 7, Guitar 1 has a whole rest, while Guitars 2 and 3 have eighth-note chords. In measure 8, Guitar 1 has a whole rest, while Guitars 2 and 3 have eighth-note chords. The Bass Guitar staff has whole rests in all four measures. A double bar line with repeat dots is at the end of measure 6. Above measure 7 of Guitar 1 is a 'v' marking. Above measure 7 of Guitar 3 is a 'mp' marking.

2

9

1

0 1 3 1 0 2 1 0

*mf*

2

*mp*

3

B

*mp*

13

1

0 1 3 1 0 2 1 0

2

3

B

17

A

1

*f*

2

*mf*

3

*mf*

B

*f*

*f*

21

1

2

3 *simile*

B

25

1

2

3

B

\*\* Bend

29

1

2

3

B

**B**

*p* *mf*

*pizz.* *p* *mf*

*pizz.* *p* *mf*

4

34

1

*p* *mf*

2

*p* *mf*

3

*p* *mf*

B

39

C

1

*mf*

2

*mf*

3

*mp*

B

*mp* *f*

43

1

*f*

2

*mf*

3

*mf*

B

*f*



47

1

2

3

B

**D**

51

*mf dolce*

*mp dolce*

*mp dolce*

*mf*

55

*mp*

*mp*

*mp*

Apêndice 12 – Arranjo Elevation - Alterações dos alunos em sala de aula

**Elevation**

Arr. Vera Lino U2

**Harm. 12<sup>a</sup>**

**Tempo:** ♩ = 120

**Instrumentation:** Guitar 1, Guitar 2, Guitar 3, Electric Bass

**First System (Measures 1-4):**

- Guitar 1:** Treble clef, 4/4 time. Notes: G4 (quarter), A4 (quarter), B4 (quarter), C5 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.
- Guitar 2:** Treble clef, 4/4 time. Notes: G4 (quarter), A4 (quarter), B4 (quarter), C5 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.
- Guitar 3:** Treble clef, 4/4 time. Notes: G4 (quarter), A4 (quarter), B4 (quarter), C5 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.
- Electric Bass:** Bass clef, 4/4 time. Notes: G2 (quarter), A2 (quarter), B2 (quarter), C3 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.

**Second System (Measures 5-8):**

- Guitar 1:** Treble clef, 4/4 time. Notes: G4 (quarter), A4 (quarter), B4 (quarter), C5 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.
- Guitar 2:** Treble clef, 4/4 time. Notes: G4 (quarter), A4 (quarter), B4 (quarter), C5 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.
- Guitar 3:** Treble clef, 4/4 time. Notes: G4 (quarter), A4 (quarter), B4 (quarter), C5 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.
- Electric Bass:** Bass clef, 4/4 time. Notes: G2 (quarter), A2 (quarter), B2 (quarter), C3 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.

**Third System (Measures 9-12):**

- Guitar 1:** Treble clef, 4/4 time. Notes: G4 (quarter), A4 (quarter), B4 (quarter), C5 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.
- Guitar 2:** Treble clef, 4/4 time. Notes: G4 (quarter), A4 (quarter), B4 (quarter), C5 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.
- Guitar 3:** Treble clef, 4/4 time. Notes: G4 (quarter), A4 (quarter), B4 (quarter), C5 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.
- Electric Bass:** Bass clef, 4/4 time. Notes: G2 (quarter), A2 (quarter), B2 (quarter), C3 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.

**Fourth System (Measures 13-16):**

- Guitar 1:** Treble clef, 4/4 time. Notes: G4 (quarter), A4 (quarter), B4 (quarter), C5 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.
- Guitar 2:** Treble clef, 4/4 time. Notes: G4 (quarter), A4 (quarter), B4 (quarter), C5 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.
- Guitar 3:** Treble clef, 4/4 time. Notes: G4 (quarter), A4 (quarter), B4 (quarter), C5 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.
- Electric Bass:** Bass clef, 4/4 time. Notes: G2 (quarter), A2 (quarter), B2 (quarter), C3 (quarter). Fingering: 1, 2, 3, 4.

**Dynamic Markings:** *mp* (mezzo-piano), *mf* (mezzo-forte), *p* (piano).

**Rehearsal Mark:** VII

13

1 *f* *mf* (\*)

2 *f* *mp*

3 *f* *mp* I

B *f* *mf*

(\*) Batimento com o polegar no tampo da guitarra.

18

1 *f*

2 *f* ③ 2 2

3 *f*

B *f*

22

1 *f* *p dolce* VII

2 *f* *p p i a m*

3 *f* *p dolce*

B *f* *p dolce*

A

27

1

2

3

B

*p i m a i p p i a m*

*p* *m* *p*

31

1

2

3

B

**rall.** **B**

*f* *mf* *mf*

36

1

2

3

B

3 1 0

41

1 *f*

2 *mf*

3 *mf*

B *f*

45

48

1 *rit.*

2 *mf* *rit.*

3 *rit.*

B *rit.*

Estes anexos só estão disponíveis para consulta através do CD-ROM.  
Queira por favor dirigir-se ao balcão de atendimento da Biblioteca.

Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia  
Universidade de Aveiro